

2020



REAP Revista de Estudos
Anglo-Portugueses

JAPPS

Journal of Anglo-Portuguese Studies

Centre for English, Translation
and Anglo-Portuguese Studies





29

REAP Revista de Estudos
Anglo-Portugueses

JAPPS

Journal of Anglo-Portuguese Studies

2020



REAP Revista de Estudos
Anglo-Portugueses

JAPPS

Journal of Anglo-Portuguese Studies

Centre for English, Translation
and Anglo-Portuguese Studies

As Relações Luso-Britânicas ao Tempo do Liberalismo

hms

TÍTULO

Revista de Estudos Anglo-Portugueses / Journal of Anglo-Portuguese Studies

Número 29 2020

ISSN: 0871-682X

SCOPUS (indizadaen/0871-682X/scopus), MLA-Modern Language Association Database

(/indizadaen/0871-682X/mla), MIAR (miar.ub.edu/issn/0871-682X), LATINDEX, RUN, DOCBWEB

URL: <http://japs.fcsh.unl.pt>

DOI: <https://doi.org/10.34134/reap.1991.208.29>

DIRECTORA

Gabriela Gândara Terenas, Universidade Nova de Lisboa, CETAPS (Professora Associada com Agregação)
gandaraterenas@gmail.com

APOIO EDITORIAL E À DIRECÇÃO

Cristina Carinhas

COMISSÃO REDACTORIAL

Maria Leonor Machado de Sousa, Universidade Nova de Lisboa, CETAPS (Professora Emérita)

Malyn Newitt, King's College, University of London (Professor Emeritus)

Paulo de Medeiros, University of Warwick (Full Professor)

Teresa Pinto Coelho, Universidade Nova de Lisboa, IHC (Professora Catedrática)

Rui Miranda, University of Nottingham (Associate Professor)

Rogério Miguel Puga, Universidade Nova de Lisboa, CETAPS (Professor Associado)

João Paulo Ascenso Pereira da Silva, Universidade Nova de Lisboa, CETAPS (Professor Auxiliar)

Maria Zulmira Castanheira, Universidade Nova de Lisboa, CETAPS (Professora Auxiliar)

Paul de Melo e Castro, University of Glasgow (Lecturer)

DIRECÇÃO E REDACÇÃO

Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies

da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

da Universidade Nova de Lisboa

Av. de Berna, 26 - C - 1069-061 Lisboa

<http://www.cetaps.com>

DESIGN

Nuno Pacheco Silva

PAGINAÇÃO

Glauco Leal de Magalhães

EDIÇÃO

Tiragem: 100 exemplares

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Edições Húmus, Lda., 2019

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão - V. N. Famalicão

Telef.: 926 375 305

humus@humus.com.pt

DISTRIBUIÇÃO

Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies

Depósito Legal n.º 93441/95

À memória do Prof. Doutor António Bernardo Lopes



OBITUÁRIO

António Bernardo Lopes (1967-2019) foi um destacado docente e investigador da Escola Superior de Educação e Comunicação, Universidade do Algarve, onde desempenhou as funções de professor coordenador na área de Estudos Ingleses. Aqui coordenava o Mestrado de Ensino do Português e do Inglês no Ensino Básico. Foi mestre em Estudos Anglo-Portugueses, na especialidade de Literatura Inglesa, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e doutorado em Cultura Inglesa pela mesma Universidade, com um estudo sobre a construção de ideologias e discursos nas teorias marxistas e pós-marxistas, tese notável que viria a ser publicada em livro com o título: *Is There an End of Ideologies? Exploring Constructs of Ideology and Discourse in Marxist and Post-Marxist Theories* (Newcastle-upon-Tyne: Cambridge Scholars, 2015). Como investigador, fazia parte do CETAPS, desde 2008, onde participou e coordenou vários projectos europeus como o PETALL (Pan-European Task-based Activities for Language Learning), que envolveu universidades e escolas secundárias de dez países europeus. Foi ainda representante para Portugal da EUROCALL – European Association for Computer-Assisted Language Learning. No campo do ensino de Inglês, são referências importantes as suas obras coeditadas, como António Lopes e Raúl Ruiz-Cecilia (Eds.) (2018). *New Trends in Language Teaching: Methods, Evaluation, Training*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing e António Lopes e Merja Mattos-Parreira (Eds.) (2017). *Challenges in the Construction of an Inclusive Society*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing. Autor de inúmeros artigos científicos nas áreas dos estudos de cultura inglesa, ensino de línguas e Estudos Anglo-Portugueses, António Lopes deixou-nos demasiado cedo, mas o seu exemplo académico e pessoal perdurará na memória de quantos tiveram o privilégio de trabalhar com ele, aprender com ele ou simplesmente disfrutar do diálogo intelectual riquíssimo com que sempre nos brindou numa vida cheia de inteligência, integridade e um humanismo exemplar.

Carlos Ceia

ÍNDICE TABLE OF CONTENTS

| | |
|---------------------|----|
| EDITORIAL | 13 |
| EDITORIAL | 19 |

PROJECTOS PROJECTS

| | |
|---|----|
| 1. Miguel Alarcão, “ <i>As Cartas de Inglaterra</i> (1973) de D. Pedro Homem de Mello (1904-1984)” | 25 |
|---|----|

ESTUDOS ESSAYS

| | |
|--|-----|
| 1. Eurico Dias, “ <i>Simbioses e Influências Britânicas na Imprensa Periódica Portuguesa (1808-1826)</i> ” | 41 |
| 2. Marcus de la Poer Beresford, “ <i>Marshal William Carr Beresford and the Return to Portugal of the Portuguese Royal Family (1814-1830)</i> ” | 67 |
| 3. Rogério Miguel Puga, “ <i>A Mitificação Negativa de Beresford e a Representação Carnavalesca de Interesses Anglo-Portugueses em Felizmente Há Luar! (1961), de Sttau Monteiro</i> ” | 89 |
| 4. Gabriela Gândara Terenas, “ <i>Never a Saint: D. Carlota Joaquina Protagonista de Episódios das Lutas Liberais num Romance Histórico Britânico</i> ” | 129 |
| 5. Rui Moura, “ <i>Tomás Guilherme Stubbs (1776-1844), Oficial do Exército Português de 1800 a 1844</i> ” | 143 |
| 6. Maria Zulmira Castanheira, “ <i>Exílio e Escrita de Viagem ao Tempo do Liberalismo – A Experiência do Brigadeiro António Bernardino Pereira do Lago em Inglaterra: Ver e Aproveitar</i> ” | 183 |

RECENSÕES CRÍTICAS REVIEWS

1. Gabriela Gândara Terenas, "Malyn Newitt, *The Braganzas. The Rise and Fall of the Ruling Dynasties of Portugal and Brazil, 1640-1910*. London: Reaktion Books, 2019" 217
 2. Rogério Miguel Puga, "Marcus de la Poer Beresford. *Marshal William Carr Beresford: The Ablest Man I Have Yet Seen With the Army*. Newbridge: Irish Academic Press, 2019" 223
 3. Rogério Miguel Puga, "Pedro de Avillez (ed.). *O Cemitério dos Ingleses, Elvas (Elvas: Tales of the British Cemetery)*. Elvas: Associação dos Amigos do Cemitério dos Ingleses em Elvas, 2019" 229
 4. Teresa Pinto Coelho, "Cláudia Pazos Alonso. *Francisca Wood and Nineteenth-Century Periodical Culture. Pressing for Change*. Oxford: Legenda, 2020" 233
- ABSTRACTS** 243
- BIOGRAPHICAL NOTES** 247
- PUBLICATION ETHICS AND PUBLICATION MALPRACTICE** 251

EDITORIAL

No ano em que se evoca o bicentenário da Revolução Liberal e pelas suas importantes ligações à Grã-Bretanha, o presente número da *REAP/JAPS*, de 2020, será, pela primeira vez na história da Revista, um número temático dedicado exclusivamente às relações luso-britânicas ao tempo do liberalismo, mais precisamente da Revolução de 1820 à Restauração da Carta Constitucional, em 1842.

Assim, impõe-se, desde logo, chamar a atenção para o papel desempenhado pela imprensa portuguesa sedeadada em Londres, onde os exilados, seguindo, em grande medida, o modelo parlamentar britânico, tentavam divulgar as ideias liberais, bem como as vantagens de estabelecer uma monarquia constitucional. Neste contexto, o artigo de Eurico Dias – “Simbioses e Influências Britânicas na Imprensa Periódica Portuguesa (1808-1826)” – sublinha a ação desempenhada por estes periódicos na preparação das mentalidades para a mudança que se avizinhava, num contexto histórico-político anterior e contemporâneo da Revolução de 1820. De entre os títulos porventura mais emblemáticos, destacam-se o *Correio Braziliense ou Armazem Literario*, *O Investigador Portuguez em Inglaterra* e *O Portuguez ou Mercurio Politico*, bem como os articulistas Hipólito José da Costa, José Liberato Freire de Carvalho e João Bernardo da Rocha Loureiro.

A longa ausência de D. João e da Corte no Brasil permitira a ascensão de William Carr Beresford (1768-1854) em Lisboa, após a libertação definitiva de Portugal da ocupação das tropas francesas. De facto, no fim das Guerras Napoleónicas, Beresford voltou a Portugal para reassumir o comando do exército português, mas não se limitou a desempenhar esse papel, pretendendo intervir também na política geral do país. Nesse sentido, decidiu ir ao Rio de Janeiro procurar o apoio que desejava, regressando a Lisboa, em 1816, investido por D. João VI de amplos poderes, o que lhe trouxe vários problemas com a Regência. Passando a usufruir de uma posição de chefia que o sobrepuja aos governantes portugueses, Beresford teria dado ordens para que fossem capturados não só todos os suspeitos de jacobinos, mas também os alegados conspiradores que planeariam expulsar do país o Marechal britânico e, até, instaurar em Portugal um regime constitucional com uma Carta idêntica à que havia sido conferida a Espanha, em

Cádiz, em 1812. De facto, o “Supremo Conselho Regenerador e Após a Derrota Definitiva de Napoleão Bonaparte (1815), de Portugal e do Algarve”, integrando oficiais do Exército e maçons, visava introduzir o liberalismo em Portugal, expulsar os britânicos do controlo militar do país e promover a “salvação da independência” da pátria. Acusado de déspota, de brutalidade e de intromissão em assuntos nacionais, Beresford foi alvo do ódio que se fazia sentir em Portugal contra a altivez e a arrogância britânicas. Para se defender de um eventual ataque, em Maio de 1817, o Marechal teria organizado uma operação em Lisboa para aprisionar os presumíveis suspeitos, entre os quais se contava Gomes Freire de Andrade e Castro (1757-1817), acusado de conspirar contra a monarquia de D. João VI, então representada em Portugal pela Regência, sob o governo militar de Beresford. Após ter combatido na Legião Portuguesa, Freire de Andrade regressara a Portugal, onde foi perseguido, preso, julgado e condenado à morte. Depois de enforcado na Torre de São Julião da Barra, o seu corpo foi queimado em praça pública e os seus restos mortais lançados ao mar. Os outros alegados conspiradores foram enforcados e queimados no Campo de Santana (hoje Campo dos Mártires da Pátria). Este episódio, que intensificou o ódio antibritânico entre os liberais, foi recriado na peça histórica *Felizmente Há Luar!* (1961), de Luís Sttau Monteiro (1926-1993), constituindo objecto de estudo no artigo da autoria de Rogério Miguel Puga, intitulado “A Mitificação Negativa de Beresford e a Representação Carnavalesca de Interesses Anglo-Portugueses em *Felizmente Há Luar!* (1961), de Sttau Monteiro”. Do mesmo autor são duas recensões críticas a obras que se integram nos Estudos Anglo-Portugueses, conferindo alguma ou total importância a esta figura. Trata-se de *O Cemitério dos Ingleses, Elvas* (2019), onde se encontra um capítulo dedicado à acção do Marechal britânico em Portugal e, sobretudo, a sua recente (e muito esperada) biografia, *Marshal William Carr Beresford: ‘The Ablest Man I Have Yet Seen With the Army’* (2019), assinada por Marcus de la Poer Beresford. Na recensão crítica a esta obra destaca-se, no âmbito temático do presente número da Revista, o facto de Marcus Beresford defender que o seu ilustre antepassado não teve qualquer envolvimento na perseguição e posterior condenação

à morte de Gomes Freire de Andrade, posição que contraria a historiografia portuguesa em geral e, sobretudo, a dramatização do episódio por Sttau Monteiro, atrás referido. Por uma feliz coincidência, Marcus de la Poer Beresford presenteou este número da Revista com um artigo da sua autoria – “Marshal William Carr Beresford and the Return to Portugal of the Portuguese Royal Family (1814-1830)” – no qual defende claramente a sua tese, assente no facto de Beresford não ter tido qualquer responsabilidade na morte dos conspiradores. Este texto traz muitas outras novidades sobre a relação de Beresford com Portugal, nomeadamente o seu regresso ao país depois de 1820, a relação de confiança mútua estabelecida com D. João e, ainda, as ligações que continuou a manter tanto com absolutistas como com liberais até ao início da Guerra Civil, o que, de certa forma, protagonizou a atitude de Londres face a Lisboa durante o mesmo período.

O regime liberal instaurado em 1820 não satisfazia os sectores mais conservadores da população, os quais reclamavam a restauração do absolutismo. À frente dos descontentes encontravam-se a Rainha D. Carlota Joaquina e o seu filho D. Miguel, que se recusaram a jurar a Constituição de 1822. Assim, em 1823, o levantamento absolutista ocorrido no Norte do país, animou o partido da Rainha e do Infante a revoltar-se. No dia 27 de Maio de 1823, deu-se a Vila-Francada, com vivas à monarquia absoluta, e decerto que mãe e filho projectavam a abdicação de D. João VI, que se mantinha fiel à Constituição que jurara. Contudo, o Monarca obrigou D. Miguel a submeter-se-lhe, as Cortes dispersaram-se, vários políticos liberais partiram para o exílio e o regime absolutista foi restaurado, embora D. João VI tivesse impedido a ascensão ao poder da facção mais radical, mantendo uma posição moderada. D. Carlota, D. Miguel e os seus apoiantes continuaram a conspirar e cerca de menos de um ano depois eclodiu uma nova revolta absolutista, a Abrilada, em 30 de Abril de 1824, que resultou no exílio do Infante D. Miguel em Viena e no de D. Carlota no Palácio de Queluz. Após a morte do pai (ocorrida em Março de 1826), D. Miguel regressou a Portugal, onde reinou entre 1828-1832. Estes episódios, sucedidos entre 1823 e 1826, foram ficcionalizados num romance histórico britânico

sobre a vida de D. Carlota, o qual constitui objecto de estudo no artigo de Gabriela Gândara Terenas, intitulado “*Never a Saint: D. Carlota Joaquina Protagonista de Episódios das Lutas Liberais num Romance Histórico Britânico*”. Na recensão crítica à recente obra de Malyn Newitt, *The Braganzas. The Rise and Fall of the Ruling Dynasties of Portugal and Brazil, 1640-1910* (London: Reaktion Books, 2019), a autora confere também especial atenção aos membros da dinastia de Bragança cujas vidas se enquadram no período em análise neste número: D. João VI e os seus filhos, D. Pedro e D. Miguel.

Através do esboço biográfico de um heróico oficial anglo-português, dedicado à causa liberal, mas pouco conhecido até agora, “Tomás Guilherme Stubbs (1776-1844), Oficial do Exército Português de 1800 a 1844”, Rui Moura relata-nos alguns dos episódios mais importantes, do ponto de vista das relações luso-britânicas, no período em apreço, nomeadamente a defesa da cidade do Porto, em 1826, com o apoio britânico, aquando da tentativa de restauração do absolutismo levada a cabo por regimentos realistas que haviam desertado para Espanha; a sua participação, com outros emigrados em Inglaterra, na “Belfastada” (1828); e a sua acção, ao lado de Saldanha, durante o cerco do Porto (1833). O fracasso da “Belfastada” obrigou a novo exílio dos liberais que haviam participado na tentativa de restaurar o regime constitucional. Entre eles encontrava-se o oficial Pereira do Lago, cuja expatriação em Inglaterra constitui objecto de estudo do artigo de Maria Zulmira Castanheira, intitulado “Exílio e Escrita de Viagem ao Tempo do Liberalismo: a Experiência do Brigadeiro António Bernardino Pereira do Lago em Inglaterra: Ver e Aproveitar”, o qual se centra na forma particular como este emigrado viveu a sua experiência, contada ao estilo de um relato de viagens, no qual sobressai a grande admiração que demonstra pela liberdade então vigente no país de acolhimento, por oposição ao regime opressivo imposto por D. Miguel em Portugal.

Para além dos artigos especificamente dedicados à temática do presente volume da REAP/JAPS, devem ainda referir-se a recensão de Teresa Pinto Coelho à obra de Cláudia Pazos Alonso, *Francisca Wood and Nineteenth-Century Periodical Culture. Pressing for Change* (Oxford: Legenda, 2020) e o projecto apresentado por Miguel Alarcão sob o

título “*As Cartas de Inglaterra* (1973) de D. Pedro Homem de Mello (1904-1984)”. A recensão crítica diz respeito à acção de uma mulher anglo-portuguesa, Francisca Wood, na imprensa lusa da segunda metade de Oitocentos. Embora esta figura já tenha constituído objecto de análise no âmbito dos Estudos Anglo-Portugueses, Teresa Pinto Coelho sublinha, na obra de Cláudia Pazos Alonso, o facto de Wood ter constituído um exemplo da primeira vaga de feminismo na Europa, nomeadamente ao abordar, nos seus editoriais, assuntos como as relações de género, a educação feminina e os direitos políticos das mulheres. Evidenciando novos dados, desconhecidos até agora e descobertos por Pazos Alonso, sobre a vida do casal Wood em Lisboa e da actividade jornalística de Francisca, a autora assinala o facto de esta anglo-portuguesa se inserir numa rede transnacional constituída por figuras europeias e norte-americanas defensoras dos direitos das mulheres. Por seu turno, o projecto apresentado por Miguel Alarcão sugere novos trabalhos a realizar no âmbito dos Estudos Anglo-Portugueses, nomeadamente a análise de cinquenta e um poemas, da autoria de Pedro Homem de Melo, evocativos de personalidades, ambiências e espaços britânicos, bem como as origens do ensino-aprendizagem da língua inglesa e dos estudos anglísticos em Portugal, através de escolas, colégios e universidades, tendo como ponto de partida o Instituto Britânico em Portugal, a cuja fundação Homem de Melo esteve ligado.

O presente número é dedicado à memória do querido e saudoso Prof. Doutor António Bernardo Lopes, da Universidade do Algarve, que nos deixou porventura cedo demais e quase sem aviso. Assíduo colaborador da *REAP/JAPS* e membro da sua comissão redactorial, bem como participante activo em vários grupos de investigação do CETAPS, António Lopes, para além de um entusiasta pelos Estudos Anglo-Portugueses era, acima de tudo, um colega exemplar e um grande investigador. Deixa excelentes recordações entre os seu pares e a promessa de uma carreira académica de grande sucesso.

Outubro de 2020
Gabriela Gândara Terenas

EDITORIAL

In this, the bicentenary year of the Liberal Revolution and in recognition of its important links to Great Britain, the present issue of *REAP/JAPS* will, for the first time in its history, be devoted entirely to Anglo-Portuguese relations during the period of Liberalism, or more precisely from the Revolution of 1820 to the Restoration of the Constitutional Charter in 1842.

Due emphasis is therefore given to the central role of the London-based Portuguese press, through which exiled writers promoted liberal ideas, extolled the advantages of a constitutional monarchy and advocated what was, essentially, the British parliamentary system. In addressing the subject, Eurico Dias' article "Simbioses e Influências Britânicas na Imprensa Periódica Portuguesa (1808-1826)" underlines the part played by such periodicals in preparing public opinion for imminent change, in the socio-political environment leading up to and coinciding with the Revolution of 1820. Perhaps the most emblematic amongst them were the *Correio Braziliense ou Armazem Literario*, *O Investigador Portuguez em Inglaterra* and *O Portuguez ou Mercurio Politico*, whilst the more influential writers were Hipólito José da Costa, José Liberato Freire de Carvalho and João Bernardo da Rocha Loureiro.

The prolonged absence of the King D. João and his court in Brazil paved the way for Field-Marshal William Carr Beresford's (1768-1854) rise to power in Lisbon, following the final liberation of Portugal from the French forces of occupation. Upon returning to Portugal at the end of the Napoleonic Wars to resume command of the Portuguese Army, Beresford, rather than accepting the limitations of his post, decided to play an active part in the political affairs of the nation. Intent on consolidating his role, he travelled to Rio de Janeiro, returning to Lisbon in 1816, invested with ample powers by the King, which led inevitably to conflict with the Regency. Elevated to a position of authority which surpassed even the Regency, he gave orders to arrest not only those accused of Jacobinism but also those suspected of conspiring to expel him from the country and planning to introduce a charter similar to the one which had been granted to Spain in 1812, at Cadiz. In effect, the so-called "Supremo Conselho Regenerador e

Após a Derrota Definitiva de Napoleão Bonaparte (1815), de Portugal e do Algarve”, which was made up of military commanders and leading freemasons, had vowed to put an end to British military control of Portugal and “save the independence” of the nation. Accused of despotism, brutality and interference in national affairs, Beresford became the target of Portuguese hatred against British hubris and arrogance. In May 1817, he launched an operation in Lisbon allegedly to prevent an attack on his person, arresting a series of suspects who included Gomes Freire de Andrade e Castro (1757-1817), accused of conspiring against the sovereignty of D. João VI, represented at the time by the Regency, under Beresford’s military rule. On his return to Portugal after having fought in the Portuguese Legion, Freire de Andrade was hunted down, arrested and condemned to death. After being hung at S. Julião da Barra, his body was publicly burned and his remains were thrown into the sea. Other alleged conspirators were hung and their bodies burned in Campo Santana (now Campo dos Mártires da Pátria).

This episode, which led to the intensification of Anti-British sentiment amongst liberals, was recreated in the historical play *Felizmente Há Luar!* (1961), by Luís Sttau Monteiro (1926-1993), and is the subject of Rogério Miguel Puga’s article entitled “A Mitificação Negativa de Beresford e a Representação Carnavalesca de Interesses Anglo-Portugueses em *Felizmente Há Luar!* (1961), de Sttau Monteiro”. Also by the same author there are two reviews of works which fall within the scope of Anglo-Portuguese Studies and deal either partly or wholly with the figure of Beresford. Firstly, there is *O Cemitério dos Ingleses, Elvas* (2019), in which there is a chapter devoted to the intervention of the British Field-Marshal in Portugal and secondly, the recent and much-awaited biography entitled *Marshal William Carr Beresford: ‘The Ablest Man I Have Yet Seen With the Army’* (2019), written by Marcus de la Poer Beresford. The review of the biography underlines the fact that, contrary to the version generally accepted in Portuguese historiography, and more specifically in Sttau Monteiro’s dramatisation of the events, Marcus Beresford argues that his illustrious forbear had no part in the arrest of Gomes

Freire de Andrade and the death penalty which followed. In a happy coincidence, Marcus de la Poer Beresford has honoured this issue with an article of his own – “Marshal William Carr Beresford and the Return to Portugal of the Portuguese Royal Family (1814-1830)” – in which he defends this thesis, arguing that Beresford was not responsible for the death of the conspirators. The article adds much which is new on Beresford’s relationship with Portugal, especially concerning his return to the country in 1820, the mutual trust he shared with the King and the relations he maintained with both absolutists and liberals up to the outbreak of the Civil War, which up to a certain point characterised the attitude of London towards Lisbon over the same period.

The liberal regime inaugurated in 1820 was badly received by the more conservative sectors of the population who demanded a return to absolutism. Heading the discontented faction was the Queen, D. Carlota Joaquina and her son D. Miguel, who refused to swear allegiance to the Constitution of 1820. Consequently, when an absolutist uprising took place in the North of the country in 1823, it encouraged the supporters of the Queen and the Prince to revolt. The so-called “Vila Francada” took place on the 27th May 1823, accompanied by cries of support for the absolute monarchy, and it is clear that the Queen and her son planned to force the abdication of the King, D. João VI, who remained faithful to his oath to defend the Constitution. D. Miguel was obliged to submit to the King’s authority, however, but Parliament dispersed, several liberal politicians departed for exile and the absolutist regime was reinstated, although the King prevented the most radical faction from taking power and succeeded in maintaining a relatively liberal stance. D. Carlota and D. Miguel and their supporters continued to conspire, however, and less than a year later another absolutist revolt broke out – the “Abrilada”, so called because it took place on April 30th 1824, which ended with D. Miguel’s exile in Vienna whilst D. Carlota was confined to the Palace of Queluz. After his father’s death in March 1826, D. Miguel returned to Portugal, where he reigned between 1828 and 1832. The events which took place between 1823 and 1826 are fictionalised

in a British historical novel based on the life of D. Carlota Joaquina which is the subject of an article by Gabriela Gândara Terenas entitled “*Never a Saint: D. Carlota Joaquina Protagonista de Episódios das Lutas Liberais num Romance Histórico Britânico*”. In a review of a recent book by Malyn Newitt, entitled “*The Braganzas. The Rise and Fall of the Ruling Dynasties of Portugal and Brazil, 1640-1910*. (London: Reaktion Books, 2019)” the same author pays particular attention to the members of the Braganza dynasty whose lives are included in the period under study in this issue: D. João VI and his sons, D. Pedro and D. Miguel.

In “Tomás Guilherme Stubbs (1776-1844), Oficial do Exército Português de 1800 a 1844”, a biographical sketch of a previously unknown, heroic Anglo-Portuguese officer who was devoted to the liberal cause, Rui Moura recalls some of the more important episodes in the period under study from the viewpoint of Anglo-Portuguese relations. These include the defence of the city of Oporto in 1826, with British support, when royalist regiments which had deserted to Spain attempted to restore absolutism; Stubb’s participation together with other emigrés in Britain in the “Belfastada” in 1828, and the part he played at the side of Saldanha in the siege of Oporto in 1833. The failure of the “Belfastada” obliged many of the liberals who had taken part in this attempt to restore the Constitutional regime to return to exile in Britain. Amongst them was Pereira do Lago, whose exile in England is the subject of Maria Zulmira Castanheira’s article entitled “Exílio e Escrita de Viagem ao Tempo do Liberalismo: a Experiência do Brigadeiro António Bernardino Pereira do Lago em Inglaterra: Ver e Aproveitar”, which focusses on the particular way he experienced his stay, which he relates in the form of a travel account in which he expresses his great admiration for the freedom which prevailed at the time in the country which had given him refuge, in comparison with the oppressive regime imposed by D. Miguel in Portugal.

In addition to the articles which are specifically devoted to the theme of the present issue of REAP/JAPS, we are delighted to present Teresa Pinto Coelho’s review of Cláudia Pazos Alonso’s book, *Francisca Wood and Nineteenth-Century Periodical Culture. Pressing for*

Change (Oxford: Legenda, 2020) and Miguel Alarcão's project under the heading "*As Cartas de Inglaterra* (1973) de D. Pedro Homem de Mello (1904-1984)". The former review covers the activities of an Anglo-Portuguese woman, Francisca Wood, in the Portuguese press in the second half of the nineteenth century. Although this writer has previously been studied within the scope of Anglo-Portuguese Studies, Teresa Pinto Coelho underlines the fact that in Cláudia Pazos Alonso's work Wood is portrayed as belonging to the first wave of feminism in Europe, having dealt in her editorials with subjects such as the relationship between the sexes, women's education and the political rights of women. Revealing previously unknown information discovered by Pazos Alonso on the life of the Woods in Lisbon and on Francisca's journalistic career, the author emphasises the fact that this Anglo-Portuguese writer belonged to a trans-national network comprising European and North American figures who were involved in the defence of women's rights. Miguel Alarcão's project reveals new work to be carried out in the area of Anglo-Portuguese Studies, involving the analysis of fifty-one poems by Pedro Homem de Melo, which are evocative of British personalities, places and environments as well as the origins of the teaching and learning of the English language in state and private schools in Portugal and Anglistic studies, taking as its point of departure the British Institute in Portugal, with whose foundation Homem de Melo was associated.

This issue is dedicated to the memory of our dear and sadly-missed colleague António Bernardo Lopes, of the University of the Algarve, who left us suddenly and far too soon. A regular contributor to *REAP/JAPS* and a member of its editorial board, as well as an active participant in several of the research groups belonging to CETAPS, António Lopes will be remembered, as an enthusiastic supporter of Anglo-Portuguese Studies, but above all, as an excellent colleague and a first-class researcher. He has left his colleagues with fond memories and the promise of a remarkable academic career.

October 2020
Gabriela Gândara Terenas

PROJECTOS PROJECTS

As Cartas de Inglaterra (1973) de D. Pedro Homem de Mello (1904-1984)*

Miguel Alarcão
(NOVA FCSH/CETAPS)

Ilha embrulhada em mar,
Boiando, para nunca se afogar!
(“Sobrevivência”, 65)

A M^a João da Rocha Afonso (1959-2020)¹

A realização e exibição recentes do filme *Variações* (2019), de João Maia, veio reavivar, numa das suas primeiras cenas, um conhecido poema de Pedro Homem de Mello – “Povo que lavas no rio” –, musicalmente interpretado por Amália Rodrigues, Cidália Moreira, Dulce Pontes, Mafalda Arnauth e Mariza, entre outros artistas. Apesar da composição de mais textos cantados por Amália (“Havemos de ir a Viana”) e não só (por exemplo, “O rapaz da camisola verde”, nas vozes de Sérgio Godinho, António Zambujo e Raquel Tavares); da entrega dos

* No posfácio da obra, intitulado “Marginália” (119-127), o poeta declara optar pela marca titular nobre (D.) como um pseudónimo, no usufruto do direito de “(...) escolher o nome que lhe pareça melhor exprimir a sua sensibilidade artística. Trata-se, afinal, de um ajuste de contas, feito ao abrigo dessa liberdade, a que desde tempos imemoriais se chamou (...) poética.” (127)

1 Além destas singelas dedicatória e homenagem à Colega e amiga de quatro décadas, é devida uma palavra de vivo agradecimento ao Prof. Doutor Nuno Júdice, nosso antigo docente de licenciatura, pela indicação de algumas referências bibliográficas sobre a poesia de Pedro Homem de Mello.

Prémios Antero de Quental (1939), Ocidente (1964) e Nacional de Poesia (1973), e da condecoração, a título póstumo, com a Ordem do Infante D. Henrique (1985), este poeta de Entre-Douro-e-Minho encontra-se hoje praticamente esquecido ou é apenas lembrado, de quando em vez, pelos menos jovens, como um profundo conhecedor e divulgador do nosso folclore, no tempo de uma estação de televisão única e tão cinzenta quanto o próprio país.²

Não é nossa intenção abordar aqui a vasta produção poética de Pedro Homem de Mello, autor associado ao movimento presencista e a algumas revistas literárias das décadas de 1930 e 1940 como *Altura*, *Prisma*, *Litoral* e *Mundo Literário*. Em todo o caso, parte significativa da sua poesia evidencia relações de proximidade e afinidade com a literatura e a cultura populares, o que permite o estabelecimento de analogias com o Almeida Garrett (1799-1854) do *Romanceiro* e o António Nobre (1867-1900)³ do *Só*, autores igualmente nascidos no Porto e estudantes em Coimbra, para já não falar do *Romancero Gitano* (1928) de Federico Garcia Lorca (1898-1936). Alguns poemas encerram também ecos intertextuais de “O Sentimento de um Ocidental”, de Cesário Verde (1855-1886),⁴ da “Balada da Neve”, de Augusto Gil (1873-1929), etc.⁵

2 Agradecemos à Sr.^a D^a Ana Cristina Bento Aguiar, do Departamento de Relações Institucionais e Arquivo da RTP, o envio digital dos documentos reproduzidos em anexo; veja-se também a palestra de David Mourão-Ferreira no programa “Poetas de hoje e de sempre” em 1964 (<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/pedro-homem-de-melo/>).

3 “Se te roubo, António Nobre, / É que sou pobre, tão pobre / Que aceito qualquer cantiga.” (“Harpa Eólia”, 55)

4 “De ancas opulentas, / Loiras meninas que já são mulheres / Afastam toda a imagem das tormentas...” (“Sargaceiro”, 49)

5 “E [a semente das rosas] cai no meu coração!” (“Nevoeiro Londrino”, 36)

As apreciações críticas avançadas ao longo do tempo (David Mourão-Ferreira, Joaquim Manuel Magalhães,⁶ Jorge de Sena⁷...) não são, porém, totalmente positivas, como algumas das seguintes transcrições documentam:

Pedro Homem de Mello (...) reinventa quanto faz a grandeza e o encanto das formas mais primitivas da poesia: (...) e este processo de construção externa (...) reflecte afinal a íntima dualidade de uma exuberante natureza pagã e de uma orientação religiosa que se pretende (...) ortodoxa (...). (“Contemporâneos” in Coelho, dir., I, 199)

Notabilizou-se como poeta, tentando conciliar a expressão metafórica elaborada com a tradição popular, o paganismo com a formação católica, a expressão do corpo – às vezes erótica – com valores religiosos. Nem sempre essa conciliação é conseguida e pacífica.⁸

Dele se pode dizer (...) que produziu muito mas rasgou pouco; que publicou muito e publicou de mais. Daí a submersão da qualidade pela quantidade, o que foi desencorajando os mais desatentos ou os menos pacientes a descobrirem o que, entre tantos títulos, ali ia ficando escondido e tinha jus a figurar entre os mais belos poemas líricos da nossa literatura deste século [XX]. (Nogueira 63)

6 “A sua pressuposta adesão aos princípios conservadores da política portuguesa do último meio-século acabou por o levar para o limbo a que excelentes escritores se viram condenados por uma difusão cultural que, no nosso país, foi sempre predominantemente de esquerda” (39) e “Ao mesmo tempo, a persistência de Homem de Melo em usar, em termos experimentais, processos vincadamente tradicionais e temáticas de um populismo aristocratizante, a par de um critério não dominado de expressão sentimental, atingindo muitas vezes o ridículo e o desadorado imaginístico e lexical, um excesso interjectivo, uma redundância na (...) acentuação expressiva da amizade ou do amor, da presença física ou da despedida, afastaram a maioria dos leitores recentes e fizeram cair sobre ele o (...) silêncio generalizado.” (*Ibidem*) Joaquim Manuel Magalhães insere Homem de Mello – aparentemente sem qualquer ironia – na categoria dos “excelentes poetas secundários”. (37)

7 “Como (...) nenhum outro poeta português depois de Garrett, Pedro Homem de Melo atingiu uma expressão autenticamente [*sic*] popular da sua personalidade: os ritmos, as cadências, as repetições paralelísticas, o tipo de imagística, a metáfora breve, a atitude sentimental são, na sua poesia, uma recriação vivida e atingida daquela aproximação do poeta e do povo, que foi o sonho do romantismo literário tentado entre nós por Garrett, recordado por António Nobre, transmutado por Pascoas [*sic*] e o saudosismo, literariamente [*sic*] vivido por Lopes Vieira (...).” (194)

8 Cf. <https://web.archive.org/web/20070312221914/http://www.institutocamoes.pt/cvc/poemasemana/30/saudade3.html>

Pedro Homem de Mello (...) canta com uma fria sensualidade a beleza da juventude transitória em ritmos insinuantes que elaboram, por forma discreta e moderna, certos recursos paralelísticos do lirismo popular norte-nho. (Saraiva e Lopes 1099)⁹

Aedo grego transfigurado em trovador do Minho, melancólico ‘poeta cantante’ (como a si mesmo se definiu num (...) auto-retrato em que se reconhece ‘senhor’ e ‘cigano’), (...) aristocrático e *snob*, senhor na altivez do seu populismo, (...) ele terá sido sempre e afinal um homem à parte, um homem duma (...) gregária solidão.” (Nogueira 63-64)¹⁰

“Etnófilo” dotado de grande capacidade de identificação com o povo profundo, na genuinidade ou autenticidade imemorial dos seus patrimónios e reportórios, danças e cantares, é, para nós, um tanto surpreendente a inexistência de qualquer menção a Homem de Mello no estudo que Lucile Armstrong dedicou ao folclore ibérico. Mas este monárquico,¹¹ patriota¹² e católico,¹³ cultor de uma portugalidade popular e lírica, foi também o senhor da Casa (ou Quinta) de Cabanas, em Afife,¹⁴ nesse verdejante Alto Minho, “águas-meias” com a Galiza que tanto o apaixonava e, aliás, evoca num dos poemas da obra em apreço:

9 Na sequência da apóstrofe a António Nobre (cf. *supra*, n.3), pode ler-se: “Óscar Lopes que te diga / Quanto em mim, passos perdidos / Não vão além dos sentidos!” (“Harpa Eólia”, 55)

10 João Gaspar Simões detecta uma “(...) aliança de uma arte saturada de cultura que ignora que é cultura, como uma arte saturada de rusticidade que ignora que é rústica (...)”. (350)

11 Em “Bandeira azul e branca”, (114-115) pode ler-se: “E hei-de, cadáver, sentir, / Firme, firme em cada anca / (-- Venho de Alcácer Kibir...) / Nu, o meu corpo embrulhado / (Como se farda um soldado) / Na Bandeira azul e branca!” (115) e, em “De mal com os homens”, “Mas eu não creio, eu não creio / Em quem grite à minha porta, / Sem dó por tanto receio / Que a Monarquia está morta.” (99) Finalmente, em “Marginalia”, acrescenta o poeta: “(...) nós que somos, como em verso, de uma vez para sempre, o declaramos, ‘católico, monárquico romano em todas as repúblicas do mundo!’ (...)”. (123-124)

12 Segundo Arnold Hawkins, que assina a Introdução, “(...) Homem de Mello shares with all the old Portuguese nobility a strong consciousness of race, and this sense of lineage, with which are bound up a vivid historical feeling and a sane patriotism – I say sane, because it usually happens that the smaller the country the more extravagant its nationalism – is a part of the very fabric of his thought (...)”. (14)

13 Em “Westminster”, (71-72) o poeta alude à nudez artística como dissuasora da oração: “Rezarei?... / Logo se esquiva / Minha alma / A ir para a frente... // Debaixo de cada ogiva, / Falta-me o chão, / De repente!” (72)

14 Trata-se do antigo mosteiro beneditino de S. João de Cabanas, cuja fundação original é atribuída a S. Martinho de Dume (séc. VI). Cf. www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/75016.

Contemplo-te, Galiza, atrás de uma vidraça.
 Repara em mim. Não vês meus olhos rasos de água?
 Amor de perdição, amor da minha raça!
 Eu amo-te, Galiza. E o amor também é mágoa.
 Eu quero-te, Galiza. E é dor o meu desejo.
 Por isso, este poema evoca a flor agreste,
 Esfolhada ao nascer, na música de um beijo,
 Que mal há-de poisar na mão que me trouxeste...
 Saúdo-te, contudo, em tuas verdes terras,
 Terras de milho verde onde não cresce o trigo.
 Um sonho nos irmana: o mar que nos descerras.
 E o nosso rio --- o Minho! --- andou sempre contigo.
 (“Saudação à Galiza – A Don Manuel Bullosa” 40)

Justa ou injustamente, Homem de Mello não consta, porém, da lista de autores seleccionados por Helder Macedo e E. M. de Melo e Castro para a sua antologia de versões inglesas da poesia portuguesa contemporânea.

O título de *Cartas de Inglaterra* recorda inevitavelmente Eça de Queirós (1845-1900), mas, em boa verdade, nada há de comum entre ambas as obras, uma vez que a de Homem de Mello, surpreendendo quem, a partir do título, esperaria talvez um conjunto de textos epistolares ou cronísticos, reúne cinquenta e um poemas evocativos, na sua maioria, de espaços, ambiências e/ou personalidades britânicos. A qualidade dessas composições é bastante variável (nalguns casos, mesmo discutível...),¹⁵ destacando-se, em nossa opinião, três – “Procura”, (100) “Poesia” (46-47) e “Despedida” (116-117) –, dos quais transcrevemos alguns versos:

15 “E esse pérfido jardim, / Frívolo, jovem, tranquilo / (Calcá-lo não é bastante!) / Como agora destruí-lo?
 // E tanto ódio nos domina / Que à laia de quem castiga / Rego cada flor de urina / Da minha própria
 bexiga!” (“Hyde Park” 105)

E com poemas, noite e dia, fiz
Degraus, degraus de um trono triste, triste...

Onde está, onde está o meu País?
Onde está o meu rei que não existe?
("Procura" 100)¹⁶

Poesia,
Triste e bela,
Que não vem de Andaluzia,
Nem tão pouco de Castela,
Que traz um cravo na boca
E uma rosa em cada mão.
(...)
Corpo viril. É tamanha
A força que em si encerra!

Ó hermafrodita estranha!
— Portugal ou Inglaterra?
("Poesia" 46-47)

Inglaterra! Inglaterra! Pátria oculta
Do meu mais masculino coração.
Por que é que às vezes nos insulta
O sonho de uma noite de Verão?
("Despedida" 116-117)

16 O filão sebastianista perpassa também em "Oxford" ("De mim partiram, sempre inacabadas / Mil páginas de livros por abrir. / Invisíveis pegadas / De tanto Alcácer-Kibir! // Último rosto ou (quem sabe?) o primeiro. / A retratar-se inteiro em qualquer face. // Ilegíveis manhãs de nevoeiro / Como se El-Rei (o meu!) nunca voltasse?" (66)

Para a área dos Estudos Anglo-Portugueses, um motivo de interesse adicional é a relação do poeta e da sua mulher, Maria Helena, com Sir Arnold Caesar Hawkins (“Bill”) e Dulcie Violet Fimister, cujo casamento teve lugar no Porto, em 7 de Junho de 1941.¹⁷ A edição de *Cartas de Inglaterra* reproduz retratos de ambos¹⁸ e Pedro Homem de Mello viria a dedicar a Arnold a “Carta a Bill”, (61-63) interpelando-o directamente nos poemas “Saudades”,¹⁹ “Conversão”²⁰ e “Aliança”;²¹ por seu turno, o amigo britânico não só assina o Prefácio de *Cartas de Inglaterra* (9-16) como compõe, numa das variantes rimáticas do modelo petrarquista, o soneto “Friendship”, datado da Páscoa de 1973 e dedicado ao casal português:

Gay peasants dancing cast a lasting spell
 On two young men, the one in full rich tide
 Of sparkling verse sprung from his countryside
 Binding the other to him. Let me tell
 How this has spread like sound-waves from a bell
 Through space and time, enfolding each one’s bride,
 Public at times, all open, bright and wide;
 At others deep and silent like a well.
 Two countries in aliance six hundred years,
 Two men throughout a lifetime’s joys and fears
 In friendship grown, although so long apart.
 And now: the magic moment when they meet
 All four in England! What is there more sweet
 Than the quick swelling of a jowful heart? (n.p.)

17 Cf. https://www.ancestry.com/search/categories/bmd_marriage/?name=Arnold+Caesar_Hawkins&birth=1929&name_x=psi.

18 O de D. Pedro por António Sampaio (1954), e o de Sir Arnold Hawkins/Bill por Júlio Resende (1946).

19 “Lembras-te, Bill? / (...) Em Afife e Carreço, / Andáramos os dois, / Frequentando esse altar / Que ensina a amar o povo, / Tão antigo no sangue / E nas paixões tão novo! // E a aprender, / Lado a lado, / A difícil gramática / Da mesmíssima escola / Aristocrática.” (20-21)

20 “Que diz a terra sem flores? / Que pode a barca sem remos? / Sem dedos que nó desato? / Porque somos sonhadores, / Bill, eu e tu não seremos / As linhas do seu retrato?” (60)

21 “– Dize-me, Bill; / -- Acaso foste a Lavos / Onde há rapazes lindos como cravos / E raparigas loiras de alvo rosto / Cantando desde o sol nado ao sol posto? / (...) / Tal como em Londres me crismeí de inglês, / Bill, sentir-te-ias luso, cá, talvez, / Se aqui viesses – cântaro vazio / A encher-se, (...) / De música e de cor (...) / A aliança, Bill, somos nós dois: /-- O amor...” (106-107). Noutra composição, pode ler-se: “Portugal? Inglaterra? / A aliança diz-nos / Que os versos (...) / Têm o aroma das lágrimas...” (“Cá e Lá” 81)

Segundo os dados biográficos disponibilizados na obra, (17-18) Arnold Hawkins, nascido no Porto e descendente, pelo lado materno, da família Dow, estabelecida no comércio de vinhos, foi também o tradutor e editor de *Lusitanian Lyrics: Selections from the Poems of Pedro Homem de Mello* (1941),²² bem como o fundador da Sala Inglesa da Universidade do Porto (1940) e do Instituto Britânico em Portugal (*The British Council*), em 1943, pelo que mereceria (como, aliás, o “Britânico”) uma investigação própria. De facto, estão ainda por fazer a história e o estudo das **origens** do ensino e da aprendizagem da língua inglesa em Portugal, através de escolas e colégios, públicos e privados, monolingues e bilingues; tal investigação deveria igualmente abranger os primórdios das ofertas curriculares universitárias na área anglística, anglo-saxónica ou germanística, avaliando possíveis influências e impactos das duas guerras mundiais na recepção linguístico-cultural do inglês entre nós.

Obras Citadas

- Anónimo. “Arnold Caesar Hawkins”. *Ancestry*. https://www.ancestry.com/search/categories/bmd_marriage/?name=Arnold+Caesar_Hawkins&birth=1929&name_x=psi. Acesso em 19.04.2020.
- Anónimo. “Pedro Homem de Mello”. <https://web.archive.org/web/20070312221914/http://www.instituto-camoes.pt/cvc/poemasemana/30/saudade3.html>. Instituto Camões. Acesso em 19.04.2020.
- Armstrong, Lucile. *A Window on Folk Dance with special reference to the dances of the Iberian Peninsula*. Edited by Diki Gleeson. Huddersfield, West Yorkshire: Springfield Books Limited., 1985.
- Coelho, Jacinto do Prado (dir.) *Dicionário de Literatura*. 3^a ed. Porto: Livraria Figueirinhas, 1987.

22 Esta obra, que inclui setenta e sete traduções de poemas extraídos das obras *Caravela ao Mar*, *Jardins Suspensos* e *Segredo*, conta com uma Introdução do próprio Arnold Hawkins. (IX-XXV) No Prefácio, Hawkins cita uma afirmação curiosa de Cyril Connolly: “Translating from one language to another is the finest of all intellectual exercises; compared to it, all other puzzles, from the bridge problem to the crossword, are footling and vulgar.” (VII)

- Hawkins, Arnold C. *Lusitanian Lyrics: Selections from the Poems of Pedro Homem de Mello*. Porto: Livraria Lello e Irmão, 1941.
- Macedo, Helder e E. M. de Melo e Castro (eds.) *Contemporary Portuguese Poetry*. ---. *An Anthology in English*. Manchester: Carcanet New Press Ltd., 1978.
- Magalhães, Joaquim Manuel. "Pedro Homem de Melo". *Os Dois Crepúsculos: Sobre a Poesia Portuguesa Actual e Outras Crónicas*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981. 37-41.
- Mello, D. Pedro Homem de. *Cartas de Inglaterra*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1973.
- Mourão-Ferreira, David. "Pedro Homem de Mello – Acerca da sua Poesia". *Vinte Poetas Contemporâneos*. Lisboa: Ática, 1960. 79-84.
- . "Pedro Homem de Mello: Trinta Anos de Poesia". *Hospital das Letras*. Lisboa: Guimarães Editores, 1966. 271-275.
- . "Pedro Homem de Mello". *Poetas de Hoje e de Sempre*. 01.01.1964. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/pedro-homem-de-melo/>. Acesso em 21.04.2020.
- Nogueira, Albano. "Pedro Homem de Mello, Aedo Grego, Trovador do Minho". *Colóquio Letras*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, n.º 81 (Setembro de 1984). 63-64. <http://coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/issueContent-Display?n=81&p=63&o=p>. Acesso em 19.04.2020.
- Oliveira, Catarina. "Convento de São João de Cabanas, incluindo a sua mata e os terrenos circundantes, que são parte própria do seu enquadramento arquitectónico e paisagístico". www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/75016. Direcção Geral do Património Cultural. Acesso em 19.04.2020.
- Saraiva, António José e Óscar Lopes. *História da Literatura Portuguesa*. 7ª edição, corrigida e actualizada. Porto: Porto Editora, Lda., s.d. (1955).
- Sena, Jorge de. "A propósito de *Adeus*, de Pedro Homem de Melo". *Da Poesia Portuguesa*. Lisboa: Ática, 1959. 193-203.
- Simões, João Gaspar. *Itinerário Histórico da Poesia Portuguesa*. Lisboa: Editora Arcádia Lda., "Biblioteca Arcádia de Bolso", nos. 31/2, 1964. 350-351.

Anexo

1973

PROGRAMAS MUSICAIS ERUDITOS

165 TRANSMISSÕES

106h 20m 01s

| | |
|-----------------------------|-------------|
| 36 - Concertos. | 28h 07m 03s |
| 3 - Recitais Instrumentais. | 52m 56s |
| 2 - Recitais de Canto. | 44m 12s |
| 4 - Corais. | 3h 01m 40s |
| 13 - Operas. | 27h 19m 20s |
| 2 - Bailado. | 2h 00m 13s |
| 16 - Música Para Olhar. | 5h 20m 21s |
| 24 - Histórias da Música. | 13h 06m 18s |
| 10 - Falando de Ópera | 4h 02m 59s |
| 2 - Inventário Musical. | 41m 53s |
| 1 - Jazz. | 37m 19s |
| 50 - Folclore (Nacional). | 19h 14m 16s |
| 1 - Folclore (Festivais). | 54m 23s |
| 1 - Indiscriminado | 17m 08s |

①/6

PALANDO DE ÓPERA

Programa a cargo de Matos e Lemos, onde é explicada a obra a emitir na rúbrica "ÓPERA".

Foram as seguintes as óperas explicadas: "Puritanos". Colaboração do baixo Carlos Fonseca. "DER FREISCHÜTZL". Colaboração do tenor Armando Guerreiro. "FIDELIO"; "CARMEU" (2); "HANON". Colaboração do soprano Elsa Saque. "OS MESTRES CANTORES DE NUREMBERG"; "VIU VA ALEGRE". Colaboração do tenor Fernando Serafim e do soprano Elsa Saque. "RIGOLETO"; "SIMÃO BOCANHEIRA". Colaboração do tenor Armando Guerreiro, do barítono Luis França e do soprano Elisete Bayan.

INVENTÁRIO MUSICAL

Um novo programa de Francisco D'Orey, que esboça o Atlas Musical do País.

Vila Nova de Ourém. Coro da Filarmonica "Os Loureiros" de Palmela.

TV JAZZ

II FESTIVAL INTERNACIONAL DE JAZZ DE CASCAIS - Conjunto Status.

FOLCLORE

Com a apresentação e comentários do Dr. Pedro Homem de Melo e sob a rubrica DANÇAS E CANTALES, exibiram-se os Ranchos Folclóricos de:

Barqueiros do Douro; Corredora de Guimarães; Barcelinhos; Fazendas de Almeirim; Santa Marta de Portuzelo; Oleiros, de Ponte da Barca; Santa da Reguenga; Mourões; Amorosa, de Loça da Palmeira; S. Torcato; Vila Praia de Ancora; Fradellos; Pereira do Campo; Castorões; Santa Cruz de Riba Tãmega; Pé da Moura; Carreço; Cançãoeiro de Águeda; Ilha de Pombal; Lavos; Custóias; Águas Santas; Coral do Porto; Sargaceiros de Apúlia; Maiorã(2) Torredeita; S. Mamede de Infesta; Tecedeiras de Santo Honorato; Gulpilhares; S. Cosme de Gondomar; Moreira da Maia; Mourisca do Vouga; Paredes do Douro; Gesmunde; Rancho de Pias; Vila das Aves; Rancho da Ribeira da Mata; Rancho de Santa Maria do Cabril; Rancho de Alpiarça; Rancho de Reguengos do Fetal; Rancho de S. Martinho do Crasto.

Com a apresentação e produção de Michel Giacometti e sob a rubrica O POVO QUE CANTA, foram exibidos os seguintes programas:
Música Tradicional Religiosa; O Folclore Autêntico de Paradelas;
Terras de Trás-os-Montes; Usos e costumes do povo de Estorões;
Programa dedicado à memória de Gonçalo Sampaio, botânico e folclorista;
e ainda;
Festival das Nações-1973; Grupo Coral Etnográfico Os Trabalhadores de Ferreira do Alentejo.

INDISCRIMINADO

MESA REDONDA - Depoimentos dos Drs. Serra Formigal e Sérgio Varela Cid, recolhidos pelo Dr. João de Freitas Branco, acerca de uma série de concertos a realizar em Lisboa.

3

1972

PROGRAMAS MUSICAIS ERUDITOS

| 145 TRANSMISSÕES | 87h 41m 52s |
|-----------------------------|-------------|
| 62 - Concertos | 46h 58m 50s |
| 19 - Recitais Instrumentais | 6h 36m 26s |
| 2 - Recitais de Canto | 34m 12s |
| 3 - Corais | 49m 50s |
| 7 - Óperas | 11h 59m 32s |
| 3 - Ballado | 2h 26m 40s |
| 5 - Músicas para Olhar | 1h 35m 47s |
| 4 - História da Música | 1h 53m 26s |
| 5 - Fáturo de Ópera | 1h 57m 28s |
| 35 - Folclore | 12h 47m 43s |

CONCERTOS

CONCERTO DE ANO NOVO - ABERTURA DA OPERETA O MORCEGO, de Johann Strauss; POLKA FRANCESA POR FAVOR, de Johann Strauss; OS BURGUESES VIENENSES, de Carl Michael Zieheherer; A MARCHA RUSSA, de Johann Strauss; POLKA PIZZICATO, de Johann e Josef Strauss; JOCKEY POLKA, de Josef Strauss; ONDE FLORESCEM OS LIMÕES, de Johann Strauss; DE BRAÇO DADO, de Josef Strauss; ARREBATADOS NO AMOR E NA DANÇA, de Johann Strauss; O GALOPE DOS BANDIDOS, de Johann Strauss; O BELO DANUBIO AZUL, de Johann Strauss; MARCHA RADETZKY, de Johann Strauss, pel. Orquestra Filarmónica de Viena dirigida pelo Maestro Willy Boskowsky, Colaboração do Ballet da Ópera Popular de Viena.

TE DEUM, de Berlioz. Orquestra Sinfónica de Londres, dirigida pelo Maestro Colin Davis.

AUDITÓRIO MUSICAL - IV SINFONIA, de Brahms. Orquestra Filarmónica de Lisboa, dirigida pelo Maestro Manuel Ivo Cruz.

AUDITÓRIO MUSICAL - CONCERTO PARA PIANO N.º 5, de Beethoven. LARGHETTO DO CONCERTO N.º 2, de Chopin, Artur Schnabel, piano. Orquestra Filarmónica de Paris, dirigida por Paul Klecky.

4

MÚSICA PARA OLHAR

Música de Marin Marais ilustrando pinturas e desenhos do artista Abraham Bosse.

Ingres e Richard Strauss.

Dois Prelúdios e Fuga, de Bach, ilustrados com pinturas de Leonard da Vinci.

A Batalha da Vitória Op 19, de Beethoven, e quadros descritivos das vitórias do General Wellington.

Concerto em Ré, de Bach, ilustrado com pinturas de Georges Braque.

HISTÓRIAS DA MÚSICA

Os compositores Schubert e Mozart.

John Strauss (2)

Franz Schubert.

FALANDO DE ÓPERA

Comentários e explicações sobre ópera, ilustrados com excertos das mesmas:

"As Bodas de Fígaro.

"Così fan tutte", (2)

"O Elixir do Amor" e "Don Pasquale"

"O Barbeiro de Sevilha".

FOLCLORE

Com apresentação e comentários do Dr. Pedro Homem de Melo sob a rubrica "Danças e Canções", exibiram-se os Ranchos Folclóricos de:

S. Martinho da Gândara; Ovar; Tá-Mar, da Nazaré; Santo Tirso; Cróicos, de Oliveira de Azeméis; Bordaio, de Coimbra; Vila das Aves, de

Santo Tirso; Academia de Danças do Norte; Cavernães, de Viseu; Parada de Gatin, de Vila Verde; Lamelas, de Santo Tirso; Areeça, de Viana do Castelo; Orquestra Típica e Coral de Águeda; Lourosa, de Oliveira do Hospital; Silveiras; Rebolaria, de Lousã; Portalegre; Balroada, de Águeda; S. Coana, de Gondomar; Pombal.

Com a apresentação e produção de Michel Giacometti e sob a rubrica "O Povo Que Canta", foram exibidos os seguintes programas:

Ciclo de Doze Dias—Cantos das Janelas e de Reis; Cantos de Trabalho (3); O Desafio na Sociedade Rural; Felifonia Popular (2); Cantadeiras Populares; Cantos e Ritmos de Trabalho; Romaria em S. João do Rosmaninhal; Fragmentos de um Inquérito em Salir; Música de Passetempo; O S. João na Tradição Musical Popular; Cantos e Músicas de Romaria; Música Instrumental Popular.

Simbioses e Influências Britânicas na Imprensa Periódica Portuguesa (1808-1826)

Eurico Gomes Dias
(ICPOL-ISCPSI)

1. Antecedentes

A maioria dos títulos da imprensa periódica portuguesa editados entre os finais do século XVIII e os inícios do século XIX dedicou-se basicamente aos campos humoristas, da recreação e da sátira mais ou menos velada.¹ Se uma determinada crítica social, política ou religiosa não podia ser difundida abertamente, fizeram-se uso dos mais diversos sofismas e estratégias para veicular uma mensagem contra a tirania política, cultural e religiosa, empreitadas que os periodistas efectivaram com mestria.² Por estes anos, a actividade da imprensa periódica entre nós foi quase inexistente, exceptuando a *Gazeta de Lisboa*, o órgão oficial do Governo, progressivamente descaracterizada e domesticada perante os poderes instalados. Assim decorreu este “ciclo” jornalístico até à entrada das tropas francesas em Lisboa, igualmente um ponto de viragem estrutural no universo periódico e da nossa História.³

Os próprios discursos noticiosos sofreriam transmutações profundas, onde as tónicas políticas de aceitação e/ou repúdio ao invasor

1 Cf. Tengarrinha 2013, 134-136.

2 Cf. Alves 2013.

3 Cf. Dias 2017.

francês seriam debatidas em quase todos os periódicos portugueses após Novembro de 1807, como se sabe. Será indubitável o crescente combate ideológico que se interpolará entre o “Portugal Velho” e a emergência do Liberalismo.⁴ A imprensa periódica assumirá um protagonismo férreo testada nas dificuldades vividas em Portugal, assim como nas comunidades de exilados ou emigrados portugueses noutros países, resultando na afirmação dos periódicos enquanto armas políticas, os quais estimularam a causa patriótica através da elevação da História Pátria perante as ingerências exteriores na vida nacional.

Contudo, num contexto histórico-político muito anterior às convulsões nacionais vividas entre 1807 e 1834, verificaram-se os primeiros registos de uma simbiose entre a imprensa periódica britânica e a portuguesa em vários “papéis” reveladores das permutas noticiosas entre os dois países, após a sua recepção e tradução entre nós: se não, vejam-se as *Noticias Catholicas, e Politicas de Inglaterra que trouxeraõ os ultimos Correyos do Norte: publicadas nesta Corte de Lisboa*⁵ (Officina de Miguel Deslandes, Lisboa), do qual apenas se conhece um número datado de 16 de Setembro de 1687, embora tenham provavelmente existido números seriados desta publicação, actualmente perdidos. Tratava-se de uma folha noticiosa apelando à restituição do culto católico romano em Inglaterra,⁶ tal como supostamente defendido por James II (1633-1701), na procura de um restabelecimento das relações diplomáticas e eclesiásticas entre a Inglaterra e a Santa Sé.

Seguir-se-iam as *Noticias de Inglaterra vindas pelo Correyo de Flandres*⁷ (Officina de Miguel Deslandes, Lisboa), em cujo primeiro número consta a data de 1 de Janeiro de 1689. O segundo número, de 3 de Janeiro de 1689, possui algumas alterações: *Noticias do Estado das Cousas de Inglaterra. Vindas de Amsterdam*. Terão existido apenas dois números? Contudo, é de ressaltar a velocidade das notícias transmitidas pelo *Noticias de Inglaterra*, dotadas de uma actualidade de dias ou poucas semanas desde Inglaterra, fornecendo dados muito sólidos

4 Cf. Moreira e Domingues 2020.

5 Cf. Cruz e Silva 1985, 62.

6 Cf. Grimberg 1967, 145-150.

7 Cf. *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*, 62.

para Dezembro de 1688. Também publicou notícias provenientes de Amesterdão, Calais, Bruxelas, Paris, Ratisbona, etc. e incluiu declarações de James II e da sua segunda esposa, a Rainha Maria de Modena (1658-1718), assim como da Corte fugitiva e dos apoios concedidos por Louis XIV de França. Aqui ainda se podem consultar notícias provenientes dos combates entre a Santa Liga e o império turco otomano, assim como das disputas entre o Sacro Império Romano-Germânico contra a França do “Rei-Sol”.

Ainda nesse ano, editou-se o *Mercurio da Evropa, com suas noticias principaes, nam so dos successos da Liga Sagrada contra Infieis, mas descreve-se o caminho, que fez El-Rey da Graõ Bretanha Jacobo II, defensor da Fé, desde que sahio de Londres a França, até chegar a Irlanda, aonde fica de caminho para vir ao Reyno de Escocia. E descripçam do Reyno de Inglaterra*⁸ (Officina de Domingos Carneiro, Lisboa), dos quais saíram 3 números, a 20 e 28 de Maio e a 7 de Junho de 1689, com ligeiras alterações nos seus títulos. O *Mercurio da Evropa* recolheu e publicou várias epístolas diplomáticas e informações avulsas, posteriormente traduzidas para a língua portuguesa e propagadas em “forma de gazeta ou *relaçam*”. Os autores seriam quase sempre estrangeiros e poucas referências eram alusivas a Portugal. O *Mercurio da Evropa* reuniu notícias enviadas de Londres, Paris, Roma, Viena e Varsóvia, entre outras cidades, anunciando as campanhas da Santa Liga. De seguida, relatou a chegada de James II e da Rainha Maria de Modena ao exílio, a receptividade de Louis XIV e os preparativos para o seu regresso a Inglaterra com o supremo objectivo de recuperar o trono. Os deputados protestantes do Parlamento inglês tinham convidado William of Orange a libertar a Inglaterra das influências católicas e este, chegando ao país nos finais de 1689, garantiu o êxito da *Glorious Revolution*.⁹

Paralelamente, nesse mesmo anos, publicara-se as *Noticias Geraes de Evropa, com os Aviso, que ha de Alemanha, Venesa, Inglaterra, França, & Irlanda. Vindas no ultimo correyo de Italia, & Norte* (Officina de Miguel Deslandes, Lisboa), do qual apenas existe um número datado de 27 de

8 Cf. Cunha 194, 63; e *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*, 59.

9 Cf. Israel, 2003.

Maio de 1689. Devem ainda recordar-se as razões político-religiosas que justificam as facilidades concedidas para informar as diligências de James II ou, por outro lado, da Santa Liga no Sudoeste europeu. De qualquer modo, mencionou notícias expedidas de Viena, Belgrado (temporariamente reconquistada pelas tropas habsburgas entre 1788 e 1790), Ratisbona, Amesterdão, Londres, Dublin, Bruxelas, Veneza, Milão, etc., pese embora não haver quaisquer referências a Portugal.

Foi em 10 de Agosto de 1715, um sábado, que o primeiro periódico oficial português iniciou a sua publicação e ocuparia o lugar cimeiro na História da imprensa periódica nacional. Até então, praticamente não existiam informações sobre assuntos anglófonos nos poucos periódicos publicados em Portugal. Embora seja vulgarmente conhecida como *Gazeta de Lisboa*,¹⁰ ao longo da sua vida editorial ostentou diferentes títulos, constituindo uma “espinha dorsal” que alicerçou o universo periódico entre os séculos XVIII e XIX, mesmo quando adoptou outras denominações e estratégias. Graças à sua autoridade, todos os periódicos publicados de 1715 em diante consideraram a *Gazeta de Lisboa* como um padrão primordial. Publicado semanalmente em folhetos com 4, 6 ou 8 fólios (com suplementos, ou não) num formato “in-quarto”, ostentava o título *Historia Annual, Chronologica, e Politica do Mundo, & especialmente da Europa...* no seu primeiro número, sendo o seu redactor José Freire de Monterroio Mascarenhas (1670-1760),¹¹ o qual dirigiu a publicação até falecer com uma idade bastante avançada. O “primeiro ciclo” da *Gazeta de Lisboa* (1715-1760) tem conhecido várias reinterpretações em estudos e dissertações académicas, permitindo responder às muitas omissões bibliófilas e jornalísticas na historiografia contemporânea,¹² embora esteja por fazer uma investigação cabal sobre o noticiário de origem britânica na *Gazeta de Lisboa* em todo o seu percurso histórico.

10 Cf. Silva *et al.* 1859, 137-14; Pereira, vol. I (manuscrito), [s.d.], 39-44v.º; Pereira e Rodrigues 1907, 714-716; Cunha, 70-101; Martins 1942, 26-37; Lapa 1967, 19-24; Tengarrinha, 42-44, 59-61, 65-69, 93-94, 123-125, 206-207, 265-266; Rocha 1998, 21-22; e Alves 2000, 152-156.

11 Cf. Machado 1754, vol.II, 853-858; vol. IV, 1759, 210-211; vol. IV, 1860, 343-353; vol. XII, 337; e *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVII, [s. d.], 760-761.

12 Neste sentido, veja-se Belo 2000, 619-637; *Idem* 2001; e Lisboa (coord.) 2002.

Logo após a suspensão da *Gazeta de Lisboa*, refira-se a *Gazeta Extraordinária de Londres*,¹³ (Fig.1) de autoria anónima, embora fosse apenas a tradução de um relatório militar inglês expedido de Havana (Cuba) com destino a Whitehall, em 21 de Agosto de 1762. Publicada por E. Owen e T. Harrison, igualmente em Londres, foi traduzida para português em Lisboa e editada por Miguel Rodrigues, em 30 de Setembro de 1762, o que demonstra a fluência comunicacional da época. Mesmo tratando-se da transcrição/tradução de um documento militar, considerava-se um periódico de número único, resumindo 64 fólios “in-quarto”. Dotado de uma elevada qualidade narrativa, descreve pormenorizadamente a capitulação da praça espanhola de Havana perante as tropas inglesas, em 13 de Agosto de 1762, no decorrer da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), constituindo-se uma fonte histórica para a compreensão desse conflito, conhecido entre nós por Guerra Fantástica.¹⁴



Fig.1

13 Cf. *Dicionário Jornalístico Português*, vol. I. 99; Cunha, 246; Tengarrinha, 46; *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*, 50; e Alves, 209.

14 Cf. Barrento, 2006.

Entre as publicações periódicas que noticiavam os avanços científicos europeus e norte-americanos, encontra-se o *Palladio Portuguez, ou Clarim de Pallas que annuncia periodicamente os Novos Descobrimentos n'Agricultura, Artes, Manufacturas, Commercio*¹⁵ [Officina Patriarcal, Lisboa, 1796], publicado mensalmente por Fr. José Mariano da Conceição Veloso (1724-1811),¹⁶ célebre botânico de origem brasileira. Embora só tivesse editado dois números/volumes com cerca de 150 páginas “in-quarto”, descreve entusiasticamente as novas invenções como o telégrafo, ainda algo rudimentar, motivando a inclusão de excelentes ilustrações coloridas, a primeira vez que tal sucedeu no jornalismo português. Possuía uma expressão descritiva norteada para a divulgação técnica, ainda que se possa apontar-lhe um certo teor enciclopédico.¹⁷

Refira-se a tradução e inclusão de artigos extraídos do *European Magazine* (1782-1826) ou de *The London Gazette* (1665-), os quais acusavam a correspondência do editor com os principais círculos informativos europeus, num claro sinal da necessidade em noticiar as inovações científicas através do periodismo nacional, não obstante a sua carestia. Também se podem aqui rever algumas reflexões de carácter médico-farmacêutico redigidas por médicos portugueses no Brasil e noutros pontos do império ultramarino português. Este jornal foi dedicado à Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação¹⁸ (1788-1834), talvez os protectores ou mecenas desta publicação.

Apesar do forte abatimento no periodismo português na passagem do século XVIII para o século XIX, refira-se um dos periódicos europeus mais influentes e uma das melhores fontes de informação contemporânea: o *Mercurio Britannico*¹⁹ ([s. n.], Londres, 1798-1800). Editado por Jacques Mallet du Pan (1749-1800),²⁰ um jornalista suíço natural de Genebra e exilado em Inglaterra, era uma tradução

15 Cf. *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. VI, 1862, 334-335; vol. XVII, 1894, 333; *Dicionário Jornalístico Portuguez*, vol. I, 129-29v.º; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XX, 37; Cunha, 248; *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*, 66; e Nunes, 2001, 67-68.

16 Cf. Gama, 1869; e Nunes e Brigola 1999, 51-75.

17 Cf. Ramos 1988, 143; e Araújo 200, 66-67.

18 Cf. Serrão (coord.) vol. I., 1984, 256-276.

19 Cf. *Dicionário Jornalístico Portuguez*, vol. I, 117-118; Cunha, 250; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVI, 983; Tengarrinha, 42; e *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*, 58-59.

20 Cf. Acomb 1973.

fidedigna do *Mercurio Britannique* (1798-1800) efectuada em Londres, apesar de desconhecermos o tradutor do texto original para o português. Publicou trinta números quinzenais com cerca de sessenta páginas “in-quarto”, posteriormente encadernado em quatro volumes.

De enormíssimo préstimo para o estudo das relações internacionais e as políticas francesas anteriores ao estabelecimento do Império (1804), o *Mercurio Britannico* é uma obra essencial para a História da Suíça, tendo em conta que sempre escassearam estudos historiográficos portugueses sobre aquele país. É igualmente um manifesto político contra a invasão francesa dos cantões suíços, motivando a criação da República Helvética (1798). Quando o *Mercurio Britannico* recordou as grandes ofensivas da História, como as invasões bárbaras e árabes da Europa, afirmava que até essa barbárie foi “controlada”, ao invés do que os exércitos franceses infligiam aos países que ocuparam.

Na mesma linha editorial, Jacques Mallet du Pan tratou de, repetidamente, acusar o governo revolucionário francês de desrespeitar todas as regras políticas e os acordos diplomáticos estabelecidos entre as nações europeias. Defendendo um pensamento conservador e antiliberal, Jacques Mallet du Pan encarava a Inglaterra como a “salvadora” da velha Europa perante a marcha imparável das ideias revolucionárias francesas.²¹

2. As Dinâmicas do Periodismo Português no “Primeiro” Exílio Britânico

Todo o período entre 1807 e 1811 foi decisivo para a imprensa periódica nacional devido ao impacto do Bloqueio Continental (1806) decretado por Napoleão Bonaparte (1769-1821), ao qual Portugal não aderiria. Em consequência, seguir-se-iam as Invasões Francesas, cujos prejuízos foram monumentais em quase todas as oficinas tipográficas devido ao saque de armazéns, a inutilização de material tipográfico, a destruição dos postos de venda e distribuição, etc. Contudo, a resistência ao ocupante estrangeiro encontraria um

21 Cf. *Mercurio Britannico...*, n.º XII, 10 Fevereiro 1799, 199.

modo altamente eficiente de combater as forças francesas no campo jornalístico e manter a chama patriótica da independência portuguesa, apesar de todas as dificuldades e perseguições.

Na conjuntura internacional da nossa imprensa periódica nasceria o *Correio Braziliense ou Armazem Literario* (1808- 1822),²² um periódico mensal publicado por Hipólito José da Costa (1774-1823)²³ (Fig.2) em Londres, o qual contabilizou 175 números. Através deste periódico, despachado clandestinamente para Portugal e o Brasil, defendeu-se a emancipação colonial brasileira com a cobertura noticiosa à Revolução Pernambucana (6 de Março de 1817) e aos eventos conducentes à independência do Brasil. Encerraria a sua publicação em 1822, visto que, segundo a perspectiva do redactor, não faria sentido conservar uma publicação no estrangeiro após o Brasil alcançar a sua plena soberania. Deste modo, é igualmente considerado o primeiro periódico brasileiro.



Fig.2 Hipólito José da Costa de autor desconhecido. Óleo sobre tela.

22 Cf. *Diccionario Jornalístico Portuguez*, vol. I, 166-167; Cunha, 256-257; Martins, 34; Tengarrinha, 50-51, 84-88, 90-93, 95-99; *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*, 38; Brandão 2005, 43, 50, 80; Nunes, 92; Rodríguez 1996, 355-356; e Rafael e Santos, vol. I, n.º 1244, 193. Por todos, veja-se *Correio Braziliense ou Armazem Literario*, edição fac-similada, vols. I-XXXII, 2001.

23 Cf. Costa, vols. I-II, 1811; *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. III, 1859, 198-200 e vol. X, 1883, 34; Dourado, vols. I-II, 1957; Rizzini 1957; e Ferreira, vol. V. 1987, 737-770.

Os incómodos causados à Coroa portuguesa pelas notícias veiculadas no *Correio Braziliense ou Armazem Literario* levaram a que se favorecesse a publicação de *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (1811-1819), (Fig.3) também em Londres, visando diminuir a influência daquele periódico, considerado nocivo aos interesses nacionais. Ao contrário do que vários autores defendem, os temas noticiosos procedentes do Brasil não foram o foco principal do *Correio Braziliense ou Armazem Literario*, preferindo-se relatar acontecimentos em todo o continente americano e na Europa, embora fosse dividido entre temáticas dedicadas à Política, Comércio, Artes, Literatura, Ciências, etc.

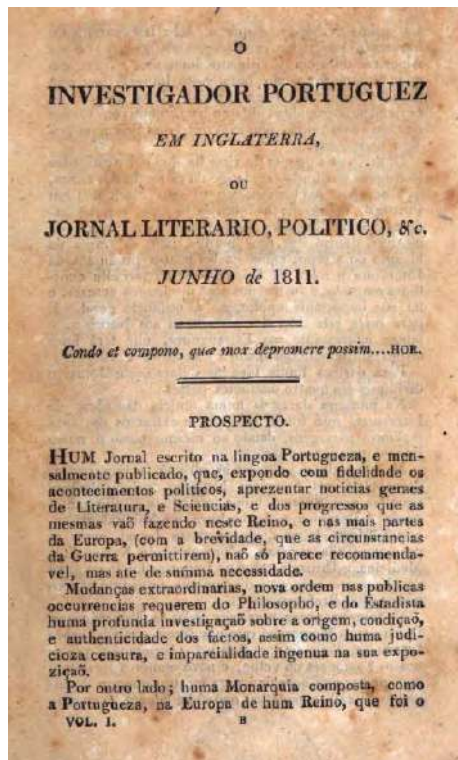


Fig.3

Ao longo dos catorze anos de produção jornalística difundiu um discurso doutrinário assente nas novas concepções políticas e de uma imprensa opinativa ligada aos partidarismos das lutas europeias e americanas. Consolidou-se, portanto, o “personal comment”,²⁴ em que se pressupunha, por exemplo, um “direito de resposta” e a troca de correspondência com os leitores, publicável, ou não, nesses periódicos. Verdadeiro percursor dos estudos de Direito Internacional Comparado, Hipólito José da Costa defendia a liberalização dos sistemas governativos, de acordo com uma matriz político-jurídica inglesa. Devemos lembrar que este autor não foi um académico, embora a sua expressão politóloga estivesse imbuída de uma percepção actualíssima da História.²⁵ Atendendo aos enredos políticos em que se movimentou, lutou pela renovação institucional dos sistemas políticos português e brasileiro, sem ocultar o desejo pela autonomização completa do Brasil. Nesse sentido, considerava a Inglaterra, que o acolheu no seu longo exílio, a verdadeira “meta” civilizacional a atingir pelos povos.²⁶

Comparando os sistemas jurídico-políticos europeus, demonstrou a violência brutal que marcou a História de Inglaterra, em contraposição com a aparente “tranquilidade” retratada pela História de Portugal. Lançando um debate historiográfico sobre temáticas tão originais como a influência do Direito normando nos fundamentos das polémicas “Cortes de Lamego”, estabeleceu um vínculo inopinado entre as nações mais antigas da Europa. Esta hipótese tinha um propósito claramente político, no qual seria necessário vislumbrar o

24 Na imprensa periódica desta época multiplicaram-se os ataques a Hipólito José da Costa e ao *Correio Brasiliense* ou *Armazem Literário*, criando-se alguns periódicos para combater a sua divulgação. Contudo, não se trata de verdadeiros “periódicos”, mas apenas de cartas ou manifestos endereçados ao autor e compilados noutras publicações: José Anselmo Corrêa Henriques, *Argus Lusitano: ou Cartas Analíticas*. (Londres: Oficina de Cox Son and Baylis, 1809-1810); Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão, *Reflexões sobre o Correio Brasiliense* (Lisboa: Imprensa Régia, 1809); *Exame dos Artigos Historicos, e Politicos, que se contem na Collecção Periodica intitulada Correio Brasiliense, ou Armazem Litterario, no que pertence somente ao Reino de Portugal* (Lisboa: Imprensa Régia, 1810); *Apologia do Periodico, que tem por titulo, Reflexões sobre o Correio Brasiliense* (Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1810); *Aviso aos Portuguezes sobre o Correio Brasiliense* (Lisboa: Imprensa Régia, 1811).

25 Cf. Costa, vols. I-III, 1809.

26 Cf. *Idem* 1809, 180-181.

passado para construir um futuro promissor para Portugal e, naturalmente, para o Brasil.²⁷

Para Hipólito José da Costa, a figura do monarca constituía-se o símbolo máximo da Nação, embora discordasse do poder absoluto das Coroas. Seja como for, qualquer que fosse o predicado com que se revestisse o poder régio, a Lei deveria ser suprema. O monarca só deveria exercer o poder, *de facto*, se agisse em concordância com a Lei, nunca a seu bel-prazer, qual déspota, como afirmava ter sido D. Pedro I, por exemplo. Sem olvidar as disposições das Ordenações Afonsinas e as *Leys das Siete Partidas*, defendeu que competia ao monarca legislar, mas sempre apoiado nos aparelhos deliberativos vigentes, tais como as Cortes, não esquecendo as analogias com o sistema parlamentar britânico, que ambicionava ver instituído em Portugal.

A luta pela emancipação dos povos e a sua interveniência nos assuntos de Estado foi transversal em toda a História da Europa e, obviamente, Portugal e a Inglaterra não foram excepção. Era necessário “remontar” às tradições da participação (ideal) de todos os segmentos da sociedade nos actos governativos e legislativos, ainda que a esfera judicial se mantivesse orientada por individualidades especializadas, como seria o seu caso, um jurisconsulto. Este ensejo das camadas populares em intervirem no governo do Estado remontava à Idade Média, sendo inegável o seu papel resolutivo na História de Portugal e de Inglaterra. Por outro lado, Hipólito José da Costa defendia a separação das influências religiosas dos assuntos nacionais, apelando a uma “democratização” e laicidade gerais. Embora não utilizasse este conceito na sua acepção actual, interessava-lhe modernizar o *status quo* nacional, baseando-se nos argumentos históricos e nas exigências práticas que se acumulavam.²⁸

A despeito das incertezas que permanecem sobre a imparcialidade política do “primeiro jornalista brasileiro”, o valor intelectual de Hipólito José da Costa é indiscutível, distinguido por uma intervenção memorável na realidade política enquanto sustentou a sua

27 Cf. *Idem*, vol. III, 1809, 374-375.

28 Cf. *Idem*, vol. IV, 1810, 82-84.

actividade jornalística. Dever-se-á entender o *Correio Braziliense ou Armazem Literario* como um marco na imprensa periódica aquando das Invasões Francesas, ainda que seja, inclusive, uma *milestone* para o universo periódico brasileiro. Mentor de ideias sociais e políticas inovadoras, este periódico soube utilizar o exercício da História em proveito dos desafios que a sociedade portuguesa enfrentava por esses anos conturbados.

É de destacar ainda a edição do *Correio de Londres*²⁹ (Impressão Régia, Lisboa), uma tradução quase literal do *London Courier and Evening Gazette* (1801-1839), o qual circulou em conjunto com outras publicações similares.³⁰ Publicado entre 15 de Julho de 1809 e 4 de Dezembro de 1810, os seus quarenta e cinco números apresentavam títulos distintos, o que, por vezes, obstrui o seu devido recenseamento crítico, embora, além do conteúdo noticioso sobre as guerras na Europa, fosse desprovido de outras temáticas.

Um dos periódicos portugueses mais emblemáticos fundados por imigrantes liberais neste contexto seria *O Investigador Portuguez em Inglaterra*³¹ (Londres, 1811-1819), da responsabilidade dos médicos Bernardo José de Abrantes e Castro (1771-1833),³² Vicente Pedro Nolasco da Cunha (1771-1844)³³ e, após Janeiro de 1814, José Liberato Freire de Carvalho (1772-1855),³⁴ (Fig.4) cuja intervenção tornou este periódico tão notório a nível internacional. Editado entre Junho de 1811 e Fevereiro de 1819, contou noventa e dois números mensais (ou “cadernos”), compilados em vinte e três volumes. Cada número possuía, em média, cerca de 130-300 páginas, usando um formato gráfico idêntico ao “in-quarto”.

29 Cf. *Dicionário Jornalístico Portuguez*, vol. I, 170-170; Cunha, 261; Tengarrinha, 62; e *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*, 39.

30 As traduções do *Correio de Londres* podem considerar-se uma continuação do *Mercurio Britannico, ou Noticias Historicas, e Criticas sobre os Negocios Actuaes* (1798-1800), por exemplo.

31 Cf. *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. III, 1859, 230-231; vol. X, 1883, 94; *Dicionário Jornalístico Portuguez*, vol. I, 197-198; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIII, 994; Cunha, 263-264; Tengarrinha, 50-51, 87-88, 90-91, 96-98; Rodríguez, 356; Nunes, 91-92; e *Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX*, vol. I, n.º 2879, 428.

32 Cf. *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. I, 1858, 379-380; e vol. VIII, 1867, 394.

33 Cf. *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. VII, 1862, 434-439; e vol. XX, 1911, 12-13.

34 Cf. Machado 2011.



Fig.4

Este periódico, além dos inúmeros artigos científicos e literários, contém documentação imprescindível para a História política e militar do primeiro quartel do século XIX. O *Investigador Português em Inglaterra* foi editado sob os auspícios de D. Domingos António de Sousa Coutinho (1760-1833), 1.º conde e marquês do Funchal, então embaixador na Corte londrina, o qual obteve um subsídio do Governo português, sediado no Rio de Janeiro, para combater as doutrinas hostis do *Correio Braziliense ou Armazem Literario* (1808-1822), de Hipólito José da Costa, e, mais tarde, de *O Portuguez ou, Mercurio Politico, Commercial e Literário* (1814-1826), de João Bernardo da Rocha Loureiro, entre outros periódicos incluídos no circuito londrino.

Apesar de, numa primeira fase, a cooperação com os agentes da Coroa portuguesa ter granjeado os seus objectivos, a partir da entrada de José Liberato Freire de Carvalho e a substituição de quase todo o corpo da redacção inicial, o conteúdo do periódico adoptou uma postura agressiva, recusando sujeitar-se às directrizes governamentais até que, finalmente, cessaram todas as subvenções. Em breve, a proibição de circulação de *O Investigador Portuguez em Inglaterra* foi promulgada, à semelhança com os dois periódicos supramencionados e os quais se propusera combater.

Em Dezembro de 1818, José Liberato Freire de Carvalho confiava a redacção do periódico a outros colaboradores, os quais apenas publicariam os números de Janeiro e Fevereiro de 1819. A nível literário, o conteúdo multifacetado deste periódico foi intimamente influenciado pelo ambiente inglês, sendo um dos primeiros impulsionadores do Romantismo, veiculando os valores estéticos de autores ingleses, entre os quais o famoso Sir Walter Scott (1771-1832), demonstrando o seu entusiasmo pelos temas medievais e a História da Península Ibérica. Todos os seus editores possuíam uma formação sólida no campo da Medicina, vocação que lhes possibilitou manter um discurso noticioso notável, mas cujo interesse pela História foi crucial.

O Investigador Portuguez em Inglaterra publicou uma transcrição de um opúsculo dedicado ao amor português à Pátria – o *Discurso em que se tracta o Elogio da Nação Portugueza* –, editado pouco antes pelo engenheiro militar José Maria das Neves Costa (1774-1841), ainda que anonimamente. Numa demanda pelos valores medievais, procurou legitimar a obrigação de qualquer cidadão em “imitar” os exemplos dos antigos portugueses.³⁵ Um dos assuntos mais tratados por *O Investigador Portuguez em Inglaterra* foi a exigência pela extinção do Tribunal do Santo Ofício, apelando-se à liberdade religiosa, embora os autores deste periódico não encobrissem as suas confissões católicas romanas. Ainda assim, a liberalidade do seu pensamento era manifestamente contrária à existência daquele tribunal eclesiástico, ainda activo no contexto peninsular e nos territórios ultramarinos.³⁶

35 Cf. *O Investigador Portuguez em Inglaterra...*, vol. IV, Junho 1812, 17-33. Trata-se de uma transcrição do opúsculo de José Maria das Neves Costa, *Discurso em que se tracta o Elogio da Nação Portugueza...*, 1811.

36 Cf. *O Investigador Portuguez em Inglaterra...*, vol. VI, Junho 1813, 453-454.

Os textos de António da Visitação Freire de Carvalho apontam para a revisão dos sistemas políticos, em que o Absolutismo foi entendido como o decadentismo dos poderes políticos, pelo que se impunha esclarecer a opinião pública acerca dos sistemas feudais.³⁷ Nas extensas páginas de *O Investigador Portuguez em Inglaterra* encontram-se ainda notícias sobre o gradual protagonismo político, militar e económico dos Estados Unidos da América no contexto internacional. Deveras proveitoso para o entendimento político internacional, é, por outro lado, extremamente profícuo para o conhecimento histórico do Exército português, sobretudo no campo da Estratégia e da Tática, veiculando a urgência de fundar academias militares e impor reformas no seio do Exército português, entre outras preocupações estruturais.

3. Um Novo Vigor do Periodismo Português no Contexto Internacional

Num ambiente editorial vibrante como se vivia em Londres no início ao século XIX, sucediam-se as iniciativas dos emigrantes políticos portugueses na publicação de periódicos – veja-se o semanário *O Espelho Politico e Moral*,³⁸ redigido por José Anselmo Correia Henriques (1777-1831)³⁹ e João Bernardo da Rocha Loureiro,⁴⁰ entre 4 de Maio de 1813 (n.º 1) e 1 de Fevereiro de 1814 (n.º 41). Com uma excelente apresentação gráfica, destacou a política internacional dos Estados Unidos da América, entre inúmeros anúncios publicitários. No âmbito historiográfico, a aridez discursiva de *O Espelho Politico e Moral* foi notória, não obstante o uso de referências históricas com

37 Carvalho, vol. IX, Março 1814, 2-4.

38 Cf. *Dicionário Jornalístico Portuguez*, vol. I, 183-183; Cunha, 265-266; Tengarrinha, 62, 84, 87, 92; Brandão, 88, 92; Alves 2000, 432-438, 489-495; *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*, 46; Nunes, 91-93; e *Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX*, vol. I, n.º 2013, 303.

39 Cf. *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. IV, 1860, 235-236; e vol. XII, 1884, 220.

40 Relembramos que João Bernardo da Rocha Loureiro foi o impulsor do *Correio da Peninsula ou Novo Telegrafo* (1809-1810), juntamente com Nuno Álvares Pereira Pato Moniz. Finda a publicação de *O Espelho Politico e Moral*, iniciaria depois a edição de *O Portuguez; ou, Mercurio Politico, Commercial e Literario* (1814-1826).

um cunho propagandístico à “raça portuguesa” e que o sentimento romântico e ultra-romântico aperfeiçoaria em tempos mais recentes.

Entre os periódicos editados em Londres, impôs-se um dos mais importantes órgãos de comunicação internacional da imprensa periódica nacional: *O Portuguez ou Mercurio Politico*⁴¹ (1814- 1826), redigido por João Bernardo da Rocha Loureiro e José Anselmo Henriques (1777-1831). Ilustre publicação política, este periódico mensal registou uma procura imensa pelo público leitor em Inglaterra e Portugal, apesar das violentas proibições que o Governo promulgara contra a sua edição, circulação e leitura.⁴² É uma fonte histórica valiosíssima para o conhecimento político coevo,⁴³ ainda que dirigisse panegíricos à monarquia portuguesa, mas evidenciando unicamente as dinastias de Borgonha e Avis. Chamou a atenção para o papel regulador (e até conciliador) das “Cortes de Lamego” entre os povos e a Coroa,⁴⁴ um tema que seria retratado até à exaustão na nossa imprensa periódica no período liberal.

Ainda no contexto londrino, despontaria o *Microscopio de Verdades*⁴⁵ (1814-1815) (Fig.5), sob a orientação do diplomata Francisco de Alpoim e Meneses (1790-1870?).⁴⁶ Tratava-se de uma publicação muitíssimo politizada, cujos interesses editoriais se centralizavam nas relações internacionais entre Portugal e a Inglaterra, noticiando inúmera documentação diplomática, assim como as oportunidades comerciais que se adivinhavam com o final das Guerras Napoleónicas. Foi um dos primeiros periódicos portugueses a relatar os trabalhos do Congresso de Viena (1815) exaltando, em paralelo, os Estados Unidos da América enquanto actor internacional.

41 Cf. Balbi, tomo II, 2004 (fac-simile da edição de Paris: Chez Rey et Gravier, 1822), CLXXXI; *Dicionário Jornalístico Portuguez*, vol. I, 238-241; Cunha, 267; Tengarrinha, 84-85, 87-88, 92-94, 97-99; e *Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX*, vol. II, n.º 4168, 189.

42 Cf. Alves 2005.

43 Cf. Santos 2004, 16-21.

44 Cf. Moniz 1814, 471-482.

45 *Microscopio de Verdades; ou, Oculo Singular, para o Povo Portuguez ver puras, e singelas verdades despidas dos caprichos, e paixões particulares, e outras expostas a brilhante luz do patriotismo, depois de terem sido descobertas por elle, entre as sombras do erro, da ignorancia, ou malicia dos Godoyanos.* (Londres: W. Lewis, 1814-181). Cf. *Dicionário Jornalístico Portuguez*, vol. I, 217-217; Cunha, 266; Tengarrinha, 84, 92; Alves, 428, 574; *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*, 60; e *Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX*, vol. II, n.º 3478, 95.

46 Cf. *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. II, 185, 327-328; e vol. IX, 187, 248.



Fig.5

Além dos interesses gerais do *Microscópio de Verdades* em escassos oito números irregulares, apresentou algumas reflexões alicerçadas na História para a defesa de determinadas opções políticas da Coroa portuguesa. Absolutista convicto e posteriormente perseguido pelo Liberalismo, Francisco de Alpoim e Meneses tentou, apesar de tudo, compreender o constitucionalismo ao longo da nossa História e onde se verificaria uma participação das camadas populares nas decisões gerais da Nação. Assim, o debate em torno das Cortes de Lamego⁴⁷ e do parlamentarismo foram temas habituais, sugerindo já uma conciliação entre as facções liberais e absolutistas.

47 Cf. Meneses 1814, 17-34.

O *Microscopio de Verdades* teve uma existência efêmera, mas o contributo qualitativo dos seus apontamentos historiográficos conseguiu marcar a diferença numa publicação explicitamente dedicada à discussão política. Residindo demoradamente em Londres, o pensamento político do seu autor seria influenciado pelo sistema parlamentar britânico, embora ciente dos antagonismos da sociedade portuguesa em relação às reformas políticas, defendendo que, acima das lutas políticas, importava manter a independência nacional.

Ainda pertencente aos periódicos liberais da “primeira emigração” em Londres, recordamos *O Campeão Portuguez, ou o Amigo do Rei e do Povo*⁴⁸ (1819-1821), redigido por José Liberato Freire de Carvalho, o qual reuniu trinta e seis números quinzenais, tendo cessado com o seu regresso a Lisboa.⁴⁹ Escrito numa linguagem menos virulenta do que outros periódicos congêneres, apelou para a implementação de reformas políticas e sociais, censurou os abusos do Governo no Rio de Janeiro e “preparou-se” para a inevitável mutação política após Agosto de 1820, tendo sido posteriormente um repositório de notícias e documentos sobre a Revolução Liberal.

Contudo, o último dos periódicos portugueses criado em Londres aquando a Revolução Liberal seria *O Padre Amaro, ou Sovéla, Política, Historica, e Literaria*,⁵⁰ publicado entre Janeiro de 1820 e Maio de 1826, resultando numa colectânea de doze volumes – continuado pelo *Apêndice ao Padre Amaro* (1826-1830), num total de seis volumes. Editado por Joaquim Ferreira de Freitas (1771-1831),⁵¹ o qual esteve ao serviço das forças francesas, tendo depois fugido para Londres e abraçado o jornalismo. Periódico francamente politizado e faccioso, era movido pela defesa pública do esforço independentista brasileiro, recebendo uma tença vitalícia de 600 libras anuais a expensas de

48 Cf. *Diccionario Jornalístico Portuguez*, vol. I, 160-162; Cunha, 270-271; Tengarrinha, 84-85, 92-94; *Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX*, vol. I, n.º 877, 142.

49 Sucedido por *O Campeão Portuguez em Lisboa, ou o Amigo do Povo e do Rei Constitucional. Semanario Politico para advogar a causa e interesses da Nação Portuguesa em ambos os Mundos, e servir de continuação ao Campeão Portuguez em Londres* (Lisboa: Typographia Rollandiana, 1822-1823).

50 Cf. *Diccionario Jornalístico Portuguez*, vol. I, 233-234; Cunha, 271; Tengarrinha, 84, 92, 143; Alves, 429; e *Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX*, vol. II, n.º 3840, 147.

51 Cf. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. IV, 1860, 77-79; vol. XII, 1884, 36-37.

D. Pedro IV (1798-1834), a qual raramente teria sido paga. Periódico de referência política nos primórdios do Portugal constitucional, acabaria por tributar atenção a outros períodos da História de Portugal, assim como a outras temáticas.

Nesse tempo, o periodismo português encontrava-se em forte exaltação e as alusões à História de Portugal foram uma ferramenta essencial nas iniciativas do periodismo através do qual pretendia-se transmitir a concepção de um imaginário histórico ideal. Todos os periódicos portugueses assinalaram um rejuvenescimento, vislumbrando o futuro com optimismo e expectativa. Adoptando Clio como mentora, assistiu-se a uma célere metamorfose da actividade jornalística,⁵² embora a nossa imprensa periódica especializada seguisse, paralelamente, um caminho traçado por outros países europeus após a criação das suas academias e a multiplicação de periódicos científicos.⁵³

4. Tempos de Viragem Política às Vésperas da Revolução Liberal

Em 24 de Agosto de 1820 iniciou-se um levantamento revolucionário no Porto que se propagaria para outras vilas e cidades portuguesas, consolidando-se com a adesão de Lisboa.⁵⁴ Não se registaram grandes focos de oposição à revolta, a qual foi provocada pelo pretexto da falta de pagamento dos soldos militares e por comerciantes descontentes, garantindo o apoio de quase todas as camadas sociais. A junta governativa de *Lord William Carr Beresford* (1768-1854) foi prontamente substituída pela Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, convocando-se as Cortes Gerais para preparar uma Constituição segundo o modelo espanhol. Ainda que o Congresso de Viena (1814-1815) promovesse o retorno aos moldes do Absolutismo de modo a impedir as ideias liberais – fomentadas pelos soldados franceses ou por poetas românticos, como o inglês *Lord Byron*

52 Cf. Barros, 2001.

53 Cf. Barata, 2003.

54 Cf. Cardoso 2019; e Albuquerque 2020.

(1788- 1824),⁵⁵ partidário das lutas pelas nacionalidades –, os povos subjugados exigiam reformas urgentes. Apenas a Rússia, o Império Austro-Húngaro e a Prússia, principais signatárias de Viena, preservavam as suas monarquias absolutistas. A Espanha implementou uma Constituição liberal (Cádiz, 1820), mas seria suspensa, porém, pela reacção absolutista de 1823 e a consequente guerra civil até 1839. Também os ventos revolucionários sopraram em Portugal, semeando o gérmen do Liberalismo.⁵⁶

A muito custo, D. João VI regressará a Lisboa em 1821, após as eleições para as Cortes Constituintes. Em 1822, jurou a Constituição, ensombrada pela independência brasileira a 22 de Setembro desse ano, impelida igualmente pelos ideais liberais e os exemplos contíguos das Américas. As revoluções liberais decompueram o xadrez político ocidental, para além das suas fronteiras. O século XIX assiste ao êxito de numerosas sublevações nos territórios europeus e latino-americanos, fundamentadas nas nacionalidades e nas constituições baseadas no princípio universal da *Liberté, Egalité, Fraternité* difundido pela Revolução Francesa de 1789. A tolerância religiosa foi uma das reivindicações gerais, abrindo o caminho à laicização das sociedades e às liberdades de culto e de consciência, originando, em contrapartida, uma decadência nas instituições eclesiásticas europeias, antigos sustentáculos das monarquias absolutas, agora desprovidas de poder, imunidades e privilégios.⁵⁷

Por conseguinte, os tempos também foram revolucionários nos meandros da imprensa periódica, daí esta data ser um “turning point” em qualquer estudo sobre o periodismo nacional.⁵⁸ Como se verificou desde o nascimento da imprensa periódica em 1641, a História continuou a sustentar as práticas jornalísticas, fornecendo as estruturas necessárias para a construção das representações discursivas com que se divulgaram os acontecimentos. Foi igualmente o tempo que antecedeu a entrada do Romantismo no panorama literário português e em que o próprio ofício historiográfico assistirá a mudanças inovadoras movidas pela aproximação entre a História e o Jornalismo.

55 Cf. Freire, 1944.

56 Cf. Costa, Domingues e Monteiro (orgs.) 1989; e Leal (coord.) 2013.

57 Cf. Monteiro 2003.

58 Cf. Tengarrinha 1993.

Obras Citadas

I) Fontes Periódicas

- Apologia do Periodico, que tem por titulo, Reflexões sobre o Correio Brasiliense.* Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1810.
- Argus Lusitano: ou Cartas Analiticas.* Londres: Oficina de Cox Son and Baylis, 1809-1810.
- Aviso aos Portuguezes sobre o Correio Brasilienze.* Lisboa: Impressão Régia, 1811.
- Correio Braziliense ou Armazem Literario*, edição fac-similada, vols. I-XXXII. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- Correio Braziliense ou Armazem Literario.* Londres: W. Lewis, Paternoster-Row, [et al.], 1808- 1822.
- Discurso em que se tracta o Elogio da Nação Portuguesa...*, Lisboa: Impressão Régia, Lisboa, 1811.
- Exame dos Artigos Historicos, e Politicos, que se contem na Collecção Periodica intitulada Correio Braziliense, ou Armazem Litterario, no que pertence somente ao Reino de Portugal.* Lisboa: Impressão Régia, 1810.
- Gazeta de Lisboa [et al.]*, Lisboa: Oficina Pascoal da Sylva [et al.], 1715-1760.
- Gazeta Extraordinaria de Londres.* Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1762.
- Mercurio Britannico, ou Noticias Historicas, e Criticas sobre os Negocios Actuaes.* Londres: [s. n.], 1798-1800.
- Mercurio da Evropa, com suas noticias principaes, nam so dos successos da Liga Sagrada contra Infeis, mas descreve-se o caminho, que fez El-Rey da Graõ Bretanha Jacobo II, defensor da Fé, desde que sahio de Londres a França, até chegar a Irlanda, aonde fica de caminho para vir ao Reyno de Escocia. E descriçãam do Reyno de Inglaterra.* Lisboa: Oficina de Domingos Carneiro, 1689.
- Microscopio de Verdades; ou, Oculo Singular, para o Povo Portuguez ver puras, e singelas verdades despidas dos caprichos, e paixões particulares, e outras expostas abrilhante luz do patriotismo, depois de terem sido descobertas por elle, entre as sombras do erro, da ignorancia, ou malicia dos Godoyanos.* Londres: W. Lewis, 1814-1815.
- Noticias Catholicas, e Politicas de Inglaterra que trouxeraõ os ultimos Correyos do Norte: publicadas nesta Corte de Lisboa a 16. de Setembro, Anno de 1687.* Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1687.

- Noticias Geraes de Evropa, com os Avisos, que ha de Alemanha, Venesa, Inglaterra, França, & Irlanda. Vindas no ultimo correyo de Italia, & Norte.* Lisboa: Officina de Miguel Manescal, 27 Maio 1689.
- O Campeão Portuguez em Lisboa, ou o Amigo do Povo e do Rei Constitucional. Semanario Politico para advogar a causa e interesses da Nação Portugueza em ambos os Mundos, e servir de continuação ao Campeão Portuguez em Londres.* Lisboa: Typographia Rollandiana, 1822-1823.
- O Campeão Portuguez, ou o Amigo do Rei e do Povo. Jornal politico, publicado todos os quinze dias para advogar a cauza e interesses de Portugal.* Londres: L. Thompson, 1819-1821.
- O Espelho Politico e Moral,* Londres: W. Lewis, 1813-1814.
- O Investigador Portuguez em Inglaterra, ou Jornal Literario, Politico, &c.* Londres: H. Bryer; T. C. Hansard, 1811-1819.
- O Padre Amaro, ou Sovêla, Politica, Historica, e Literaria.* Londres: L. Thompson; R. Greenlaw, 1820-1826.
- O Portuguez ou Mercurio Politico, Commercial e Literario.* Londres: T. C. Hansard; W. Lewis; L. Thompson, 1814-1826.
- Palladio Portuguez, ou Clarim de Pallas que annuncia periodicamente os Novos Descobrimentos n'Agricultura, Artes, Manufacturas, Commercio, &c.* Lisboa: Officina Patriarchal, 1796.
- Reflexões sobre o Correio Brasiliense.* Lisboa: Impressão Régia, 1809.

II) Obras de Referência

- Cruz, Maria Helena Braga da; e José Matos da Silva (orgs.) *Catálogo das Publicações em Série (1641-1833)*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1985.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vols. I-XL. Lisboa: Editorial Enciclopédia/Página Editora, 1998.
- Machado, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana...*, vols. I-IV. Coimbra: Atlântida, 1965-1967 [fac-simile da edição de Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759].
- Pereira, Augusto Xavier da Silva. *Diccionário Jornalístico Portuguez*, vol. I (manuscrito). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, [s. d.].
- Pereira, Esteves e Guilherme Rodrigues. *Portugal. Diccionário Histórico*, vols. I-VII. Lisboa: João Romano Torres Editor, 1904-1915.

- Rafael, Guida Guedes e Manuela Santos. *Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX*, vol. I. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Silva, Inocêncio Francisco da Silva [et al.]. *Dicionário Bibliográfico Portuguez...*, vols. I-XXII. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923.

III] Estudos

- Acomb, Frances Dorothy. *Mallet Du Pan (1749-1800). A Career in Political Journalism*. Michigan: Duke University Press, 1973.
- Albuquerque, Rui. *1820. O Liberalismo em Portugal*. Lisboa: Oficina da Liberdade/Alêtheia Editores, 2020.
- Alves, José Augusto dos Santos. *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*. Lisboa: UAL, 2000.
- . *Glória, Memória e Mito: o Periodismo Vintista (1820-1823)*. Lisboa: Editora Media XXI/Centro de História da Cultura, 2013.
- . *Ideologia e Política na Imprensa do Exílio. O Portuguez (1814- 1826)*, 2.ª edição. Lisboa: INCM, 2005.
- . *O Poder da Comunicação*. Lisboa: Casa das Letras, 2005.
- Araújo, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal: Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- Balbi, Adrien. *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve...*, palavras prévias de Joaquim Romero Magalhães. Tomo II. Coimbra/Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/INCM, 2004 [fac-simile da edição de Paris: Chez Rey et Gravier, 1822].
- Barata, Paulo. *Os Livros e os Liberalismos. Da Livraria Conventual à Biblioteca Pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.
- Barrento, António. *Guerra Fantástica. 1762: o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos*. Lisboa: Tribuna da História, 2006.
- Barros, João de. *A Revolução de 1820. A sua Obra e os seus Homens*. Lisboa: Caixotim Edições, 2001.
- Belo, André. «A Gazeta de Lisboa e o Terramoto de 1755: a Margem do Não Escrito», in *Análise Social*, n.ºs 151-152, vol. XXXIV. Lisboa: ICS, 2000.
- *Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso (1715-1760)*. Lisboa: ICS, 2000.

- Brandão, Fernando de Castro. *Da Crise do Antigo Regime à Revolução Liberal (1799-1820): uma Cronologia*. Lisboa: Europress, 2005.
- Cardoso, José Luís. *A Revolução Liberal de 1820*. Tradução para o Inglês por José Manuel Godinho. Lisboa: CTT Correios de Portugal, 2019.
- Costa, Fernando Marques da; Francisco Contento Domingues; Nuno Gonçalves Monteiro (orgs.) *Do Antigo Regime ao Liberalismo (1750-1850)*. Lisboa: Editorial Vega, 1989.
- Costa, Hipólito José da. *Historia de Portugal*, vols. I-III. Londres: Oficina de F. Wincrave, 1809.
- . *Narrativa da Perseguição de Hippolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça... prezo, e processado em Lisboa pelo pretense crime de framaçon ou pedreiro livre*, vols. I-II. Londres: W. Lewis, 1811.
- Cunha, Alfredo da. "Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)". Separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, tomo IV. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1941.
- Dias, Eurico Gomes. *Representações da Idade Média na Imprensa Periódica Portuguesa entre a Restauração e a Revolução Liberal*. Lisboa: Caleidoscópio, 2017.
- Dourado, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*, vols. I-II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.
- Ferreira, João Pedro. "A Proposta Constitucional do *Correio Braziliense*". Separata de *Cultura. História e Filosofia*, vol. V. Lisboa: Centro de História da Cultura/ FCSH-UNL, 1987.
- Freire, João Paulo. *Lord Byron: Vida e Obra, suas Referências a Portugal*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1944.
- Gama, José de Saldanha da. *Biographia e Apreciação dos Trabalhos do Botânico Brasileiro Frei José Mariano da Conceição Velloso*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C.^a, 1869.
- Grimberg, Carl. *História Universal. No Século de Luís XIV*, vol. XII. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1967.
- Israel, Jonathan. *The Anglo-Dutch Moment: Essays on the Glorious Revolution and its World Impact*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- Lapa, Albino. *A Palavra «Lisboa» na História do Jornalismo*. Lisboa: CML, 1967.
- Leal, Ernesto Castro (coord.). *Liberalismo e Antiliberalismo*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras, 2013.

- Lisboa, João Luís (coord.). *Cadernos de Cultura. Gazetas. A Informação Política nos Finais do Antigo Regime*. Suplemento da Revista *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, n.º 4. Lisboa: Centro de História da Cultura/FCSH-UNL, 2002.
- Machado, Adelaide Vieira. *A Importância de se Chamar Português: José Liberato Freire de Carvalho na Direcção do Investigador Português em Inglaterra, 1814-1819*. Tese de doutoramento em História e Teoria das Ideias (Pensamento, Cultura e Política). Lisboa: FCSH-UNL, [texto policopiado], 2011.
- Martins, Rocha. *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1942.
- Monteiro, Nuno Freitas. *Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2003.
- Moreira, Vital e José Domingues. *No Bicentenário da Revolução Liberal. Da Revolução à Constituição, 1820-1822*. Porto: Porto Editora, 2020.
- Nunes, Maria de Fátima e João Carlos Brigola. "José Mariano da Conceição Veloso (1724-1811): um Frade no Universo da Natureza". *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Lisboa: BNL/INCM, 1999.
- . *Imprensa Periódica Científica (1772-1852). Leituras de «Sciencia Agrícola» em Portugal*. Lisboa: Estar Editora, 2001.
- Ramos, Luís A. de Oliveira. *Sob o Signo das «Luzes»*. Lisboa: INCM, 1988.
- Rizzini, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- Rocha, João L. de Moraes. *O Essencial sobre a Imprensa em Portugal*. Lisboa: INCM, 1998.
- Rodríguez, Alberto Pena. "História do Jornalismo Português". *História da Imprensa*, cap. VIII. Coord. Alejandro Pizarroso Quintero. Lisboa: Planeta Editora, 1996.
- Santos, Maria Helena Carvalho dos. "Jornalistas, Poder e Exílio nos Princípios de Oitocentos". *O Jornalismo Português: Passado, Presente e Futuro. Actas & Colóquios da Hemeroteca*. Lisboa: HML/CML, Lisboa, 2004.
- Serrão, Joel (coord.). *Roteiro de Fontes da História Portuguesa Contemporânea. Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

- Tengarrinha, José. *Da Liberdade Mitificada à Liberdade Subvertida. Uma Exploração no Interior da Repressão à Imprensa Periódica de 1820 a 1828*. Lisboa: Colibri, 1993.
- . *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2006.
- . *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das Origens a 1865*. Lisboa: Temas & Debates/Círculo de Leitores, 2013 (2.^a edição, Lisboa: Editorial Caminho, 1989).

Marshal William Carr Beresford and the Return to Portugal of the Portuguese Royal Family (1814-1830)

Marcus de la Poer Beresford M.Litt.
(Independent Researcher)

The role played by Marshal William Carr Beresford in the Peninsular War or “Invasões Francesas” (1807-1814) has been the subject of a number of works; but his involvement in Portugal in the subsequent sixteen years has received much less attention.¹ This paper will look at the period 1814 -1830. Conceived during the coronavirus pandemic, with limited access to archives, this account does not pretend to answer all of the questions raised, but will hopefully act as a basis for further research and discussion on both sides of the Atlantic. To do so, it will look at Beresford’s relationship with Dom João, the Regency in Portugal, British policy and Beresford’s own ambitions.

At the conclusion of the war, following the battle of Toulouse (10 April 1814), the Portuguese army marched home from south west France under the command of General Carlos Lecor. That army had made a colossal contribution to the allied success. Its achievements were recognized by those in the British army and indeed by a number of French officers. Beresford for his part took leave and, for the first time in over five years, returned first to England and then to Ireland. Previously Sir William, he was now elevated to the peerage as

1 See Newitt & Robson, 2004; and Beresford, 2019.

Baron Beresford of Albuera and Dungarvan.² His stay with family and friends in the British Isles was however, brief. He returned to Portugal in August 1814, to resume command of the army. He did so with the support of the British government. Sanguine, as ever, he did not anticipate that he would remain long in Portugal. With the danger of French invasion gone, he knew he had lost his trump card in dealing with a recalcitrant Regency. He made it very clear that his objective was to ensure the safe return of the Portuguese royal family to Portugal and that had it not been for Dom João's anticipated return, Beresford himself would not have gone back to Portugal. He opined that if Dom João's ministers were of the same view as the Regency, it would be impossible for British officers in the Portuguese service to remain in Portugal unless it was for pleasure.³

Back in Lisbon, Beresford organized a victory parade for the army, stating in his *Ordem do Dia* on 27 August that he would forever recall the sacrifices they had made, noting they had proved themselves the equal of the best soldiers in Europe.⁴ The Marshal's sentiments were not reflected in the actions of the Regency. Burdened with huge debts, part of the peace dividend was the contraction of the army. This was combined with a reduction of the pay of those in the ranks, a decision which Beresford's Quartermaster General, Benjamin D'Urban, attributed to a desire by the Regents to reduce the army from the state of excellence achieved under Beresford to its 'former state of wretchedness and nonentity'. (D'Urban 1990, 330) Many soldiers spent the ensuing winter on short rations, with inadequate clothing in poorly furnished barracks.

The tactics pursued by the Regency on Beresford's return were designed to get rid of the Marshal, and to clear the army of those British officers who had joined the Portuguese army during the Peninsular war. Politicians such as Raimundo Nogueira and Miguel Forjaz who

2 Albuera to reflect the battle where the allied army was commanded by Beresford on 16 May 1811. Dungarvan was an important town in Beresford's home county of Waterford in Ireland.

3 Beresford to John Poo Beresford, 18 September 1814 (NYA, ZBA21/10.f.55). John Poo was Beresford's brother and was captain of the fleet sent to Rio to escort the Portuguese royal family home.

4 See *Ordens do Dia*, 27 de Agosto de 1814.

had previously supported Beresford now opposed him, while ironically the Principal Sousa on occasions supported his adversary during the Peninsular war. While Dom João enjoyed considerable support in Portugal, a growing radical movement threatened both absolutism and the stability of the nation. There were even rumours that some of the nobility might aspire to deliver the kingdom to become a province of Spain. Against this background, while those opposed to the Marshal in both Portugal and Brazil sought to sever him from Dom João's support, the Marshal repeatedly urged Dom João and his advisers of the desirability, indeed the necessity, of returning to Portugal.

The escape of Napoleon from Elba on 26 February 1815 and his triumphant return to France led the allies, then meeting in congress in Vienna, to declare him an outlaw and prepare again for war. Wellington, appointed to command the army assembling in the Low Countries, wrote immediately to Beresford seeking 12,000-14,000 Portuguese troops to join that force, a request that was endorsed by the Conde de Palmela (as he then was), the Portuguese envoy to the congress.⁵ Preparations were made for their dispatch on shipping sent to the Tagus by the British government. On the basis that sending the troops out of the kingdom required royal authority, the Regency refused to comply with Wellington's request and no Portuguese force participated at Waterloo, a factor which may well have contributed to a lack of British support for the return of Olivença to Portugal by virtue of the Treaty of Vienna.⁶ Beresford was devastated by the decision of the Regency, observing that he was doomed to be a spectator of the campaign and expressing his view 'I have been also quite disgusted with the refusal of these people to enter into the common cause of Europe'.⁷

5 See Wellington to Beresford, 24 March 1815; PRONI, D3030/4464. Wellington considered Palmela the ablest diplomat in Europe. Palmela was liberal in outlook but he and Beresford became not just correspondents, but friends who frequently corresponded, with Beresford acting as Palmela's eyes and ears in Portugal.

6 See Article 105 of the Final Act (Treaty of Vienna) provided that the victorious powers would 'formally engage to use their utmost endeavours, by amicable means, to procure the retrocession of the said territories, in favour of Portugal. And the Powers declare, as far as depends upon them, that this arrangement shall take place as soon as possible'.

7 Beresford to Marquess of Abercorn, 2 June and 10 August 1815; PRONI, D623/A/244/1 & 5.

There were however other fault lines emerging in the Anglo-Portuguese relationship. One of these was Great Britain's attitude to slavery. In the decade after Waterloo however, it was the projected extension of Portuguese authority in South America at Spain's expense that was to become a thorny issue between the two powers; a point of friction exacerbated by the move to independence of Spanish colonies on that continent. In fact, even before Wellington's plea for Portuguese troops to be part of the allied force to counter Napoleon had been received, a force was being prepared for 'the Brazils' to participate in the invasion of the Banda Oriental del Uruguay ('Banda Oriental').⁸ In early 1816 some 5000 troops, the Royal Volunteer Division, under General Lecor arrived in Rio de Janeiro; and with others took part in the conquest of the Banda Oriental which in 1820 became part of the United Kingdom of Portugal, Brazil and the Algarves.

In June 1815 the Regency refused to ratify Beresford's promotion of officers in the Portuguese army. Beresford's frustration with the Regency was now such that he was minded to leave Portuguese service; but he determined that before making a final decision, he would travel to Brazil to ascertain the views of Dom João.⁹ On 10 August he sailed for Rio de Janeiro on a Portuguese naval vessel, the *Fama*. His intention was that the visit would be of short duration, but it was to be September 1816 before he returned to Portugal.

In what has understandably been referred to as 'An odd alliance' Dom João and Beresford hit it off.¹⁰ Described by the British politician Thomas Creevey, M.P.¹¹ as a 'low-looking ruffian in his air, with damned bad manners, or rather none at all', (Maxwell, 1903) Beresford was far removed from the ideal of a smooth courtier. This however was counterbalanced by his perceived integrity and his disposition to call a spade a spade. No doubt his ability to maintain a

8 The Banda Oriental del Uruguay were the South American territories north of the Rio de la Plata and east of the Rio Uruguay. These comprise modern day Uruguay, as well as Rio Grande do Sul and portions of Santa Catarina, today part of Brazil.

9 Beresford to Wellington, 8 July 1815; Wellington Papers WP1/473/56.

10 See Costa, 2009.

11 Creevey was politically opposed to Beresford.

functioning army also played its part in Dom João's reciprocal loyalty to Beresford. Without the troops furnished by Beresford from Portugal, the invasion of the Banda Oriental might have been impossible, its success doubtful. On arrival in Brazil, Beresford was faced with a suggestion put forward by the Regency in Portugal that he be replaced as Commander-in-Chief by a German, with German officers replacing their British counterparts. Both Dom João and António Araújo, now Minister for the Marine and the Colonies, rejected the suggestion. Instead, Beresford's position was further enhanced in December 1815 when he was created Marshal-General of the armies of the Crown in both Europe and the Americas. In the same month one of Beresford's most trusted Portuguese advisors, Lieutenant-General António de Lemos Pereira de Lacerda, was created Visconde Juromenha. Beresford's star was in the ascendant. The promotions in the army blocked by the Regency in 1815 were approved by Dom João.¹² When Queen Maria died on 20 March 1816, Beresford was the only non-Portuguese selected as one of the pall bearers. However, the Court then went into a full year's mourning, and Beresford found it impossible to return to Portugal for a number of months. Meanwhile, the invasion of the Banda Oriental was heightening tensions with Spain.

Beresford returned in September 1816 to Portugal without any member of the royal family. The primary focus of Dom João (King João VI since his mother's death) and his ministers was on expansion in South America. The lack of success in securing the return of Dom João to Portugal may have been mitigated, to some extent, by the arrival of the two Portuguese Princesses (Maria Isabel and Maria Francisca) in Cadiz to be married respectively to the King of Spain, Ferdinand VII, and his brother Don Carlos. However, Beresford was soon at loggerheads with the Regency again over arrears of pay to the army and an attempt to pay soldiers two thirds of their salary in paper money, contrary to an earlier agreement. Portugal was in

¹² See *Ordens do Dia*, Junho 1816, 20-23, printed a copy of officers promoted by order of Dom João, 12 October 1815.

a state of unrest and Beresford's position was becoming more difficult with the departure of senior aides such as Benjamin D'Urban and Robert Arbuthnot.¹³ Their position had become less financially attractive and more precarious with the decision that they must be paid by the Portuguese government. They returned to England. For his part Beresford was becoming seriously alarmed at the now evident turmoil in Portugal, and he wrote to Wellington, warning him of the growth of a pro-Spanish party and his concern that a conspiracy was developing to overthrow the King. Meanwhile, Spain enlisted Great Britain's help, protesting at the invasion of the Banda Oriental, resulting in Portugal being warned by its putative ally that unless it could give a satisfactory explanation, Portugal would be deemed to have forfeited its claim in respect of slaving vessels illegally seized by the British royal navy. Alarmed at the prospect of a Spanish offensive against Portugal, Beresford filled up the regiments of line with transfers from the militia. In the knowledge that in the event of an attack, and with British support lukewarm, Beresford set off on a tour of the Alentejo in February 1817 only to find that the fortresses were ill prepared for conflict.

Returning to Lisbon, Beresford became aware in April of rumours of an intended coup.¹⁴ His informant was an army officer whom he encouraged to insinuate himself with the suspected plotters. By 23 May he was convinced some attempt to overthrow the government was imminent. Having discussed the matter with a number of highly placed 'friends of the king' he informed the Regency. He requested ten days grace before any action was taken to further his enquiries, but this was denied. The Regency acted expeditiously. On 25 May thirty alleged conspirators were arrested. These included a substantial number of middle ranking army officers. At the top of the pyramid of those detained was General Gomes Freire de Andrade, a supporter of

13 Benjamin D'Urban had been Beresford's Quartermaster-General since 1809. Arbuthnot had served with Beresford even longer including at the Cape of Good Hope and Buenos Aires in 1806. He was Beresford's British Military Secretary. Antonio de Lemos Pereira de Lacerda was his Portuguese Military Secretary.

14 Beresford summarized developments in a memorandum dated 'Lisbon 31 May'. NYA, ZBA 21/10/75. He must have added to it later because it includes a reference to sentencing.

Napoleon during the French invasions. After a series of trials, twelve of the convicted were executed, a number sent to Portugal's African colonies and two were reportedly acquitted.¹⁵ The bodies of the executed, including Gomes Freire de Andrade, were subsequently burnt. Beresford played no part in the prosecution of the arrested persons, and on conviction unsuccessfully sought a deferment of the carrying out of the sentences, pending confirmation or commutation by Dom João. His request was refused by the Regency, just as they had refused his earlier request for time to investigate. Beresford suggested that there might well be others of greater political standing involved in what he felt was a plot not just to remove, and possibly assassinate him, but to replace Dom João with the Duke of Cadaval as a constitutional monarch.¹⁶ He was not convinced that Gomes Freire de Andrade was the head of the conspiracy, regarding him as a 'weak, vain, light headed person'.¹⁷ Notwithstanding the position he took, Beresford's name became inextricably linked with these events and he became increasingly unpopular with those who identified themselves as liberals.

Paradoxically, Beresford's position was temporarily strengthened by the events of 1817, and he may well have used the conspiracy to improve his own situation, by emphasizing the extent of the plot. The army remained loyal and for a while the Regency, driven by their own fears of a rising, supported rather than obstructed the Marshal. Beresford continued to enjoy the King's support; and his value to the crown was again evident when Portuguese trained troops put down a rebellion in Pernambuco in Brazil in the same year. Once again however, Beresford urged that Dom João return to Portugal, writing to Araújo (now Conde de Barca) 'If you wish the Crown to remain with the Braganças, D. João must return to Portugal.' (Paquette 2013, 103) Portugal was so

15 One of the acquitted was Verissimo António Ferreira da Costa, lieutenant-colonel in the 13th regiment of line until his dismissal by Beresford in 1813. The author of an attack on Beresford. See *Analyse das Ordens do Dia de Beresford ou Reflexões Criticas, e Filosoficas sobre a Disciplina do Exercito Portuguez desde a Sua Entrada até o fim de 1814*. (Lisbon: Impressao Regia, 1820).

16 Dom Nuno Caetano Alvares Pereira de Melo, Duke of Cadaval (1799-1837), a member of a cadet branch of the house of Bragança. As to whether members of the Regency were involved in the plot and the theory the intention was to remove Beresford, see Fuente 2011, 235-6.

17 See NYA, ZBA 21/10/75.

calm in 1818 that Beresford travelled to England and Ireland, before going on to France to take part in a grand review of the army of occupation which was to leave northern France at the end of the year.¹⁸ He did not arrive back in Lisbon until February 1819. There he received a good reception, though he noted that the pay of the soldiers (with the exception those in Lisbon) was in arrears from January. In fact, prospects seemed so positive to the Marshal that he now applied to King George III for permission to take out Portuguese nationality, a licence for which was granted on 23 April.¹⁹ In early summer he made a tour of central and northern Portugal, during which he was well received by both troops and the clergy with whom he stayed on a number of occasions. In correspondence with his sister Harriet, he praised both the people of Portugal and the beauty of the countryside; but, even though the attitude of the Regency towards him gave no ground for complaint, he condemned the way it sought to run the country.²⁰ Arrears of army pay were now mounting again and the perceived abuses of the government annoyed him further. Beresford therefore proposed to travel once more to Rio de Janeiro to take leave of the King, before returning to Ireland. The optimism he had expressed in the earlier part of the year had clearly now dissipated to such an extent that he was intending to retire from the Portuguese service.

Beresford's wish to go to Brazil was put on hold by virtue of developments in Spain which caused him serious concern. An army intended to put down rebellion in South America mutinied while assembling in Cadiz. This was followed by revolts elsewhere against the absolutism of Ferdinand VII. The Marshal felt the system of government in Portugal was so like that of Spain that there existed a serious danger of a rising in Portugal. He wanted to resign, but Wellington, with misplaced optimism, urged him to stay on until the Spanish rebels were defeated.²¹ Beresford for his part sent Major Thomas

18 Elements from the armies of the allies had occupied northern France to ensure the peace of 1815 and to bolster the returning Bourbon dynasty in the shape of Louis XVIII.

19 See NA, FO 63/223.

20 'This would indeed be a paradise if there was a decent government'. Beresford to Harriet Beresford, 17 June 1819. Beresford family papers.

21 See Wellington to Beresford, 12 February 1820. WP1/640.

Bunbury to Cadiz to ascertain and report on developments. Bunbury, now with the Castro Marim Caçadores, had been in Cadiz in 1811 with the Portuguese 20th line regiment, so this choice was logical. The restoration in Spain of the liberal constitution of 1812 (*Constitución de Cadiz*) in early March 1820 alarmed Beresford as it did the monarchies of Europe. Further, he felt that the loss of her South American colonies would make it more likely Spain would turn her attention on Portugal. He felt it would take time for the liberals in Portugal to gain ground, and he sailed for Brazil in early April 1820.

Beresford took with him to Rio de Janeiro letters from the Regency seeking royal intervention in Portugal. Over the ensuing months relations with Dom João remained excellent. Yet despite Beresford's own views, forcefully expressed, that if the King did not return to Portugal, he would lose that kingdom, neither Dom João nor the Prince Royal, Dom Pedro, would consent to return there. Neither would Dom João accommodate Beresford's request to remove Forjaz from the Regency. Forjaz had been one of Beresford's most active supporters in the Regency during the Peninsular War, but subsequently they were frequently at loggerheads regarding army matters including its living conditions, arrears and deployment. Instead, the King promoted Beresford to Marshal-General 'a pessoa real' giving the Irishman the right to deal with Dom João directly, bypassing the Minister for War. Further he appointed Beresford to a seat on the Regency.

Beresford sailed for Lisbon on 13 August arriving in mid-October 1820. He took with him £80,000 to pay the army. It was too late. Revolution had broken out in Porto in August, and spread to Lisbon while he was on his return journey. It is likely that there was a recognition amongst those at the helm of the revolution that Beresford was someone who might rally conservative forces and endanger liberal aspirations. This concern, combined with a desire to remove British officers from the army, were important factors in the motivation of those who sought change. The Junta (Provisional do Supremo Governo do Reino) now in control refused to allow Beresford to land. He resigned his commission and travelled to England, as one Portuguese source put it, with nobility and dignity: 'o Marechal se resignou com nobreza, e com toda

a dignidade Inglesa'. (Araújo 1846, 58) He had spent eleven years at the helm of the Portuguese army. The six years since the conclusion of the Peninsular war had been difficult. His frustrations were with the Regency; he continued to admire the people. He had stayed on at the urging of the British government and Wellington. Though his command in Portugal had ended, his friendship with the King remained strong and Beresford was to have an intermittent involvement in Portuguese affairs for the next decade.

A romantic entanglement also cemented Beresford's connection with Portugal. António Lemos Pereira de Lacerda was Beresford's Portuguese military secretary from 1809 to 1820. Created Visconde Juromenha in 1815, in 1802 he had married Dona Maria da Luz Willoughby da Silveira. Juromenha was a close confidant of Beresford both before and during the Marshal's affair with his wife. Such was the relationship that they lived, happily it would seem, as a *ménage a trois* in the Palácio da Ega (now the Arquivo Ultramarino, at Calçada da Boa-Hora, Junqueira), which Dom João had given the Marshal following its confiscation from the Count of Ega, a French supporter.²² From the relationship of the Marshal with Maria were born at least two children which he acknowledged. The first was a boy, Guilherme (1812). Secondly Maria Effigenia (1816). Beresford fathered at least one other child while in Portugal, Maria of mother '*incognita*' (1818). This was probably Maria Guilhermina. In financial terms, at least, Beresford was to prove a supportive father, though Guilherme was ultimately cut out of Beresford's Will, apparently because the Marshal did not approve of the marriage his son made.²³

Fourteen years after his departure, in July 1821, Dom João returned to Portugal, having named his eldest son, Dom Pedro, Regent of Brazil. A year later Dom Pedro was to claim independence for Brazil. Dom João for his part was forced to adopt a liberal constitution for

22 It was at the Palácio de Ega, otherwise known as the Patio de Saldanha, that Beresford often held confidential meetings including on 22 May 1817 when trying to determine what steps to take regarding the rumour of a plot and imminent coup. Prior to being given to Beresford it had been used as a military hospital.

23 Will of Viscount Beresford proved February 1824. (NA, PROB 10/7449/2) Guilherme was later known as William Lemos Willoughby.

Portugal in 1822. The country was however divided with Francisco Silveira, Conde de Amarante declaring for an absolute monarchy in early 1823. A more serious development was the raising of the standard of absolutism in May 1823 by Dom Miguel, Dom João's second surviving son, at his mother's (Queen Carlota) instigation; in what became known as the *Vilafrancada*. Dom João initially cooperated with his son, but in April 1824 Dom Miguel led a revolt during which his father was captured at the Bemposta palace before being rescued by intervention of the diplomatic corps.

Marshal Beresford meanwhile, now Viscount Beresford of Beresford in addition to his other British, Irish and Portuguese titles, and Lieutenant-General of Ordnance in the United Kingdom, in July 1823 indicated to George Canning, the Foreign Secretary, his intention to return to Portugal. Canning, already distracted by the turmoil in Spain, suggested Beresford wait until the British Minister to Portugal, Edward Thornton, reported on the state of affairs. Beresford did in fact delay the visit, because of the death of General Sir Denis Pack at Beresford's London House on 23 July. Pack had served with distinction in both the British and Portuguese armies in the Peninsular War. By arrangement Beresford's visit to Portugal that October was styled private, but his nearness to the Portuguese King was quickly demonstrated when he was granted an audience the day after his arrival in Lisbon. A private visit it may have been, but within days Beresford was reporting to Wellington on the state of the Portuguese army and in particular its loss of discipline. Thornton for his part reported to Canning that the King was anxious to involve Beresford in royal service and spoke of him resuming command of the Portuguese army. Dom João realized however that Beresford and the Conde de Suberra, then Minister for War and the Navy, would find it difficult to work together and once again Beresford prepared to return home.²⁴ Then Dom Miguel acted, effectively taking the King prisoner at the Bemposta palace on 30 April 1824. Beresford, having received a report

24 The Conde de Suberra was attempting to persuade Dom João to enter a continental alliance at this time, an object not to the liking of Great Britain.

of the King's palace being attacked, proceeded there from his own residence, arriving at 8 a.m. Initially, he was denied admittance by the sentries on Dom Miguel's orders. After discussion, an order was given by Dom Miguel permitting Beresford to join Dom João. He found the King in 'the deepest state of affliction and of very strong alarm'. He begged Beresford not to leave him. Beresford remained and an hour later the Queen arrived leaving Beresford in no doubt she was 'at the bottom of this business'. The only minister with the King was the Desembargador Leite. When the diplomatic corps arrived, led by the French Ambassador, Hyde de Neuville; they found the King with Beresford in conference. The Infante, Dom Miguel arrived and promised to submit to authority and obey the King's orders, following which the King, Isabel Maria and Beresford appeared on the balcony to the enthusiastic reaction of the soldiers. In the immediate aftermath of these events Beresford wrote to Wellington, telling the Duke he was being pressed to take the war department and command of the army, but Beresford said he would wait on developments as this was not the time for such a decision.²⁵

The awaited developments were not to Beresford's liking. Even though Dom Miguel had professed allegiance to his father, there were those who felt Dom João was still in danger. These included Suberra and Palmela. Against Beresford's advice Dom João was persuaded to go on board the Royal Navy vessel Windsor Castle for his personal safety. He spent several nights there and indeed held a ball on one occasion. The reason Beresford advised Dom João against going on board was that he felt the King still enjoyed the support of the people and that any such move would be seen as a sign of weakness. He was very upset with Palmela's alliance with others on this point and their friendship does not appear to have ever recovered. Dom Miguel for his part visited his father on board the Windsor Castle and was detained before being sent into exile in France.²⁶

25 See Beresford to Wellington, 5 May 1824, WP1/792/4.

26 Dom Miguel showed considerable spirit. He refused to go to France on a British warship and as a compromise was sent to Brest on a Portuguese frigate accompanied by both a British and French vessel.

There was a slightly less public angle to Beresford's visit to Portugal in 1823-24. He was pursuing a claim for arrears of pay and pension for himself and other officers who had served in the Portuguese army and were dismissed in 1820. While progress on this front was slow, the King ordered that Beresford receive his Marshal's pay of 16 contos *per annum*. In addition, Beresford was now at loggerheads with the Conde de Ega who, having been rehabilitated and returned to Portugal, was seeking to recover the Palácio de Ega. Ultimately Beresford vacated the property for financial compensation.

Returning to England in 1824, Beresford initially expressed interest in the position of Commander-in-Chief in India, but when Wellington sounded him out he declined, indicating his wish to pursue the claims he and his friends had in Portugal. Great Britain was now involved in trying to resolve the unwillingness of the Portuguese crown to recognize Brazilian independence, and to that end sent Charles Stuart as Envoy Extraordinary to Portugal in 1825. He was experienced as he had served in that capacity between 1810 and 1814. He was successful in his mission, concluding a recognition of Brazilian independence on terms acceptable to Dom João, who rewarded him with the title of Count of Machico.²⁷ Stuart had a good relationship with both Wellington and Beresford.²⁸ Before he sailed for Portugal, Beresford asked him to intercede with the government there on the pensions issue, and to try to secure the release of the Conde and Contessa de Juromenha, who had been banished to the Algarve in June 1824.²⁹ Those, including the Juromenhas, who had been exiled to different parts of the kingdom for their political opinions were allowed to return to Lisbon in late 1825.

Dom João VI died on 10 March 1826. Beresford had lost a supporter and friend. However, the passing of the King did not terminate

27 Created additionally Marquess of Angra by D. Maria II in 1826.

28 Stuart's daughter, Louisa Anne, later married Henry Beresford, 3rd Marquis of Waterford.

29 The Visconde and Viscondessa de Juromenha were banished to Silves without being told their crime. It was in all probability because they opposed Suberra and were identified with Beresford. See Beresford to Wellington, 26 June 1824. WP1/794/16. The Viscondessa was again effectively banished when sent to a convent following the liberals capture of Lisbon in 1833. She was later allowed to leave the convent. See Sousa 2018, 174.

Beresford's involvement in Portugal. The King's eldest son, Dom Pedro, Emperor of Brazil, having assumed the title of King of Portugal (Dom Pedro I of Brazil and Dom Pedro IV of Portugal) announced his abdication on the basis that his daughter Maria da Glória would succeed him when she came of age. Meanwhile she was to be betrothed to Dom João's second son, Dom Miguel, who would take an oath to uphold the Constitutional Charter introduced by Dom Pedro.

Initially Isabel Maria, daughter of Dom João VI acted as Regent, having been appointed to preside over a Council of Regency by Dom João shortly before his death. Dom João had not indicated for whom she was to act as Regent, but with Dom Pedro now ruler of Brazil, his brother Dom Miguel was a claimant to the throne of Portugal. During her Regency Isabel Maria and her Minister for Foreign Affairs, Dom Francisco de Almeida, sought the return of Beresford to command the Portuguese army. The request was made in September 1826. Canning, then British Minister for Foreign Affairs, referred the matter to Lord Liverpool, the Prime Minister. Wellington was consulted, and he suggested that if Beresford went to Portugal, he should only do so as Commander-in-Chief and not hold any position in cabinet. He doubted Beresford could achieve the objective of disciplining the army under a constitutional government. Liverpool determined, however, that Beresford should not be bound by any particular requirements and that Beresford should go to Portugal and decide for himself whether he wished to re-enter Portuguese service. Beresford travelled to Lisbon in November 1826. At a meeting with the Infanta, Isabel Maria, he insisted that he would not have to report to the Minister for War and that he would need a few British officers to undertake the task. While this request was being considered the situation rapidly deteriorated in Portugal with a Miguelista rising in the Algarve and a Miguelista invasion of Trás-os-Montes from Spain. Beresford told Wellington that in these circumstances he felt it unwise to take command of the army. Portugal, he said was in a state of anarchy.³⁰

30 See Beresford to Sir John Poo Beresford, 9 December 1826. BL, Add MS 40, 390.

The British government responded quickly to the developing situation. On foot of a request by the Portuguese government, six thousand troops were sent to Lisbon, arriving just before Christmas 1826 under General William Henry Clinton. Beresford agreed to assume temporary command of the Portuguese army; even though his request for independence from the Minister for War and for the employment of some British officers had been rejected. He reasoned his temporary acceptance would enable the Anglo-Portuguese forces to act together, and he claimed it would also be in the British interest to defeat the insurgents. He made it clear that he was doing so only for so long as active operations were required.³¹ This course of action was approved by the Prime Minister of Great Britain, Lord Liverpool, though it was contrary to the British government's intentions and Clinton's original instructions which provided that the British force was sent to Portugal solely on the basis that it might repel an invasion, and it was not intended to battle internal rebellion. If it was to act in conjunction with Portuguese forces, the British government wanted to ensure an independent command, unless the entire Anglo-Portuguese force was subject to a British general. Placing Beresford under the Minister for War would fetter his discretion, though it would seem from Liverpool's approval of Beresford taking the appointment on that basis, that he regarded it as the best that could be achieved and he felt Beresford would still not allow the British troops to be used to counter insurgency.³² In the event, Beresford's appointment to command the Portuguese army did not proceed and he returned to England, arriving in Plymouth on 26 February 1827.³³ This may well have been because of the success of the Conde de Villa Flor in repulsing a corps which entered Portugal from Spain. Clinton's force remained in Portugal until April 1828.

Meanwhile, back in England Beresford maintained a finger on the pulse of events in Portugal. He corresponded with various parties there and kept both Liverpool and Wellington informed of developments. In late summer, he cautioned against encouraging Palmela,

31 See Beresford to Wellington, 1 January 1827, WP1/879/2.

32 See Liverpool to Beresford, 23 January 1827, WP1/908/1.

33 See Beresford to Wellington, 26 February 1827, WP1/883/16.

then Portuguese ambassador in London, to go back to Portugal as, he and Suberra had been the cause of Dom Miguel's earlier banishment by Dom João in 1824. He expected such a move to put Palmela on a collision course with Dom Miguel who he suspected was on the point of going to Portugal.³⁴ He advised that if Dom Miguel was appointed Regent it was likely he would be proclaimed king.³⁵

1828 was a year of change in both Great Britain and Portugal. On 24 January Wellington became Prime Minister and appointed Beresford Master-General of Ordnance, still at that time a cabinet position. Dom Miguel, having agreed to take an oath to support the Constitutional Charter and act as Regent on his betrothal to Maria da Glória, returned to Portugal in February. He took the oath on 26 February, but within months he had rejected the terms of his appointment and was declared King. Only Spain, The Holy See and the USA recognized Dom Miguel as King. Towards the end of the year Maria da Glória arrived in England from Brazil. She stayed at Laleham House outside London while in England. She was well received, spent Christmas with the royal family at Windsor, but internal misgivings meant the British government was slow to recognise Maria da Glória as Queen of Portugal. Beresford visited her while she was at Laleham house and reportedly professed allegiance to her.³⁶ On its face a surprising act from one who was deeply conservative, but notwithstanding Wellington's preference for Dom Miguel, based on the Duke's dislike of liberalism, Beresford apparently had his own doubts. That the arrival of Maria da Glória in England was a matter of public interest is of no doubt. In December, the parliamentary record suggested the government recognized Maria as Queen, but de facto it continued to support Dom Miguel. The perceived duplicity of the British government was the subject of press comment and caricature.³⁷ (Fig1)

34 See Beresford to Wellington, 8 August 1827 and anonymous memorandum from Portugal sent by Beresford to Wellington 20 August 1827, WP1/895/19 and WP1/910/13.

35 See Beresford to Wellington, 5 September 1827, WP1/897/4.

36 See Lady Holland to Charles Richard Fox, 1 June 1829. *Apud* Ilchester 1946, 104.

37 One such caricature was drawn by the Dublin artist, John Doyle (1797-1868). His pen name was 'H.B.' In the caricature shown here, King George IV is shown welcoming the nine-year-old Queen Maria II of Portugal. Present also are the Duke of Wellington, Lord Aberdeen (Foreign Minister) and Marshal Viscount Beresford. George IV is quoted saying 'Say no more, England expects every man will do his duty'.



Fig.1 “A Political Riddle. George IV, Maria da Gloria, the Duke of Wellington, Earl of Aberdeen and Marshal Viscount Beresford” by John Doyle, 1829 (author’s collection).

The experience for her must have been humiliating. Lord Aberdeen, then Foreign Secretary, told the Marquis de Barbacena that he thought the government would send Beresford to Portugal to persuade Dom Miguel to resume his position as Regent, apologise to Dom Pedro and ask for the hand in marriage of Maria da Glória.³⁸ Eventually having travelled to Vienna, Maria da Glória returned in 1829 to Brazil.

The link between Wellington and Beresford remained strong. Beresford was ill in the early part of 1830 and spent much time at a German spa. Wellington wished to send him back to Portugal as

38 The Marquis de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant, was a general in the Brazilian army, but also a diplomat who accompanied Maria da Glória to England.

ambassador, and offered him the post on 24 October.³⁹ Beresford replied saying he was surprised by the offer as he was now involved in other matters but would see Wellington the following week and let him know his decision. In November, probably before Beresford had made his decision, the Tory government fell. Wellington ceased to be Prime Minister and the proposal was not renewed by the incoming Whig government of Lord Grey. The new administration was overt in its support for Dom Pedro and Maria da Glória, though Wellington expressed the view that support for them would not make her Queen. Instead, he advocated recognition of Dom Miguel.⁴⁰ During the years of Dom Miguel's rule, Beresford and Wellington were frequently in contact on the subject of Portugal including the defence of the country against French attack. In July 1832, forces loyal to Pedro and Maria da Glória sailed from Terceira Island in the Azores and landed north of Porto. After a sanguinary civil war, Dom Miguel eventually conceded defeat by the Concession of Evoramonte signed on 26 May 1834. Abandoning his claim to the throne he went into exile.

When Wellington sought to form a further government in 1834, he again offered Beresford the position of Master-General of the Ordnance, but ultimately Sir Robert Peel became Prime Minister and he appointed Sir George Murray, another soldier who had served as Wellington's Quartermaster-General in Portugal in the Peninsular War. Beresford's involvement with Portuguese affairs was at an end. Indeed, recently married to his cousin, Louisa, he bowed out of politics substantially, though retaining the Governorship of Jersey and an interest in Irish parliamentary elections. Beresford did continue to enjoy his Portuguese pension awarded him by Dom João, the Prince and King whom he had supported, and who had supported him, throughout the Peninsular War and afterwards until his own death in 1826.

Beresford has been represented in many accounts as the autocratic ruler of Portugal from 1814 to 1820. A more realistic interpretation would be to see his role as that of a faithful servant and devoted friend

39 See Wellington to Beresford, 24 October 1830, WP1/1148/48.

40 See Wellington, draft memorandum, 30 August 1831, WP1/1207/8. Draft speech post September 1831, WP1/1209/6.

to Dom João. Beresford no doubt also represented the British interest and its commercial aims, and from time to time this gave rise to a conflict of interest. The British government sought stability and influence in Portugal. For Beresford, security would be achieved through the return of Dom João to Portugal immediately after the conclusion of the Peninsular War, an aim he was not able to achieve. Conservative in many areas himself, though he supported Catholic relief in Ireland, his rapport with Dom João was arguably a fairly natural alliance. It offered both parties advantages. Dom João maintained his authority in Lisbon, while Beresford exercised a degree of power he would not have had as a Lieutenant-General at home. Without being a member of the Regency Council, he did enjoy access to it. For the most part, he must have enjoyed his Portuguese experience post the end of the war, for had he not done so, he would in all probability have resigned, and, on returning home, been appointed to the governorship of one of Britain's more prestigious colonies.

Beresford's primary achievement in Portugal had been the rebuilding of the Portuguese army, beginning in 1809, and rendering it one of the finest in Europe. In doing so, while he stressed discipline and training, he sought to ensure loyalty to the crown. His advancement of officers on merit rather than social status brought to the fore men who would later challenge the absolutist way of rule he himself supported in Portugal. Castigated for his authoritarian approach to Portuguese affairs, it was explicable in circumstances where the royal family, to which he owed allegiance, refused to return to Portugal, which in turn was ruled by a divided nobility. While Beresford despaired of the political scheming and ineffective government in Portugal, it was conflict over military matters which divided him from the Regency. Clothing, pay, armament and preparedness were his watchwords, and after the war the government of Portugal, not unnaturally, wished to curb the power and avoid the expense (including the cost of British officers) of a large standing army. There lay the seeds of dissension. In the words of Virgil however, Beresford might have claimed with respect to the first quarter of the nineteenth century in Portugal *et quorum pars magna fui*.

Works Cited

I) Manuscript sources (and abbreviations)

- BL British Library, London
 NA National Archives, Kew, London
 NAM National Army Museum, London.
 Unpublished manuscript of Harold V. Livermore: Life of Beresford.
 NYA North Yorkshire Archives, Northallerton
 PRONI Public Record Office Northern Ireland
 WP Wellington Papers, University of Southampton

II) Bibliography of Published Material

- Araújo, José Maria Xavier de. *Revelações e Memórias para a Historia da Revolução de 24 de Agosto de 1820 e de 15 de Setembro do mesmo Anno*. Lisboa: Rollandiana, 1846.
- Beresford, Marcus de la Poer. *Marshal William Carr Beresford 'the ablest man I have yet seen with the army'*. Newbridge: Irish Academic Press, 2019.
- Bunbury, Thomas. *Reminiscences of a Veteran, being personal and military adventures in Portugal, Spain, France, Malta, New South Wales, Norfolk Island, New Zealand, Andaman Islands and India*. London: C.J. Skeet, 1861.
- Colleção das Ordens do Dia do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Guilherme Carr Beresford*. Lisboa: Impressor do Quartel General, 1809-20.
- Costa, Fernando Does. "An Odd Alliance: William Beresford and D. Joao VI, Prince and King of Portugal". *Journal of the Oxford University History Society*, 2009.
- D'Urban, Benjamin. *The Peninsular Journal, 1808-1817*. London: Greenhill Books, 1990.
- Fuente, Francisco de la. *Dom Miguel Pereira Forjaz*. Lisboa: Tribuna da História, 2011.
- Ilchester, Earl of (ed.) *Elizabeth, Lady Holland to her Son 1821-1845*. London: John Murray, 1846.
- Maxwell, Herbert (ed.) *The Creevey Papers: A Selection from the Correspondence and Diaries of the Late Thomas Creevey M.P.* London: John Murray, 1903.

- Newitt, Malyn, and Martin Robson. *Lord Beresford and British Intervention in Portugal 1807-1820*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.
- Paquette, Gabriel. *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions: the Luso-Brazilian World, c.1770-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- Sousa, José Baptista de. *Holland House and Portugal 1793-1840: English Whiggery and the Constitutional Cause in Iberia*. London: Anthem Press, 2018.

A Mitificação Negativa de Beresford e a Representação Carnavalesca de Interesses Anglo-Portugueses em *Felizmente Há Luar!* (1961), de Sttau Monteiro

Rogério Miguel Puga
(NOVA FCSH/CETAPS)

Aos que luta(ra)m pela liberdade.

Sempre essa figura, que não aparece, e se sente em toda a parte (...) que é de quem o Marechal Beresford se receia. (Teófilo Braga 37)

Em 2019 é publicada a primeira biografia¹ de William Carr Beresford (1768-1854), agente militar e político de um dos mais famosos períodos da história de Portugal e da aliança anglo-portuguesa, pelo que achámos oportuno revisitarmos a sua caracterização nalguns textos lusos dos séculos XIX e XX, mas sobretudo na peça histórica *Felizmente Há Luar!* (1961), de Luís Sttau Monteiro (1926-1993), que é influenciada pelas experiências londrinas do

1 O biógrafo de Beresford (Beresford xi) recorda: “The generals who fought alongside and indeed against Wellington have in most cases been the subject of one or more biographies, yet Marshal William Carr Beresford is noticeable for the absence of any biography of his life, which is curious given that he was Wellington’s right-hand man in the Peninsula, moreover, the man who was responsible for the rebuilding and reform of the Portuguese army”. Sobre Beresford, vejam-se, ainda, entre outros, Vichness (1976), Newitt e Robson (2004) e Costa (2009).

autor² e censurada pelo regime do Estado Novo.³ Atentaremos também na representação das relações anglo-portuguesas e na estratégica carnavalesca do sistema de poder político no Portugal em 1817, que permite ao autor criticar alegoricamente a ditadura portuguesa do século XX.

Se Beresford⁴ é um herói nacional na Grã-Bretanha – tendo sido, em 1812, descrito pelo Duque de Wellington, com quem serviu a partir de 1808, como “the ablest man I have yet seen in the army, and the one having the largest views” (Beresford 191) –, é demonizado amiúde em Portugal como mercenário cruel e inimigo dos interesses democráticos do país, recordando-nos que inúmeros heróis são considerados vilões nas comunidades junto das quais exerceram (por vezes abusivamente) o seu poder, frequentemente em prol de interesses pessoais, corporativos e do seu país de origem. Aliás, o biógrafo de Beresford – que o caracteriza como “strict disciplinarian”, (Beresford 6) imagem que ecoa na historiografia e na literatura portuguesas – recorda as simpatias e os jogos políticos britânicos que influenciavam a escrita de histórias de guerras e chama a atenção para a subjectividade e a ideologia dos escritos (autobiográficos) de soldados:

Beresford's career was not without controversy, but that should not have discouraged the biographer given the nature and extent of his achievements. He suffered at the hand of William Napier, who had little good to say about Beresford in his monumental *History of the War in the Peninsula and the South of*

-
- 2 Stau Monteiro (SM) viveu, entre os dez e os dezassete anos, em Londres, onde o seu pai, Armindo Monteiro, foi Embaixador de Portugal, desde 1936 até se demitir por discordâncias com Salazar, em 1943. SM volta a Londres, onde conhece June Goodyear, com quem se casa (27-09-1951), em Sintra. Essas duas estadas influenciam a sua escrita, sobretudo o teatro londrino, onde assiste a peças de Brecht. Entre 1962 e 1967, SM volta a viver em Londres, de onde escreve para jornais portugueses, tendo traduzido peças anglófonas como *Summer and Smoke* (*Fumo de Verão*, 1962), de T. Williams, e *The Dumb Waiter* (*O Monta-cargas*, 1963) de H. Pinter. Em 2007, a entretanto extinta companhia de teatro londrina Galleon (Teatro de Greenwich) encenou a peça *Thankfully there is Moonlight!* (trad. Alice de Sousa).
- 3 A peça publicada com o patrocínio do *Jornal do Foro* só seria encenada, em Portugal, em 1975 (Teatro Experimental do Barreiro) e em 1978 (Teatro Nacional D. Maria II).
- 4 Sobre a popular actividade militar de Beresford na Madeira (Dezembro de 1807-Agosto de 1808), onde adquiriu o terreno para um cemitério militar, antes de se dirigir para Lisboa, veja-se Beresford (2019, 23-29). O militar é promovido a Major-general, em Março de 1808, e, em 1811, após a batalha de Albuera, convence as autoridades de Elvas a autorizar os britânicos a construir um cemitério nessa cidade.

France, but the Beresfords were strong supporters of the Tories, whom Napier passionately disliked. (...) Sir Charles Oman, in what remains the definitive history of the Peninsular War, did much to redress the balance (...). However, neither of these works deal in any length with Beresford's early career, his rebuilding and reform of the Portuguese army, his active participation in the battles in the Peninsula and France, or his subsequent life in Portugal. (Beresford xii)

Os conflitos de poder entre os membros da Regência portuguesa e Beresford, considerado um déspota militar, eram comuns, como *Felizmente Há Luar!* (FHL) sugere, e o próprio Beresford descrevera numa carta (1817): "I have (...) desisted from strong representations to the government for the object of maintaining at least an appearance of good understanding". (Newitt e Robson 112) Esses confrontos quase paralisaram o governo, e, desde 1811, os governadores procuravam, em vão, diminuir as despesas militares, substituir os oficiais britânicos por portugueses, travar as promoções militares, enquanto, em 1815, Beresford e *Sir Benjamin d'Urban* espalharam, para manipular as decisões do Rei, um boato que dizia que os governadores planeavam aliar-se aos espanhóis. No ano seguinte, a publicação de um novo *Regulamento Militar para o Reino de Portugal*, proposto por Beresford, gera resistência à imposição britânica,⁵ enquanto a recruta de demasiados militares era criticada pelas magistraturas locais e vereações municipais. (Araújo 417-418) As conspirações, inimizades, interesses múltiplos e estratégias acumulavam-se, e Gomes Freire de Andrade e Castro (1757-1817) acaba por ser vítima também dessa rede de intrigas e poderes.

A imagem de Beresford encenada ao longo de *FHL* e contrastada à de Gomes Freire (GF) é também fruto da opinião negativa sobre os britânicos que se generaliza em Portugal sobretudo após o *Ultimatum* (1890), sendo projectada (ficcionalmente) no militar, enquanto estrangeiro, muita da origem dos males nacionais, processo que é também fruto da representação colectiva lusa do "rival" colonial inglês e que encontra eco nas historiografias inglesa e portuguesa,

5 Veja-se, por exemplo, *Reflexões sobre o Actual Regulamento do Exército em Portugal*, da autoria do Coronel Marino M. Franzini.

em descrições de Portugal como um “barrack state” (colónia, protectorado inglês) sob a tutela militar de Beresford, que governava como um “viceroy”. (Paquette 91-92) Aliás, após o *Ultimatum*, a figura metafórica e mítica do próprio GF,⁶ enquanto revolucionário que ajudaria a mudar o regime, passa a materializar esse patriotismo anti-inglês, (Barradas 1892) a par de outras figuras que simbolizavam patriotismo (Camões) e anticlericalismo (Marquês de Pombal). Como veremos ao longo deste estudo, na senda de autores como Raul Brandão, SM demoniza hiperbolicamente o Conselho da Regência e sobretudo Beresford, para criticar a ditadura do momento da escrita, ecoando a mistificação (sobretudo negativa) de que o militar foi alvo ao longo dos tempos. Também a figura histórica GF, representado como ameaça para o Marechal anglo-irlandês na peça, é alvo de leituras diversas ao longo dos séculos, sendo denegrado como traidor pelos miguelistas e pelo Estado Novo, e elogiado como herói “do imaginário português” (Lopes 1) por liberais e republicanos que o recuperam como símbolo de liberdade e progresso. (Lopes 2003, Gonçalves 2017, Costa 2017) As suas culpa e inocência talvez estejam num “meio termo”, pois se poderá ter participado em reuniões indesejadas pelo poder, também tinha antigos inimigos, inclusive o seu primo Miguel Forjaz, por ter ingressado, sem escolha, nas tropas de Napoleão e ser *maçon* (por via inglesa),⁷ o que desagradaria aos sectores mais conservadores. *FHL* centraliza grande parte da acção de bastidores em Beresford e sugere que o estrangeiro na liderança do exército é o autor moral da morte e da miséria de inúmeros portugueses, pois muitos fundos públicos eram aplicados na reestruturação do exército, que, gradualmente, devido às más condições de trabalho (salários em atraso e predomínio de ingleses em lugares de chefia), se ressentiria cada vez mais. Beresford não faz parte do Conselho de Regência, mas, entrava em conflito frequentemente com os seus membros, e, na

6 GF é autor de obras como *O Plano de Defesa de Lisboa* (1799) e o *Ensaio Sobre o Método de Organizar em Portugal o Exército, Relativo à População, Agricultura e Defesa do País* (1806).

7 O nome de GF surge associado à maçonaria, em 1801, aquando da estruturação da Maçonaria Portuguesa, com a posterior criação de uma Grand Lodge of Portugal (1802), pela via inglesa, proporcionada pelo Duque de Sussex (Augustus Frederick). Ao ser interrogado pela polícia, GF afirmou que fazia parte da Grande Loja de Inglaterra. (Santos s.p.)

peça, Manuel sugere que o militar simboliza a ocupação estrangeira que lucra enquanto pode, e nada tem a perder.

Relativamente aos governantes, temos sobretudo acesso aos interesses e ganhos pessoais que os movem, sendo GF apresentado como vítima do Conselho de Regentes e de Beresford, que se aproveitam de uma “tosca conspiração para o acusar de envolvimento e livrar-se dele”. (Costa Gomes Freire 19-20) GF é transformado na personagem antagonista de Beresford, e falar deste último sem referir o primeiro é quase impossível, e, sendo mártir⁸ para uns e traidor⁹ para outros, o militar português tem, desde 1818, vindo a ser objecto de vários estudos (Lopes 2003, Gonçalves 2017, Costa 2017) e protagonista de recriações literárias, mesmo que seja uma personagem ausente, como acontece em *FHL*. Nenhum dos militares é uma figura histórica representada de forma consensual, e a peça de SM funciona como mais um contributo literário e ideológico para esse longo processo de mitificação,¹⁰ tornando-se ambos os homens “mártires dos seus próprios mitos” para ecoarmos uma expressão de Costa, (16, 19) num estudo sobre GF. Por exemplo, em obras como *Memória sobre a Conspiração de 1817 Vulgarmente Chamada A Conspiração de Gomes Freire Escrita e Publicada por um Português Amigo da Justiça e da Verdade*, publicada, em Londres, no ano de 1822, encontramos imagens positivas de Beresford, pois Joaquim Ferreira de Freitas, defende o militar que teria decerto sido uma das primeiras vítimas mortais da conspiração, afirmando que a inveja de muitos nobres portugueses era real e normal devido aos muitos poderes que o rei entregara ao inglês, (57, 79) leitura distinta da que *FHL* ecoa. Também a recente biografia de Beresford conclui que o militar não teve qualquer envolvimento na

8 Basta atentar no título de António Ferrão, *Gomes Freire e as Virtudes da Raça Portuguesa* (1920).

9 Se a imagem de GF já ilustrou notas (1929-1945) e selos portugueses, Sardinha (85) descreve-o como “militar valente, mas desnacionalizado, da epopeia napoleónica”. Veja-se, ainda, entre outros, *A Traição de Gomes Freire* (Costa 1935).

10 O episódio histórico que constitui o enredo de *FHL* é um dos mais conhecidos da História de Portugal, havendo várias referências a efemérides históricas (localização temporal) ao longo da peça: “Vê-se a gente livre dos Franceses, e zás!, cai na mão dos Ingleses!”; (16) “el-rei D. João VI, que há tantos anos anda pelos Brasis cuidando dos nossos interesses”; (28) “Sempre a Revolução Francesa”; (42) “eu, Matilde de Meio, mulher de Gomes Freire d’Andrade, hoje 18 de Outubro de 1817”. (129)

prosecution of the conspirators, though he did reportedly an interview at least one of the prisoners. He sought to ensure that Gomes Freire enjoyed at least a comfortable imprisonment before and during his trial, though his efforts were on occasions frustrated by the Regency. Apprehending that executions would create martyrs, Beresford sought a deferment of the implementation of the death sentences passed down, in order that they might be confirmed or commuted by King João, but this was refused by the regency, whether through concern for their own authority or otherwise (...) Beresford himself felt that Gomes Freire was a pawn being used by others and later suggested that the executed General had revealed names after his arrest which were suppressed by the regency. (Beresford 242)

A temática política e alegórica é evidente em *FHL*, ao longo da qual a violência vai sendo sugerida até ao momento da execução final. O primeiro acto ocupa-se da dimensão e dos interesses políticos individuais e colectivos, enquanto o segundo acto encena a dimensão pessoal da tragédia e da violência, recordando que a natureza humana e os regimes políticos são também violentos. (Bentley 8, 221; Trend 12) Aliás, no pós-Segunda Guerra Mundial, a violência é um tema literário recorrente, na senda do choque causado pelo absurdo do confronto bélico e da politização da violência, (Fraser 84-85) também com base no fantasma daquilo a que Hannah Arendt chamaria a banalidade do mal, em *Eichman in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil* (1964), e que *FHL* já coloca em cena, pois a prisão de GF e todo o segundo acto demonstram que o teatro da violência é, como recordam Ballestra-Puech *et al*, (252) a encenação da invasão.

Como é sabido, depois da Revolução Francesa e da Independência dos EUA intensificam-se as revoltas contra os estados monárquicos (e absolutistas) na Europa,¹¹ que, conforme *FHL* demonstra, tentam

11 Sobre os ideais proto-liberais, as revoltas em Portugal desde as invasões francesas e a sua supressão, vejam-se, por exemplo, Araújo (1993, 40-42) e Neves (217-222). Araújo afirma sobre o contexto histórico em que Sttau localiza a acção da peça: "os povos estavam cada vez mais pobres, a contestação interna ia ganhando novos contornos políticos e o governo, sem recursos e meios adequados para controlar a crise estrutural na velha metrópole imperial, continuava refém de uma política parcial e desastrosa para os portugueses do reino. Em suma, a Regência, estabelecida em Lisboa, não gozava de autonomia e tinha que responder, em representação da Corte sediada no Rio de Janeiro, às constantes imposições da Grã-Bretanha. O movimento de fuga de capitais acentua-se, as manufaturas nacionais entram em colapso e o endividamento particular e público atinge proporções preocupantes". (2012, 416-417)

aniquilar qualquer tentativa de mudança. Em Portugal, GF é percebido como um possível novo líder, que rapidamente se torna uma ameaça para o poder instalado, (Freitas 1822; Soriano 1881-1887; Brandão 1914; Lopes 2003; Gonçalves 2017; Costa 2017; Pereira 2018 e 2018; Pereira e Araújo 2018) e é, juntamente com outras duas dezenas de militares e alguns civis, acusado de conspiração, julgado¹² e condenado à morte “a bem do Estado”, juntamente com os “mártires da pátria” enforcados no campo de Santana, processo que teve como objectivo desarticular, como recorda Pereira, um crescente movimento liberal:

Viria a tornar-se um acontecimento fundador do liberalismo oitocentista e o seu primeiro episódio de natureza militar. E constituiu a primeira manifestação violenta da contra-revolução, precursora da futura violência miguelista. Poder-se-ia dizer que o grande combate das primeiras décadas do século oitocentista português está aqui representado em síntese. Raros foram os processos políticos que se tornaram num acontecimento histórico com uma repercussão tão relevante e prolongada, colocando-o ao lado de outros casos célebres: o processo dos Távoras, instrumento da consolidação do poder pombalino, ou o mais recente processo dos assassinos de Humberto Delgado, condenação pública do regime deposto, ou ainda os processos políticos do tempo de D. Miguel. (2018, 219)

Pereira conclui ainda que “o processo político de Gomes Freire e dos seus companheiros de desdita foi abordado nas suas duas faces, como instrumento do poder e enquanto acontecimento fundador da memória liberal”. (225) Como veremos, as atitudes do conselho de governadores – Principal António José Meneses de Sousa Coutinho,

12 Newitt e Robson descrevem esse momento histórico: “a conspiração (...) era obra de amadores e não apresentava uma ameaça real para o governo, [mas] Beresford apresentou uma versão totalmente diferente. Em cartas dirigidas ao seu irmão, em Inglaterra e que se destinavam a ser transmitidas à família real e a outros membros da elite governativa da Grã-Bretanha, Beresford afirmou ter havido uma conjura, apoiada por Espanha, cujo objectivo era derrubar o governo de Portugal, colocar no trono um novo rei e introduzir uma constituição. (...) A lição era clara: para os governadores, governo britânico e rei, apenas Beresford e o seu exército poderiam impedir Portugal de cair na anarquia e ser tomado pelos Espanhóis. Na sua correspondência privada, Beresford diz claramente estar convencido de que Gomes Freire era apenas um peão, que não era senão «um homem fraco, vaidoso e insensato» que pouco tivera a ver com a conjura”. (100-101)

Miguel Pereira Forjaz, primo e inimigo de Gomes Freire, Ricardo Raimundo Nogueira, que não aparece na peça, mas cujo diário é essencial para reconstituir esta fase da história de Portugal¹³ – e de Beresford, bem como a permanência de tropas inglesas em Portugal, acentuariam o movimento liberal revolucionário, que o poder instalado tenta erradicar através da execução de GF e outros conspiradores, em 18 de Outubro de 1817, noite em que termina a acção de *FHL*.

A Grã-Bretanha expulsa os franceses da Península e participa na Regência de Portugal, país que vê os seus interesses dependentes dos desígnios britânicos, nomeadamente a abertura dos portos brasileiros ao comércio europeu em 28 de Janeiro de 1808 (Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas), em benefício do comércio britânico. De acordo com Novais, a abertura dos portos brasileiros às “nações amigas” foi responsável pela “ruptura do Pacto Colonial, [tornando-se a] raiz das tensões de toda ordem que se desencadeiam na metrópole e na colônia” (106) e que culminariam na independência do Brasil.¹⁴ Como aconteceu noutros momentos da aliança anglo-portuguesa, a necessidade da ajuda britânica no Brasil e na Europa permite aos britânicos tirar partido da situação, estratégia que será ressentida pelos portugueses ao longo de todo o século XIX. Durante as invasões francesas de 1809 e 1810, os ingleses organizam a defesa militar de Portugal, abusam do seu poder (fuzilam dois oficiais da fortaleza de Almeida por traição, em Dezembro de 1810), pilham, tal como os franceses, e mobilizam jovens portugueses à força. Aliás, em *FHL*, Manuel comenta sarcasticamente esses acontecimentos históricos e caracteriza os ingleses e franceses como uma “praga”: “Vê-se a gente livre dos Franceses, e zás!, cai na mão dos Ingleses! E agora? Se acabamos com os Ingleses, ficamos na mãos dos reis do Rossio... Entre os três o diabo que escolha.” (16) A aliança anglo-portuguesa, as invasões francesas e a ida da família real para o Brasil deram a Beresford a

13 Veja-se Nogueira (2012).

14 Desde 1807 que *Lord Strangford* defendia que a Grã-Bretanha deveria aproveitar a débil situação lusa para renegociar as condições do comércio britânico no Brasil, e, no início de 1810, são assinados, no Rio de Janeiro, o Tratado de Amizade e Aliança e o Tratado de Navegação e Comércio (para extinguir o tráfico de escravos e facilitar o comércio britânico no Brasil), que estendem os privilégios comerciais britânicos a todas as colónias portuguesas.

oportunidade de desempenhar funções relevantes em Lisboa, sendo ainda hoje descrito como “brutal, rude e ignorante”, (Costa 2006, 242) concluindo esse estudo que a avaliação da presença britânica nesse período

polarizou-se tradicionalmente em Portugal entre o reconhecimento do papel de salvadores, pois teriam introduzido no reino a disciplina militar onde imperava aquilo que era diagnosticado como um caos oclocrático, e a sua identificação como «colonizadores informais» de Portugal, aproveitando as grandes dificuldades vividas desde 1808 para imporem um domínio efectivo, Beresford concentrando os ódios da indignação nacionalista. (Costa 2006, 242)

Com a Coroa no Brasil, os membros portugueses da Regência viam-se forçados a tolerar Beresford, que, em 1817, defendia a necessidade de D. João VI regressar a Portugal devido aos seus muitos inimigos: “if you wish the Crown of Portugal to remain in the Royal Family of Bragança His Majesty must return here, and those who would make you think the contrary are the King’s enemies.” (Newitt e Robson 112) No entanto, em 24 de Agosto, uma revolta militar liberal iniciada no Porto não autoriza o regente militar (regressado do Brasil) a desembarcar em Lisboa, obrigando-o a voltar para Inglaterra, terminando, assim, o liberalismo do chamado “domínio inglês” em Portugal.

A conspiração preparada pelo Supremo Conselho Regenerador de Portugal faz parte da mitografia nacional desde 1817, e SM encena esse mito nacional sem que o mártir entre em cena, ao contrário dos seus algozes, de políticos, populares e da sua mulher-viúva Matilde. A peça comenta, aliás, a função política dos mitos nacionais literários, através da seguinte fala de D. Miguel: “nós, os governadores do Reino, (...) temos uma missão a cumprir, uma missão sagrada e penosa: a de conservar no jardim do Senhor este pequeno canteiro português. Enquanto a Europa se desfaz, o nosso povo tem de continuar a ver, no Céu, a Cruz de Ourique”, (41) enquanto Beresford elabora um trocadilho com base nos nomes dos dois denunciantes: “um Corvo e um Vicente. São as armas da cidade” (44) para invocar um outro mito, desta feita, regional. Aliás, ao

ouvir a denúncia de Gomes Freire, D. Miguel defende que urge intensificar a propaganda política e religiosa:

Para que o país não se levante em defesa dos conjurados há que prepará-lo previamente. Há gente, senhores, que sente grande ardor patriótico sempre que os seus interesses estão em perigo. Há que provocar esse ardor. Há que pôr os frades, por esse país fora, a bramar dos púlpitos contra os inimigos de Deus.¹⁵ Há que procurar em cada regimento um oficial que se preste a dizer aos soldados que a Pátria se encontra ameaçada pelos inimigos de dentro. Há que fazer tocar os tambores pelas ruas para se criar um ambiente de receio. Os estados emotivos, Srs. Governadores, dependem da música que se tem no ouvido. Para que se mantenham, é necessário que as bandas não parem de tocar. Quero os sinos das aldeias a tocar a rebate, os tambores, em fanfarra, nas paradas dos quartéis, os frades aos gritos nos púlpitos, uma bandeira na mão de cada aldeão! (*Começa a entrar povo pela direita e pela esquerda do palco. Os tambores tocam, sem cessar*) Quero o país inteiro a cantar em coro. Lembrai-vos, senhores, de que uma pausa pode causar a ruína de todos os nossos projectos! (73)

Esse momento é seguido de declarações em prol de Deus e da Pátria, ao som de tambores em fanfarra, que contrastam com a soleidade carnavalesca das palavras do Principal e de D. Miguel, no final do canto primeiro. A armadilha está “montada” e a presa será executada no segundo acto após a máquina de repressão assustar e demover a população, que, ao ser presa e proibida de conversar em “ajuntamento[s]” (81) já espera pelo “clarão das fogueiras”,¹⁶ (80) que também remete para o futuro (1820 e final da ditadura do século XX),

15 Em 6 de Setembro, a pastoral do arcebispo de Adrianópolis, publicada na *Gazeta de Lisboa* (n. 212, 08-09-1817, 1-4), pede aos portugueses fé no Evangelho e submissão às autoridades.

16 Macklin comenta sobre a fogueira: “The symbol refers to the common idea of progress from darkness to light, from ignorance or lack of awareness to consciousness and understanding (...). Fire can refer to the fire of revolution. Early in the play Sousa says: ‘Há que apagar o fogo’. One of the ironies of the play is that as a means of execution the government chose not to shoot Gomes Freire, as he himself seemed to want, but rather to burn him at the stake. The play’s imagery is further served by this political miscalculation on the part of the government. This is evident in Beresford’s flippant remark to Sousa: ‘Dentre nós, só V. Reverência brinca (...) e com o fogo’. Thus the bonfire is made more significant and is linked to the earlier motif of the darkness of despair. Gomes Freire has been arrested. ‘Para nós, a noite ainda ficou mais escura (...) E por pouco tempo, amigo. Espera pelo clarão das fogueiras’”. (313)

tal como a seguinte afirmação de Beresford: “Reverência. Espero que não tenha ilusões acerca da revolta que se trama! E o tempo, Reverência, o tempo que corre atrás de nós. O velho está sempre a ceder perante o novo e o novo sempre a destruir o velho.” (54)

A execução perseguiria a figura histórica Beresford, que, devido às suas funções, estava na posse de cópia do processo e facultou a documentação a J. F. Freitas, ex-padre residente em Londres, com o objectivo de se defender das violentas acusações de que fora objecto em 1821-1822, aquando da revisão do processo e da absolvição de GF. Em 1887, Luz Soriano reforçaria a responsabilidade de Beresford após consultar a correspondência entre Beresford e a Intendência da Polícia, então depositada no Governo Civil de Lisboa. (Pereira 2018, 222) De entre as inúmeras obras que recordam GF, sobretudo a partir de 1820, destacamos o extenso romance histórico *Gomes Freire*, publicado em 1900, por Rocha Martins, e cuja acção termina com Beresford a regressar a Portugal, em 1820, arrependido da “infâmia” praticada a GF, a julgar que tinha os poderes de “um vice rei em Portugal”, (2, 623) ignorando a revolução liberal desse ano. Referimos ainda a peça de Teófilo Braga, *Gomes Freire: Drama Histórico*, publicada em 1907, como sétimo volume da colecção “Alma Portuguesa”, que visava estimular o “espírito nacional” após o *Ultimatum*, e contemplou ainda o mito de *Os Doze de Inglaterra* que derrotaram ingleses. Nessa peça histórica, Braga afirma que, na altura, a “nação” foi

Abandonada (...) ao arbitrário sangrento do protectorado de Inglaterra, exercido odiosamente por Beresford, executor ferrenho do conservantismo estúpido de Castlereagh. Gomes Freire, pela sua reconhecida bravura, aparece como uma esperança, cercado de popularidade, fortalecendo-se na confiança do exército, cujos quadros, na quase totalidade, eram ocupados por oficialidade inglesa. Diante da pressão despótica e mesmo brutal de Beresford, que firma em Portugal a base do conservantismo do partido tory, defronta-se a apatia dos homens da Regência. (ix)

São assim várias as obras literárias que actualizam o mito de GF e de Beresford, pois sem um não existe o outro, ecoando os discursos

político e histórico e recordando-nos que o nacionalismo é também um fenómeno cultural e literário. A postura anti-inglesa é acentuada depois de 1890, mas, claro, já existia antes, como ilustram, por exemplo, *Memória Histórica acerca da Pérfida e Traiçoeira Amizade Inglesa* (1840), de F. A. de S. C., e a obra anónima *A Dominação Inglesa em Portugal. O Que É e de Que Nos Tem Servido a Aliança de Inglaterra* (1883), já analisada por Alarcão (297-304) e que apresenta a Inglaterra como:

ciosa de todas as grandezas, cobiçosa de todas as riquezas, rival de todos os fortes, opressora de todos os fracos, raposa traiçoeira quando trata com leões, lobo voraz entre ovelhas, feroz quando combate, implacável depois da vitória, e sempre, sempre governada pelo desalmado egoísmo que é a sua única regra moral e por uma ambição insaciável que, quando tiver senho-reado os mares e os continentes do nosso globo, é capaz de querer impor um *protectorado* ao sol e abrir *mercados* na lua. (Anónimo 1883, 7-8)

Imagem que se coaduna com a caracterização de Beresford ao longo de *FHL*. O autor anónimo refere ainda as

incessantes espoliações, as quotidianas injurias, as humilhantes pressões, que são o único fruto da nossa tradicional aliança com a orgulhosa e insaciável Albion (...) a aliança inglesa nunca trouxe a Portugal senão encargos, ruína, conflitos com outras potencias, vergonhas e degradações, e (...) a Inglaterra envilece-nos perante a Europa fazendo passar o nosso país por uma colónia sua. (...) Aceitemos os ingleses para aliados, se o querem ser em termos de reciprocidade, em benefício das duas nações, mas não lhes toleremos a dominação arrogante que há já séculos têm exercido no nosso país (...) rejeitemos uma amizade de que estão sendo únicos testemunhos afrontas pungentes, explorações desalmadas, abandonos traiçoeiros. (5-6)

Sobre a execução de GF e dos “mártires da pátria”, o autor afirma que o sangue das vítimas recaiu

todo sobre a Inglaterra; a mancha rubra que ele estampou na história é como o selo do nosso vilipendioso tratado de aliança com os ingleses, verdadeiro

diploma de servidão, (...) não será estranho que o povo que presta homenagem aos *mártires* se preste docilmente à *amizade* dos *algozes*, dos ingleses? (...) Esses dominadores insolentes. (...), e nós somos tão insensatos que, iludidos pela esperança de que eles nos assegurem a independência, vamos consentindo que nos arrebatem a um por um os esteios e os títulos dessa mesma independência! Os ingleses já não matam em Portugal, mas expoliam ainda; já não governam, mas fazem pressão. (161-162)

O autor utiliza a execução de GF para demonstrar que a aliança luso-inglesa é nociva para os interesses de Portugal, ideia que seria enfatizada após o *Ultimatum*, por exemplo, por Manuel Barradas em *O General Gomes Freire 1788-1817* (1892), em cujo preâmbulo podemos ler:

Neste momento em que a Inglaterra, esse cobardíssimo país que vive da rapina [e que] rasga as paginas da sua historia (...) para negar o auxilio a Portugal (...) pareceu-nos oportuno publicar um estudo sobre os vultos nacionais que a nação traidora dos piratas fez desaparecer da tela política (...). Começaremos por Gomes Freire de Andrade, como um dos mais amados mártires da tirania dos brutais ingleses. (5)

FHL ecoa, assim, a tradição literária portuguesa anti-britânica e anti-Beresford que apresenta esse militar como mais um agente dos interesses ingleses em (prejuízo de) Portugal. A revolta contra os governantes lusos e Beresford, cuja imagem de libertador se transformara na de usurpador, acabaria por adquirir uma forte conotação liberal e patriótica, (Pereira 2012, 75 e Araújo 2012, 420) e, através, quer da focalização ideológica e corrupta dos poderosos que serviam o rei auto-exilado no Brasil, e que, por sua vez, condenam GF, quer da dimensão pessoal da tragédia, SM consegue explorar várias temáticas e perspectivas ideológicas em simultâneo. A voz da multidão, do clero (em latim), e o som dos sinos ouvem-se ao longo da peça (Guterres 1975) e constituem, tal como tensos silêncios, a sua *soundscape*, a par dos temidos tambores, que, enquanto elementos sonoros bélicos, funcionam como “símbolo de uma autoridade sempre presente e sempre pronta a interferir” (21)

para dispersar multidões. A tensão dramática visa denunciar o atropelo aos direitos humanos, e, como veremos, a carnavalização da conduta política acentua a indignação face a esse cruel Carnaval em que os poderosos reis do Rossio são alvo de denúncia, chacota e “desconstrução”. A contestação popular à liderança de Beresford crescia e, como informam Newitt e Robson, com base no estudo da correspondência do militar anglo-irlandês, ele era um homem sem “imaginação nem ideias, e as suas preocupações, entre as quais se destacava a preservação do exército, eram quase exclusivamente a curto prazo”. (106-107) Se Newitt e Robson referem a “visão tacanha” (104) de Beresford, Costa descreve as suas “profunda arrogância etnocêntrica (...) [a] protecção dos interesses comerciais ingleses, um padrão de comportamento estereotipado nos territórios ‘coloniais’ (...). A arrogância tutelar dominava o seu comportamento” (2006, 243-244) caracterização, aliás, que SM enfatiza nas didascálias e ao longo das falas da personagem. Beresford personagem partilha com a figura histórica a fama de disciplinador, característica, juntamente como os apoios que reuniu em Portugal, que lhe permitiu permanecer no país a dirigir o exército, depois de terminada a Guerra Peninsular, numa aliança que F. D. Costa caracteriza como “odd” e que se deve ao facto de Beresford poder, caso o rei necessitasse, enviar tropas para o Brasil (para defender o Rio da Prata, objectivos colonais no Brasil) ou travar uma invasão espanhola: “the high position of Beresford was a new illustration of a diplomatic tradition that sought protection from the British, including the appointment of a foreign organizer and strategist, the answer to difficult times. Portugal was a periphery of the European military system and war was not frequent”. (3) Aliás, o poder quase total do militar enfatizado pela peça é-lhe conferido por D. João VI, desde o Brasil, ainda durante a guerra, quando ele e Wellington se viam forçados a tomar medidas imediatas, enquanto os governadores portugueses teriam sempre que reportar ao Rei, que reforçaria o poder de Beresford em 1816. O Marechal era, portanto, “um agente de uma agressão ‘colonial’ paradoxal exercida pelo governo do Rio sobre o reino de Portugal, (...) uma retaguarda militar de um projecto político e diplomático que se tornara essencialmente americano”, (Costa 2006, 245) e estaria consciente, como

FHL ecoa ficcionalmente, do descontentamento crescente contra si e o seu governo militar,¹⁷ materializando GF essa revolta, que ele trava implacavelmente, apelando aos interesses pessoais dos seus dois pares no governo político-militar que tinha, aliás, o apoio da Grã-Bretanha.¹⁸ Se no imaginário popular, e até em alguma historiografia, esse governo militar já em tempo de paz é interpretado como uma manifestação colonial britânica, tal imagem tem algum fundamento, pois Beresford e os oficiais britânicos com postos no exército português tinham cumplidades em Inglaterra e, quando são afastados após a revolução de Agosto de 1820, chegou, inclusive, a temer-se uma reacção negativa de Londres. (Costa 2006, 244)

Torna-se, portanto, simbólico o facto de Beresford surgir em cena durante um diálogo entre Miguel Forjaz e Principal Sousa sobre os perigosos ecos da Revolução Francesa. O religioso confessa odiar os franceses e elabora:

Se a um ministro de Deus é permitido odiar, que o Senhor, um dia, perdoe o ódio que tenho aos Franceses (...). Veja, Sr. D. Miguel, como eles transformaram esta terra de gente pobre mas feliz num antro de revoltados! Por essas aldeias fora é cada vez maior o número dos que só pensam em aprender a ler (...). Dizem-me que se fala abertamente em guilhotinas e que o povo canta pelas ruas canções subversivas. (39-40)

17 O panfleto do Conselho Regenerador apreendido em 1817 refere-se a Beresford como o “ridículo Aventureiro” que deseja destruir a indústria e o comércio portugueses como “serviço à sua pátria” britânica, (Panfleto 1817, 15) conjunto de textos em que podemos ler um poema de cariz popular intitulado “Espírito Nacional”: “Quem perde Portugal, o Marechal./Quem sanciona as Leis o Rei./Quem são os executores, os Governadores./Para o Marechal hum Punhal. Para o Rei a Lei./Para os Governadores os Executores”. (Panfleto 1817, 204) Como afirma Fernando D. Costa: “Beresford was at the center of the political and social conflicts behind the revolution of 1820. Its leaders’ motivation, specially the military officers, was to abolish his authority. Beresford and other British officers were expelled from the Portuguese army’s ranks, but the far-reaching purpose of the revolutionaries was to compel D. João to return to Lisbon”. (2009, 8)

18 Araújo comenta a situação no final da Guerra Peninsular em solo português: “Para além do lado devastador da guerra, os poderes locais e as autonomias municipais, postas à prova na luta contra os invasores em 1808 e 1809 e que até aí tinham funcionado como fortes baluartes de resistência, sucumbiram perante a férrea estratégia militar do comando-chefe do exército luso-britânico. Beresford e os agentes britânicos em Portugal garantiram, assim, por meio da hierarquia militar, a submissão política, a defesa do território nacional e a reconstrução ditatorial da unidade do Estado.” (2012, 413)

D. Miguel responde-lhe que os revolucionários colocam pasquins nas portas das igrejas, e ambos os portugueses, tal como Beresford, para manter o poder, travam esse progresso que o anglo-irlandês elogia no seu país. O contexto da aparição do Marechal serve, assim, o propósito de o caracterizar e denunciar a sua hipocrisia ao avaliar comparativamente Portugal e a Grã-Bretanha. Os já referidos conflito de interesses e luta de poderes entre a Regência e Beresford são ficcionados quando o militar, ao dirigir-se ao Principal Sousa – como informa a didascália – “(fala como quem fala a uma criança”, 41) e recorda-lhe que não é católico, e, logo, não lhe reconhece qualquer poder, acumulando a obra auto-estereótipos (apresentados por Beresford) sobre o que é ser inglês (não-católico, livre, civilizado) e a *Englishness* (natureza verdejante, democracia, qualidade de vida), informando-o o clérigo que o considera um mero “herege” que se vê forçado a tolerar para atacar hereges franceses e liberais. O chefe do exército distancia-se criticamente da realidade portuguesa e coloca, aos três membros da Junta, a questão apenas em termos pessoais: “da decisão que tomarmos, depende a cabeça de V.a Ex.a, Sr. D. Miguel, os meus 160.0000 anuais e a possibilidade de o principal Sousa continuar a interferir nos negócios deste Reino”, (42) sem qualquer referência aos interesses nacionais, caracterizando os três dirigentes como auto-centrados e corruptos. Aliás, como é sabido, todos os intervenientes na acusação e execução de GF foram promovidos pelo governo, e Beresford vai aliciar denunciadores ambiciosos que utiliza metonimicamente para criticar Portugal, de forma mordaz, pois um deles é “aquilo a que se chama aqui um bom rapaz: bem vestido, amigo dos prazeres e com tão poucos conhecimentos que, se el-rei voltasse do Brasil, bem o poderia fazer moço do paço”. (44) Estabelece-se um grotesco jogo de espelhos que caracteriza os governantes de forma negativa e esvazia de qualquer valor os ideais (e os vocábulos) “honrado” (53) e “patriota”, (48-49, 73) que são, no fundo, para os poderosos, sinónimos de marioneta de ditadores corruptos que simulam posturas sérias, como Miguel Forjaz insinua ao falar dos algozes materialistas de GF:

Há-os sempre prontos a condenar o que não entendem e a classificar de racionais os seus estados emotivos. Os estadistas recorrem a tal gente sempre que a mais nada podem recorrer (...).

Principal Sousa – Mas... prestar-se-ão a isso?

D. Miguel – A tudo, Reverência, a tudo! Aliás, os seus serviços não serão gratuitos... Para o juiz da Inconfidência irão os bens do condenado... Para os restantes, Reverência, comendas e promoções... El-rei é generoso! (65-66)

Como informa mais uma didascália, “Beresford provoca o principal”, (53) de quem zomba, em momentos cómicos, através de trocadilhos sobre os tempos (revolucionários) que correm atrás dos poderes instalados. Aliás, a religião católica e a fé cega do principal Sousa são associadas pelo inglês à ignorância que caracteriza Portugal: “Como a vida num país pequeno acaba por atrofiar as almas! (...) *O tom do marechal é sempre jocoso. Diga-me, Reverência, onde estava Deus Nosso Senhor, em 1793, quando os Franceses cortaram a cabeça ao representante da Sua autoridade?*” (55) Como indicam as didascálias, a autoridade e o estatuto do principal são constantemente carnalizadas por Beresford, postura que ecoa a literatura protestante sobre católicos, o seu “definitional other”, (Parker *et al.* 5) continuando Beresford a repetir insultos colectivos e pessoais, por entre risos: “Que me dais, senhores, para me compensar de tudo o que fui forçado a abandonar para os servir? Honras? E quem mais presta? O vosso exército pindérico? Os vossos doutores em Teologia? *(Ri-se). Títulos? Mas quem é o marquês de Campo Maior fora do botequim do Marrare?(Ri-se)*”. (57-58) O Marechal britânico é honesto com os seus pares e leva o leitor a concluir que os restantes membros da Regência não merecem um tratamento melhor, enquanto o militar é caracterizado como um mercenário, materialista e corrupto que se acha superior aos portugueses, de quem se aproveita para fazer fortuna antes de regressar ao seu país. Aliás, na página 58, a didascália informa que Beresford, ao atacar os portugueses exhibe um “sarcasmo violento que reduz os presentes, a cidade e o país a uma insignificância provinciana e total” e “encolhe os ombros num gesto de desprezo”, fundindo *FHL* o tempo e os episódios históricos com os biográficos, como, aliás, é

comum nas peças históricas. Já quando a suplicante Matilde se dirige ao britânico com solenidade, as didascálias repetem a mesma ideia: “Beresford nem toma o país nem as suas instituições a sério e o seu tom é permanentemente zombeteiro”, (92) mas teme, e, portanto, singulariza GF como um general com um “passado brilhante” capaz de o “destronar”, repetindo esse medo, num monólogo enervado: “Não é prudente ainda dizê-lo aos outros, mas não há dúvida de que existe um português capaz de me destronar”, (63-64) e por isso terá que o aniquilar. O militar irá transformar os seus interesses nos dos seus pares governadores ao manipular a conversa em seu favor: “Senhores, temos de encontrar alguém que tenha prestígio no exército. Julgo que nos convém um oficial de patente elevada, com um bom passado militar.” (64) Matilde tenta, em vão, através da empatia, da identificação e do nacionalismo, apelar à compaixão do sarcástico Beresford, dando-lhe mais uma hipótese para ele rebaixar e denegrir o seu marido:

Matilde – O que a sua mulher pretenderia, se o amasse, e se o senhor fosse preso na sua terra por um português promovido a comandante supremo do exército britânico.

Beresford (*Francoamente irónico*) – Parece-lhe verosímil tal hipótese?

Matilde – Mentiria se lhe respondesse afirmativamente. Os homens, porém, não se podem medir pela força dos exércitos que servem, mas pelos motivos que os levam a servi-los...

Beresford (*Trocista*) *O facto de ser procurado por Matilde diverte o Marechal*

– Vem, então, pedir-me clemência?

Matilde comenta, então, o “estado da nação”, antes que o sádico Marechal humilhe GF uma vez mais:

Que me importa, a mim, que o rei seja tirano e o país miserável e mal governado?

Que me importa que as cadeias estejam cheias, o exército por pagar e o povo a morrer de fome? (*Pausa*)

Estas afirmações são proferidas em tom de desafio, até porque não correspondem à verdade. Matilde, ao fazê-las, está a desafiar a sua própria consciência (...) O inimigo de Beresford é sempre, e só, Gomes Freire. Se o conseguir humilhar através da mulher, tanto melhor. (92-94)

Na noite da execução, o luar¹⁹ adiciona um cariz épico ao mártir assassinado, momento do confronto humano mais intenso em que Beresford já deixara o centro do palco: “(Desaparece o clarão da fogueira. Ouve-se ao longe uma fanfarra que vai num crescendo de intensidade até cair o pano).” (140)

A impopularidade do militar britânico deveu-se à sua defesa dos soldados britânicos, em detrimento dos portugueses e à repressão dos liberais, incluindo a proibição de jornais portugueses mantidos por exilados em Inglaterra,²⁰ e que tiveram um papel fundamental, inclusive na reabilitação imediata da imagem dos “mártires da pátria” após a Revolução de 1820. Aliás, como recorda Pereira, todo o processo público teve a particularidade de “o seu sentido se inverter na memória pública num prazo muito curto: de instrumento de consolidação do antigo poder multissecular, decorridos apenas três anos vai ocupar um lugar destacado na construção da memória do novo regime liberal em Portugal”, (219-220) e é como símbolo de regeneração e luta democrática que SM o utiliza alegoricamente²¹ em *FHL*. GF é percebido como símbolo de resistência e recusa de subserviência a poderes externos e nacionais opressores, que em nada favorecem a população portuguesa, e, num país em que nada muda, ele terá que morrer, pois, como Beresford responde a Matilde quando ela reclama a inocência do

19 A expressão que dá título à peça é retirada da carta que o governador Miguel Forjaz envia ao intendente geral da Polícia e ao referir a publicação da sentença e a execução dos revoltosos, afirma que “é verdade que a execução se prolongará na noite mas felizmente há luar.” (*Apud* Braga 270)

20 Foram vários os “jornais de Londres” apoiados por comerciantes portugueses na cidade, para defender os seus interesses: *O Correio Brasiliense* (1808-1822) é proibido em 1812 e em 1817, *O Investigador Português em Inglaterra* (1811-1819), *O Espelho Político e Moral* (1813-1814), *O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário* (1814-1822, 1823-1826) proibido em 1817, *Microscópio de Verdades* (1814-1815) e *O Campeão Português* (1819-1821) em 1819.

21 Ao longo de dois actos, sem cenas divididas, *FHL* estabelece um paralelismo entre o momento em que a obra é redigida (1961) e publicada e o momento histórico da acção (1817), sobretudo no que diz respeito à pobreza generalizada e à ditadura, bem como ao surgimento, no final da década de cinquenta do século XX, de uma figura que, tal como GF, instaura esperança, Humberto Delgado, mas que, tal como esse mártir (enforcado, no Forte de São Julião da Barra), seria também assassinado em 1965.

marido: “a simples existência de certos homens já é um crime (...) porque são incômodos”, (95) fala que ecoa a obra de Brandão lida por SM: “Gomes Freire é um inimigo que, mesmo calado, os incomoda”. (1914, 287) A postura de GF é ainda descrita como uma traição à sua classe social por Beresford, que se dirige a Matilde “(Com ironia) – Ou que, devendo, por nascimento e posição, defender certos interesses, defende outros (...) o caso do general, minha senhora”, concluindo que irão “Julgá-lo e (...) fazer justiça.” (96) É, aliás, ao falar com o Marechal que a futura viúva conclui que o marido será executado, revelando esse diálogo a hipocrisia cruel e abjecta de Beresford. O chefe militar até para Matilde é cruelmente honesto, ao contrário dos dissimulados lusos, ao defender, na sua última fala da peça, que o valor de um homem é relativo e tudo depende dos interesses do britânico: “Depende do seu peso, da sua influência, das vantagens ou dos inconvenientes que, para mim, resultem da sua morte.” (99) Beresford acaba por ser sempre a face cruel e lúcida do Carnaval “dos senhores (...) reis do Rossio”, (23, 25) senhores da opressão, a quem o povo, no final, se junta, também materialista, indiferente ao sofrimento de Matilde; aliás é essa a ideia que as didascálias informam que o espectador deve ter: “Neste diálogo, os populares parecem exprimir uma indiferença total perante os acontecimentos. Embora mais tarde essa impressão seja corrigida, aqui deve ser realçada pela lentidão com que as frases são proferidas e pelos intervalos que as separam. Sente-se, mesmo, que as frases são deliberadamente proferidas para que Matilde as oiça.” (100)

O processo de carnavalização²² do que seria uma governação ética e em prol do povo demonstra, no fundo, a natureza humana face ao poder e ao lucro que corrompem, e denuncia o verdadeiro estatuto e palco do poder, que é, em si, uma encenação (carnavalesca) porque a realidade é a ética subvertida em prol de uma minoria, como era também o caso no momento da escrita da peça. A carnavalização denuncia e critica o próprio simulacro carnavalesco e consciente por

22 Relativamente às teorias de Bakhtin sobre o “carnaval”, vejam-se: Castle 1987 (“litical theory”) e Gardiner (“fulsome and naive”, 180). Sobre as críticas à visão essencialista de Bakhtin da transgressão carnavalesca, vejam-se: Hutcheon (71-75), Young (71-92), Stallybrass e White (1986), Morson e Emerson (433-472), Booker (1991), Evenson (1993), Shepherd (1993), Eisenbichler e Hüsken (1999), Emerson (2000), Coronato (2003) e Rollins (2012).

parte dos governadores, estratégia que reforça a crítica indignada ao despotismo, face à alienação a que a miséria social habituou os populares, situação da qual os poderosos tiram proveito. Como revela logo a primeira didascália sobre os gestos das personagens, ainda antes de qualquer fala, *FHL* encena uma linguagem verbal, visual, gestual/corporal e alegórica a que o espectador deverá adaptar-se, pois esse pensamento metafórico critica e carnaliza o “estado da nação” coevo do espectador, desfamiliarizado como passado histórico. A peça, tal como uma outra do autor, *O Auto da Barca do Motor Fora da Borda* (1966), funcionam como estratégias subversivas de simulacro da crítica do presente através do passado (Guterres 1975; Macklin 1976; Barata 1997, 113-114; Wassermann 2003), num tempo de censura (Rothwell 2009, 157-167). Na primeira didascália, que é também o *incipit* do (para)texto, o dramaturgo afirma:

A pergunta é acompanhada dum gesto que revela a impotência da personagem perante o problema em causa. Este gesto é francamente “representado”. O público tem de entender, logo de entrada, que tudo o que se vai passar no palco tem um significado preciso. Mais: que os gestos, as palavras e o cenário são apenas elementos duma linguagem a que tem de adaptar-se. (15)

A linguagem corporal, verbal e ideológica no palco de *FHL* é também a do Carnaval, a do simulacro da política em prol do bem comum, quando, nos bastidores do poder apenas se debatem interesses pessoais e corporativos e prevalece a manutenção do poder que gera benefícios individuais. Ao longo do texto, num contexto que sugere a subversão total dos objectivos do poder político, Beresford zomba constantemente de tudo e todos, mesmo ao assassinar um homem que pode estar inocente. De acordo com Eco (6) e Hutcheon (72-74), o Carnaval é uma transgressão com regras, e o leitor/espectador terá de reconhecer a ordem do mundo que é invertida para apreciar a transgressão. À utilização dessa consciência ou espírito carnavalescos nos mundos possíveis da literatura chamamos carnalização, isto é “the transposition of carnival into the language of literature”, (Bakhtin *Problems*, 122) e o carnavalesco é simultaneamente um modo de representação, um termo

operativo, um fenómeno textual e um artifício utilizado para subverter, desconstruir e parodiar que subsiste sobretudo como conceito da teoria literária e não tanto na história social. (Lindley 22, 70; Clark e Holquist 304-312; Stallybrass e White 6-8; Glazener 113; Stam 96; Vice 149-156; Danow 4; Krier e Swart 135-168; Rollins 2012) Aliás, de acordo com Lindley, o conceito de carnavalesco remete para um elemento, um processo de desmistificação presente em grande parte das literaturas ocidentais, “whatever the social sources or political consequences, if any, of that element may have been outside the texts. Bakhtin is not writing (...) about social behaviour but about the ways in which social practice (‘carnival’) is refracted and remained in literary texts (‘carnavalesque’)”. (22) *FHL* faz uso dessa estratégia literária para denunciar os governantes portugueses e sobretudo Beresford, colocando-o em hiperbólicos confrontos directos com, por exemplo, a futura viúva de GF, ciente (em privado) dos efeitos da sua encenação de poder (público), sabendo o espectador informado o que acontecerá ao mártir, como acontece amiúde no romance histórico, ou seja, conhece o desfecho do episódio histórico. A carnavalização é, portanto, um artifício que concorre para a intensificação dramática e das emoções no palco e na audiência, criticando simultaneamente os absolutistas do século XIX e os ditadores do século XX, porque a história e os enredos se repetem.

A carnavalização interessa-nos como forma de pensamento, como Carnaval reflectido pelo prisma caleidoscópico da literatura, (Danow 4-22; Gurevitch 176-210; Hirschkop 3, 34; Lindley 17-27; Platter 55) e enquanto modo (literário) de compreender e representar o mundo, um artifício analítico²³ usado neste estudo para analisar os desígnios verdadeiros e o plano da Junta de Governo portuguesa e sobretudo do instigador Beresford, sem grande recurso ao humor para reforçar quer a séria crítica aos déspotas que assassinam um (suposto) inocente, quer a questão da narrativa pessoal e corporativa como percepção do real e forma

23 Stallybrass e White definem o carnavalesco como uma categoria epistemológica e inversão potencialmente crítica dos mundos e das hierarquias oficiais, um universo onde tudo é degradado e esvaziado, (7-8) enquanto Emerson resume as três principais formas de abordar o carnavalesco na crítica contemporânea: o carnavalesco enquanto a) um ritual sacralizado, b) alegoria demonizada ou estalinizada, e c) abordagem mais neutral do carnavalesco como um artifício analítico na história da literatura, concluindo: “we cultivate laughter as a route to knowledge. This was Bakhtin’s point”. (203-204)

de o manipular. O carnavalesco consiste no uso de uma visão paródica, festiva, subversiva e até indecorosa dos interesseiros “reis” do Rossio na intimidade e do jocoso Beresford, estratégia literária através da qual é revelado que o religioso, o político e o militar no governo português usam a política em prol de interesses próprios e do conservadorismo que lhes permitirá continuar a deter os seus privilégios e poder.

FHL é uma peça sobre a natureza e os direitos humanos, o poder que corrompe e a luta de classes, como Vicente sugere ao concluir lucidamente, consciente do carnaval político, que “a todos interessa que a gente viva assim”. (24) A carnavalização é, portanto, um artifício literário e crítico eficaz numa peça alegórica que se assume como teatro “épico”, na senda do teatro político alemão de Piscator e Brecht, para constituir uma contra-narrativa, ou encenação, que SM funde com a estética do chamado teatro “dramático”, fusão que terá influenciado peças como *O Render dos Heróis* (1960), de Cardoso Pires, ou *O Judeu* (1966), de Bernardo Santareno. Aliás, se Brecht explica, em 1949, que “we need a type of theatre which not only releases the feelings, insights and impulses possible within the particular historical field of human relations in which the action takes place, but employs and encourages those thoughts and feelings which help transform the field itself”, (190) a carnavalização é utilizada há séculos com esse objectivo, questionando-se Manuel, em *FHL*, num tom e com sinais de pontuação diferentes, no início do primeiro e do segundo actos, impotente: “Que posso eu fazer? Sim: que posso eu fazer?”, (15) perante o simulacro que reconhece. O Carnaval funciona ainda como *mockery*, conforme revela um outro diálogo intertextual anglo-português em *FHL*, cuja epígrafe, um excerto da peça *A Subject of Scandal and Concern*, de Osborne, um dos *angry young men*²⁴, se insurge contra o simulacro carnavalesco da censura ditatorial do século XX. (1959, 11)

24 Sobre o inconformismo individual, a contestação social, a rebeldia iconoclasta e a intervenção cívica dos Angry Young Men, veja-se Seródio que conclui: “há em todo o empolamento do movimento (...) a acentuação de um protesto que reflecte, no panorama cultural desta segunda metade da década de cinquenta, a movimentação social e a problematização política e ideológica que, a vários níveis, marcou este período. (...) É na complexidade de uma múltipla convergência (ao nível da produção do espectáculo, da forma de representação e de encenação, e do texto no seu carácter tabular – de escrita e de proposta cénica) que devemos localizar nos ‘Angry YoungMen’, e muito especificamente em John Osborne, o ponto de divergência em relação a uma prática dominante.” (92)

A *Subject* ecoa ao longo de *FHL*, pois narra a história de Holyake, um professor preso por blasfémia que defende o direito à liberdade individual numa democracia saudável e denuncia a hipocrisia, como Matilde faz, no final, enquanto a liberdade se torna “mockery”, como revela a quebra de seriedade e honestidade; daí que SM plasme intertextualmente o enredo ideológico da peça de Osborne logo na epígrafe. (Diniz 1991, 73) O carnavalesco pretende subverter e denunciar o hipócrita *status quo* que os poderosos defendem a todo o custo e que o leitor informado sabe que não durará muito. A carnavalização literária é uma “vision rather than a programme”, (Hirschkop 35) próxima do festivo espírito carnavalesco que celebra “temporary liberation from the prevailing truth and from the established order [and marks] (...) the suspension of all hierarchical rank, privileges, norms and prohibitions”, (Bakhtin *Rabelais*, 10) e, no fundo, instaurou-se a desordem generalizada no governo e depois na *res publica*, e até Manuel, “o mais consciente dos populares”, (13) participa, no interior da sua esfera social, e a par dos regentes e de Beresford, na enenação do espectáculo carnavalesco, de que GF e Matilde são vítimas.

O elenco das *dramatis personae* inicia logo um diálogo sarcástico ao apresentar e caracterizar personagens de forma irónica, por exemplo, “Vicente – Um provocador em vias de promoção”, “Dois Polícias – Iguais a todos os Polícias”, “Morais Sarmiento, Andrade Corvo – dois denunciantes que honraram a classe”, “Frei Diogo de Melo – Um homem sério que destoaria nesta peça”, e sobretudo a irónica caracterização colectiva dos governadores (“D. Miguel Forjaz, Beresford, Principal Sousa – Três conscienciosos governadores do Reino”, 13), que é desconstruída ao longo da peça e vai ganhando outro significado, exigindo uma reinterpretação do adjetivo “conscienciosos” por parte do leitor, que deverá ler também nas entrelinhas do tom de voz das personagens. Vicente, por exemplo, utiliza o seu tom habitual nos monólogos, mas “fala com ironia” e “sarcasmo”, (37, 16) ao criticar a situação nacional, tal como Manuel, que se torna sarcástico ao imitar os poderosos, “duro e ríspido”, (78) sendo-lhe dito: “Está a imitar, com sarcasmo, alguém que se não sabe quem seja. Entende-se, todavia, que a personagem se refere ao ambiente político da época.

Volta ao seu tom de voz habitual", (16) pedindo esmola "num tom de voz humilde e trémulo". (78) Aliás, a ironia é associada, nas didascálias, ao termo "patriota" e a Beresford, que faz uso dela para gozar quer com o Principal e afirmar que os tempos modernos da mudança correm atrás dos conservadores, quer com Matilde ao dizer-lhe que o marido deveria ter defendido a sua classe e não o "povo", que é mantido, através do medo e da propaganda, pobre e ignorante e funciona como "pano de fundo" (13) da peça. Já o velho soldado fala com "escárnio" dos generais, (22) enquanto Vicente fala da traição ao povo com um "sarcasmos triste" (28) e da sua promoção a chefe da polícia com um "tom galhofeiro", (31) usando um tom humilde junto dos poderosos, enquanto Beresford, rindo-se amiúde, é também caracterizado com um tom "trocista", (53) "sempre jocoso", (55) e que o Principal trata como o rei do Carnaval: "Principal Sousa nunca conseguiu discutir com o marechal. Defende-se dele negando-lhe a seriedade necessária a uma discussão", (56) enquanto outra didascália informa: "Sente-se que [Beresford] não toma os portugueses a sério", (55) pretendendo apenas enriquecer. Os benfeitores são assim aniquilados pelo Carnaval encenado no palco da política nacional como simulacro do bem-comum, enquanto os gestos hipócritas do Principal o denunciam e carnalizam a fé católica, pois benze, com Beresford, a denúncia de Vicente. (38) O escárnio e o sarcasmo desmascaram o Carnaval, e até Matilde, cujo discurso adquire uma crescente intensidade dramática, no seu desespero, recorre ao "escárnio crescente" para acusar o principal Sousa de ser cínico: "o senhor, que condena inocentes a quem aconselha resignação, (...) que dá esmola aos pobres e condena à força os que pretendem acabar com a pobreza, (...) o senhor, que condena a mentira em nome de Cristo e mente em nome do Estado, (...) que vende Cristo todos os dias, a todas as horas, para o conservar num poder que Ele nunca quis", (123) assumindo uma pose algo andrógina e desafiante, ao desconstruir o carnavalesco simulacro dos regentes: "Cale-se! Agora sou eu que lho ordeno! De tanto abrir a boca, taparam-se-lhe os ouvidos e de tantas vezes repetir a mesma coisa, esqueceu-se de que as palavras têm sentido e obrigam a quem as profere! A todos chega a hora de

prestar contas (...). É tão grande o desprezo que tenho por si, tão infinito o meu nojo, que só por caridade não traduzo em palavras o que sinto no coração." (124, 128) Matilde descreve, então, um Portugal às avessas através "[d]as honras que neste Reino se concedem aos hipócritas e se negam aos justos", (128-129) enquanto o povo governado e empobrecido por Beresford e pelos demais "reis do Rossio" vive esfarrapado e sem condições de higiene, (104) miséria social que é acentuada pela estética do abjecto, logo no início do texto: "uma velha, sentada num caixote, cata piolhos a uma rapariga nova", (16) por entre facas enferrujadas para cortar pão usadas por doentes e idosos que exibem "chagas, pelas feiras", a pedir esmola, (102-106) num carnaval de enganar que vem do cimo da pirâmide social até à base: "Há aqui quem faça de parvo para fazer rir os outros (...)" (Imita um atrasado mental) Sabemos, desde miúdos, que a doença, a miséria e a dor fazem rir os mais afortunados", (106) cenários comentados que caracterizam todo um colectivo estrategicamente alienado, num momento de denúncia social, em que Manuel acusa os poderosos de desprezarem o "povo" e o manterem na pobreza, obrigando-o ao "desenrascanço", distantes do luxo (lucro) que caracterizam física e socialmente o principal Sousa e Beresford. O abjecto da miséria a que o povo é forçado contrasta com o abjecto mental e físico da crueldade de Miguel Forjaz, primo de GF, perante Matilde, que ele ignora, ao afirmar, mesmo antes da execução: "Lisboa há-de cheirar toda a noite a carne assada, Excelência, e o cheiro há-de-lhes ficar na memória durante muitos anos. (...) Sempre que pensarem discutir as nossas ordens, lembrar-se-ão do cheiro." (131) Se o leitor informado sabe, no entanto, que, três anos depois, terá início a Revolução Liberal, a cruel paisagem olfactiva da peça é uma poderosa metáfora que acentua a poética do abjecto, que, por sua vez, recorda o quão alto e baixo o ser humano consegue "ir".

O "carnaval" é, portanto, uma metáfora crítica (Stewart 143-145) da desordem institucionalizada, e como essa encenação prevalecerá até 1820 e se repetirá na ditadura do século XX, não há, abertamente no palco de *FHL*, o ritual do "mock decrowning of the carnival king", (Bakhtin *Problems*, 124) embora Beresford e os seus pares sejam

“desmascarados” directamente por Matilde, e a classe trabalhadora esteja consciente da corrupção que governa. O episódio de GF ilustra a vitória temporária da opressão carnavalesca, sabendo o espectador que esse momento “rectificador” chegará três anos depois, pois o Carnaval é também renovação, e o próprio luar ilumina simultaneamente a face de Forjaz (Beresford escondera-se) e a de Matilde, pois expõe a injustiça e o circo carnavalesco encenado pelos opressores, recordando que “everything is reborn and renewed through death”. (Bakhtin *Problems*, 126-127) A carnavalização, quando usada como arma política ou religiosa, é uma poderosa força social, (Young 71-92) e, de acordo com Kristeva, o Carnaval é um espectáculo sem palco e poder ser “the subject or the means of representation in a text, or both. The carnivalesque may be detected in textual images, plot, or language itself. In carnival, the participant is both actor and spectator”. (78) Em *FHL*, a violência disfarça-se de ordem pública e projecta-se num outro carnaval encenado, a ditadura portuguesa do século XX. Curiosamente, é Beresford que critica a elite portuguesa por manter a população estupidificada, quando ele contribui para essa situação e é parte do problema, ecoando intertextualmente um poema de Sophia de Mello B. Andresen que remete para essa estratégia que permite à ditadura abjecta sobreviver através da falácia de que não existe outra alternativa: “O velho abutre é sábio e alisa as suas penas/A podridão lhe agrada e seus discursos/Têm o dom de tornar as almas mais pequenas”. (69) São, aliás, inúmeros os intertextos portugueses (sobre o episódio) de *FHL*, de que não nos ocupamos, nomeadamente *Vida e Morte de Gomes Freire*, que Raul Brandão publica, em 1914, e republica, em 1917, como *1817: A Conspiração de Gomes Freire*, e que SM informa que consultou (entrevista ao *Diário de Notícias*, com Rogério Fernandes, 06-10-1978, 4).

GF torna-se, assim, um peão no tabuleiro do jogo político caracterizado pelo grotesco, sobretudo através das risadas e do sádico regozijo do prepotente Marechal inglês, que é caracterizado quer através do tom e das suas palavras, quer de atitudes descritas em didascálias como “Beresford é um homem prático, que encara objectivamente a realidade. O seu tom de voz está de acordo com a sua maneira

de ser", (42) ou "O tom do marechal é sempre jocoso. Sente-se que não toma os Portugueses a sério, embora esteja disposto a colaborar com eles na medida do necessário para a obtenção dos seus fins." (55) Aliás, a opinião de Beresford sobre Portugal é veiculada ao longo de várias falas, que passamos a analisar. O responsável pelo exército luso é representado como "mercenário" (58) por D. Miguel e simboliza os interesses britânicos disfarçados de apoio militar, forças essas que acabariam por ser expulsas de Portugal, como o leitor informado sabe. Na peça, o materialista militar anglo-irlandês desabafa: "Não, Excelência, não! Pretendo uma única coisa de vós: que me pagueis – e bem! Tão bem que, ao voltar à minha terra, possa olhar para trás sem me lamentar os anos que cá perdi. Estou aqui pelos mesmos motivos que vos levam a viver durante anos nas florestas do Brasil e, por isso mesmo, sou o mais fiel e o mais dedicado dos vassallos deste Reino", (58) consciente do seu cinismo mercenário e franco quanto à encenação do poder: "Preciso acreditar no poder divino d'el-rei? Cá está o marechal Beresford para acreditar no poder divino d'el-rei. Preciso assistir ao Te Deum do principal Sousa? Cá está o marechal Beresford, marquês de Campo Maior, para assistir a todos os Te Deum a que seja necessário assistir, desde que lhe paguem, ao fim do ano, a quantia que um dia lhe permitirá, na sua terra, viver como *gentleman!*", (58) gozando, altivo, com toda a regência lusa, auto-caracterizando-se através do riso, que denuncia, com um tom pragmático, a carnavalização do poder e da *res publica*, antes de ir viver como um *gentleman* na ordem inglesa:

Beresford (*Rindo-se*) – Troco os meus serviços por dinheiro, Excelência. Há quem os troque por uns anos no poder, e há quem os troque por outras coisas. Haveis de compreender, senhores, que esta não é a minha pátria e que não é por patriotismo que vos estou reorganizando o exército. Mas (...) deixemo-nos de conversas inúteis! Não interessa, agora, saber o que leva cada um de nós a actuar desta ou daquela maneira. O que interessa é saber qual a melhor forma de sufocar a revolta que se prepara. (*Sorri*) Senhores, afirmo-vos, em nome dos meus 16.000\$00 anuais, que farei tudo o que for necessário para os continuar a receber! (58-59)

Palavras de cariz nacionalista a que D. Miguel responde com naturalidade, e o principal com cinismo e com base no seu interesse pessoal, continuando, assim, o exercício de desconstrução do poder político como motor do bem público e a chacota dos teólogos lusos e da própria consciência humana que Beresford, tal como a Igreja, conhece e manipula, pois o ser humano satisfaz-se “com meia dúzia de artifícios mentais.” (62) A “brincadeira” (62) constante de que o principal acusa Beresford é símbolo evidente da carnavalizada ordem moral do governo luso, do cinismo e dos esquemas dos regentes, evidenciado por Beresford para atacar os portugueses que ele considera inferiores e corruptos que lhe pagam para ele fazer exactamente o mesmo que eles, zelar pelos seus poder e fortuna pessoais. Essa denúncia em privado torna evidente a razão da miséria do colectivo popular, e Beresford é insolente porque o rei lhe confere esse poder, sugerindo, inclusive, que o pode fazer porque os seus pares no governo sabem que ele tem razão e nem se importam com as acusações, mas sim com o lucro financeiro, representado pela simbólica moeda (esmola para pobres) que Matilde lhe atira aos pés, acusando-o de ser materialista. O estratega militar conhece os “vícios” e interesses lusos e rentabiliza-los para aniquilar GF, como o próprio revela, movido por interesses pessoais e materiais:

Beresford (Levanta-se e passeia dum lado para o outro do palco) – A minha missão consiste em reorganizar o exército e é meu inimigo, portanto, quem me dificulte esta missão. (A luz que incide sobre D. Miguel e o Principal Sousa começa a diminuir de intensidade até desaparecer, ficando apenas Beresford iluminado) Beresford fala sozinho. É também, meu inimigo quem me possa substituir na organização do exército (...) ou lá se vão os meus 16.000\$00. Dizem que eu sou um grande sargento e um mau oficial, que sei organizar um exército, mas que não o sei comandar em campanha. Basta que surja um oficial com um passado brilhante para me destronar. (63)

O leitor informado saberá que a fala do marechal ecoa a opinião de Raul Brandão na sua referida obra consultada por SM, de acordo com a qual os portugueses obedecem a Beresford apenas porque o temem,

sendo ele um militar inexperiente, que “nunca passou de um rispido commandante de recrutas, d’um optimo cabo de esquadra. E não vão imaginal-o um homemzarrão: é um typo seco, com cara de velha e voz de canna rachada.” (Brandão 85) A farda simples e um pouco usada do Marechal evoca simultaneamente o empobrecimento do país e a pouca consideração que o militar tem para com os portugueses, desleixe que seria impensável no exército inglês. Se a sua falta de cuidado o caracteriza negativamente, a postura do Marechal ao longo da peça ecoa ficcionalmente o que inúmeros soldados ingleses da altura escrevem sobre Portugal, como conclui um estudo sobre essas representações: “shocked by the unfamiliar, [soldiers] retreated into their own value systems. The more they proclaimed their disgust, the more they asserted their own refinement (...). In soldiers’ accounts of Lisbon, officers and enlisted men alike shared in the repugnance. The British army was an institution that prided itself on maintaining clean and bright uniforms and appearances.” (Daly 467) O autor conclui ainda que essa visão repugnante acerca de Lisboa – um espaço na periferia da Europa “civilizada” – demonstra o “hold that prevailing British cultural values – about cleanliness, manners, respectability, work, Protestantism and civilization – had over the constituent members of the army; and in turn, how the army itself acted as a national crucible for forging common experiences, memories and identities (...) the British generally considered themselves to be in a primitive and, at times, savage world, on the margins of civilization.” (Daly 491)

O militar anglo-irlandês aprecia um governo que considera democrático na Grã-Bretanha, mas ajuda a manter um governo despótico em Portugal; daí que seja chamado de mercenário e, pragmático, o assuma enquanto prevê as transformações sociais e políticas que agora lhe interessa adiar, para lucrar com a sua estada na Península Ibérica. A fala de Beresford que citámos acima revela que a personagem exhibe algumas das características atribuídas à figura histórica, nomeadamente o seu oportunismo, a sua paranoia conspirativa (Newitt e Robson 124-139) e o complexo de perseguição, até porque estava consciente dos seus inimigos e do descontentamento generalizado, levando-o a temer e a referir amiúde os perigos interno

(governadores do reino que não acatam as suas reformas essenciais, liberais) e externo (espanhóis). Calculista, mas lúcido e frontal, a personagem desvia estrategicamente as atenções e o ódio de que é alvo para a conspiração geral:

Não devo esquecer-me de que estou rodeado de inimigos: o clero odeia-me porque não sou da sua seita; a nobreza, porque lhe não concedo privilégios; o povo, porque me identifica com a nobreza, e todos, sem excepção, porque sou estrangeiro (...). O próprio D. Miguel só vê em mim uma limitação ao seu poder (...). Neste país de intrigas e de traições, só se entendem uns com os outros para destruir um inimigo comum e eu posso transformar-me nesse inimigo comum, se não tiver cuidado. *Estaca. A última frase é proferida no tom de quem já pensou no assunto.* Não é prudente ainda dizê-lo aos outros, mas não há dúvida de que existe um português capaz de me destronar (...)." (63-64)

Beresford auto-caracteriza-se e comenta os seus planos e atitudes, sendo o seu complexo de superioridade sempre evidente, sobretudo nos exercícios de comparação entre a próspera Grã-Bretanha e o paupérrimo Portugal, tratando com insolência e altivez os pares num Portugal onde, de acordo com ele, ao contrário da Grã-Bretanha, o ser humano não tem dignidade, nem liberdade e até a natureza é inferior:

Neste Conselho só eu me posso dar ao luxo de gracejar! Se a autoridade de Deus Nosso Senhor for discutida, Vossas Excelências, como representantes que são dessa autoridade, seguirão o destino que ela tiver (...) mas eu – um simples técnico estrangeiro – serei devolvido à procedência (...) voltarei à minha terra, onde os hereges, Reverência, regulamentaram a autoridade do Senhor a tempo de evitar a guilhotina (...). Sim, também aqui se pode sair a cavalo, mas os prados são secos, Excelência, e as árvores tão entisicadas que parecem ter sido todas plantadas pelo principal Sousa (...). Porque não tenciono regressar sem ter assegurado um futuro que me compense dos sacrifícios do presente, Excelência. Sou duma terra onde as leis são humanas, as pessoas cultas e a vida cheia de sentido (...). Sou duma terra onde um homem vive como um homem. (56-57)

Esses hetero-estereótipos negativos sobre Portugal e certezas amplificadas não encontram, entre a elite portuguesa, qualquer desmentido, o que demonstra a falta colectiva da honra e do orgulho patriótico que os regentes exigem, em público, da população para condenar GF, e que D. Miguel (ecoando estrategicamente o discurso ideológico da ditadura do século XX²⁵) tanto defende, tratando-se, na realidade, de alguém que preza carnavalescamente o interesse próprio acima de tudo, imagem que Matilde reforça ao acusar toda essa elite. Forjaz, primo do herói épico, simboliza o ambicioso e cruel egoísmo e a corrupção da elite que (não) governa, e o principal Sousa (José António de Meneses e Sousa Coutinho) representa o autocrático e dogmático clero, que deseja ser pastor de “um rebanho sem cérebro”, e odeia os franceses cujos ideais incitam à revolta do povo que já fala “de guilhotinas (...) e canta pelas ruas canções subversivas”. (17) O religioso age devido ao seu medo da multidão, mas consciente do que estão a fazer e de que não há quaisquer provas sólidas, instigados por Beresford, que, na sequência de informações do capitão Andrade Corvo, informa os seus pares que a revolução se prepara em Lisboa. O governo decide aniquilar o líder dos conspiradores, e a peça levanta questões como a percepção e a propaganda ideológica: quem vê, e através de que ponto de vista e com que interesses, determinada situação, como revela o cínico (ou sóbrio?) diálogo entre Vicente, “um provocador em vias de promoção”, e um polícia:

25 Vicente relata rumores perigosos sobre GF e o café no Cais do Sodré “onde se reúnem todos os dias os defensores do sistema das cortes”, (37) conspiração que se destina “a implantar neste Reino o sistema das cortes!”, (66) ou seja, a monarquia liberal, avisando o principal Sousa que para se manter o absolutismo urge “apagar o fogo (...) Se o poder é de origem divina, os que contra ele se batem, a si mesmos trazem a condenação”, (37) assustados pelo sangue e labaredas, força e prisões da Revolução Francesa, (66-68) vítimas de pesadelos de enforcamentos, (68) a sonhar com a continuação do *status quo*, como revela Forjaz:

Se algum sonho tenho, se a um estadista é permitido sonhar, o meu sonho é de não morrer sem exterminar de vez as sementes da anarquia e do jacobinismo (...). Sonho com um Portugal próspero e feliz, com um povo simples, bom e confiante, que viva lavrando e defendendo a terra, com os olhos postos no Senhor. Sonho com uma nobreza orgulhosa, que, das suas casas, dirija esta terra privilegiada. Vejo um clero, uma nobreza e um povo conscientes da sua missão, integrados na estrutura tradicional do Reino (...). Não lhes nego, Excelências, que não sou um homem do meu tempo. Um mundo em que não se distinga, a olho nu, um prelado dum nobre, ou um nobre dum popular, não é mundo em que eu deseje viver”. (69)

2º Polícia (Apanhando uma boneca esfarrapada de que uma se esqueceu ao fugir) –

Olha lá, Vicente: consegues tu inspirar a confiança desta gente?

Vicente – É simples: digo-lhes metade da verdade. Sou com o Gomes Freire? Lembro-lhes que o Gomes Freire é general e falo-lhes guerra. Haverá alguém que se não lembre de guerra? A vida tem sido uma guerra atrás de outra (...). Odeiam Franceses e os Ingleses? Chamo estrangeirado ao Gomes Freire (...). O que não lhes digo é se ele não fosse estrangeirado era... era como outros... era mais um senhor do Rossio. (25)

Os temas traumáticos da guerra e do ódio dos portugueses aos franceses e ingleses abrem a peça e marcam a decepção popular, sendo utilizados pela elite e pelos seus agentes quando lhes convém, num eterno simulacro de interesses pessoais, como também demonstra o mesmo diálogo: “2º Polícia – E tu acreditas nele? / Vicente – Não. Só acredito em duas coisas: no dinheiro e na força. O general não tem uma nem outra.” (25) Vicente é materialista, tal como Beresford, e ambos tentam, de forma distinta, lucrar e melhorar as suas vidas, fenómeno transversal a todas as classes sociais e geografias, de Lisboa a Londres. Já Morais Sarmiento e Andrade Corvo denunciam o líder, enquanto Vicente espia a casa de GF, o prevaricador que é preso em nome de Deus e do patriotismo, enganando, assim, o povo, como revelam António de Sousa Falcão e também Beresford ao humilhar GF, isolado e abandonado, durante o diálogo com Matilde. A luta de classes funciona como tema ideológico, pois os ingleses apenas se ajudam a si mesmos e, por vezes, os poderosos portugueses, que invejam o poder e o lucro dos primeiros, enquanto os populares rapidamente abandonam à sua sorte o herói que, tal como o Antigo Soldado, mitificavam no primeiro acto, enquanto Matilde, testemunha ocular da execução do marido, ao luar, profetiza um novo ciclo político para Portugal. Em 1961, o leitor da peça estabeleceria um paralelismo com a situação coeva, estabelecendo-se assim um interessante exercício ideológico de *mise-en-abyme*, onde o simulacro carnavalesco é duplamente construído através de um ideológico e alegórico jogo de espelhos. Beresford, os regentes, polícias e Andrade Corvo e Morais Sarmiento estão para o absolutismo como

GF e o Antigo Soldado estão para o liberalismo. *FHL* é uma peça histórica sobre opressão (e desejo de liberdade) que encena a forma como certos regimes manipulam consciências colectivas através da repressão, do medo e do simulacro da liberdade, com base na violência abjecta. GF torna-se um símbolo metonímico da resistência de uma população amordaçada e empobrecida por poderes corruptos nacionais e estrangeiros, pelo que estamos perante um eco literário desse episódio das relações anglo-portuguesas ficcionado como nocivo e que seria revisitado de forma ainda mais negativa após o *Ultimatum*, ecoando um dos objectivos da chamada metaficção historiográfica (Hutcheon *A Poetics, passim*): visitar ficcionalmente e questionar versões únicas do passado histórico, tornando-o um discurso polifónico, sobretudo porque, como o autor suspeitava, a censura do Estado Novo proibiria a peça. Tal como o romance histórico, *FHL* denuncia sobretudo as motivações pessoais das personagens, convidando-nos, através da alegoria, de auto- e hetero-estereótipos e da carnavalização, a (re)pensar quer os interesses pessoais que muitas vezes ditaram a História mas que se encontram, amiúde, ausentes das narrativas historiográficas, quer o presente através do passado, pois enquanto não há liberdade, a repressão ditatorial carnaliza a condição humana, e o mundo (assim denunciado) anda “às avessas”. Como vimos ao longo deste estudo, a reputação negativa de Beresford em *FHL* é também fruto da imagem portuguesa sobre os aliados britânicos, sobretudo após o *Ultimatum*, revelando a sua caracterização, tal como a de GF, ao longo de dois séculos, a forma como mitos e (anti-)heróis nacionais são utilizados e como a sua imagem muda conforme quem os recupera, no caso, Beresford, como representante materialista (e sem convicções) do autoritário regime derrubado pelo liberalismo, e GF, um mártir liberal.

Obras Citadas

Anónimo. *A Dominação Inglesa em Portugal. O que é e de que nos Tem Servido a Aliança de Inglaterra. Por um Compatriota de Gomes Freire d'Andrade*. Lisboa: Sociedade Editora Europa, 1942.

- Alarcão, Miguel. "Sobressaltos Patrióticos: Gomes Freire de Andrade (1757-1817) para Além do seu Tempo." *Revista Militar: Congresso Internacional Gomes Freire de Andrade: O Homem e o seu Tempo*. 71.2605-2606 (Fevereiro-Março 2019). 297-304.
- Andresen, Sophia de Mello Breyner. *Livro Sexto*. Lisboa: Moraes, 1962.
- Araújo, Ana Cristina. "Crise Política e Militarização do Estado em Inícios do Século XIX." *Revista de História das Ideias* 33 (2012): 373-420.
- . "As Invasões Francesas e a Afirmação das Ideias Liberais." Ed. José Mattoso. *História de Portugal*. vol. 5: *O Liberalismo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. 17-43.
- Arendt, Hanna. *Eichman in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil*. Nova Iorque: Viking Press, 1964.
- Bakhtin, Mikhail. *Problems of Dostoevsky's Poetics*. Minneapolis: U of Minnesota P, 1984.
- . *Rabelais and his World*. Bloomington: Indiana UP, 1984.
- Barata, José Oliveira. "The Historical Parable in Contemporary Portuguese Drama." Ed. Helena Kaufman e Anna Klobucka. *After the Revolution: Twenty Years of Portuguese Literature*. Lewisburg: Bucknell University Press, 1997. 108-126.
- Barradas, Manuel. *O General Gomes Freire 1788-1817*. Lisboa: Tipografia Minerva, 1892.
- Bentley, Eric. *The Life of the Drama*. Nova Iorque: First Applause Printing, 1991.
- Beresford, Marcus de la Poer. *Marshal Willima Carr Beresford: 'The Ablest Man I have Yet Seen with the Army'*. Newbridge: Irish Academic Press, 2019.
- Booker, Marvin K. *Techniques of Subversion in Modern Literature: Transgression, Abjection, and the Carnavalesque*. Gainesville: U of Florida P, 1991.
- Braga, Teófilo. *Gomes Freire: Drama Histórico*. Porto: Imprensa Moderna de Manuel Lelo & Irmão, 1907.
- Brandão, Raul. *A Conspiração de 1817: Beresford, D. Miguel Forjaz, o Principal Sousa, Matilde de Faria e Melo*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1914.
- Brecht, Bertolt. "A Short Organum for the Theatre." Ed. John Willett. *Brecht on Theatre: The Development of an Aesthetic*. Londres: Methuen, 1964. 179-205.
- Castle, Terry. *Masquerade and Civilization: The Carnavalesque in Eighteenth-Century English Culture and Fiction*. Stanford: Stanford UP, 1987.
- Clark, Katherina e Michael Holquist. *Mikhail Bakhtin*. Cambridge: Harvard UP, 1984.

- Coronato, Rocco. *Jonson versus Bakhtin: Carnival and the Grotesque*. Nova Iorque: Rodopi, 2003.
- Costa, Fernando Dores. "An Odd alliance: William Beresford and D. João VI, Prince and King of Portugal." *Journal of the Oxford University History Society* 7 (2009) s.p. Disponível online: <https://sites.google.com/site/jouhsinfo/issue7specialissueforinternetexplorer>. Acesso: 02-01-20120.
- Costa, Fernando Marques da. "Recensão: Malyn Newitt, Martin Robson, *Lord Beresford e a Intervenção Britânica em Portugal: 1807-1820*, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2004". *Análise Social* 178 (2006): 242-246.
- . *Gomes Freire de Andrade: O Mártir do Mito*. Lisboa: Instituto de Estudos Maçónicos, 2017.
- Costas, Neves da. *A Traição de Gomes Freire*. Lisboa: Sociedade Astótia, 1935.
- Daly, Gavin. "A Dirty, Indolent, Priest-Ridden City: British Soldiers in Lisbon during the Peninsular War, 1808–1813." *History* 94.4 (2009): 461-482.
- Danow, David K. *The Spirit of Carnival: Magic Realism and the Grotesque*. Lexington: The UP of Kentucky, 1995.
- Diniz, T. F. N. "Luís de Sttau Monteiro. Felizmente Há Ironia!: Um Estudo da Ironia em *Felizmente Há Luar*." *Boletim do Centro de Estudos Portugueses* 11.13 (1991): 71-76.
- Eco, Umberto. "The Frames of 'Comic Freedom'." Ed. Thomas A. Sebeok. *Carnival!*. Berlim: Mouton. 1984. 1-9.
- Eisenbichler, Lonrad e Wim Hüsken (eds.) *Carnival and the Carnavalesque: The Fool, the Reformer, the Wildmen, and Others in Early Modern Theatre*. Amsterdão: Rodopi, 1999.
- Emerson, Caryl. *The First Hundred Years of Mikhail Bakhtin*. Princeton: Princeton UP, 2000.
- Evenson, Brian. *The Carnival of Negativity*. Tese de Doutorado. Washington: University of Washington, 1993.
- Ferrão, António. *Gomes Freire e as Virtudes da Raça Portuguesa: Discurso Acompanhado de Vários Anexos e Notas com Documentos Inéditos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.
- Fraser, John. *Violence in the Arts*. Cambridge: Cambridge UP, 1976.
- Freitas, Joaquim Ferreira de. *Memória sobre a Conspiração de 1817, Vulgarmente Chamada A Conspiração de Gomes Freire, Escrita e Publicada por um Português*

- Amigo da Justiça e da Verdade*. Londres: Ricardo e Artur Taylor e Lisboa: Imprensa Liberal, 1822.
- Gardiner, Michael. *The Dialogics of Critique: M. Bakhtin and the Theory of Ideology*. Londres: Routledge, 1992.
- Glazener, Nancy. "Dialogic Subversion: Bakhtin. The Novel and Gertrude Stein." Ed. Ken Hirschkop e David Shepherd. *Bakhtin and Cultural Theory*. Manchester: Manchester UP, 1989. 109-129.
- Gonçalves, A. J. Rodrigues. *Gomes Freire de Andrade: Um Mártir da Pátria*. Lisboa: Âncora Editora, 2017.
- Gurevitch, Aron. *Medieval Popular Culture: Problems of Belief and Perception*. Cambridge: Cambridge UP, 1988.
- Guterres, Maria. "Felizmente Há Luar!: A Dialéctica entre o Poder e o Povo." *Bulletin of Hispanic Studies* 52 (1975): 235-246.
- Hirschkop, Ken. "Introduction." Ed. Ken Hirschkop e David Shepherd. *Bakhtin and Cultural Theory*. Manchester: Manchester UP, 1989. 1-38.
- Hutcheon, Linda. *A Poetics of Postmodernism: History, Theory, Fiction*. Nova Iorque: Routledge, 1988.
- . *A Theory of Parody: The Teachings of Twentieth-Century Art Forms*. Urbana: U of Illinois P, 1985.
- Krier, Dan e William J. Swart. "The Dialectics of Carnival: From Bakhtin to Baudrillard." Ed. Jerome Braun e Lauren Langman. *Alienation and the Carnivalization of Society*. Nova Iorque: Routledge, 2012. 133-167.
- Kristeva, Julia. *Desire in Language: A Semiotic Approach to Literature and Art*. Oxford: Basil Blackwell, 1980.
- Lindley, Arthur. *Hyperion and the Hobbyhorse: Studies in Carnavalesque Subversion*. Londres: Associated UP, 1996.
- Lopes, António. *Gomes Freire de Andrade, um Retrato do Homem e da Sua Época*. Lisboa: Grémio Lusitano, 2003.
- Macklin, J. J. "Compromise and Commitment in Luís de Sttau Monteiro's *Felizmente Há Luar!*" *The Modern Language Review* 71. 2 (1976): 304-314.
- Martins, Francisco Rocha. *Gomes Freire: Romance Histórico Original*. 2 vols. Lisboa: João Romano Torres. 1900.
- Monteiro, Luís de Sttau. *Felizmente Há Luar*. Porto: Areal Editores, 2000.
- Morson, Gary Saul e Caryl Emerson. *Mikhail Bakhtin: The Creation of a Prosaics*. Stanford: Stanford UP, 1989.

- Neves, Maria Lúcia Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte. Imaginário e Política em Portugal c.1808-1810*. São Paulo: Alameda, 2008.
- Newitt, Malyn e Martin Robson. *Lord Beresford e a Intervenção Britânica em Portugal, 1807-1820*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, 2004.
- Nogueira, Ricardo Raimundo. *Memórias Políticas. Memória das Coisas mais Notáveis que se Trataram nas Conferências do Governo destes Reinos (1810-1820)*. Ed. Ana Cristina Araújo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2012.
- Novais, Fernando António. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- Norton, José. "Gomes Freire e Alorna: Amigos ou Rivais?". *Revista Militar* (2019) s.p. Disponível: https://www.revistamilitar.pt/artigo/1403##_ftnref2. Acesso: 22-02-2020.
- "Panfleto do Conselho Regenerador", 1817: Torre do Tombo, *Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça*, cx. 22, mç. 1.
- Paquette, Gabriel. *Imperial Portugal in the Age of Revolutions: The Luso-Brazilian World, c. 1770–1850*. Cambridge: Cambridge UP, 2013.
- Parker, Andrew Mary Russo et al. (ed.) *Nationalism and Sexualities*. Nova Iorque: Routledge, 1982.
- Pereira, Miriam Halpern. "O Bicentenário do Processo de Gomes Freire de Andrade e seus Companheiros." *Ler História* 72 (2018): 219-226.
- . *Do Estado Liberal ao Estado Providencia: Um Século em Portugal*, São Paulo: Edusc, 2012.
- e Ana Cristina Araújo (coord.) *Gomes Freire e as Vésperas da Revolução de 1820: Colóquio Internacional do Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2018.
- Puech, S. Ballestra et al. *Théâtre et Violence*. Paris: Atlande, 2010.
- Rollins, Benjamin. *Carnival's Dance of Death: Festivity in the Revenge Plays of Kyd, Shakespeare, and Middleton*. Tese de Doutorado. Atlanta: Georgia State University, 2012.
- Rosa, Marta Brites. *Em Busca do Herói: Estudo da Personagem na Obra Dramática de Luís de Sttau Monteiro*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002.
- Rothwell, Philip. "Narrative and Drama during the Dictatorship." Ed. Stephen Parkinson, Cláudia Pazos Alonso e T. F. Earle. *A Companion to Portuguese Literature*. Woodbridge: Thamesis, 2009. 157-167.

- Santos, Manuel Pinto dos. "Gomes Freire de Andrade: a Maçonaria e a Conspiração de 1817." *Revista Militar: Congresso Internacional Gomes Freire de Andrade: O Homem e o seu Tempo* 71. 2605-2606 (Fevereiro-Março 2019): s.p. Disponível em: https://www.revistamilitar.pt/artigo/1415##_ftnref2. Acesso: 20-01-2020.
- Sardinha, António. *Na Feira dos Mitos, Ideias e Factos*. Porto: Edições Gama, 1942. "Sentença para Julgar a Nulidade". 20-04-1822. Torre do Tombo, *Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça*, cx. 22, mc. 2.
- Seródio, Maria Helena. "John Osborne, John Arden e a Condição de Representar no Teatro Dramático". Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1983.
- Shepherd, David. *Bakhtin, Carnival and other Subjects*. Amesterdão: Rodopi, 1993.
- Soriano, Simão José da Luz. *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal. Terceira Época*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881-1887.
- Stallybrass, Peter e Allon White. *The Politics and Poetics of Transgression*. Londres: Methuen, 1986.
- Stam, R. *Subversive Pleasures: Bakhtin, Cultural Criticism, and Film*. Baltimore: Johns Hopkins UP, 1989.
- Stewart, Marilyn. "Carnival and Don Quixote: The Folk Tradition of Comedy." Ed. Louis Cowan. *The Terrain of Comedy*. Dallas: Dallas Institute of Humanities, 1984. 143-162.
- Trend, David. *The Myth of Media Violence. A Critical Introduction*. Victoria: Blackwell Publishing, 2007.
- Vichness, Samuel E. "Marshall of Portugal: the Military Career of William Carr Beresford, 1785-1814." Tese de Doutoramento. Tallahassee: Florida State University, 1976.
- Wassermann, Bonnie S. *Metaphors of Oppression in Lusophone Historical Drama*. Berlim: Peter Lang, 2003.
- Young, Robert. "Back to Bakhtin." *Cultural Critique* 2 (1985-1986):71-92.

Never a Saint: D. Carlota Joaquina Protagonista de Episódios das Lutas Liberais num Romance Histórico Britânico*

Gabriela Gândara Terenas
(NOVA FCSH/CETAPS)

Introdução

Construindo uma visão paralela à própria História, os romances históricos acabam, não raro, por tornar essa imagem romançada mais conhecida entre o público leitor do que a veiculada pela historiografia, tal como tive oportunidade de demonstrar na obra *Entre a História e a Ficção: as Invasões Francesas em Narrativas Portuguesas e Britânicas*, publicada em 2012, ainda no âmbito da evocação do bicentenário da Guerra Peninsular.

Várias foram as figuras da História retratadas nessas narrativas, tanto britânicas como portuguesas, de entre as quais relembro, a título exemplificativo, o Príncipe Regente, D. João (futuro D. João VI), Sir Arthur Wellesley (futuro Duque de Wellington) ou o próprio Imperador Napoleão Bonaparte, as quais, todavia, nunca se identificaram com os protagonistas dos romances, surgindo antes como personagens secundárias. De facto, tal como Castelo Branco Chaves refere, a narrativa histórica não apresenta figuras que tivessem tido existência efectiva como personagens centrais do enredo, (1979, 28) o que, todavia, não se verifica na obra em apreço.

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Congresso Internacional “Historical Fiction, Fictional History, and Historical Reality” que teve lugar em Lisboa, entre os dias 5 e 7 de Março de 2020.

A Rainha portuguesa de origem espanhola, D. Carlota Joaquina (1755-1830) nunca surgiu nessas narrativas cuja acção decorre ao tempo das Invasões Francesas, possivelmente por se tratar de uma personagem feminina e, portanto, não directamente envolvida na Guerra. Todavia, D. Carlota ficou para a História como uma figura bastante controversa, enquanto Rainha, como mulher de D. João e, talvez sobretudo, como mãe do Infante D. Miguel, tendo desempenhado um papel bastante activo tanto ao tempo das Invasões Francesas como, particularmente, aquando da Revolução Liberal, cujo bicentenário se comemora este ano.

Já bastante tempo depois de ter terminado o estudo atrás referido, deparei-me com um romance britânico, da autoria de F.W. Kenyon, publicado em 1958. Deste modo, levantaram-se-me várias questões que pretendo, de algum modo, discutir ao longo deste artigo: Quem é o autor? Por que razão escolheu D. Carlota Joaquina para protagonizar o seu romance? Será que esta escolha decorreu do facto de ter sido uma figura algo marginalizada ou silenciada pela historiografia portuguesa ou porque, pelo contrário, foi uma Rainha amada pela população brasileira? Em que medida o momento da escrita – 1958 – poderá ter condicionado a escolha do romancista? De que modo se ficcionalizaram os episódios relacionados com as lutas liberais em que esteve envolvida?

Comece-se por tentar construir o perfil de F.W. Kenyon.

1. Kenyon e as Grandes Mulheres da História

Nascido em Lancashire, em Inglaterra, onde passou a sua infância, Frank Wilson Kenyon (6 de Julho de 1912 - 6 de Fevereiro de 1989) emigrou com a família para a Nova Zelândia, quando tinha doze anos, ou seja, em 1924. Aí descobriu alguns dos escritores que mais tarde influenciariam, de algum modo, o seu trabalho, como Charles Dickens, Guy de Maupassant, Somerset Maugham ou H.G. Wells. Assim, com vinte e poucos anos, no início dos anos trinta, mudou-se para Londres com o intuito de desenvolver uma carreira

de escritor. Os seus romances históricos, publicados entre 1955 e 1974, centram-se, quase na totalidade, em figuras femininas, como a amante de *Lord Nelson*, *Emma*, *Lady Hamilton*,¹ a Rainha Marie Antoinette,² Mary Stuart, Rainha da Escócia,³ a Imperatriz Josephine,⁴ Lucrecia Borgia,⁵ Elizabeth I⁶ ou, ainda, *Lady Jane Grey*.⁷

Conhecendo-se pouco da sua vida, pode, contudo, facilmente concluir-se que Kenyon se interessou por grandes mulheres da História, cujas vidas pretendeu reconstruir através dos seus romances de cariz biográfico. Para além disso, deve recordar-se que, em 1947, Marcus Cheke publicara a obra *Carlota Joaquina, Queen of Portugal*, o que poderá ter facilitado (ou até inspirado) a tarefa de Kenyon. Embora não se possa comparar, em importância, nomeadamente à escala europeia, às outras figuras femininas retratadas por Kenyon, a Rainha alcançou, todavia, grande relevo no Brasil, onde, aliás, a obra foi traduzida, em 1960, sob o título *Nunca uma Santa. A Incrível Carlota Joaquina*, o que não se verificou em Portugal. Em 1995, a tradução foi alvo de uma adaptação filmica também brasileira, intitulada *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil*, com actores bem conhecidos do público (como Marieta Severa e Marco Nanini nos principais papéis), o que terá decerto contribuído para a popularização da figura.

Se se comparar um retrato da época de D. Carlota com a imagem reproduzida na capa tanto da edição britânica como da brasileira, percebe-se claramente que as duas visões aí projectadas da Rainha se afiguram claramente opostas:

1 V. *Emma, Lady Hamilton* (1955).

2 V. *Marie Antoinette* (1956).

3 V. *Mary of Scotland* (1956).

4 V. *The Emperor's Lady* (1958).

5 V. *The Naked Sword: the Story of Lucrezia Borgia* (1968).

6 V. *Shadow in the Sun: the Secret of Elizabeth I, the Virgin Queen* (1972).

7 V. *Henry VIII's Secret Daughter: the Tragedy of Lady Jane Grey* (1974).



D. Carlota Joaquina, Rainha Consorte/*Never a Saint*

No presente artigo interessa-me explorar não tanto a sua presença no Brasil, mas antes três outros vectores que se destacaram na leitura da obra: 1) a complexa relação conjugal entre D. Carlota e D. João; 2) o episódio da partida da Corte para o Brasil em consequência da invasão francesa comandada por Junot; 3) e, por último (mas mais importante no âmbito deste número da REAP/JAPS), o papel atribuído a D. Carlota na sua tentativa de manter o regime absoluto e de tornar o seu filho, D. Miguel, rei de Portugal, ao tempo da Revolução Liberal.

2. “Poor João, what a delightful dance this little imp will lead him”: um Casamento Disfuncional

Chegada a Lisboa em Maio de 1785, D. Carlota Joaquina de Bourbon viria a contrair matrimónio com o Príncipe D. João (futuro D. João VI) no dia 9 de Junho desse ano, quando a noiva tinha apenas dez anos. Por esta razão, o casamento não se consumou de imediato, esperando-se que D. Carlota se tornasse apta a conceber e a gerar

filhos. Durante esse tempo, em que D. João permaneceu em Mafra e D. Carlota no Palácio de Queluz, sobressai, nos primeiros capítulos do romance, a relação terna, quase de mãe-filha, estabelecida entre D. Maria I e a pequena Infanta de Espanha, confirmada, aliás, pela historiografia, e que se manteria, no romance, durante a estada no Brasil. A alegria e a vivacidade de Carlota Joaquina pareciam ser responsáveis pelas raras horas de descontração de D. Maria I, que já dava alguns sinais da doença que a acompanharia até à morte.

De facto, desde cedo que a pequena Princesa mostrou ser detentora de um espírito vivo, perspicaz, alegre e temerário, mas também malicioso, marcado por uma forte ambição, bem como por frequentes ataques de mau-génio, sempre que algo lhe desagradava.

Por outro lado, o ambiente vivido na Corte dos Bragança diferenciava-se, em muitos aspectos, da bem mais divertida Corte espanhola. No reinado de D. Maria I, marcado pela ascensão de um grupo conservador da nobreza e do clero, as representações de comédias, bem como a realização de bailes ou festas eram muito raras. Deste modo, a Infanta Carlota estranhou essa vivência austera e algo rude, que contrastava com o fausto e o requinte a que estava habituada, aspecto explorado no romance em apreço, nomeadamente na visão britânica algo estereotipada dos portugueses, veiculada através dos pensamentos da jovem Carlota:

(...) she [Carlota] wondered if the life at the Ajuda Palace (...) would be gayer than life at Queluz. (...) She liked the opera house and the nearby botanic gardens, but she deplored the dirtiness of the palace courtyards, galleries and corridors. (...) One should remember, she told herself, that the Portuguese, in comparison with the Spanish, were uncouth, often filthy and barely civilized. One should remember and make allowances. (15)

O primeiro encontro entre os dois cônjuges ocorreu no dia do casamento e, na narrativa em apreço, não foi particularmente feliz, pois D. João, numa imagem algo caricaturada, comparecera atrasado, indeciso e a mastigar uma perna de frango que guardava no bolso das calças, fazendo com que Carlota se sentisse humilhada e aterrorizada

ao pensar que teria que viver para sempre ao lado daquele homem gordo e desprezível. Todavia, D. João revelar-se-ia um bom amante (pelo menos nos primeiros anos do casamento) constituindo esta a sua única qualidade aos olhos da mulher,⁸ a qual não perdia uma oportunidade para urdir intrigas com o intuito de alcançar mais poder do que o marido. De facto, em relação a todos os outros aspectos da vida em comum, o casal estava sempre em desacordo e, não raro, em clara oposição política, como se verificou em duas circunstâncias paradigmáticas: a partida da família real para o Brasil, em Novembro de 1807; e no contexto das lutas entre absolutistas e liberais que, no romance, abarcam diversos episódios: o regresso da Corte a Lisboa (1820), a recusa da Rainha em assinar a Constituição (1822), o seu aprisionamento no Palácio do Ramalhão, a Vila-Francada (Maio de 1823), a Abrilada (Abril de 1824), a subida ao trono do filho D. Miguel e, finalmente, a sua morte, em 1830.

3. “War is inevitable, inevitable!”: a Partida da Família Real para o Brasil

Recorde-se que quando Napoleão Bonaparte decretou o Bloqueio Continental, em 1806, o país não apresentava condições para organizar um exército suficiente forte com o qual pudesse oferecer resistência eficaz às tropas francesas. Esta deliberação levou o Governo português a procurar uma solução para obviar a circunstância ingrata e melindrosa a que tinha sido conduzido. Entre romper com a secular aliança luso-britânica ou continuar fiel ao seu compromisso político-económico mais antigo, o Governo teria na realidade que escolher entre a possibilidade de a Grã-Bretanha controlar o império português ou deixar que fossem os franceses a fazê-lo.⁹ De facto, qualquer opção

8 Recorde-se que, entre 1773 e 1806, o casal real teve oito filhos: Maria Teresa, Francisco António, Maria Isabel, Pedro I, Maria Francisca, Isabel Maria (Regente e inimiga da Mãe), Miguel I e Ana de Jesus Maria. Exceptua-se aqui Maria da Assunção, filha ilegítima de D. João, que foi, no entanto, reconhecida pelo Príncipe Regente e baptizada no Palácio de Queluz, em 1805.

9 Cf. Terenas 2012, 167 e 169.

traria inegáveis desvantagens, por isso, D. João tentou inicialmente uma solução de compromisso, que se manteve durante cerca de um ano, até Bonaparte se decidir pela invasão.

Nestas circunstâncias havia que tomar uma decisão, pelo que a partida para o Brasil se afigurou a mais aconselhável. Assim, enquanto D. Carlota Joaquina se mostrou desfavorável, temendo que a História viesse a registar o acontecimento como uma “fuga cobarde”, D. João, com o apoio dos britânicos, entendeu-a como uma estratégia política para mudar a capital do reino, o qual, deste modo, não poderia vir a ser oficialmente conquistado pelos franceses quando estes chegassem a Lisboa. As posições dos cônjuges afiguram-se claras no seguinte diálogo travado entre ambos:

‘If you flee like a coward to Brazil’, she said scathingly, ‘you will be known to history as João the Runaway.’ (...)

‘I see nothing dishonourable in turning to Brazil,’ João said pleading. ‘My sole intention in planning to go there is to preserve the crown. What the better move, my love, than to remove the seat of government to Rio de Janeiro, there to wait, and hope, and plan for a triumphant return to Portugal?’

He collapsed into a chair and begged Carlota to give him another glass of lemonade. (143)

Contudo, deve registar-se que as posições dos cônjuges reais no romance reflectiam sobretudo as duas facções opostas existentes não só no Conselho de Estado, mas também no seio da população portuguesa, em geral, e da lisboeta em particular. Deste modo, também a historiografia se dividiu em relação à transferência da Corte para o Brasil, uns considerando-a uma fuga e outros, mais recentes, defendendo-a como uma estratégia cuidadosamente pensada. Assim, em 1958, a posição de D. Carlota talvez fizesse mais sentido do que a de D. João, o qual parecia render-se, algo impotente, à pressão ameaçadora exercida pelo Embaixador britânico: “João said wearily: “The English ambassador has closed the legation in Lisbon and gone aboard the English flagship. English warships are now blockading Lisbon”’. (169)

Aquando da atribulada partida propriamente dita, ocorrida no dia 27 de Novembro de 1807, D. Carlota, contrariamente a D. João e, sobretudo a D. Maria I, mostra-se, no romance em apreço, calma, a pensar na melhor forma de tirar partido da situação e a delinear planos estratégicos para o futuro, nomeadamente face à sua posição no Rio de Janeiro e, mais tarde, à de seu filho D. Miguel, em Portugal:

She was ambitious now for Miguel. The future triumph in Portugal must be his (...). She would work for it [in Brazil] and enjoy it vicariously. She laughed ruefully to herself. What a task to set oneself! (...) She drew Miguel close to against her. (...) 'Brazil is the gateway through which we will return in triumph to the only world that matters. And that, my son, will be *your* world. I swear it, Miguel, I swear it! (171, 174)

De facto, durante a estada no Rio de Janeiro, D. Carlota, a partir da sua residência no antigo convento de Santa Clara, dedicou-se a conspirar contra D. João, com o apoio secreto de *Sir* Sidney Smith,¹⁰ no sentido de governar, como regente, uma das colónias espanholas na América do Sul, tal como se pode subentender no seguinte passo: "During the next two weeks *Sir* Sidney appeared frequently at the palace and made reports on the progress of what he termed the 'mission' which Carlota had entrusted him." (183) A trama desenvolve-se sobretudo nos capítulos 2 e 3 da parte IV, incluindo uma relação amorosa entre ambos. Todavia, o projecto falhou inteiramente e, a pedido de D. João, *Sir* Sidney foi substituído por outro vice-almirante britânico.

Ao mesmo tempo, D. Carlota ia preparando o regresso a Portugal, que se deu após a Revolução Liberal de 1820, sempre com o apoio do seu filho dilecto.

10 Em Novembro de 1807, em consequência da invasão francesa comandada por Junot, *Sir* William Sidney Smith (1764-1840) foi nomeado para comandar uma expedição a Lisboa com o intuito de, se necessário, bloquear o porto da capital. Escoltou Família Real portuguesa durante a viagem até ao Brasil, tendo, por isso, sido agraciado por D. João com a Grã-Cruz da recém restaurada Ordem Militar da Torre e da Espada. Todavia, planeou um ataque às colónias espanholas da América do Sul, em conjunto com alguns portugueses, contrariando as ordens recebidas de Londres, pelo que foi chamado de volta à Grã-Bretanha, em 1809, antes de conseguir realizar os seus planos. Não obstante, em Julho de 1810, foi promovido a Vice-Almirante.

4. “Ambition was the driving force of her life”: Da Recusa a Jurar a Constituição até à sua Morte

Deste modo, pode afirmar-se que a acção de D. Carlota Joaquina se tonou mais visível, em Portugal, nos últimos oito anos da sua vida, ou seja, entre 1822 e 1830. Aliada a um grupo de nobres e de membros do clero que não simpatizavam com ao novo regime, a Rainha (sedeada no Palácio de Queluz) começou por urdir uma conspiração com o intuito de forçar D. João VI (residente no Palácio da Bemposta) a abdicar e a abolir a Constituição, a qual, aliás, se recusou a jurar juntamente com o Cardeal-Patriarca de Lisboa (D. Carlos da Cunha Menezes). Esse momento foi recriado no romance, com a presença de Manuel Fernandes Tomás (1771-1822), um dos mais notáveis inspiradores e organizadores da Revolução de 1820, sublinhando-se a arrogância e, ao mesmo tempo, a determinação inabalável de D. Carlota:

Fernandez Tomaz [*sic*] stepped forward angrily. ‘Dona Carlota, I have here’ – he flourished before her a folded sheet of paper – ‘a copy of the oath of allegiance. Take it, please; repeat the oath before these witnesses.’

Carlota snatched up the paper, tore it in half and dropped the pieces on the carpet.

‘That, Senhor Pomposity, is what I think of your oath of allegiance!’

Thomaz [*sic*] smiled thinly. ‘Your Majesty prefers exile.’

‘Exile? Where would you like to send me? Spain, perhaps? (...) Or perhaps you would rather send me straight to France?’ (...) Send me to France if you must, but blame nobody but yourselves if I return with a French army.’

Tomaz [*sic*] had paled suddenly. (...) [He] picked up the two halves of the oath. He fiddled with them; he place them shakily together; he looked at Carlota pleadingly.

‘I beseech you, Dona Carlota, swear the oath of allegiance to the Constitutional Code and let us be friends.’

‘Friends?’

‘At least let us cease to be enemies.’

‘Never!’ Carlota cried. ‘Send me into exile if you must. Do your worst. Do it, Senhor, and take the consequences.’ (262)

Uma vez descoberta e fracassada a sua conspiração, as Cortes decidiram desterrar a Rainha para o Palácio do Ramalhão, o que ela aceitou com agrado, pois tal isolamento permitir-lhe-ia dar continuidade aos seus planos. No romance, a acção da Rainha foi associada à contra-revolução de 23 de Fevereiro de 1823, chefiada pelo 2º Conde de Amarante,¹¹ pois a precipitação deste último e o conseqüente fracasso da sua iniciativa teve como objectivo valorizar a prudência de Carlota Joaquina na planificação das suas acções:

During the two months she had been at Ramalhão, Carlota had been in constant communication with Amarante, the commander of the Vila Real garrison. Under guard as she was, it had been easy enough to send and receive messages, if only through Miguel, who came and went in complete freedom. Amarante had argued that with his men ready to support a counter-revolution it would be folly to delay too long, but repeatedly Carlota had pointed out that in her opinion the country as a whole was not yet prepared for violent action.

‘Amarante issued a gallant proclamation,’ Miguel [said] (...) the Queen is in exile and must be reinstated... (...) Down with the Cortes, death to the Constitution, long live the absolute King! (...)

‘Amarante is a fool!’ Carlota cried angrily. ‘Time and again I told him to wait patiently until I gave the word.’ (...)

During the next two weeks contradictory reports reached Lisbon. (...) Amarante had fled across the border into Spain. This last (...) rumour (...) was finally confirmed (...).

‘The enemies of liberty have been crushed at the first engagement,’ ran the official announcement. (269)

Ainda a partir de Sintra, D. Carlota, desta feita com o apoio de vários oficiais e de regimentos, sob o comando de D. Miguel, urdiu o movimento conhecido por Vila-Francada, que eclodiu em Maio de 1823.

11 Tratava-se de Manuel da Silva Pinto da Fonseca Teixeira, 2º conde de Amarante e 1º Marquês de Chaves (1784-1830), que deu início, em Vila Real, a uma revolta absolutista com o apoio de militares e de outros homens do Norte descontentes com a governação liberal. Cf. Peralta Garcia e Terenas 2020.

No romance, tudo foi planeado pela Rainha, com o mesmo intuito, limitando-se D. Miguel a obedecer às suas ordens. (271) Como se sabe, o Infante D. Miguel, com o apoio de um regimento de infantaria, deslocou-se a Vila Franca, onde foram dadas vivas à monarquia absoluta. Mãe e filho projectavam, decerto, a abdicação de D. João VI, que se mantivera fiel à Constituição. Porém, o Rei chegou de surpresa, obrigou o filho a submeter-se-lhe e regressou à capital em triunfo como monarca absoluto. As Cortes dispersaram-se, vários políticos liberais partiram para o exílio, o regime absolutista foi restaurado, mas D. João VI impediu a ascensão ao poder da facção mais radical, mantendo uma posição moderada.

Contudo, D. Carlota, D. Miguel e os seus apoiantes continuaram a conspirar e cerca de menos de um ano depois eclodiu uma nova revolta absolutista, a Abrilada, em 30 de Abril de 1824, que resultou no exílio do Infante D. Miguel em Viena e no de D. Carlota no Palácio de Queluz. Assim, os capítulos 7 e 10 da última parte do romance assentam na troca de correspondência mantida entre mãe e filho. Percebe-se que a saúde de D. Carlota se vai agravando, embora nunca perca a esperança de ver D. Miguel no trono de Portugal, nomeadamente através do noivado com a legítima herdeira, a sua sobrinha D. Maria da Glória, em consequência da abdicação de D. Pedro. Efectivamente, D. Miguel regressa a Lisboa, depois da morte do Pai (ocorrida em Março de 1826), tendo sido recebido pela população com grandes festejos. Para D. Carlota, “this was the most important day of [her] life”. (308)

Reflexões Finais

Como refere Gillian Polack, em *History and Fiction*, o interesse do escritor numa determinada personalidade do passado determina o tipo de história que pretende reconstruir, (2016, 173) pelo que o final feliz escolhido por Kenyon para o romance decorre do facto de D. Carlota Joaquina integrar o “seu” grupo de “grandes mulheres da História”, cujas biografias decidiu romancear. Neste caso, as circunstâncias que

condicionaram a reinterpretação dos factos do passado não decorrem propriamente do momento da escrita, como se verifica amiúde, mas sim das opções literárias do autor, bem como da influência que nele terá exercido um certo imaginário colectivo brasileiro.

De acordo com a historiografia portuguesa, D. Carlota não desempenhou qualquer papel relevante durante o reinado de D. Miguel (1828-1832), não só porque morreu em 1830, mas também porque o seu filho predilecto não a retirou do desterro quando subiu ao trono. D. Carlota teria falecido sozinha e amargurada, até porque se verificara, entretanto, um afastamento gradual entre mãe e filho nos últimos anos de vida da viúva de D. João VI.

Kenyon respeita pelo menos três dos quatro factores-chave definidos por Polack para a construção de um romance histórico: investigação aturada da época, tanto do ponto de vista do enquadramento histórico e político-cultural como da caracterização das personagens da História retratadas no romance; interpretação dos dados recolhidos dentro dos limites do credível; e responsabilidade na recriação pormenorizada de acontecimentos e ambientes. Não existe, todavia, referência a fontes ou notas explicativas face ao que é comprovável pela historiografia e o que foi intencionalmente “inventado” pelo escritor, nem qualquer relação dialógica entre o passado e o presente, o que corresponderia ao factor transparência.

Na verdade, a principal mensagem veiculada pelo romance – sem correspondência com a historiografia – assenta na imagem de uma D. Carlota Joaquina triunfante, que conseguiu atingir o seu objectivo último: elevar a Rei o filho favorito. Deste modo, na narrativa em apreço, D. Carlota assistiu, orgulhosa e triunfante, à sua coroação, tendo morrido feliz, com D. Miguel a seu lado, a quem dirigiu as suas últimas palavras:

‘It is my wish (...) that my spirit will live on for ever in Portugal. Tell the people that I have become a symbol, a holy, living symbol. (...) And say that I died as I lived, bravely, fearlessly. Add, please, that my life was one of virtue and resignation. (...)’

‘Your Majesty’s wishes shall be carried out (...). God rest your soul, Little Mother. (319)

Assim, a forma como a protagonista tem consciência de contribuir para a constituição da História resulta, no romance, num processo de (re)construção do passado de forma recuperativa, em vez de revisionista, com o objectivo de propor novas formas de olhar para as mulheres de outrora, mostrando-se o autor mais interessado em representar situações em que D. Carlota viveu experiências decerto muito diferentes das expectáveis quando foi escolhida para casar com D. João. De facto, nunca foi uma santa (*Never a Saint*), mas a marca da sua diferença aproxima-a mais das mulheres da contemporaneidade. Para isso, contribuiu, em muito, o papel desempenhado (na História e na ficção) nos acontecimentos decorridos em consequência da Revolução Liberal, aqui percebidos por um autor britânico.

Obras Citadas

- Camurati, Carla (realização de). *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil*, 1995.
- Cheke, Marcus. *Carlota Joaquina, Queen of Portugal*. London: Sidgwick and Jackson Limited, 1947.
- Kenyon, F. W. *Never a Saint*. London: Hutchinson & Co. Ltd., 1958.
- . *Nunca uma Santa. A Incrível Carlota Joaquina*. Tradução de Paulo Peçanha de Figueiredo Jr.. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 1960.
- Peralta Garcia, Beatriz e Gabriela Gândara Terenas. "*Contadles a los Españoles*": *Poesía Portuguesa del Trienio Liberal. Estudio Crítico y Corpus Bilingüe Anotado*. Salamanca: Ediciones Universidad, 2019.
- Polack, Gillian. *History and Fiction: Writers, their Research, Worlds and Stories*. Bern: Peter Lang, 2016.
- Terenas, Gabriela Gândara. *Entre a História e a Ficção: As Invasões Francesas em Narrativas Portuguesas e Britânicas*. Lisboa: Caleidoscópico, 2012.

Tomás Guilherme Stubbs (1776-1844), Oficial do Exército Português de 1800 a 1844

Rui Moura
(Investigador Independente)

1. Um Jazigo em Lisboa

Em Lisboa, na rua nº 21 do cemitério dos Prazeres, encontra-se um jazigo identificado com o nº 411, meio escondido atrás de um cedro, rodeado de jazigos clássicos de maior dimensão, com características que o aproximam de um monumento sepulcral (Fig.1). Tem uma coroa no topo, um brasão nobiliárquico inglês no frontispício, um conjunto de condecorações militares em pedra (Fig.2) e um longo epitáfio em duas línguas, inglês e português. É o jazigo dos Viscondes de Vila Nova de Gaia, (Valdez 31) onde se encontram os restos mortais dos primeiros Visconde e Viscondessa deste título.



Fig. 1 – Jazigo do 1º Visconde de Vila Nova de Gaia. Cemitério dos Prazeres, Lisboa (foto do autor).

Na frente do monumento, em baixo, pode ler-se um epitáfio bilingue (português/inglês), cuja versão portuguesa é a seguinte:

À memória de Sir Thomaz Guilherme Stubbs, Visconde de Vila Nova de Gaia, Tenente General, ao Serviço de Sua Magestade a Rainha de Portugal, Commendador da Ordem da Torre Espada, Grão Cruz da Ordem Militar de São Bento d'Aviz, condecorado com muitas e diferentes ordens militares por SS MM Fidelissima, Britânica e Catholica;¹

1 SS MM Fidelissima e Catholica – Suas Majestades Fidelissima (título dado pela Igreja Católica Apostólica Romana ao Rei de Portugal) e Católica (título atribuído pelo Papa ao Rei de Espanha).

que nasceu em Basingstoke, no Condado de Hampshire, em Inglaterra, em 7 de Junho, de 1776; e Falleceu em Lisboa aos 27 d'Abri! de 1844. A sua vida foi hum modelo de virtudes publicas e domesticas. Este monumento foi erigido por sua viúva e seus filhos, como seu ultimo tributo d'affecto e saudade.



Fig. 2 – Painel de condecorações do General Stubbs. Jazigo do 1º Visconde de Vila Nova de Gaia. Cemitério dos Prazeres, Lisboa (foto do autor).

Na face lateral direita, em baixo, de forma quase impercetível, encontra-se um epitáfio, igualmente bilingue, mais curto e singelo dedicado a Joana (Cândida Stubbs), a esposa do General, aqui carinhosamente apelidada de Janie na versão inglesa, dando um cunho coloquial a esta homenagem. Quem foi este casal que repousa em Lisboa, junto para a eternidade?

2. Thomas Williams Stubbs: Inglês ou Português?

Thomas William Stubbs nasceu em Inglaterra, em Basingstoke, condado de Hampshire, uma pequena vila situada 75 quilómetros a sudoeste de Londres, no dia 7 de Junho de 1776, apenas 27 dias antes da data da declaração de independência dos Estados Unidos da América. Foi o primeiro de três filhos do capitão do 52nd (Oxfordshire) Regiment of Foot, Thomas Stubbs (1740-1782), Esquire,² e de Mary Moth (1748-1817), filha de John Moth, Esquire, e Alexandrina Moth. (Torres 263-264) O tenente-general Tomás Guilherme Stubbs,³ 1^o Barão e 1^o Visconde de Vila Nova de Gaia, cidadão português, faleceu aos 67 anos, em 27 de Abril de 1844, na sua casa da Rua de São Bento n^o 73, em Lisboa, após quase quarenta e quatro anos ao serviço do Reino de Portugal.

Nasceu Thomas William, morreu Tomás Guilherme. Nasceu súbdito de Sua Majestade Britânica George III, morreu súbdito de Sua Majestade Fidelíssima D. Maria II. Nasceu protestante, morreu católico. Nasceu inglês, morreu português.

Tomás Stubbs foi um dos mais condecorados oficiais do Exército Português da época, tendo tomado parte, como oficial subalterno do Exército Inglês, nas campanhas contra a França revolucionária no Mar Mediterrâneo (1793-1797). Participou, enquanto oficial do Exército Português, na Guerra das Laranjas (1801), na Guerra Peninsular (1807-1814) e, ainda, na Guerra Civil (1832-1834), integrando o Exército Liberal. No entanto, talvez por ter abraçado de alma e coração um país que o não viu nascer, foi esquecido na história publicada de ambos os países, não se conhecendo uma biografia completa da sua vida e, nos breves registos biográficos encontrados, as informações, de modo geral, apresentam-se contraditórias. Seguindo a metodologia de levantamento biográfico de militares ingleses e portugueses do século XIX estabelecido por J. Centeno e R. Moura, (319-337)

2 Em Inglaterra o título *Esquire* (escudeiro) era atribuído a homens de uma posição social elevada, particularmente a membros da pequena nobreza rural e filhos segundos de titulares, situando-se hierarquicamente acima do grupo dos *gentlemen* e abaixo dos *knights*.

3 Thomaz Guilherme ou Thomáz Guilherme, na grafia do português do século XIX.

pesquisando periódicos e documentos coevos, e utilizando fontes inéditas do Arquivo Histórico Militar, designadamente o seu processo individual (*Thomaz Guilherme Stubbs* AHM), um ofício autógrafo com a sua síntese biográfica (*idem*), os livros mestre das unidades onde prestou serviço (*Livros Mestres* AHM) e as listagens do projeto GERMIL (AHM) pretende-se, neste artigo, contribuir, sobretudo, para compreender a sua acção durante as lutas liberais, mas também para uma futura elaboração de uma biografia de Tomás Stubbs.

3. Carreira Militar no Exército Inglês

O ponto de partida para conhecer a folha de serviços militar de qualquer oficial de origem britânica, pelo menos durante o período da Guerra Peninsular, é analisar a informação contida no seu “cartão de Challis”. (748)⁴ (Fig.3) O apelido Stubbs não era um apelido comum, existem apenas três oficiais com esse apelido num universo de mais de 9600 listados por Challis: George Stubbs (61st Foot), irmão de Thomas; Joshua Stubbs (48th Foot) e Thomas William Stubbs (General). É este último o oficial que nos interessa. O cartão de Thomas William Stubbs não está isento de falhas, refere expressamente “Never a British Officer”, um erro grave, mas também a curiosidade “In Portuguese Service from 1801-1841”, quando as datas correctas são 1800 e 1844. Outros dados recolhidos por Challis revelam um oficial com uma folha de serviços notável que importa aprofundar, fundamentalmente pelo facto de ter estado ao serviço de Portugal num período tão alargado e tão rico em termos de história nacional, de 1800 a 1844.

4 Fonte secundária importante fornecida pelos trabalhos do Capitão Lionel S. Challis, que, após a Primeira Guerra Mundial, iniciou um projecto, *The Peninsula Roll Call*, que consumiu muito do seu tempo livre ao longo de três décadas. O seu objectivo era o de desenvolver uma lista de todos os oficiais do Exército Britânico que tinham servido durante a Guerra Peninsular, entre 1808 e 1814, registando unidades, postos, batalhas, citações, medalhas, ferimentos, etc. O Capitão Challis fez um levantamento exaustivo de relatórios, listas, boletins, despachos, registos oficiais e histórias regimentais para obter informações. Registou toda a informação recolhida em cerca de 9.600 cartões, um por cada oficial.

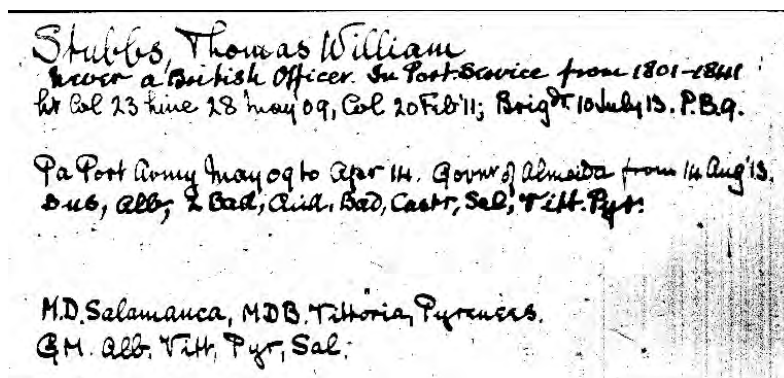


Fig. 3 – Cartão de Thomas William Stubbs (Challis 748).

Para além das diversas variantes do seu nome, com um apelido por vez grafado Stubs em vez de Stubbs, um primeiro nome grafado Thomas ou, nas suas variantes portuguesas, Thomaz, Thomáz e Tomás, e um segundo nome nas variantes William e Guilherme, não foi tarefa fácil recuperar informação relativa a este oficial, nomeadamente encontrar a sua informação nas listagens do Projecto GERMIL, por não existir qualquer Stubbs nos Livros de Registo ou Livros Mestre. Tal não fazia muito sentido, pois um militar com quase quarenta anos de serviço no Exército Português deveria estar registado em múltiplas listas e livros. O mistério foi desvendado com o cruzamento de outras informações, que permitiu chegar a informação relativa a Tomás Guilherme Hubbs⁵ e a Tomás Guilherme Stubis,⁶ apelidos que resultaram de problemas da recuperação de informação de manuscritos do século XIX, em que “St” se pode transformar facilmente em “H” (Hubbs em vez de Stubbs) e um “b” se pode transformar em “i” (Stubis em vez de Stubbs) (Fig.4).

5 V. Livro de Registo do Regimento de Infantaria de Setúbal de 1803. AHM; Livro de Registo dos Assentamentos dos Oficiais e Praças do Regimento de Infantaria n.º 23, 1.º Batalhão, de 1808. AHM.

6 V. Livro de Registo dos Oficiais e Praças do Regimento de Infantaria de Setúbal de 1800. AHM.

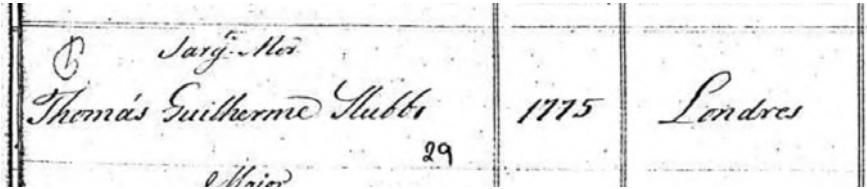


Fig. 4 – Entrada de Thomás Guilherme Hubbs (ler Stubbs) no Livro n.º 8. Livro de Registo do Regimento de Infantaria de Setúbal, de 1803 (AHM).

Tentemos então trazer à luz dos nossos dias elementos que possam permitir reconstruir os passos de Thomas William Stubbs ou Thomaz Guilherme Stubbs. Pouco se conhece sobre os primeiros anos da vida do jovem Thomas. O primeiro registo conhecido é a prestação de serviço militar em Gibraltar como oficial subalterno do 50th (ou West Kent) Queen's Own Regiment of Foot, no ano de 1793. (*The Naval and Military Magazine* IV 36) O alferes de infantaria⁷ Thomas Stubbs, com data de promoção de 27 de Julho de 1793, (Bromley 1826) participou com o seu Regimento na operação aliada de apoio aos realistas franceses que controlavam a importante base naval de Toulon, composta por marinha e forças britânicas, espanholas, austríacas e italianas, contra a França revolucionária republicana na região do porto de Toulon, na costa mediterrânica (18 Set-18 Nov 1793), na campanha em que, curiosamente se destacou como comandante da artilharia francesa revolucionária, um jovem oficial de seu nome Napoleão Bonaparte. Apesar da vitória dos republicanos franceses, consumada pela tomada da base naval sitiada, a marinha de guerra francesa perdeu catorze navios afundados no porto e quinze outros saíram com a Royal Navy, o que permitiu acentuar, nos meses seguintes, o domínio do Mar Mediterrâneo pela Royal Navy e pelas marinhas dos seus aliados, (Ireland 2006) nomeadamente a esquadra portuguesa do Marquês de Nisa, em 1798-1800.

7 O posto de alferes de infantaria no Exército inglês designava-se por *Ensign*.

A expedição do Queen's Own prosseguiu para a Córsega onde o seu regimento participou no cerco e assalto a Calvi⁸ (Jul. – Ago. 1794) que redundou numa vitória aliada (britânicos e corsos) contra as forças da 1ª República Francesa. Devido à sua conduta corajosa Stubbs foi proposto para promoção a tenente, pelo Comandante-em-Chefe, Tenente-general Sir Charles Stuart.⁹ (Gregory) Curiosamente, o Capitão William Carr Beresford, também esteve presente nos cercos de Toulon e de Calvi, integrado no 69th Regiment of Foot. (Beresford 2) De acordo com a vontade de Thomas Stubbs foi autorizado o seu reingresso no 50th, com o posto de tenente, registado em 16 de Maio de 1795, (Bromley 1826) tendo-se voltado a reunir à sua unidade em Ajaccio, na Córsega, onde permaneceu nas forças de ocupação desta ilha até à retirada das mesmas para a ilha de Elba. O jovem oficial ainda veio a tomar parte no desembarque de 4 companhias do Queen's Own, na costa italiana do Mar Tirreno, em Piombino e na tomada de Castiglioni della Pescaia,¹⁰ em apoio a um pedido de ajuda Papal contra as tropas francesas ocupantes. (*The Naval and Military Magazine* IV 36)

4. Missão em Portugal e Início de Carreira Militar no Exército Português

Regressado à ilha de Elba, ainda durante o ano de 1797, o Regimento recebeu ordens para se dirigir para Portugal, integrando uma força britânica constituída por três regimentos de infantaria e forças de cavalaria: o 50th (or The Queen's Own) Regiment of Foot; (Farmer 173) o 2º Batalhão do 1st Regiment of Foot (ou Royal Scots); (Farmer 78) o 51st (or 2nd Yorkshire, West Riding, The King's Own Light Infantry) Regiment of Foot; (Farmer 175) e por elementos a cavalo do

8 Calvi era uma cidade fortificada, situada na extremidade nordeste da ilha da Córsega e ocupada por tropas francesas. Os corsos eram aliados dos ingleses.

9 Foi durante o cerco a Calvi que o Almirante Horatio Nelson ficou cego de uma vista por ter sido atingido por estilhaços.

10 Piombino e Castiglioni della Pescaia são cidades costeiras, fortificadas, da Toscana, na costa do Mar Tirreno.

12th (ou The Prince of Wales's) Regiment of (Light) Dragoons. (Farmer 42) O seu regimento ficou aquartelado, como convidado, no Forte de São Julião da Barra (próximo de Carcavelos), entre 1797 e 1799. Esta missão em Portugal iria alterar radicalmente a sua vida.

Quando, no ano de 1799, a sua unidade recebeu ordens de regressar a Gibraltar e posteriormente a Minorca, para preparar a campanha no Egipto (1800), o jovem tenente Stubbs tomou a decisão singular de rescindir o seu contrato com o Exército britânico, deslocando-se a Inglaterra para vender a sua comissão,¹¹ uma decisão sem retorno. Aparentemente, a razão que o levou a esta resolução tão drástica terá sido o conhecimento de uma jovem de uma família de destacada posição social, Joana Cândida,¹² que residia em Carcavelos com os seus pais e com quem viria a casar.

Thomas William, de religião protestante, não poderia casar com Joana, mas esse impedimento foi ultrapassado com a sua conversão à religião católica atestada pelo seu baptismo na Igreja de São Paulo, em Lisboa, em 13 de Janeiro de 1800, "sendo seus padrinhos: Sua Alteza Real o Príncipe D. João, representado pelo Marquês de Loulé e a Princesa D. Carlota Joaquina, representada pelo Conde da Ega", (Bandeira 82) um alto patrocínio revelador das boas relações que Stubbs estabelecera com a alta sociedade portuguesa. Apenas dez dias depois do seu batismo, em 23 de Janeiro, realizou-se, na mesma igreja de São Paulo, o casamento com Joana Cândida, sendo testemunhas o tenente-general Veríssimo António da Gama Lobo, Governador da Praça da Jerumenha, e o capitão-de-fragata Gonçalo António da Fonseca e Sá, Comandante da 2^a Divisão da Marinha de Guerra. (Bandeira 83) Ainda nesse ano, em 1 de Setembro, nasce o primeiro filho do casal que recebeu o mesmo nome do pai, Thomas William Stubbs.¹³

11 "50th Regiment of Foot, Ensign Lord Robert Kerr to be Lieutenant, by purchase, vice Stubbs, who retires". (*London Gazette* 1)

12 Joana Cândida de Seixas Barbosa, de 19 anos (n. 04-09-1780), filha de Manoel José Barbosa Tavares e de Teresa Clara de Seixas, nascida na freguesia de Belas. Em muitos documentos aparece erroneamente o seu nome como Joaquina Cândida.

13 Tomás Guilherme (filho) foi tenente-coronel do Regimento de Infantaria n.º 21, em Setúbal, e morreu em Lisboa, em 14 de julho de 1864, sem descendência.

Thomas Stubbs entra ao serviço do Exército Português em 30 de Dezembro de 1800, com o posto de capitão, sendo colocado no Regimento de Infantaria de Setúbal no comando de uma companhia. É nestas funções que, logo no ano seguinte, vai ser mobilizado para a campanha de 1801 no Alentejo, que ficou conhecida na história por “Guerra das Laranjas”. Viria a ser promovido no mesmo Regimento ao posto de sargento-mor,¹⁴ por decreto real de 7 de Novembro de 1806. (*Thomaz Guilherme Stubbs* AHM)

Quando, em Novembro de 1807, Junot comanda a primeira invasão francesa a Portugal e ocupa Lisboa, a Corte portuguesa, numa manobra de antecipação que iria garantir a independência do Reino de Portugal, transfere-se para o Rio de Janeiro. O território é ocupado por forças francesas e espanholas, e os oficiais do Exército Português têm várias opções. Ou têm lugar no restrito grupo de militares que acompanham a Corte ao Rio de Janeiro, ou se demitem por não quererem prestar serviço sob as ordens do invasor, ou colaboram e se integram na Legião Portuguesa a ser enviada para França. (Moura e Centeno 321) Thomas Stubbs, não tendo oportunidade de acompanhar a Corte e por não considerar a opção de servir o invasor, resolve apresentar a sua demissão, como nos atesta na sua carta enviada à rainha D. Maria II, em 1835. Stubbs regista pessoalmente os elementos principais da sua carreira, em carta manuscrita para a rainha D. Maria II, em 7 de Dezembro de 1835:

(...) logo que o intruso Governo Francês, tendo se apoderado de Portugal, principiou a dirigir os negócios deste Reino como conquista sua, [Stubbs] exigiu imediatamente a sua demissão, e se retirou para Inglaterra donde voltou a Portugal comandando a Legião Lusitana em Setembro de 1808; tais são e serão sempre os seus sentimentos de Fidelidade pela causa de Portugal sua Pátria.” (*Thomaz Guilherme Stubbs*, AHM)

Há registos de que não foi fácil para Thomas Stubbs obter a demissão do Exército Português, como pretendia, devido à oposição

14 O posto de sargento-mor corresponderia actualmente ao posto de major.

de Junot e do General del Socorro, que, entretanto, estabelecera quartel-general em Setúbal. A sua resistência aos invasores levou à sua detenção, por ordem de Junot, como prisioneiro de guerra e, como tal, impedido de assinar uma declaração e de ser dispensado com honra, ficando, assim, retido em Setúbal. Este impasse impediu-o de sair do país, chegando mesmo a aguardar oportunidade de servir o país ou retirar-se com honra. Houve várias tentativas para que alterasse a sua posição, mas Thomas recusava servir contra Portugal ou contra Inglaterra. O problema que se colocava era como poderia ele sair do país sem quebrar a sua palavra de honra. Chegou a ter a sua bagagem embarcada num navio, mas como a dispensa não lhe foi atribuída, a embarcação zarpuou sem ele, levando a sua bagagem. (*The Naval and Military Magazine* IV 37) Quando Setúbal ficou ainda mais controlada, após a retirada de del Socorro e a tomada de posse do general Kellerman no governo dessa cidade, secundado pelo general Graindorge, Thomas tomou então a decisão de fugir com a sua família numa embarcação sueca que se encontrava no porto, no dia imediato à publicação de um decreto francês que condenava com a pena de morte quem tentasse escapar, bem como quem instigasse ou apoiasse qualquer fuga.

Thomas conseguiu escapar, passando do navio sueco para um veleiro inglês e deste para um navio da esquadra de *Sir Charles Cotton*, onde foi acomodado com a sua mulher e filho, para além de outros emigrantes em fuga, onde viajaram durante oito dias, até que passaram para uma fragata que os conduziu a Plymouth. (*Idem* 38)

5. Imigrante em Inglaterra

Encontrando-se exilado em Inglaterra, Stubbs ofereceu-se para organizar os imigrantes portugueses na constituição de uma unidade da Leal Legião Lusitana (LLL), que veio a ser o 1º Batalhão, que organizou, preparou e comandou, sendo responsável por trazê-lo para o Porto, em Setembro de 1808. A LLL havia sido constituída por solicitação de apoio ao governo inglês por parte dos coronéis

Carlos Frederico Lecor e José Maria Moura, apoiados pelo embaixador de Portugal em Londres, Domingos de Sousa Coutinho,¹⁵ para equipar e armar os cerca de quatrocentos imigrantes portugueses em Plymouth. (Carvalho, *Memórias da Vida de José Liberato* 57-59) Por motivos não completamente esclarecidos resigna do seu comando na Legião, após a sua chegada ao Porto. No entanto, a Regência promove-o a tenente-coronel do Regimento de Infantaria de Linha 23, aquartelado na guarnição da fortaleza de Almeida, com data de 23 de Novembro de 1808. Os meses que se seguiram foram passados na grande fortaleza da fronteira a recrutar, organizar e treinar os seus dois batalhões.

Quando Beresford assume o comando do Exército de Portugal, em Março de 1809, Thomas Stubbs é tenente-coronel e comanda um Regimento de Infantaria a dois batalhões. A sua unidade foi de imediato empenhada na reacção dos exércitos aliados luso-britânicos à 2ª invasão francesa, que ocorreu entre Fevereiro e Maio de 1809, movimentando-se por Viseu, Lamego, Vila Real e Braga em perseguição às forças de Soult, já em retirada. Posteriormente fez parte da força portuguesa que entrou em Espanha para apoiar o flanco Norte do Exército de Wellington na batalha de Talavera (28 de julho de 1809), retirando por Castelo Branco para a região de Leiria para reorganização, treino e descanso.

6. A Participação na Guerra Peninsular

Durante a Guerra Peninsular, Thomas Stubbs comandou o Regimento de Infantaria de Linha nº 23 (Almeida) até Abril de 1812, assumindo posteriormente, ainda como Coronel, o comando da 9ª Brigada Portuguesa (11 e 23 de Infantaria de Linha, e Caçadores 7). Stubbs tomou parte nas campanhas de 1809, 1810, 1811, 1812 e 1813, com o seu regimento ou, com a brigada, a partir de Salamanca. (Chaby)

15 Domingos António de Sousa Coutinho (Chaves 1760- Brighton 1833), 1.º Conde e Marquês do Funchal era irmão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 1º Conde de Linhares e ministro de D. João, Príncipe Regente no Rio de Janeiro, e de D. José António de Meneses e Sousa Coutinho, Principal Sousa, membro do Conselho de Regência do Reino, em Lisboa.

Em 1810, o Regimento 23 encontra-se em operações na Beira Alta, na região da Guarda, integrado na 4^a Divisão Aliada, sob o Comando do General Lowry Cole. Curiosamente, não estava muito afastado da sua sede, Almeida, nem sequer dos locais de naturalidade das suas tropas, a Beira Baixa. No dia 27 de Setembro de 1810, participa na batalha que vai colocar à prova as unidades do Exército de Portugal, integrado na Brigada Portuguesa Collins, em reforço da 4^o Divisão. Andrew Halliday, oficial médico que prestou serviço no Exército Português, teve oportunidade de testemunhar a preparação e o treino de todas as unidades e, no seu livro *The Present State of Portugal, and of the Portuguese Army*, descreve as várias unidades do Exército Português, registando uma pequena apreciação pessoal para cada regimento e para cada batalhão independente, nem sempre em tom muito laudatório. Todavia, o seu registo sobre o 23 de Infantaria, sob o comando de Stubbs, bem como os serviços prestados na Brigada Harvey, conjuntamente com o 11 de Infantaria, são altamente lisonjeiros:

The Twenty-third, or Almeida Regiment, is a very complete and well-organized corps, and is considered as one of the finest regiments in the service. I have already mentioned the gallant conduct of this corps, when speaking of the Eleventh Regiment. The Twenty-third is commanded by Lieutenant-colonel Stubbs, who has the Portuguese rank of Colonel, and who has great merit in bringing his corps to such perfection. (196)

Após o Buçaco, o 23 recua até às Linhas de Torres. Quando, no final do Inverno de 1811, Masséna retirou para Norte, a Brigada Collins participa na perseguição às tropas francesas até Condeixa, sempre integrada na 4^a Divisão (Cole), a qual se dirigiu depois para sul do Tejo para reforçar o Corpo de Beresford, que acudia a Badajoz, praça sitiada por forças francesas. (Moura, *A Retirada de Masséna* 267) No flanco sul, o regimento sob o comando de Thomas Stubbs é empenhado no Sítio de Olivença, de 9 a 15 de Abril, e no 1^o Sítio de Badajoz, de 5 a 16 de Maio, quando o cerco é levantado para dar batalha na pequena povoação de Albuera ao exército francês do marechal Soult. Assim, Stubbs, mais uma vez à frente do seu Regimento,

combate na Batalha de Albuera, a mais sangrenta batalha da Guerra Peninsular, integrado na 9ª Brigada Portuguesa (11, 23 e 1º batalhão da LLL), sob o comando de Harvey. A Brigada Portuguesa desempenhou um papel fundamental no resultado da batalha, realizando um feito único, de uma coragem inaudita, louvado e gabado por todos, sofrendo duzentas baixas, ou seja, mais de metade das baixas portuguesas nesta batalha. (Oman 394) Os dois regimentos da Brigada, dispostos em linha, com profundidade de dois, pararam e derrotaram uma carga de cavalaria de lanceiros polacos, um feito que exigia um tremendo sangue frio e disciplina de fogo. (Moura, 2020)

Deslocando-se para a fronteira da Beira, o Regimento 23 tem encontros com as tropas francesas no Combate de Bodon, em 25 de Setembro, no Combate de Alfaiates, a 27 de Setembro, e no Sítio de Ciudad Rodrigo de 7 a 19 de Janeiro de 1812. Nesse ano, o Tenente-coronel Thomas Stubbs encontra-se no comando do seu regimento no 3º cerco aliado de Badajoz, de 17 de Março a 6 de Abril, culminando no assalto à praça nesse dia, mas a sua brigada desempenhou um papel secundário. O mesmo não acontece na Batalha de Salamanca, em 22 de Julho de 1812, uma batalha que deixa um gosto amargo na boca de Stubbs. Por um lado, já promovido a coronel, assume o comando da 3ª Brigada da 4ª Divisão, mais uma vez com as três unidades da Beira (Infantaria 11 e 23, e Caçadores 7), tendo desempenhado um papel de relevo no combate, vendo o seu nome citado e elogiado no relatório de Wellington, num texto que é transposto para a Ordem do Dia de Beresford: “refere Sua Excelência o Senhor Marechal General [Wellington], entre os elogios que faz a muitos senhores Generais, e Oficiais do Exército Britânico, que é muito obrigado aos Senhores (...) Coronéis Thomaz Guilherme Stubbs, do Regimento de Infantaria N. 23.”¹⁶ Por outro, infelizmente, após a batalha, toma conhecimento da morte em combate do seu irmão George Stubbs, do 61st Regiment of Foot.

No ano seguinte, Thomas Stubbs continua no comando da 9ª Brigada Portuguesa na Batalha de Victoria, sendo o seu papel no

16 V. Ordem do Dia, 25 de Agosto de 1812, QG em Salamanca (*Collecção das Ordens do Dia* 1812, 145).

ataque aliado fundamental, pois o seu Regimento 23, tomou uma bandeira do 4º Batalhão do 100^{ème} Regiment d'Infanterie de Ligne,¹⁷ sendo novamente louvado por Beresford devido à excelente conduta, nomeadamente o seu Batalhão de Caçadores nº7.¹⁸ Stubbs é distinguido no relatório de Wellington como o comandante da Brigada que atacou a posição francesa "with a steadiness and bravery not to be surpassed". (*The Naval and Military Magazine* IV 39) O papel da 9ª Brigada de Infantaria, na batalha de Victoria, em 21 de Junho de 1813, é de tal forma distinto, e os relatórios de Wellington e Beresford são de tal forma elogiosos, que o Príncipe Regente, D. João, faz um decreto único em toda a Guerra Peninsular, assinado em 13 de Novembro de 1813, no Rio de Janeiro, mas apenas publicado na Ordem do Dia de 13 de Março de 1814. O Decreto regista "a intrepidez, o brio, a destemida resolução, e decisivo entusiasmo, com que atacaram as Tropas inimigas, nas fortes posições que ocupavam, e de que foram desalojadas com imensa perda, assim de Combatentes, como de Artilharia, e Bagagens", realçando que "foi reconhecido e publicado, que não havia Infantaria na Europa melhor que a Infantaria portuguesa",¹⁹ com especial destaque desta Arma o relevante desempenho das duas brigadas comandadas pelo Brigadeiro Manley Power e pelo Coronel Guilherme Stubbs.²⁰

Durante o período da Guerra Peninsular, Thomas Stubbs foi agraciado por Portugal com a Medalha de Distinção de Comando das Campanhas da Guerra Peninsular, com quatro acções (Albuhera, Salamanca, Victoria e Pyreneos), com a medalha de ouro da Cruz da Guerra Peninsular nº 1-5,²¹ com o Grau de Cavaleiro da Torre e

17 A captura de um estandarte regimental era motivo de enorme orgulho. Thomas Stubbs inclui esta informação no seu Registo de Serviço: "sendo Coronel do Regimento N 23 na batalha de Victoria, este Regimento de baixo do seu Comando tomou huma Bandeira ao 4º Batalhão do Regimento N 100 do Exército Francez." (*Thomas Guilherme Stubbs*. Arquivo Histórico Militar. Divisões. Assuntos Militares. Processos Individuais. Cx. 583, n. 3) Este estandarte foi oferecido ao Marechal Comandante Aliado que o remeteu para Londres para ser entregue ao Príncipe Regente, acompanhado de um bastão de General francês capturado no campo de batalha, por uma unidade inglesa.

18 V. Ordem do Dia, 1 de Julho de 1813, QG em Huarte (*Collecção das Ordens do Dia* 1813, 127).

19 V. Ordem do Dia, 13 de Março de 1814, QG em Bordéus (*Collecção das Ordens do Dia* 1814, 37-38).

20 V. Ordem do Dia, 13 de Março de 1814, QG em Bordéus (*Collecção das Ordens do Dia* 1814, 38-39).

21 V. Ordem do Dia, 21 de Março de 1820. Medalha de Ouro relativa a cinco campanhas (1809, 1810, 1811, 1812, 1813) (*Collecção das Ordens do Dia* 1820).

Espada, em 12 Outubro 1812, e de Comendador Honorário da Torre e Espada, em 13 de Maio 1814; por Inglaterra com a Peninsular Gold Cross (Albuhera, Salamanca, Vittoria e Pyrenees); e, por Espanha com a Cruz de La Albuera. O seu nome é distinguido nos relatórios de Wellington pela sua acção no Combate de Caniçal/Castrejon, Salamanca e Victoria, e nas ordens do dia pelas mesmas acções. Em 1817 desloca-se a Inglaterra durante quatro meses de licença e, nessa ocasião, é elevado ao grau de Cavaleiro (*Knight*).²² É uma das três únicas licenças registadas na sua folha de serviços até ao ano de 1823.

Thomas Stubbs foi ferido ligeiramente no combate do Caniçal, três dias antes da batalha de Salamanca, e novamente na batalha de Victoria. Neste caso é registado que “the brigadier was here very severely wounded in the leg, but nevertheless he would not quit the field”, (*The Naval and Military Magazine* IV 39) mas nos seus registos pessoais refere-se a si próprio apenas como ferido ligeiro. Este último ferimento poderá ter sido, em última análise, a razão para ser nomeado para Governador da Praça de Almeida, por portaria de 4 de Agosto de 1813, deixando o comando da sua brigada que terminou as campanhas de 1813 e de 1814, já em França, na batalha de Toulouse. A ascensão na carreira do jovem Stubbs tinha sido fulminante, de tenente-coronel em 1808, aos 32 anos, a coronel em 1811, aos 35 anos, e a brigadeiro, em 1813, aos 37. (*Thomas Guilherme Stubbs* AHM)

Após o final da Guerra Peninsular, em 1814, Beresford permaneceu em Portugal com alguns dos oficiais ingleses, generais e oficiais superiores, enquanto outros terminaram a sua ligação ao Exército Português e retomaram as suas comissões no Exército Inglês. Mas a situação de Thomas Stubbs era diferente, pois não tinha comissão inglesa e era, em tudo, um oficial português. Apesar de contrária à sua vontade, a posição de Governador da Praça de Almeida perdurou até ao fim de 1816.

22 “1817, Oct 10. THOMAS WILLIAM STUBBS, major general in the Portuguese Service, commanding the second division of the Portuguese Army (at Carlton House by the Prince Regent)”. (Shaw 319)

A promoção a marechal de campo (Major-general) chegou em 12 de Outubro de 1815, sendo designado comandante da 2^a Divisão do Exército (despacho de 28 de Novembro de 1816), e governador de Armas do Algarve (1817). Entre 1815 e 1821 comanda a 2^a Divisão, com quartel-general em Beja, onde nasce uma filha, em 26 de Fevereiro de 1820, sendo baptizada com o nome de Joana Cândida Stubbs. Neste período, a glória da sua carreira militar passada também é reconhecida, recebendo o Grau de Cavaleiro da Ordem Torre Espada, por Carta Régia de 13 de Maio de 1814, como aprovação real do seu “distinto valor, zelo e intrepidez”; em 10 Outubro de 1817 é publicada, na *London Gazette*, a notícia da honra de “English Knightwood”, já referida, que recebe das mãos do Príncipe Regente de Inglaterra, em Carlton House; e no mesmo ano recebe a Ordem de São Fernando do Rei de Espanha. (*The Naval and Military Magazine* IV 41)

7. A Revolução de 1820

Depois de um período caracterizado pela instabilidade política, em 24 de Agosto de 1820 ocorre a revolução liberal no Porto, que tem como consequência imediata a suspensão de todos os oficiais britânicos do exercício dos seus postos, através da declaração oficial de 26 de Agosto de 1820, vindo a ser demitidos do Exército Português cerca de oitenta militares, com honra e agradecimentos, por decreto de 5 de Março de 1821.²³ Thomas Stubbs, apesar da sua situação peculiar como oficial português desde o ano de 1800, dirige-se a Lisboa para tomar conhecimento do que o espera. O Ministro da Guerra informa-o de que a demissão não se aplica ao seu caso, e nas Cortes justifica-se a diferença de critério relativamente aos outros ingleses, “por ser cidadão inglês e não oficial

23 V. “Decreto de demissão com honra e agradecimentos da Nação Portuguesa, dos oficiais ingleses que já estavam retirados do exercício dos seus postos pela declaração oficial de 26 de agosto de 1820, concedendo-lhes várias garantias. Manoel Fernandes Thomaz, Presidente”. (*Diário das Cortes Geraes*, N. 28, 212)

inglês",²⁴ tratando-se de um caso único no Exército Português. Após um compasso de espera em Lisboa é nomeado Governador da Praça de Elvas, em 23 de Junho de 1821, e Encarregado do Governo das Armas da Província d'Além Tejo, por portaria de 2 de Julho de 1821, publicada na ordem do dia com a mesma data, (*Thomaz Guilherme Stubbs* AHM) o que demonstra a confiança que o novo poder liberal tinha na sua pessoa. Mas a forma, não o mérito, da sua nomeação para o Governo das Armas do Alentejo não foi pacífica nas Cortes, tendo, na ocasião, o Ministro da Guerra sido chamado a prestar esclarecimentos ao Parlamento sobre a nomeação de Stubbs para estas funções, em possível conflito, com a nomeação do Visconde de Sousel para o mesmo cargo. (*Diário das Cortes Gerais* N. 136, 1652-1653)

Stubbs continuou a sua carreira militar em Elvas, como Governador da Praça, acumulando com as funções de Governador das Armas do Alentejo. A adesão à nova situação política do país, consequência dos eventos do Porto de 24 de Agosto de 1820, é evidente na forma como a acção de comando da grande praça de fronteira foi realizada.

Em Setembro de 1821, foi celebrado, em Elvas, com pompa e circunstância, o primeiro aniversário do pronunciamento de Lisboa de 15 de Setembro do ano anterior, que tinha permitido a formação de uma junta governativa nacional. Tais festividades, que envolveram grandes cerimónias militares e um *Te Deum* na Catedral e tiveram como ponto alto um jantar para 1300 pessoas, estão descritos em pormenor numa publicação distribuída gratuitamente, intitulada *Notícia das Festividades*. (Ventura 50)

No ano de 1822, em 2 e 3 de Novembro, o juramento da Constituição recentemente aprovada nas Cortes, foi outra solenidade em que Stubbs se empenhou com denodo e a que presidiu, na Praça de Elvas. Envolveu cerimónias e desfiles militares, salvas de artilharia, cortejo pela cidade com carro triunfal, jogos, fogo de artifício

24 Stubbs não tinha comissão nem posto no Exército Inglês em 1820, pelo que era excepção à Lei por ser inglês de nascimento, mas oficial português de serviço e vencimento. Na realidade, houve um pedido de um oficial para se manter no exército português, o coronel de cavalaria White, comandante do Depósito Geral de Cavalaria, também ele casado com uma portuguesa, que foi discutido nas Cortes, na sessão de 29 de Julho de 1822, sendo a decisão remetida para o Governo para averiguar a situação do oficial.

e celebrações religiosas, um programa completo que, segundo a imprensa da época, teve uma assistência de mais de 9000 pessoas. (*Diário do Governo* 2099-2101)

Liberato de Carvalho, redactor de *O Investigador Português em Inglaterra*²⁵ a partir de 1814, e fundador de *O Campeão Português*,²⁶ em viagem de regresso a Portugal, do seu exílio em Londres, realizada entre 1 de Agosto e 31 de Setembro de 1821, conheceu o marechal de campo em Elvas, quando entrou pela fronteira portuguesa. O encontro entre este conhecido maçom e o Governador é descrito numa passagem muito interessante das *Memórias da Vida* de José Liberato de Carvalho:

quando cheguei a Elvas já era no fim da tarde, porém ainda muito tempo para ir à alfândega, e mandar pôr o visto no meu passaporte pela autoridade competente. Perguntando quem era disseram ser o governador General Stubbs. Eu não o conhecia, nem ele a mim a não ser para os meus escritos; assim mesmo mandou saber de mim, e convidar-me para sua casa. Fui imediatamente procurá-lo e recebeu-me, como se fôssemos antigos amigos: passei com ele parte da noite e não lhe quis aceitar mais nada do que chá, dizendo-lhe que desejava partir quanto antes para despedir o coche espanhol em que vinha, pois se me tornava agora muito dispendioso, sendo pago só por mim. O obséquio que lhe pedi foi, que sabendo que no Alentejo também apareciam salteadores, e por eles não havia muito tempo tinha sido atacado o General Pepe, desejava que me desse dois soldados de cavalo para me acompanhar até Aldeia Galega.²⁷ Como por toda a estrada rondavam então patrulhas de cavalaria, deu-me uma ordem para os requerer, quando o julgasse preciso, aos comandantes das patrulhas, e para estes me acompanharem de um posto a outro. Mui agradecido a todos obséquios deste honrado general, a quem pelo tempo adiante tive que deviam de melhor o conhecer, e de estreitar com ele amizade, parti no dia seguinte d'Elvas que apenas atravesssei sem poder ver coisa alguma do que nela há de notável. (237-238)

25 Periódico de grande influência entre os emigrados portugueses no Reino Unido e até junto das elites portuguesas.

26 Periódico que ganhou extrema importância durante o período que antecedeu a Revolução Liberal do Porto.

27 Actualmente com o nome de Montijo.

Por solicitação de Stubbs, também é aprovada a sua naturalização, através de uma resolução das Cortes, de 10 de Abril de 1822, que “atendendo a que ele se acha casado, e estabelecido neste reino há mais de vinte anos: concedem ao referido Thomaz Guilherme Stubbs carta de naturalização, sem dependência de outra diligência, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas que competem aos naturais deste Reino Unido de Portugal, Brasil, e Algarve.” (*Diário das Cortes Gerais* n.º 53, 754) Igualmente, o seu filho, Tomás Guilherme, com 21 anos, oficial do Exército, é naturalizado português. Ao fim de vinte e dois anos, Thomas adquiria a nacionalidade portuguesa, o seu país de adopção.

D. João VI tinha regressado do Brasil em 1821 e, em 22 de Setembro de 1822, tinha sido aprovada a Constituição. Todavia, seguiu-se um período bastante conturbado, marcado pela revolta antiliberal, iniciada no dia 23 de Fevereiro de 1823, pelo 2.º conde de Amarante, mas que, depois de alguns confrontos, foi estancada, terminando com a fuga para Espanha dos revoltosos, no final de Março. Na sequência desta revolta absolutista, o país foi percorrido por numerosas declarações de fidelidade às Cortes e à Constituição, principalmente dos regimentos aquartelados nas diversas cidades, todos se oferecendo para ir combater o conde de Amarante, mostrando “o mesmo patriotismo e a mesma virtude cívica dos regimentos e corpos da capital”. (Arriaga 378) A situação é calorosamente discutida nas Cortes:

Na sessão de 5 de março, foi lido um protesto de adesão ao sistema constitucional, e contra o procedimento do conde de Amarante, do coronel, oficiais e soldados do regimento de infantaria n.º 19 aquartelado em Cascais, e na sessão do dia 6 outro do comandante e oficiais do regimento n.º 17, do comandante e oficiais do regimento n.º 3 de cavalaria, e de todos os mais corpos da guarnição da praça d’Elvas. E na sessão seguinte [7 de outubro] é lido o protesto do marechal de campo Thomaz Guilherme Stubbs, governador das armas da província do Alentejo. Diz este oficial:

“Senhor. – O marechal de campo Thomaz Guilherme Stubbs, encarregado das armas da província do Alentejo, chega á presença do congresso augusto da nação portuguesa, e protesta que o juramento que há pouco prestou de guardar a constituição política da monarquia não foi uma cerimónia vã, nem uma fórmula do costume, mas sim um acto solene e espontâneo reforçado com a intima convicção dos sentimentos.

É pois na firmeza deste princípio e na certeza do aloucado desenvolvimento d’esse génio matricida, d’esse infame conde de Amarante, que o mesmo marechal de campo julga da sua particular obrigação apresentar a V. M. o seu desgosto e de afirmar que as tropas, habitantes e câmaras do Alentejo, manifestam de todos os modos a sua indignação contra o traidor”. (Arriaga 378)

8. Um Maçon com Coragem

Na sequência do golpe militar da Vilafrancada (27 de Maio de 1823), Stubbs é chamado a Lisboa, não lhe sendo atribuídas novas funções, possivelmente por influência do novo Ministro do Rei, o todo poderoso Conde de Suberra.²⁸ Numa fase inicial, aproveita as delícias da capital, não se esquecendo de se fazer apresentar junto de D. João VI, na Corte.

Em 30 de Junho anterior, o marechal de campo Thomaz Stubbs fora incluído no rol de elencados para pronúncia na conclusão do processo de devassa realizado aos membros da sociedade maçónica *Liberalidade*, de Elvas.²⁹ Stubbs pertencia certamente a esta Loja, profundamente estudada por António Ventura, (41-95) uma sociedade secreta essencialmente de militares, na qual o general teria sido iniciado após a sua colocação em Elvas. Um dos inquiridos declarou que “viu entrar o general Stubbs na Loja, ia descalço com os olhos tapados, subiu por uma escada de mão, de molas, fizeram-lhe beber uma bebida que diziam ser veneno e fingiram que o sangravam na ocasião em que, ele testemunha, esteve observando o que deixa dito (...)”. (Ventura 55)

28 1º Conde de Suberra, Manoel Ignácio Pamplona Corte-Real. Para uma biografia deste Ministro de D. João VI veja-se Moura 2019.

29 O processo de devassa encontra-se no Arquivo Distrital de Portalegre. (*Processo N. 79243*)

No momento de conclusão da devassa, em Junho, a quase totalidade dos elencados para pronúncia encontrava-se na situação de prisão ou “em parte incerta”. Os meses seguintes foram dramáticos, com prisões e fugas para Espanha dos membros da Loja. A elevadas horas da noite, em 27 de Outubro de 1823, elementos da Guarda Real de Polícia batem à porta da casa de Stubbs, na Rua de São Bento, n.º 288, em Lisboa, e conduzem-no ao Castelo de São Jorge, onde fica preso. Inicialmente, isolado num cárcere durante dois dias, sem qualquer contacto, período ao qual se seguem dias de interrogatórios.

São notáveis as declarações de Stubbs no processo crime, descritas em pormenor por Ventura, (60-61) das quais destacamos, por serem antagónicas às da generalidade das então produzidas pelos outros acusados, que sempre negaram a sua pertença à Loja *Liberalidade* e refutavam as acusações de que eram vítimas como falaciosas. Interrogado em 29 de Outubro, pelo juiz do crime do bairro do Limoeiro, Francisco de Paula d’Aguiar Ottolini, confirmou e atestou a sua condição de maçom, justificando esta atitude do seguinte modo:

Se confessou ter sido Pedreiro-Livre, foi porque interrogado por uma autoridade legítima sobre este objecto, assentou ser contrário aos ditames da honra, que sempre fez a base da sua conduta, tanto como homem público como particular, faltar à verdade, e guiado pelo amor que tem tributado a esta virtude, considerou ofendê-la se negasse um facto que realmente praticou.³⁰

Não se encontrando mais nada de culposo no prisioneiro, e possivelmente por influência de Beresford, presente em Lisboa na época, sai em liberdade, ao fim de dois meses, regressando a casa sem funções. (*The Naval and Military Magazine* IV 42-43)

A morte de D. João VI, em Março de 1826, agravou a situação política e militar do país. O monarca havia nomeado regente do Reino a sua filha, a infanta D. Isabel Maria, na ausência de D. Pedro, herdeiro do trono, a esse tempo já imperador do Brasil, que se tornara independente. O infante D. Miguel residia em Viena de Áustria,

30 “Representação de Tomás Guilherme Stubbs, sem data (1824)”. (*Apud* Ventura 60)

para onde fora mandado, por carta régia de 12 de Maio de 1824, após a revolta de 30 de Abril desse ano, que ficou conhecida pela Abrilada. Quem sucede ao trono é D. Pedro, que, a partir do Brasil, outorga a Carta Constitucional, em 29 de Abril 1826, e abdica a favor da sua filha mais velha, D. Maria da Glória, em Março do mesmo ano. A abdicação de D. Pedro era, porém, condicional. A princesa deveria casar com o seu tio, D. Miguel, em tempo oportuno, e, enquanto esse casamento não se realizasse, continuaria a regência de D. Isabel Maria que, em Julho, jura cumprir e fazer cumprir a Carta Constitucional, o que irá provocar o descontentamento entre os apoiantes da ala conservadora, dando origem, logo nesse mês, a diversos levantamentos em todo o país contra a regência.

9. O Governo de Armas do Partido do Porto

Para controlar estes levantamentos, o recém-nomeado Ministro da Guerra, João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun, atribui o seu antigo posto de governador das Armas do Partido do Porto a Thomaz Guilherme Stubbs,³⁷ que fica responsável por um cargo de enorme importância face à situação no norte de Portugal. A sua amizade com Saldanha e a lealdade à causa liberal tinham dado finalmente frutos, os ventos adversos pareciam ter passado. Mas as suas funções não eram apenas militares, mas sim das mais difíceis que já havia assumido, pois as forças absolutistas tinham uma enorme influência a norte do rio Douro e ameaçavam permanentemente a cidade do Porto.

A disputa entre liberais e absolutistas alastrava por todo o país. No mês de Outubro de 1826, quando Stubbs já se encontrava em funções, o batalhão de caçadores 7, uma unidade importante da guarnição do Porto, passou inteiramente para as fileiras do inimigo.³¹ Por sua iniciativa foram levantados batalhões provisórios para defesa

31 A reacção à Carta Constitucional por parte de militares absolutistas levou à deserção para Espanha de regimentos completos, como o de Infantaria n.º 17 de Estremoz, o n.º 24 de Chaves, o n.º 11 de Almeida, o de cavalaria n.º 2 de Vila Viçosa e partes de outros regimentos. (Mattoso 259)

da cidade. Em 5 de Outubro, dá-se o pronunciamento do marquês de Chaves em Vila Real, Trás-os-Montes, acompanhado de outros pronunciamentos em Viseu, Vila Pouca e Algarve. No final do mês de Outubro, a reacção anti-cartista ganha maior dimensão com a invasão do território português pelos regimentos realistas que tinham desertado para Espanha, comandados por Silveira³² em Trás-os-Montes, por Teles Jordão³³ na Beira e por Magessi³⁴ no Alentejo.³⁵ Durante este período crítico, Thomas Stubbs desempenhou um papel fundamental, com consequências em todo o Norte de Portugal, tendo evitado a ocupação da cidade, objectivo final dos invasores.

Em 24 de Dezembro de 1826, uma Divisão do Exército inglês com cerca de 5.000 homens, comandada pelo general *Sir William Henry Clinton*, chega a Lisboa, demonstrando o apoio britânico ao regime constitucional português. Esta Divisão permaneceu em Portugal cerca de dezoito meses, regressando a Inglaterra em Abril de 1828.

Neste período, o sucesso na defesa do Porto, a organização do batalhão de voluntários de D. Pedro IV e do batalhão de voluntários de

32 António da Silveira Pinto da Fonseca (1770-1858), visconde de Canelas, irmão do 1.º conde de Amarante e militar português que se distinguiu durante a Guerra Peninsular. Já no posto de brigadeiro, aderiu à revolução do Porto (1820), ocupando o lugar de presidente da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. Por ter participado na Martinhada foi afastado do governo e, em 1823, aderiu à causa Miguelista.

33 Joaquim Teles Jordão (1777-1833), militar do Exército Português da facção conservadora e miguelista, atingiu o posto de brigadeiro. Apesar de ter aderido à revolução liberal de 1820, participou na Martinhada e apoiou a causa miguelista na Guerra Civil, destacando-se no Cerco do Porto. Viria a morrer em combate numa retirada para Cacilhas, quando tentava travar o avanço das tropas liberais vindas do Algarve.

34 António Tavares Magessi (1771-1843) foi um oficial do Exército Português, apoiante da causa Miguelista na Guerra Civil Portuguesa e dos movimentos militares anti-cartistas surgidos em Portugal em 1826. Faleceu no posto de brigadeiro.

35 Entre 22 de Novembro de 1826 e 7 de Março de 1827, a invasão de Portugal por parte de militares realistas portugueses exilados em Espanha, após a outorga da Carta Constitucional, foi uma operação concertada com a coroa espanhola que considerava a Carta um perigo para as instituições portuguesas e para a Europa. Toda a preparação ficou a cargo do general Francisco de Longa, sendo o chefe de Estado Maior o general António Silveira. A invasão de Portugal começou em 22 de novembro, pela fronteira norte transmontana, tendo como primeiro objectivo a cidade de Bragança, que veio a ser ocupada pelos realistas comandados por Silveira. As tropas de Magessi, que tinham entrado pelo Alentejo, acabaram por ser batidas pelo conde de Vila Flor e obrigadas a regressar a Espanha, no dia 10 de Dezembro. Nesse mês, o próprio forte de Almeida, comandado pelo general Pego, capitulou perante os invasores, entretanto reforçados pelas tropas de Magessi. O brigadeiro Teles Jordão obteve um sucesso retumbante, ao entrar na Beira, onde ocorreram sublevações miguelistas em quase todas as povoações, incluindo Lamego, Viseu e Guarda, organizando milícias, em regra capitaneadas por oficiais de ordenanças que aderiram à causa absolutista e apoiaram os invasores. O objectivo final desta invasão era a tomada da cidade do Porto, que nunca se concretizou graças à intervenção britânica. (Cardoso, 2004)

D. Maria II, bem como a protecção dos negócios e dos cidadãos da cidade contra focos de insurreição e de ataques de tropas absolutistas vindas do Minho granjearam-lhe uma aura e o respeito de todos. A defesa da cidade até foi reconhecida em Inglaterra, tendo Sir Herbert Taylor publicado o livro *An Historical Review of the State of Portugal*, onde escreve:

He has singly sustained the reputation of his countrymen, in a manner most honourable to them and to himself. General Stubbs, by his presence of mind and promptitude of action, has proved himself fully equal to the most perplexing emergency. A more brilliant display of boldness, energy, and decision, was never, perhaps, witnessed, than that by which the personal exertions of this distinguished officer have recently saved the north of Portugal. (*Apud The Naval and Military Magazine* IV 44)

O reconhecimento da sua acção em prol do Porto, durante um ano muito difícil, foi feito por todos os cidadãos do Porto e de Vila Nova de Gaia, através da subscrição para uma oferenda que vinculasse, de modo digno, o reconhecimento de todos ao Governador de Armas. O jornal *A Borboleta*, de 14 de Junho de 1827, num artigo reproduzido em *O Portuguez* de 18 de Junho, descreve em pormenor esta homenagem:

Habitantes desta Cidade, desejosos de testemunhar de um modo honroso a gratidão que consagram ao seu General Thomás Stubbs, pelos assíduos trabalhos, com que esvelado manteve a boa ordem, o sossego, e a tranquilidade do Porto desde que tomou o Governo das Armas, principalmente nos dias de crise, pela aproximação dos Rebeldes na Provincia do Minho; promoveram uma subscrição para se presentear, de um modo digno, o General Valoroso, e o Cidadão Benemérito, em nome da Cidade agradecida. (*O Portuguez* 584-585)

É realizada uma grandiosa cerimónia pública de homenagem, com entrega de uma espada de honra e uma placa da Ordem da Torre Espada, em ouro e pedras preciosas, (Fig.5) com muito povo a assistir. A lista de subscritores, como não podia deixar de ser, incluía

muitas individualidades do Porto, como o Bispo e outros clérigos, juízes e empresários, a quase totalidade da comunidade inglesa, bem como de empresas vinícolas históricas, tais como Burmester, Kopke, Cockburns, Croft, Sandemann, Offley e VanZeller, entre muitas outras sociedades portuguesas. (Lima 29-30)



Fig. 5 – Espada oferecida ao General Stubbs. Museu Militar, Lisboa. (MML 363)

Nos anos quarenta, um seu descendente, o jornalista António Stubbs de Lacerda, doou ao Museu Militar de Lisboa as espadas de serviço e de honra. Uma dessas espadas tem gravada na lâmina a inscrição *La Société de Civilisation au général Stubbs – Patria, Gloria, Libertas*. Mais do que uma espada de honra parece ser um símbolo maçónico, já que a espada é um acessório muito usado nas cerimónias do culto, geralmente como símbolo de poder e autoridade, bem como emblema dissipador das trevas e da ignorância. No mesmo Museu existem espadas idênticas ofertadas ao Marechal Saldanha e ao Duque da Terceira. (Lima 33)

10. Julgamento em Lisboa

A pacificação do país, que se conseguira com a expulsão das forças realistas, no início de Março de 1827, viria a sofrer um revés devido às alterações políticas que ocorrem a partir da segunda metade desse ano. O governo inglês, concertado com a corte austríaca, passa a aceitar como a melhor solução para a crise portuguesa o regresso ao reino de D. Miguel, como regente, na condição de respeitar as instituições estabelecidas por seu irmão. Nesse sentido, por decreto de 3 de Julho, D. Pedro nomeia o infante D. Miguel seu “Lugar-Tenente”, outorgando-lhe todos os poderes para governar e reger o reino em conformidade com a Carta Constitucional, tornando-se irreversível o seu regresso a Portugal.

A demissão de Saldanha do Ministério da Guerra, seguida de movimentos de protesto em Lisboa, nas noites de 24 a 26 de Julho, conhecidos por “Archotadas”, rapidamente se estenderam a outros pontos do reino. Como seria de esperar, sendo Saldanha muito estimado no Porto, como antigo Governador, os protestos iniciaram-se nesta cidade, no dia 27, e prolongaram-se por três dias. Na noite do dia 28, uma multidão de cerca de 4000 pessoas concentrou-se junto ao Palácio do Governador, com gritos de vivas ao Imperador e Rei D. Pedro IV, à Rainha D. Maria II, à Infanta Regente e à Carta Constitucional, exigindo o regresso de Saldanha ao Ministério. Stubbs dirige-se à multidão, restando a agitação, mantendo a calma e a ordem, evitando qualquer excesso, e prometendo enviar a Lisboa um pedido de revogação da decisão tão contestada. O Governador recebeu ainda uma deputação de militares das unidades da guarnição do Porto que solicitaram expressamente o envio de uma petição a Lisboa para que Saldanha voltasse ao Ministério. Stubbs, reconhecendo ser essa a vontade dos cidadãos do Porto, remete uma carta dirigida ao Ministro da Marinha, António Manoel de Noronha, na ausência de titular da pasta da Guerra, e uma petição à Infanta Regente, ambas datadas de 29 de Julho, com aquele objectivo. Mas esta petição conduz a maus resultados, pois era aquilo que os inimigos de Saldanha queriam. Entretanto, este tinha emigrado para França antecipando o exílio liberal em massa que viria a ter lugar no ano de 1828.

Stubbs é chamado a Lisboa por ordem da Infanta Regente e, antes de partir, em 25 de Agosto, passa o seu comando ao conde de Vila Flor, seguindo a instrução do novo Ministro da Guerra, o conde da Ponte. A sua partida no vapor do Porto para Lisboa, no dia 29 de Agosto de 1827, é descrita com grande pormenor no periódico *O Imparcial*, de 30 de Agosto, revelando que nas ruas, desde a Praça da Batalha até ao Cais, engalanadas e cobertas de flores, milhares de pessoas se apinharam para acompanhar a partida do general. Esta partida foi até celebrada com uma edição especial do jornal *A Borboleta*, onde foram publicados vários poemas, de entre os quais se destaca um soneto, cuja última estrofe canta

Teu Nome já na História teve entrada:
Onde a Causa de PEDRO avulta e assoma,
Hade a honra de Stubbs ser lembrada. (*Thomaz Guilherme Stubbs*, AHM)

Chegado a Lisboa, Stubbs toma conhecimento da verdadeira causa da sua convocação. Tinha sido chamado pela prática de um crime, para cujo julgamento fora convocado o Conselho de Guerra, por ordem da regência. O crime de que era acusado era o de “ingerência” nas competências da Infanta Regente, por ter remetido o desejo da cidade e cumprido a promessa feita à população. (*The Naval and Military Magazine* III 336) O que realmente estava em causa era o facto de Stubbs, na sua petição, sugerir que a Infanta Regente teria sido mal aconselhada na decisão de demitir Saldanha e estaria rodeada de inimigos, os mesmos que agora estariam a mover as suas influências contra ele.

Todo o processo é kafkiano. O julgamento, inusitadamente público, decorre em 20 Setembro, no Palácio do Calhariz. Das suas respostas claras e concisas às perguntas dos juizes, o caso parece esclarecido. Adicionalmente, as suas testemunhas de defesa, catorze cidadãos do Porto, entre eles quatro juizes de direito, em tudo corroboram, ilibando-o de qualquer crime, e o seu advogado apresentou uma longa e sólida defesa. (*The Naval and Military Magazine* III 328-336) Da forma como decorrem as audições, a deliberação dos juizes

militares é, em princípio, a declaração de inocência, mas a sentença, enviada confidencialmente para o Supremo Conselho de Justiça, é devolvida dois meses depois, ao Conselho de Guerra, para revisão do processo e da decisão. Stubbs contesta, pois nada de novo poderia ter sido acrescentado e, no fundo, o julgamento iria ser repetido apenas com alteração de um juiz militar do colectivo.

O Conselho de Guerra reúne-se novamente em 9 de Janeiro de 1828, mais uma vez em sessão pública, interrogando, ouvindo, deliberando e remetendo uma decisão para o Supremo. Decisão que não poderia ser em nada diferente da anterior, mas, mais uma vez, o Supremo não informa o interessado, nem publica a sentença.

11. Um Segundo Exílio

Sem nunca conhecer a sua sentença, Stubbs opta por deixar o país, em 22 de Fevereiro de 1828, exilando-se em Inglaterra. D. Miguel desembarca em Lisboa e assume a regência no dia 26 desse mês. Todos os liberais e, de sobremaneira, os mais próximos de Saldanha têm a cabeça a prêmio. O país entra numa sucessão de pronunciamentos, insurreições, tumultos e revoltas, quer a favor da causa liberal, quer do absolutismo. Este segundo exílio de Stubbs, para sua própria segurança, é determinado em solidariedade com Saldanha, com quem participa, poucos meses depois, numa tentativa de tomada do poder pelos liberais. Em 16 de Maio dá-se um pronunciamento da guarnição do Porto, a favor da Carta, com a formação de uma Junta de Governo. Os emigrados em Inglaterra, sob a liderança de Palmela, organizam-se para se dirigirem ao Porto, fretando um barco a vapor chamado Belfast, e convidam alguns exilados de fora de Inglaterra, designadamente o conde de Vila Flor, Saldanha e Stubbs. (Tavares 1058) O Belfast parte de Plymouth em 16 de Junho, no dia 26 desembarcam em Lavra e, no mesmo dia, entra no Porto um conjunto de notáveis liberais, de diversas facções, sendo atribuídas a Thomas Stubbs altas funções, compatíveis com o seu posto. Apenas Palmela, como Comandante-em-Chefe do

Exército, ficaria acima da sua função militar. Por ocasião da partida de Inglaterra, a esperança de sucesso era grande, pois até a sua mulher, Joana Stubbs, e o seu filho, Thomaz Guilherme, se encontram na lista de passageiros do Belfast. (Tavares 1061)

Mas o fracasso da intentona foi evidente e, uma semana depois, em 3 de Julho, todos os que tinham vindo de Inglaterra e muitos mais embarcam de regresso a Plymouth, ficando o nome deste fracasso liberal conhecido para a História como “Belfastada”. Uma grande quantidade de liberais consegue escapar através do Minho e da Galiza, entrando em Inglaterra por Portsmouth e Falmouth, entre finais de Agosto e princípios de Setembro de 1828. (Bonifácio 524) No final desse ano, Stubbs assume o comando do Depósito de Emigrados em Plymouth, o “Barracão”, substituindo Cândido José Xavier, figura pouco popular entre os emigrados, oficiais, soldados de infantaria e caçadores. A situação é de tensão e de discórdia devido a problemas de alimentação e alojamento, não só no depósito de emigrados liberais de Plymouth, mas também nos de Ostende, na Bélgica, de Saint-Malo e de Laval, em França, tendo melhorado com a nomeação de Stubbs. (Faria 46)

Em 1829, Stubbs deixa Plymouth, tal como está registado no Diário de José Mendes Norton: “(...) partiu o general Stubbs para Londres e ficou em seu lugar o coronel Zagalo (...).³⁶ Stubbs parte com a família para o exílio em Dunquerque, na costa francesa, sendo julgado à revelia, pelos tribunais miguelistas, que o condenam, por sentença de 21 de Agosto de 1829, a uma pena que não poderia cumprir por se encontrar ausente do Reino, mas que em muito limitaria o seu regresso, caso a situação política não se alterasse:

(...) exauctorado e privado de todas as honras, privilégios e dignidades de que gozava neste Reino, do qual o haviam por desnaturalizado. Foi condenado a que, com barço e com pregão, fosse conduzido pelas ruas públicas do Porto até à Praça Nova e aí, em um alto cadafalso, morresse de morte

36 V. Diário de 1828 (Inédito). Arquivo Particular de José Mendes Norton (de D. Teresa Martins da Costa e sobrinhos).

natural de garrote. E, depois de lhe decepada a cabeça, que seria pregada em um alto poste na estrada de Matosinhos, ficando exposta até que o tempo a consumisse, fosse o corpo e o cadafalso reduzidos pelo fogo a cinzas, que seriam lançadas ao mar, para que dele e da sua memória não houvesse mais notícia, e, além disto, na confiscação e perdimento de todos os seus bens. (Soriano, *História do Cerco do Porto* 393)

Na tentativa de formar uma base de apoio em território português, no ano de 1829, Saldanha, com 600 emigrados, transportados em quatro embarcações, vê-se impedido de aportar à ilha Terceira por um navio de linha inglês, sendo obrigado a regressar a França. No entanto, durante esse ano, vai reunir-se nesta ilha açoriana um conjunto de emigrados, sob o comando do conde de Vila Flor (futuro Duque da Terceira), que chega a Vila da Praia, em 22 de Junho, como capitão-general, nomeado por Palmela em Londres e sem o conhecimento de D. Pedro no Rio de Janeiro. Em Agosto, dá-se a tentativa, sem sucesso, de desembarque das forças do governo miguelista na ilha, ficando, assim, assegurada a situação desta base de toda a resistência liberal, que seria ponto de partida para expedições ao Continente para retomar o poder.

Em Março de 1830, dá-se a chegada de Palmela à Terceira e a constituição da Regência. Em 15 de Junho, D. Pedro, do Rio de Janeiro, confirma a Regência da Terceira que integra o marquês de Palmela, o conde de Vila Flor (Terceira) e José António Guerreiro. Mas as divisões e fricções existentes entre os liberais tornam-se evidentes. Saldanha, que não fora convidado para a expedição que se haveria de organizar na ilha Terceira, nos Açores, enquanto “havia para ela recrutados muitos estrangeiros, ao passo que dos emigrados só se escolhiam aqueles que se mostravam aderentes a todas as pretensões de D. Pedro”, (Carvalho, *Memórias Com o Título de Annaes* 342) mandou imprimir e fazer circular entre os seus amigos, um texto expondo as razões por que era excluído da nobre tarefa da restauração do trono legítimo.

Os residentes em Dunquerque – tenente-general Stubbs expatriado, associado aos seus amigos, marechal de campo José Maria de Moura e o brigadeiro Diocleciano Cabreira, velhos conhecidos dos

tempos da LLL – fizeram uma declaração, datada de 27 de Janeiro de 1832, sobre a injustiça de que eram vítimas.³⁷ Para que não restassem dúvidas da sua lealdade à causa liberal, publicaram na imprensa local uma declaração solene sobre a injustiça que estava a ser cometida, jurando a sua “fidelidade aos princípios da honra e lealdade devidas à sua Rainha e à sua Pátria”, (Cabreira, Moura e Stubbs 1-2) relembrando os seus antigos serviços a Portugal.

12. O Cerco do Porto

Em meados de 1832, realiza-se a expedição liberal da Terceira para o Porto, com desembarque na praia do Pampelido, nos arredores do Mindelo, a norte do Porto, em 8 de Julho, avançando para a cidade ao longo das terras da Maia. As unidades miguelistas acabam por abandonar o Porto e o exército liberal ocupa a cidade. Apesar de tentativas de surtidas constitucionais a partir do Porto, as tropas absolutistas vão confinando o Exército Libertador à cidade, até que se fecha o cerco, após ataques miguelistas também sem sucesso. Inicialmente, D. Pedro, que não queria que Saldanha e outros oficiais chegassem demasiado cedo ao Porto, pois, pela sua antiguidade, assumiriam posições de demasiado destaque, tentou contratar um oficial estrangeiro para comandar o Exército Libertador. Muitos generais foram contactados, principalmente em França, mas nenhum queria perder os privilégios que tinha ou arriscar a carreira numa aventura, pelo que apenas foi possível contratar um general francês, veterano, sem grande glória das Guerras Napoleónicas, ferido gravemente na Batalha do Vimeiro, de seu nome Jean-Baptiste Solignac. Uma figura secundária, mas promovida a Marechal português. No entanto, a situação dos liberais era tão crítica que acabou por haver um chamamento global de todos os emigrados.

37 A injustiça era cometida por D. Pedro e pelos seus principais conselheiros, Cândido José Xavier, Palmela, Agostinho José Freire e Vila Flor, que sempre quiseram afastar Saldanha e os seus apaniguados.

Tendo conhecimento da vontade de Saldanha, que partira de Paris para se reunir a D. Pedro no Porto, Stubbs, com Diocleciano Cabreira, entretanto a residirem em Londres, reúnem-se àquele em Falmouth, na esperança de arranjar rapidamente transporte para o Porto. Mas, conta Liberato nas suas *Memórias*, a obtenção de passagem não foi fácil, e todos desconfiaram da influência negativa de D. Pedro ou de Palmela, através da Embaixada em Londres. (Carvalho, *Memórias da vida de José Liberato* 349-351) Finalmente, conseguem obter passagem num vapor norte-americano que se dirigia a Gibraltar e que estava em Portsmouth. Partem no dia 15 de Janeiro, em direcção à cidade sitiada, os generais Saldanha, Stubbs e Cabreira; o irmão de Saldanha; Margiochi; D. Francisco de Menezes de Brito do Rio; Villette, ajudante de ordens de Stubbs; e o próprio Liberato, que acompanhava Saldanha de Paris.

Solignac chegara ao Porto no dia 1 de Janeiro de 1833. O atraso causado pelas dificuldades de transporte faz com que Saldanha e Stubbs chegassem só no dia 26 e desembarcassem apenas no dia 28. São acolhidos em triunfo por uma delegação de generais e acompanhados por muitos militares e muito povo, que reconheciam os seus antigos Governadores. Conta Liberato, presente no local, que “quando entrámos na Cidade, sem que pelo caminho fossemos saudados com uma só bala ou bomba da parte dos miguelistas, foi que recebemos um verdadeiro triunfo. As ruas estavam apinhadas de povo, as janelas estavam cheias de gente de todos os sexos, e não se ouviam senão aclamações de alegria (...).” (Carvalho, *Memórias da Vida de José Liberato* 353) Acrescenta, contudo, que a recepção por parte de D. Pedro não foi semelhante, tendo sido recebidos friamente pelo monarca. No entanto, a sua antiguidade e experiência militar não poderiam ser recusadas.

Com a chegada de Stubbs e Saldanha, passava a haver três tenentes-generais no Exército Libertador. Stubbs o mais antigo e Saldanha o mais moderno dos três, o outro, o Duque da Terceira,³⁸ (Vila Flor)

38 Duque da Terceira é um título nobiliárquico instituído de juro e herdade, com honras de parente, por decreto do regente do Reino D. Pedro de Bragança, em nome da rainha Dona Maria II de Portugal, em 8 de Novembro de 1832, assinado no Porto.

era primeiro ajudante-de-campo de D. Pedro e seu braço direito. O comando supremo do Exército estava entregue a Solignac, um general estrangeiro sem carisma e com competência e experiência militar muito inferior aos seus mais directos subordinados, por ordem de maior antiguidade, Stubbs, Vila Flor e Saldanha. (*Lista Geral de Officiaes do Exército Libertador* 8) O Exército Libertador foi dividido em três divisões, sendo uma atribuída a Stubbs e outra a Saldanha, que, logo nesse primeiro semestre de 1833, fazem a diferença, derrotando os ataques miguelistas, sem, no entanto, alcançarem o sucesso desejado nas suas surtidas. Em Junho, Solignac é demitido, bem como o comandante da esquadra, o almirante liberal Sartorius. Realiza-se então o desembarque no Algarve e a marcha em direcção a Lisboa, numa coluna comandada por Vila Flor (Terceira) que ocupa Lisboa, pois os miguelistas acabam por abandonar a capital.

Saldanha é chamado a Lisboa em 23 de Agosto, deixando o governo da cidade e o comando militar a Stubbs, “também predilecto da confiança dos habitantes, (...) teve logo o cuidado de preencher com novos alistamentos o número dos contingentes (...) e, em suas enérgicas providências, não foi menos sábio e activo que seu antecessor [Saldanha] (...)” (*O Cerco do Porto em 1832 para 1833* 160) Stubbs, de forma musculada, reduziu os redutos e as linhas dos sitiados, fez reconhecimentos e surtidas com sucesso, reduzindo a pressão dos miguelistas sobre a cidade. Mas, como diz Soriano, “que se os liberais não tinham força bastante para sair das suas linhas, e bater os realistas em campo, também estes pela sua parte se achavam no mesmo caso para poder vencer as linhas do Porto.” (*Soriano, História do Cerco do Porto* 177)

Por esta altura, a guerra civil tinha-se estendido a todo o país e, já em 1834, a balança pendia a favor das forças de D. Pedro. Entretanto, Stubbs é chamado a Lisboa e substituído pelo velho general Torres, o que causou muita consternação no Porto. Liberato afirma que se fez constar que Stubbs estava velho e doente e, por isso, era preciso substituí-lo, “porem no pensar da gente, que conhecia não só as intrigas ministeriais, mas as do palácio, outros bem diversos eram os motivos que tinham produzido esta mudança.” (*Carvalho, Memória com*

o *Título de Annaes* 221) A verdadeira razão era a sua proximidade a Saldanha e a cisão que essa proximidade provocava entre os liberais, o que se pode comprovar no registo de Luz Soriano, o qual justifica a substituição de Stubbs no governo do Porto, em 1833, alegadamente porque “a posição de Stubbs no Porto tornou-se realmente crítica, não só pelo malsucedido das suas operações, mas pela sua pouca actividade e energia no governo, que lhe fora confiado.” (*História do Cerco do Porto* 364) Esse era o argumento, não comprovado, dos adversários de Saldanha.

A segunda grande despedida de Stubbs do Porto, ocorrida em 10 de Dezembro de 1833, é mais uma vez emotiva, tal como tinha sido a de 1827. Para além das manifestações de reconhecimento, são publicados os maiores encómios, escrevendo um poeta da cidade um soneto que foi impresso e distribuído como um panfleto:

Adeos, guerreiro heroe: vai satisfeito;
 Que levas como sempre te prestamos,
 Saudade, gratidão, amor, respeito. (*Thomaz Guilherme Stubbs* AHM)

13. Fim de Carreira

Apesar das apreciações negativas dos seus detratores, Thomas William Stubbs não foi esquecido na distribuição de honras, conferidas por S.M. a Rainha D. Maria II “aos bravos heróis que no campo da honra expuseram as suas vidas para restaurar o Trono usurpado à mesma Augusta Senhora, e a Liberdade aos Portugueses”, (*O Cerco do Porto em 1832 para 1833* 189) tendo sido feito Barão de Vila Nova de Gaia em 1833 e Visconde de Vila Nova de Gaia em 1835, pelos serviços prestados no Cerco do Porto.

Embora tenha dedicado a sua vida e carreira à causa liberal em Portugal, e não obstante todas as honras que lhe foram sendo reconhecidas, Stubbs não se encontrava numa situação económica favorável, quando, em 7 de Dezembro de 1835, se vê obrigado a apresentar uma “Suplicação a S.A.R. D. Maria II”, descrevendo toda a sua

longa carreira e os principais serviços prestados à Coroa, lembrando a promessa da oferta de terras feita pelo Príncipe Regente, em 1814:

(...) em 13 de maio de 1814, feito Mercês ao suplicante de duas léguas e um quarto quadrados de terra com a natureza de sesmaria, cuja Mercês não se verificou até hoje, não possuindo o suplicante por todos os serviços mais do que Mercês honorárias e encontrando-se já em avançada idade, casado com mulher portuguesa e com dois filhos, sem meios com que possa decentemente sustentar o distinto título a que a Munificência Real o elevou, nem mesmo deixar sua família decentemente amparada depois de sua morte, por todos, e por todos estes motivos recorre o Suplicante à bem conhecida generosidade e imparcial Justiça de V. Majestade Fidelíssima para conceder ao Suplicante uma pensão vitalícia com sobrevivência em dois filhos; ou que cumprindo-se a promessa do Augusto avô V. Majestade Fidelíssima especificada na carta Régia acima referida V. Majestade Fidelíssima se sirva mandar lhe dar uma produção de bens nacionais com que o Suplicante possa formar um património a seus filhos, e serem assim ressarcidas as grandes perdas que o Suplicante sofreu na sua emigração, e ver remunerados os serviços da sua longa carreira militar." (*Thomaz Guilherme Stubbs* AHM)

Sentindo o fim da vida a aproximar-se, em 1837, Tomás deslocou-se a Londres para fazer e registar o seu testamento,³⁹ escolhendo dois advogados para executantes, Charles Turville e George Eyston. A sua última vontade foi deixar todas as suas posses, em partes iguais, a sua mulher, Janie, e aos dois filhos, Tomás Guilherme e Joana Cândida. Em 4 de Dezembro de 1837, é nomeado Presidente da Comissão criada por Decreto Real de 2 de Outubro do mesmo ano "para rever as contas findas dos Militares Estrangeiros que serviram no Exército Libertador". (*Thomaz Guilherme Stubbs* AHM)

Assume, ainda, interinamente, o Comando da 1ª Divisão Militar em Lisboa, em 24 de Dezembro de 1838, substituindo o Conde de Avillez, por este ter "tomado assento como senador", (*Thomaz Guilherme Stubbs* AHM) terminando a sua carreira militar no Tribunal

39 V. *Will Registers*. UK. Kew, The National Archives.

Militar. Em 1842, recebe a sua última honraria: a Ordem Militar de São Bento de Avis, da Rainha D. Maria II, a quem sempre serviu devotadamente.

Em 27 de Abril de 1844, com sessenta e sete anos de idade, morre em Lisboa, na sua casa da Rua de São Bento, acompanhado pela sua companheira de toda a vida. Tanto em Portugal como em Inglaterra, a notícia da sua morte tem destaque na imprensa da época, designadamente no *Annual Register*, (235-236) na *United Service Magazine*, (320) e em *The Gentleman's Magazine*, (91) onde foram publicadas pequenas biografias bastante laudatórias que registaram a perda de um distinto general: "a name well known to every officer of both Services who served in the Peninsula".

Obras Citadas

- The Annual Register or a View of the History and Politics of the Year 1844*. Londres: Rivington, 1845, vol. 86.
- Arriaga, José de. *História da Revolução de 1820*. Porto: Livraria Portuense, 1889, vol. 4.
- Bandeira, Luis Stubbs Saldanha Monteiro. "Uma História Velha". *Armas e Troféus: Revista de História, Heráldica, Genealogia e de Arte*. Vol. 3-5, Jan-Mar, 1976. Braga: Oficinas Gráficas da Livraria Cruz: 81-85.
- Beresford, Marcus. *Marshal William Carr Beresford: 'the Ablest Man I Have yet Seen with the Army'*. Dublin: Irish Academic Press, 2019.
- Bonifácio, Maria de Fátima. "A Causa de D. Maria II (1826-1834)". *Análise Social*. Vol. 39, n° 172 (2004) <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n172/n172a01.pdf>> (consult. 14 Jan. 2020).
- Bromley, David e Jane Bromley. *Wellington's Men Remembered: A Register of Memorials to Soldiers Who Fought in the Peninsular War and at Waterloo: M to Z*. Barnsley: Pen and Sword, 2015, vol. 2.
- Cabreira, Diocleciano, Thomas W. Stubbs e José Maria Moura. *Declaration des Généraux Portugais Résidans à Dunkerque*. Dunquerque: [s.n.], 27 de Janeiro de 1832.

- Cardoso, António Manuel Monteiro. *A Revolução Liberal em Trás-Os-Montes (1820-1834): O Povo e As Elites*. Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea. Lisboa: ISCTE, 2004.
- Carvalho, José Liberato. *Memórias com o Título de Annaes, para a História do Tempo que Durou a Usurpação de D. Miguel*. 1841, vol. 4.
- . *Memórias da Vida de José Liberato*. Lisboa: Tipografia de José Baptista Morando 1855.
- O Cerco do Porto em 1832 para 1833*. Porto: Tipografia de Faria e Silva, 1840.
- Chaby, Claudio de. *Excerptos Históricos e Collecção de Documentos Relativos à Guerra Denominada da Península e às Anteriores de 1801 e do Rousillon e Cataluã*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1863.
- Challis, Lionel Stevenson. "Peninsula Roll Call" (1949). *The Napoleon Series* <https://www.napoleon-series.org/research/biographies/GreatBritain/Challis/c_ChallisIntro.html> (consult. 4 Jan 2020).
- Collecção das Ordens do Dia*. Lisboa: [s.n.], 1825-1826.
- Collecção das Ordens do Dia*. Lisboa: António Nunes dos Santos, 1812-1813.
- Collecção das Ordens do Dia*. Lisboa: Manoel Pedro de Lacerda, 1814-1820.
- Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, n.º 28 (5 mar. 1821): 212.
- Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, n.º 136 (26 jul. 1821): 1652-1653.
- Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, n.º 53 (26 jul. 1822): 754.
- Diário de 1828*. Arquivo Particular de José Mendes Norton (de D. Teresa Martins da Costa e sobrinhos). Diários. Inédito.
- Diário do Governo*. Lisboa: Imprensa Nacional, n.º 281 (28 nov. 1822): 2099-2101.
- Faria, Fábio Alexandre. *Circulações Internacionais e Liberalismo: O Exílio Liberal Português, 1828-1832*. Dissertação Mestrado em História Moderna e Contemporânea. Lisboa: ISCTE, 2015.
- Farmer, John S.. *The Regimental Records of the British Army: A Historical Résumé Chronologically Arranged of Titles, Campaigns, Honours, Uniforms, Facings, Badges, Nicknames, etc.* London: Grant Richards, 1901.
- The Gentleman's Magazine*. Londres: John Bowier and Son. Vol. 22 (new series), Jun-Dec 1844, vol. 175.
- Gregory, Desmond. *The Ungovernable Rock: A History of the Anglo-Corsican Kingdom and its Role in Britain's Mediterranean Strategy During the Revolutionary War (1793-1797)*. London & Toronto: Associated University Presses, 1985.

- Halliday, Andrew. *The Present State of Portugal, and of the Portuguese Army with an Epitome of the Ancient History of that Kingdom*. Edinburgh: G. R. Clarke, 1812.
- Ireland, Bernard. *The Fall of Toulon: The Last Opportunity the Defeat the French Revolution*. Londres: Cassell Military Paperbacks, 2006.
- Lima, Henrique Ferreira. "Espadas de Honra". Sep. de *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 14, 1944.
- Lista Geral de Officiaes do Exército Libertador, Referida ao Dia 25 em Julho de 1833*. Lisboa: Tip. A.J.C. da Cruz, 1835.
- Livro de Registo do Regimento de Infantaria de Setúbal de 1803*. AHM (Arquivo Histórico Militar). Divisões. Assuntos Militares Gerais. Livros Mestres, Liv. n° 8.
- Livro de Registo dos Assentamentos dos Officiais e Praças do Regimento de Infantaria n°23, 1° Batalhão, de 1808*. AHM (Arquivo Histórico Militar). Divisões. Assuntos Militares Gerais. Livros Mestres, Liv. n° 4.
- Livro de Registo dos Officiais e Praças do Regimento de Infantaria de Setúbal de 1800*. AHM (Arquivo Histórico Militar). Divisões. Assuntos Militares Gerais. Livros Mestres, Liv. n° 7.
- London Gazette*. London: Printed by Andrew Strahan, n° 15226 (1 Feb. 1800):1.
- Mattoso, José (dir.) *História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1993, vol. 5.
- Mesquita, Manuel de Castro Pereira e João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco Torres. *Resenha das Familias Titulares do Reino de Portugal: Acompanhada das Noticias Biographicas de Alguns Individuos das Mesmas Familias*. Lisboa: Imp. Nacional, 1838.
- Moura, Rui. "O General Pamplona Côrte-Real: Baron de Pamplona e Conde de Suberra (1762-1832): Ser ou Não Ser (Liberal) Eis a Questão". *Actas do XXVII Colóquio de História Militar*. Lisboa: CPHM, 2019.
- . *Portuguese at the Battle of Albuera (1811)*. [Booklet] Gibraltar: FBCE, 2020.
- . "A Retirada de Massena: O Fim de um Pesadelo ou Princípio do Fim de um Sonho". *O Exército Português e as Comemorações dos 200 Anos da Guerra Peninsular*. Lisboa: Tribuna da História, 2012, vol. 3. 220-273.
- e João Centeno Torres. "Oficiais Britânicos ao Serviço do Exército Português no Regimento de Infantaria 14 (1809-1814)". *Revista Militar*, n° 2499, Abr. 2010: 319- 337.
- The Naval and Military Magazine*. London: Saunders and Otley, vol. 3-4, Jul-Set, 1828.

- Notícia das Festividades com que na Praça de Elvas se solenizaram o Memorável Dia da Nação Portuguesa o Dia 15 de Setembro.* Lisboa: Tipografia Maigrense, 1821.
- Oman, Charles William Chadwick. *A History of the Peninsular War.* Oxford: Clarendon Press, 1911, vol. IV.
- O Portuguez: Diário Político, Litterario e Comercial.* Lisboa: Imprensa do Portuguez, vol. II, n° 192 (18 jun. 1827): 584-585.
- Portugal. Arquivo Histórico Militar. *Projecto GERMIL: Genealogia em Registos Militares* <<https://ahm-germil.exercito.pt>> (consult. 10 Jan. 2020).
- Processo N. 79243.* Arquivo Distrital de Portalegre. Tribunal da comarca de Elvas. Inventários Obrigatórios.
- Shaw, WM. A. *The Knights of England.* London: Sherrat and Hughes, 1906, vol. II.
- Soriano, Simão José da Luz. *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal compreendendo a História Diplomática, Militar e Política deste Reino, desde 1777 até 1834.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1874. Époc. 2, vol. 3.
- . *História do Cerco do Porto.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1849, vol. 2/ Porto: A. Leite Guimarães, 1889, vol. 1.
- Tavares, Pedro Vilas Boas. "O Norte do País e o Porto da Belfastada nas 'Informações' da Nunciatura de Lisboa: 'Breve Relação' de Sucessos, na Rebelião contra a Realeza, de D. Miguel". *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos.* [Porto]: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. 1047-1062.
- Thomaz Guilherme Stubbs. AHM (Arquivo Histórico Militar). Divisões. Assuntos Militares. Processos Individuais. Cx. 583, n° 3.
- United Service Magazine and Naval and Military Journal.* Londres: Colburn, 1844, vol. 2.
- Valdez, Ruy Dique Travassos. *Subsídios para a Heráldica Tumular Moderna Olisiponense.* Porto: Livraria Esquina, 1994.
- Ventura, António. *A Maçonaria no Alto Alentejo (1821-1936).* Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2020.
- Will Registers.* UK. Kew, The National Archives. Prerogative Court of Canterbury and related Probate Jurisdictions. PROB 11/2001/1

Exílio e Escrita de Viagem ao Tempo do Liberalismo – A Experiência do Brigadeiro António Bernardino Pereira do Lago em Inglaterra: Ver e Aproveitar

Maria Zulmira Castanheira
(NOVA FCSH/CETAPS)

Povo livre, vós sabeis ser livre; eu aprendi do que vi;
só vos não estima quem vos não conhece.
(Lago 510)

As primeiras décadas do Portugal oitocentista foram tempos conturbados pelas Invasões Francesas, a ida da Corte para o Brasil, a ingerência inglesa na vida política, económica, militar e administrativa do país, a revolução “vintista”, a reacção absolutista e a guerra civil até à vitória definitiva do Liberalismo em 1834, com a assinatura da Convenção de Évora Monte. Durante esse período, a Inglaterra, com que Portugal há muito tinha relações políticas e comerciais e que dava garantias de ser um lugar de asilo seguro, foi um dos destinos dos portugueses de credo liberal que se viram forçados a trilhar o caminho do exílio, no que começou por ser um “movimento vagaroso, mas contínuo, de refugiados”, (Nemésio 12) para se intensificar sobremaneira após as Invasões Francesas, com as duas grandes vagas de emigração política de 1823 e 1828. Recorde-se a importante acção desenvolvida em Londres pelos refugiados que, a partir de 1808, se dedicaram à publicação de periódicos de feição liberal com que procuraram denunciar os males que afligiam Portugal e propor reformas

capazes de o modernizar, entre eles o *Correio Brasiliense ou Armazem Litterario* (1808-1822), *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (1811-1819), *O Espelho Politico e Moral* (1813-1814), *Microscopio de Verdades* (1814-1815) e *O Portuguez ou Mercurio Politico, Commercial e Litterario* (1814-1826). Tais periódicos, apesar de estarem proibidos de circular em Portugal, entravam no país de forma clandestina, bem como os que foram fundados em Paris por outros emigrados portugueses, e eram lidos nos círculos políticos, contribuindo de modo relevante para o advento do Liberalismo.

A partir de 1824, assistir-se-ia em Londres à fundação de novos títulos periódicos por portugueses desterrados que de novo lançaram mão da imprensa escrita, apostados mais do que nunca em defender a causa constitucional, lutar pela liberdade do seu país e disseminar clandestinamente em Portugal o ideário liberal, como por exemplo *O Popular* (1824-1826), *O Cruzeiro ou Estrella Constitucional dos Portuguezes* (1826-1827) e os influentes *Paquete de Portugal* (1829-1831) e *O Chaveco Liberal* (1829).

O avanço das forças contra-revolucionárias após a Revolução Liberal de 1820, consubstanciado na insurreição da “Vilafrancada” (1823), na revolta miguelista da “Abrilada” (1824), que conduziu o infante D. Miguel ao exílio em Viena e, por fim, no regresso deste a Portugal e a sua aclamação como rei absoluto (1828), obrigaram muitos portugueses de ideias liberais, ao longo destes anos, à “via sacra do desterro”, (Nemésio 12) tendo a protecção das capitais inglesa e francesa sido mais uma vez procurada pelos foragidos. Mas também a cidade portuária de Plymouth, no sudoeste de Inglaterra, constituiu, aquando da grande onda de emigração portuguesa em 1828, na sequência da sublevação militar contra D. Miguel conhecida por “Belfastada”, um importantíssimo lugar de exílio, tendo aí sido igualmente fundados dois periódicos logo em Outubro desse mesmo ano, prova da actividade e empenhamento políticos dos emigrados: *O Portuguez Emigrado ou o Realista Constitucional* (1828-1829, bilingue) e *O Padre Malagrida ou a Thezoira* (1828-1829). Contextualiza José Tengarrinha:

O movimento jornalístico liberal na Grã-Bretanha intensifica-se com a chegada dos emigrados vindos da Galiza e também diretamente de Portugal, os quais em fins de 1828 totalizavam 3000, de muitas variadas classes sociais e profissionais e que se concentraram sobretudo em Plymouth, onde se formou o depósito da emigração. Mas a maior intensidade da propaganda política foi desenvolvida em Londres, centro diplomático da desacreditação da usurpação de D. Miguel, em que o marquês de Palmela assumiu o mais relevante papel. Três objetivos fundamentais visavam essas publicações: conservar o fogo revolucionário nos emigrados, embora por vezes se combatessem nas fações em que se dividiram; tentar espalhar as ideias liberais em Portugal, por meio da entrada clandestina das folhas; e convencer os governos estrangeiros das possibilidades de vitória das forças constitucionais, de modo a conseguir o seu apoio ou, pelo menos, a não hostilidade. (Tengarrinha 452)

As difíceis condições de vida em Plymouth, onde muitos dos emigrados se apinharam por longos meses em antigas estâncias de madeira para construção (“barracões”), sem conforto nem asseio, acrescentaram à dor emocional causada pelo afastamento da pátria, agruras físicas e privações que alguns dos refugiados satirizaram em verso, dando voz aos seus companheiros de tormenta. É o caso do opúsculo *As Noites do Barracão. Passadas pelos Emigrados Portuguez em Inglaterra. Em verso Alexandrino*, publicação anónima¹ datada de 1834 (Paris), cuja “Noite I” abre do seguinte modo: “No sóllo espinhado do vil Barracão, / Cossando o piolho, que ferve em montão, / Batendo a dentuça com o frio que berra, / Passava huma noite, noite d’Inglaterra”. (3) Os versos iniciais da “Noite II” fornecem mais informação sobre a situação miserável dos emigrados: “Depois de fazer as cruces na boca, / Que a fome voraz mil vezes provoca, / Me fui aninhar no frio salão, / Onde as noites passo no meio do chão”. (7)

Contudo, se tal exílio foi motivado por razões políticas, acabaria por se revestir de uma dimensão cultural importantíssima dado

1 A autoria destes versos tem sido atribuída a Simão José da Luz Soriano (1802-1891), Joaquim Pinheiro das Chagas (1809-1859) e Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa (1806-1882).

ter proporcionado a estes portugueses a possibilidade de contactarem com outros povos e diferentes modelos de sociedade que alguns descreveram em cartas, diários e memórias. Na verdade, a viagem forçada para o estrangeiro, apesar de dolorosa, não deixou de constituir um rasgar de horizontes mentais que viria a ser fundamental para o triunfo definitivo do Liberalismo em 1834 e para a renovação da sociedade portuguesa sonhada pelos seus partidários. Como lembram Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues a propósito de José Trasmundo Mascarenhas Barreto, 7.º Marquês de Fronteira (1802-1881), este exilado afirma “nas suas Memórias que ‘não era só a política que nos dera a ideia de viajarmos, era também o vivo desejo que tínhamos de ver de perto as cortes mais civilizadas da Europa’”. (Torgal e Vargues 80) Uma vez nos países de acolhimento, tiveram a oportunidade de adquirir conhecimentos de carácter político, económico, literário, artístico, científico, técnico, que consideravam úteis para a futura construção de um Portugal que finalmente enveredasse pelo caminho do progresso. Prova da sua determinação em aproveitar de forma enriquecedora esse tempo de proscricção é o facto apontado por Gabriel Paquette, em *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions. The Luzo-Brazilian World, c. 1770-1850* (2013):

There are few indications concerning how the *emigrados* passed the initial phase of exile. But as nearly as November 1828, a petition was signed by approximately twenty of them to found a “literary society [sociedade litteraria]” as a means to “take advantage of the time spent outside of the *patria* by bringing together the greatest amount of knowledge in all branches of learning, which in the future might allow its members to raise their nation to the greatest levels of prosperity and glory. (260)

Por certo que muitos dos desterrados se terão interessado sobretudo pelas matérias que servissem o seu combate político e lhes fornecessem modelos de organização social que gostariam de ver estabelecidos na sua pátria, mas outros dedicaram-se a leituras que lhes deram a conhecer os novos caminhos da moderna literatura europeia.

Como sabemos, viria a provar-se decisivo para a implantação do Romantismo em Portugal que entre os expatriados se encontrassem Almeida Garrett e Alexandre Herculano.

Assim, como Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos amplamente demonstra no seu estudo *Intelectuais Portugueses da Primeira Metade de Oitocentos* (1985), o exílio foi um fértil “lugar de aprendizagem” (bibliotecas, gabinetes de leitura, cursos, espectáculos, visitas a museus, galerias, fábricas...), vital no “processo de formação e organização da nova *intelligentsia*.” (Santos 107) Entre os emigrados da já referida vaga de 1828 – um grupo heterogéneo que diferia “pela origem social e respectivo tratamento no exílio (...) posição na carreira (...) orientação política (...) idade (...) duração da experiência do exílio” (Santos 110-111) – , contou-se o engenheiro militar António Bernardino Pereira do Lago (1777-1847), o qual, à semelhança de outros seus compatriotas dotados de grande curiosidade intelectual e determinados em se instruir, registou por escrito as impressões do que viu no decurso das suas viagens. Tal propósito é confessado pelo autor logo no prólogo do seu relato, *Cinco Anos d’Emigração na Inglaterra, na Belgica, e na França. Do Brigadeiro Antonio Bernardino Pereira do Lago* (1834) – note-se que o título informa de imediato o leitor sobre a condição de militar do autor e as circunstâncias em que viajou – dirigido “A Quem Ler”:

Durante a minha emigração, desejando conhecer o character, costumes, governo, obras, e estabelecimentos de diferentes povos, viajei na Inglaterra, na França, e na Belgica, adquirindo assim o que podia para minha particular instrucção, a qual, como diz um sabio viajante do nosso tempo, “*se torna mais animada com as viagens, que aquella, que se adquire pelos livros.*” (Lago 4)

E prossegue, declarando a autenticidade do que irá narrar, consciente de que pairava frequentemente sobre a escrita de viagem a desconfiança em relação à informação veiculada: “Fui sempre notando, e escrevendo o que via e observava, com verdade, ainda que se diga, que esta não é muito ordinaria nem aos viajantes, nem aos poetas.” (Lago 4-5)

No mesmo paratexto, o autor começa, porém, por explicar o que o levou a partir para um exílio que viria a arrastar-se por cinco longos anos, decisão tomada em nome da honra:

(...) tendo sido uma das victimas, *“do atentado da Bemposta, (de 30 d’Abril 1824) do maior crime, que tem manchado as paginas da historia da Europa depois do S. Bartolomeu;”*² obrigado a escolher o perjurio, ou exilio, depois do fatal dia 11 de Julho de 1828, dia de que datam desgraças, e crueldades para Portugal, eu preferi abandonar patria, familia, empregos, e bens. (Lago 3-4)

Refere Pereira do Lago, concretamente, duas datas como estando na base do seu necessário desterro: 30 de Abril de 1824 e 11 de Julho de 1828. Corresponde a primeira ao início da “Abrilada”, preparada pela oposição a D. João VI. As forças leais a D. Miguel cercaram nesse dia o Palácio da Bemposta, residência do rei, os seus conselheiros foram presos, e o infante, na qualidade de comandante-em-chefe do exército português, justificou através de proclamação o acto revoltoso com a necessidade de salvar o Trono, a Família Real, a Religião Católica e a Nação da “pestilente cáfila dos Pedreiros Livres.” (Proclamação de 30 de Abril de 1824; Torgal e Vargues 71) Graças à intervenção do corpo diplomático estrangeiro, D. João VI conseguiu refugiar-se no navio inglês Windsor Castle, fundeado no Tejo, e dali tomou medidas para resolver o conflito desencadeado pelas forças antiliberais, nomeadamente demitir o filho do seu posto no exército e impor-lhe o exílio, “a título de fazer uma viagem de estudo na Europa.” (Torgal e Vargues 71)

O regresso de D. Miguel a Portugal em Fevereiro de 1828 e a sua imposição da monarquia absoluta, que culminará na sua aclamação como rei em 11 de Julho, irão levar os liberais a organizar acções de resistência e revolta contra o novo poder, tendo ainda nesse ano tido lugar o episódio da “Belfastada”, designação derivada do barco a vapor Belfast fretado em Inglaterra por liberais ali exilados que se

2 Em nota de rodapé, é fornecida a citação no francês original e identificado o autor: “Cet attentat de Bemposta est le plus grand forfait, qui ait souillé l’histoire de l’Europe depuis Saint Barthel’emi. Mr. de Prat.”

dirigiram de Plymouth para o Porto no mês de Junho a fim de se juntarem ao movimento de contestação a D. Miguel que ali grassava. As divisões entre os próprios liberais, uns mais moderados, outros mais radicais, ditariam em grande medida a sua derrota pelas forças miguelistas, com as consequentes perseguições, prisões e condenações dos revolucionários. Dá-se então, nesse ano de 1828, um êxodo massivo de liberais para o estrangeiro, sobretudo para Inglaterra e França, tendo Pereira do Lago sido um dos que se viram obrigados a fugir ao terror.

Pereira do Lago estaria habituado à mobilidade, porquanto esta é intrínseca à realidade militar – “Military personnel inhabit mobile bodies” – e tem longa tradição na vida do soldado: “The soldier is always mobile. From *Gilgamesh* onwards, the warrior lifestyle has been associated with the vagaries of a mobile occupation and the self-discovery this offers.” (Woodward e Jenkins 363, 358) Contudo, trata-se aqui de uma mobilidade forçada por razões políticas, de consciência e de sobrevivência que são repetidamente referidas ao longo do seu relato e que não apenas conduzem à auto-descoberta mas à descoberta de vários Outros culturais, entre eles a Inglaterra. Note-se que mesmo antes da viagem física de dez dias, a bordo do paquete inglês Sandwich, até Falmouth, onde chegou no dia 5 de Novembro de 1828, já Pereira do Lago e os outros emigrados haviam feito “viagens mentais” até àquela ilha, por ela representar um paradigma de liberdade que admiravam. A Inglaterra é um destino em que projectam expectativas, em que investem esforços imaginativos de um futuro de progresso para Portugal. Assim, ainda que a abrir a primeira carta da obra, com data de 8 de Novembro e escrita já de Plymouth, as primeiras palavras do autor se refiram à dor da saudade da família, dos amigos e da pátria e ao receio em relação ao que estaria por vir, dada a incerteza da sua situação, logo depois se consola com a perspectiva de poder “vêr os costumes, estabelecimentos, leis, e instituições de diferentes paizes.” (Lago 9) O mar que separa Portugal da Inglaterra simboliza, pois, a distância entre duas realidades opostas: no lado de lá, a “terra classica da liberdade”, que dá “azilo e protecção a todos os estrangeiros, perseguidos por opinioens politicas e religiosas”,

(Lago 8-9) do lá de cá, “um paiz aonde reina a arbitrariedade e tyrannia.” (Lago 9) O fascínio pela sociedade inglesa, apreciada por um militar habituado à observação detalhada e à recolha de informação, características que transpõe para a sua narrativa de viagem, atravessa *Cinco Annos d’Emigração na Inglaterra, na Belgica, e na França*, obra vinda a lume em 1834, o ano da assinatura da paz de Évora-Monte (26 de Maio) que pôs fim à guerra civil entre liberais constitucionais e absolutistas.

É escassa a informação sobre António Bernardino Pereira do Lago. De acordo com Inocêncio Francisco da Silva e Francisco de Sousa Viterbo, sabe-se que nasceu no ano de 1777, em Torres Novas, distrito de Santarém, e que faleceu em Lisboa no dia 30 de Março de 1847. Serviu no Corpo de Engenheiros e viria a reformar-se com o posto de brigadeiro. Para além do relato da sua experiência como emigrado durante a fase de retrocesso da implantação do Liberalismo em Portugal, deu à estampa um conjunto significativo de trabalhos cartográficos fruto de levantamentos levados a cabo nas províncias de Pernambuco e do Maranhão (Brasil) na qualidade de oficial de engenharia, e ainda outras publicações, nomeadamente *Roteiro da Costa da Provincia do Maranhão, desde Jericoacoara até á Ilha de Sto João, e da Entrada, e Sahida pela Bahia de Sto Marcos / Survey of the Coast of the Province of Maranhão, from Jericoacoara to the Island of St. John, and of the Entrance of the Bay of St. Marcos* (Liverpool: F. B. Wright, 1821) e *Estatistica Historica-Geographica da Provincia do Maranhão* (Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1822). No Arquivo Nacional da Torre do Tombo existe uma “Denúncia contra António Bernardino Pereira do Lago”, com data de 24 de Junho de 1797, apresentada ao Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa pelo Padre José Maria, da Congregação do Oratório, segundo a qual “falando casualmente com António Bernardino Pereira do Lago, Estudante de Leis na Universidade de Coimbra, e atualmente morador ao Rocio, defronte do pateo do Duque, entre outras couzas que lhe ouvi dizer: primeiramente que ele não admitia a Escritura e a tinha como um invento dos homens, e percebi que era incrédulo: em segundo lugar, que lia os livros proibidos sem licença, nem fazia tenção de a pedir”.

As crenças liberais de Pereira do Lago ditariam, pois, a longa experiência de desterro que descreve em *Cinco Anos d'Emigração na Inglaterra, na Belgica, e na França*. Trata-se de uma obra extensa (540 páginas), estruturada em cartas, um formato que se tornara muito popular na escrita de viagem a partir do século XVIII. Sendo uma modalidade que cria expectativas de autenticidade e sinceridade, servia bem o propósito de ganhar credibilidade junto dos leitores. Além disso, e como se tornou frequente, o autor afirma que nunca fora sua intenção dar tais cartas à estampa e que só o fez a pedido de amigos:

Minha tenção éra, que estas pequenas memorias, que eu communicava a minha mulher, quando os objectos passavam á minha vista, e segundo as impressoens, que recebia, (...) [ficassem] para sempre na minha gaveta; mas como alguns dos meus amigos instáram comigo para as publicar, eu condescendi, para dar publico testemunho de consideração por estes, e de amizade tambem, por aquella minha boa amiga, a quem foram dirigidas. (Lago 5)

Dois outros aspectos merecem realce nas palavras acima transcritas: por um lado, o facto de se tratar de cartas familiares, em concreto endereçadas a sua mulher, o que poderia sugerir um conteúdo de cariz intimista; por outro, o qualificativo de “pequenas memorias”, o qual desde logo aponta para a relação que o género epistolar estabelece com outras tradições literárias, nomeadamente as memórias autobiográficas. Na verdade, ainda que no caso vertente não estejamos perante um olhar retrospectivo sobre acontecimentos decorridos há muitos anos e ao longo do tempo objecto de amadurecida reflexão, como frequentemente sucede no género memorialístico, pois a publicação surge logo em 1834 e as setenta e duas cartas estão datadas entre 8 de Novembro de 1828 e 18 de Agosto de 1833, a obra não deixa de ser um testemunho ocular que combina a experiência pessoal vivida com o contexto epocal, do qual se depreende uma consciência, por parte do seu autor, do valor documental da sua obra e uma vontade, ainda que não confessada, de inscrever o seu nome na História: “Em sentido estrito, o memorialismo define-se como um género em que alguém narra a sua história integrada na do seu tempo, contando não

só acontecimentos de natureza privada e individual (como faz a autobiografia) como outros, de que o protagonista e narrador foi agente, co-agente ou testemunha.” (Morão 315) A definição proposta por Paul Fussell para livro de viagens, a qual estabelece uma filiação com o memorialismo, ajusta-se assim à narrativa em apreço: “Travel books are a sub-species of memoir in which the autobiographical narrative arises from the speaker’s encounter with distant and unfamiliar data, and in which the narrative – unlike that in a novel or a romance – claims literal validity by constant reference to actuality.” (203)

Pode dizer-se que o relato de Pereira do Lago preserva não apenas a memória de cinco anos da sua vida de exilado, a nível pessoal, mas também a da experiência da emigração portuguesa ao tempo do Liberalismo em termos colectivos, registando para a posteridade percursos, vivências, sentimentos que contribuem para o conhecimento e a reconstituição desse capítulo da história pátria. Veja-se a passagem que se segue, acerca do “depósito” de Plymouth, contendo não apenas informação sobre o número de portugueses ali refugiados e sua condição de vida, mas também uma auto-imagem positiva do comportamento de tal comunidade em terras inglesas, administrada de início pelo controverso militar e político Cândido José Xavier (1769-1833) e posteriormente pelo general anglo-português ao serviço das forças liberais, Thomas William Stubbs (1776-1844) – que se estabeleceu em Portugal ao tempo da Guerra Peninsular e viria a tornar-se 1º Visconde de Vila Nova de Gaia –, quando o primeiro foi acusado pelos emigrados de favorecer amigos e protegidos, atribuindo-lhes avultadas fatias dos subsídios que lhe cabia distribuir, e teve por isso de ser substituído:

Acham-se aqui em Plymouth os emigrados Portuguezes, como em deposito, para serem regularmente socorridos, e por isso com um commandante para a boa ordem, economia, e contabilidade, mas sem armamento, nem disciplina militar, e chegando ao numero de tres mil setecentos e sessenta e tres, se tem comportado todos sempre de tal fórma, que merecem a estima, e consideração pública, e em sinal de gratidão seja permitido confessar, quanto foi louvavel a conducta deste povo, quando veio ordem do

governo Inglês para se dissolver o depósito. Apenas isto constou ao *Mayor*, convocou uma assembleia pública (*méeting*) em que se decidiu, representar ao governo a injustiça de semelhante ordem, e pedir que o depósito se conservasse, fazendo todos os elogios á conducta dos Portuguezes. Honra, gloria, e gratidão a homens, que por tão justa maneira se mostram dignos de pertencerem a uma nação livre. (Lago 26-27)

Pereira do Lago não ficaria nem um mês em Plymouth, pois na terceira carta, com data de 22 de Novembro de 1828, de onde as palavras acima transcritas também foram extraídas, anuncia já que está prestes a partir daquela cidade: “Vou em fim, deixar Plymouth, não sem grande saudade, e cheio de gratidão pela estima e obsequios, que devi a muitos dos seus habitantes. (...) Adeus Plymouth, eu mais feliz torne a verte.” (Lago 27-28) Foi precisamente no mês da sua chegada a Inglaterra que o governo britânico, chefiado pelo Duque de Wellington (1769-1852), ordenou a dispersão dos emigrados portugueses concentrados em Plymouth, como Pereira do Lago refere e condena.

Voltaria a Plymouth anos depois, em 1832, por altura da aprovação do Reform Bill, que define como um “triumfo da liberdade” (Lago 511) e em cujos festejos participou. Já na carta nº 66, de 12 de Junho desse ano, encontrando-se ainda em Londres, traça um retrato mais completo, em jeito de balanço, da emigração portuguesa:

Desde 1828 tem os paizes estrangeiros servido de asylo a milhares de Portuguezes, que feis a seus principios e juramentos, não podendo derribar o despotismo, que debaixo de outro nome, foi ahi, por algum tempo, protegido por uma força estrangeira, seguiram a unica linha, que deviam, abandonando seus bens, não seus direitos; a usurpação, não a patria; victimas da sua lealdade, e da sua honra, conservando a nobre consolação, que dá a consciencia da virtude. (...) Plymouth não esquecerá a ordem barbara, para os refugiados portuguezes, que alli se achavam tranquillamente, recebendo subsidios, fossem distribuidos em acantonamentos, como prisioneiros de guerra, ou sahisses do Reino Unido (...) em consequência disto, foram obrigados a buscar as praias de França, menos inhospitas então, que as de Inglaterra. (Lago 512-513, 514)

E acrescenta ainda:

Todos os emigrados tem sofrido, gemendo apenas uns com outros, por muitos males, que se podiam ter evitado. A pobreza coube a todos, mas não a deshonra; a fome obrigou alguns a pedir esmóla, a contrahir dividas, e a serem até levados á cadêa por seus credores, mas mesmo assim, nenhum emigrado transigio com os agentes da usurpação (...) Houve diversidade de opiniões, que alguns enunciam sem crime, pela imprensa livre, relativamente aos *meios*, e não aos *fins*; sobre *pessoas*, e não sobre *cousas*, porque em um principio, todos concordavam sempre, *derribar a tyrannia, e restaurar o Governo Representativo: sermos livres com CARTA e RAINHA*. (Lago 516)

Passagens como estas tornam evidente o valor documental das narrativas de viagem produzidas por testemunhas oculares dos acontecimentos,³ pelo que constituem, como já atrás se realçou, fontes de informação a levar em conta na reconstituição de uma época. Contudo, devem evidentemente ser cotejadas com outras, para aferir o seu grau de fiabilidade, pois se o sentido da visão, aquele que medeia preponderantemente o encontro do viajante com o Outro na escrita de viagem em geral e que tem longa tradição como meio privilegiado de conhecer o mundo (ocularcentrismo), se institui nessas narrativas como um garante da “verdade” e “objectividade”, há que ter em conta que o texto é um construto elaborado a partir de uma visão sempre parcial, subjectiva, e que o eu que escreve selecciona e interpreta o que vê de acordo com as suas circunstâncias, ideologia e interesses, assumindo inevitavelmente uma dimensão ficcional enquanto protagonista da sua narrativa.

Regressando ao início da obra, a quarta carta é já supostamente escrita e expedida de Brentford, nos subúrbios de Londres, e apresenta a data de 1 de Março de 1829. Prestes a visitar pela primeira

3 Pereira do Lago, em nota de rodapé na página 374, datada de Londres, 7 de Agosto de 1831, diz ter assistido, inclusivamente, ao cortejo da Rainha de Portugal, que se encontrava na capital inglesa: “Mais impressões recebi hoje em Clarendon hotel. Eu tive a honra de assistir ao cortejo de S. M. a Rainha de Portugal, e todos os Portuguezes, que se acham em Londres, fieis a seus juramentos, e á Carta Constitucional, assim como ao de seu Augusto Pai, S. M. I. o Senhor D. PEDRO, que se achava presente, e alli hospedado.”

vez a grande metrópole, capital do império britânico, o autor não dissimula as suas elevadas expectativas, revelando pelas suas palavras que à chegada transporta já consigo uma imagem pré-concebida da cidade e da Inglaterra extremamente favorável e admirativa: “tudo me faz sentir já o agradável presentimento da satisfação que encontrarei em vêr a capital, a que se dirigem todas as vistas dos que viajam esta ilha grande, rica, e abençoada, que gosa privilegios, até pela sua posição, não concedidos a outros povos.” (Lago 32-33)

A partir da quinta carta, que situa o viajante já em Londres, acompanhamos o itinerário por ele percorrido não apenas na capital londrina mas em outras cidades inglesas que visitou (depois da chegada a Falmouth e de ter estado em Plymouth, visitou Exeter, Dartford, Dover, Leamington, Warwick, Kenilworth, Windsor, Reading, Bath e Bristol) – realce-se a sua vontade de conhecer outras regiões para além de Londres, pois “já Rousseau dizia, *que para ajuizar do character e costumes de uma nação, era necessário viajar as suas províncias*” (Lago 353) e de não querer fazer juízos precipitados ou tendenciosos: “Nem ceder ás primeiras impressões, nem vêr as cousas só por um lado.” (Lago 300) – através de sucessivas descrições de locais, monumentos, instituições, obras públicas, objectos, etc, apresentadas à medida que o autor vai avançando de um lugar para outro, segundo a linearidade da *viagem horizontal*, para usarmos a designação de Michael Cronin – “Horizontal travel is the more conventional understanding of travel as a linear progression from place to place.” (Cronin 19) –, que distingue esta modalidade de viagem da *viagem vertical*: “vertical travel is temporary dwelling in a location for a period of time where the traveller begins to travel down into the particulars of place either in space (botany, studies of micro-climate, exhaustive exploration of local landscape) or in time (local history, archeology, folclore)”. (*ibidem*) Pelo tempo passado na capital inglesa, que tanto o fascinou, e por ter visitado Londres demoradamente por seis vezes ao longo dos cinco anos de emigração, este segundo conceito de *viagem vertical* tem também interesse para o caso vertente, porquanto Pereira do Lago terá tido oportunidade de ir aprofundando o seu conhecimento sobre a grande metrópole, o

que de resto é confirmado pelas notas de rodapé que foi inserindo na sua narrativa ao longo dos anos. Eis apenas dois exemplos de tais notas de rodapé, a primeira relativa à carta 1, datada, como já foi referido, de 8 de Novembro de 1828, e a segunda apenas à carta 54, de Londres, 5 de Setembro de 1830:

Entrando outra vez em Londres em Agosto deste anno, quis tirar o passaporte de residencia, verdadeiramente, só por curiosidade. Apenas me anunciei na repartição (*alien office*) fui recebido com toda a civilidade, e passados dez minutos, estava munido da permissão de residencia, e sem despesa alguma. Londres 26 de Setembro 1832). (Lago 12)

Tão vergonhosa especulação [negócio criminoso de cadáveres com gabinetes anatómicos para dissecação], de que no meu tempo de residencia nesta capital, houve um exemplo em *Oxford Street*, tem animado outras mais horrorosas ainda. Acabam de sofrer a pena ultima, dois facinorosos, chamados Williams e Bishop, que não satisfeitos com o lucro de venderem para disseccções anatomicas, os cadaveres, que desenterravam dos cemiterios, passaram a matar de um modo, que deixasse sem defeito o corpo, para o poderem vender. (...) Londres 5 de Dezembro de 1831. (Lago 413)

Realce-se, a propósito, que o facto de o autor tornar visível esta forma de intervenção textual *a posteriori*, acrescentando e completando informação em notas de rodapé, cria a ilusão de que as missivas são oferecidas ao leitor tal e qual como haviam sido escritas no momento da sua produção e que o autor teve o cuidado de, durante o processo de revisão para publicação, preservar as versões originais. Tal estratégia, uma vez mais, visa conquistar a credibilidade dos leitores.

Ao contrário do que se poderia esperar, a identificação do receptor primeiro das cartas como a sua mulher não se traduz numa narrativa em que imperem as notas confessionais, os detalhes pessoais e íntimos, ainda que se deva reconhecer que a escolha de tal destinatária permite ao autor criar um enquadramento de forte ligação emocional com a pátria que teve de ser abandonada por não ser segura, com tudo o que isso implica de traumático no plano da identidade e dos

afectos. É certo que aqui e ali encontramos algumas passagens em que o emigrado fala das “amarguras de um não merecido desterro” (Lago 497) e em que diz que foge dos divertimentos porque “não cabem n’alma, ao mesmo tempo, prazer e dôr;” (Lago 61) e é certo também que fornece alguns pormenores da sua vida pessoal, como sucede na abertura da carta n° 9 (Londres, 8 de Maio de 1829), em que refere ter estado preso no forte de Peniche na sequência dos acontecimentos da “Abrilada”: “Fazem hoje cinco anos, quam longe eu estava d’aqui! Sepultado em um escuro calabouço da fortaleza de Penixe, com tantas illustres victimas do horroroso atentado de 30 d’Abril de 1824.” (Lago 65) Mas o recurso à forma epistolar, com a sua natureza fragmentária e plástica, que permite a abordagem das mais diversas matérias, a passagem descontínua de um assunto para outro e saltos cronológicos, como se verifica na obra em análise, serve, no caso da narrativa na primeira pessoa de Pereira do Lago, o objectivo primordial de registar um vasto caudal de pormenores factuais e de informação empírica, com que o autor pretende agradar, mas sobretudo *instruir*, a sua leitora privilegiada e, num segundo momento, o público leitor mais alargado.

Ao invés de se entregar ao desânimo, o militar-viajante transforma a situação adversa em que se encontra numa oportunidade de observar a organização social e o modo de vida de um povo livre, como sonha que o português venha a ser num futuro próximo, que não deixa escapar. Escreve na carta n° 63, datada de Londres, 20 de Outubro de 1831: “A sorte, que ainda quer que eu esteja privado de respirar o ar da patria, em recompensa me tem feito vêr o que em seculos não apparece; a attitude de um Povo livre para o ser, e a de uma Camara que o representa dignamente.” (Lago 493) Sublinhe-se aqui a primazia conferida pelo autor ao sentido da visão, em linha com uma das características dominantes da escrita de viagem ao longo dos séculos:

Travel writing, in its varied forms and formats, has long been deeply implicated with visual practices. Seeing, looking and gazing are entrenched in the majority of travellers’ narratives. According to Bernard McGrane, “To travel is to see – travel is essentially a way of seeing, a mode of seeing: it is

grounded in the eye, in our visual capacity" (1989, 116). Historically, it is above all through seeing that distant places, landscapes, foreign people, animals and objects seem to gain consistency. The gaze is then transferred into the text whether in written or in visual form." (Alù e Hill 1)

Prolongando-se penosamente o exílio forçado – “Eu ainda viajo, ou antes, eu ainda vagueio, por Inglaterra”, (465) desabafa na carta 59, datada de Bath, 1 de Setembro de 1831 – , o autor encontra alento na contínua comunicação a sua mulher do que lhe foi dado ver e que considerou digno de registo, sem nunca mencionar no seu relato qualquer companheiro de viagem durante as suas deambulações por Inglaterra. A carta é um espaço de partilha da experiência do estrangeiro e uma forma de aproximação ao lugar de pertença (pátria/lar): “Obrigado a resignar-me ás circumstancias, que me fazem escrever-te ainda d’aqui, continuarei a communicar-te o que vejo, porque assim viajamos juntos.” (Lago 532; carta n° 71, de Londres, 3 de Julho de 1833)

A textualização da viagem como uma aprendizagem útil, proveitosa do ponto de vista formativo, irá basear-se essencialmente na descrição objectiva, por vezes bastante pormenorizada, e que funciona como garante de que o autor realmente viu aquilo de que fala e que posteriormente colocou em palavras. Como diz John Berger na abertura do seu influente livro *Ways of Seeing*, “seeing comes before words.” (7) O olhar curioso predomina na mediação do encontro de Pereira do Lago com a realidade inglesa – e com a belga e francesa com que também contactou, pois quis “ver outros paizes, cuja diversidade de costumes, e de estabelecimentos, mais interessam, comparando-os” (Lago 91) –, reforçando assim a ideia de veracidade do que é relatado. Sendo uma questão fulcral em muita da escrita de viagem, a curiosidade não deve ser entendida aqui numa acepção superficial, mas antes como vontade do viajante em aprender sobre lugares, pessoas, coisas que não lhe são familiares (do mesmo modo que o público leitor que consome escrita de viagem também satisfaz por essa via a sua curiosidade sobre o mundo), como meio de aquisição séria de conhecimento, em linha

com a estética da distância (“the traveller’s desire for the distant”, Leask 23) teorizada por Henry Home, *Lord Kames* (1696-1782), em *Elements of Criticism* (1762), obra que se tornou muito popular e influente no século XVIII:

Men tear themselves from their native country in search of things rare and new; and novelty converts into a pleasure, the fatigues and even perils of travelling. To what cause shall we ascribe these singular appearances? To curiosity undoubtedly, a principle implanted in human nature for a purpose extremely beneficial, that of acquiring knowledge; and the emotion of wonder, raised by new and strange objects, inflames our curiosity to know more of them. (Kames 207)

Nigel Leask, no seu estudo *Curiosity and the Aesthetics of Travel Writing 1770-1840*, debruça-se precisamente sobre o grande contributo dado pelo pensamento de Kames para o aprofundamento do conceito de curiosidade nos seus vários sentidos, chamando a atenção para a sua centralidade na escrita de viagem do período em foco e sublinhando o modo como aquele jurista e filósofo escocês estabelece uma relação estreita entre a curiosidade “and its cognate terms ‘novelty’, ‘singularity’, and ‘wonder’.” (Leask 23) E não faltaram a Pereira do Lago motivos de espanto e admiração perante as novidades e as singularidades que lhe foi dado ver, sendo de notar o léxico encomiástico usado pelo autor para traduzir tal experiência de deslumbramento, quer em relação à cidade de Londres – “Quanto mais vejo Londres, mais a sua magnificencia me admira, e a sua riqueza me espanta. Que soberbo agregado de grandezas!” (Lago 46) –; quer em relação às maravilhas da engenharia – “Prodigioso esforso de talento, de trabalho, de arte e de constancia”, (Lago 88) exclama diante das obras de construção (1825-1843) do túnel pedonal sob o Tamisa, em Londres –; quer em relação a um estabelecimento científico como o London Institution (antecessor da University of London) – “A instituição de Londres, (*London Institution*) a que tive a honra de ser introduzido muitas vezes, pelo meu digno amigo, o Senhor Marreco, é um estabelecimento scientifico de tal magnitude, que faria a honra a uma

academia, a uma universidade"; (Lago 332)⁴ ou ainda em relação às carruagens a vapor – “Nada porem espanta tanto como as novas carroagens de vapor, que correm sobre caminhos de ferro (...) É por todos reconhecido, que em parte nenhuma as máquinas tem chegado ao ponto de perfeição, que em Inglaterra.” (Lago 397-398)

Os quatro exemplos acima transcritos não passam de uma pequeníssima amostra, porquanto o impulso descritivo de Pereira do Lago, alicerçado nos critérios da utilidade e do progresso material e cultural, se concentrou numa multiplicidade de assuntos a propósito dos quais não são poupados elogios à Inglaterra, expressos através de uma linguagem extremamente laudatória e que a frase “os Ingleses (...) tudo levam á magnificência” (Lago 339) bem resume. Ao longo das centenas de páginas que compõem *Cinco Annos d’Emigração na Inglaterra, na Belgica, e na França*, sucedem-se descrições e explicações sobre os tópicos mais diversos, em grande medida relacionados com o espaço urbano: palácios, igrejas, hospitais, prisões e casas de correcção, *workhouses*, escolas (incluindo para cegos e surdos-mudos), universidades, gabinetes de leitura, métodos de ensino (como o do ensino mútuo), laboratórios anatómicos, instituições de caridade pública e de beneficência, museus, galerias de arte, fábricas, companhias comerciais, hotéis e pensões, docas, pontes de ferro, minas, caminhos de ferro, estradas, meios e rede de transportes, o método de Macadam, uma sessão de mnemotecnia, arsenais, correios, jardins e parques, lojas e suas montras, clubes, a sociedade de defesa dos animais, teatros, termas, seguros de vida, o sistema de iluminação a gás de Londres bem como o de distribuição de água, imprensa periódica, o boxe, execuções públicas...

Muitas vezes, o carácter extraordinário da realidade que está a ser descrita é ainda ampliado pela força impressionante dos números

4 Trata-se por certo de António de Oliveira Marreca (1805-1889), economista, professor, político e escritor, homem de ideias liberais que emigrou também para Londres e dali regressou em 1834. Viria a fundar a prestigiada revista literária e instrutiva da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, *O Panorama* (1837-1868), um dos mais importantes e influentes órgãos do Romantismo português.

(incluindo o elevado custo de vida e o interesse em obter lucro⁵), o que constitui, de resto, uma característica recorrente na escrita de viagem, sobretudo quando o foco é colocado numa grande metrópole:

A pessoa menos sensível não pôde deixar de sentir um prazer, sabendo que a filantropia Ingleza, só em Londres, se exerce em 27 hospitaes; 128 asylos para desgraçados de um e outro sexo; 32 casas que dão gratis remedios a doentes pobres, ou por módica quantia; 45 escólas para instruir, e vestir 4\$000 crianças; 17 unicamente para orfãos; e 238 escólas parochiaes, que só nestas se calcula receberem educação para cima de 12\$000 crianças. (Lago 324)

Não que as questões políticas tenham sido ignoradas, pois encontramos na narrativa descrições do governo inglês, da Câmara dos Comuns e da Câmara dos Lordes, do sistema judicial, acompanhado de louvores à imparcialidade da justiça, do partido *Tory*, da luta pela reforma do sistema eleitoral que conduziu à aprovação do Reform Act de 1832, da administração civil de Londres, de *meetings* políticos, da liberdade de culto, da permissão do divórcio; e também, apesar de toda a admiração demonstrada, comentários às grandes desigualdades sociais (“a riqueza em alguns tão pequena, como em outros colossal (...) a pobreza (...) também aqui ha, e grande”, Lago 433), à elevada taxa de mendicidade, à exploração do trabalho infantil representada pelas crianças limpa-chaminés, que considera vergonhosa e desumana, ao alcoolismo, um problema social que muitos viajantes estrangeiros em Inglaterra apontaram nos seus relatos e que integrou recorrentemente a imagem estereotipada daquele país além-fronteiras, por vezes com contornos humorísticos de cariz irónico, sarcástico, caricatural. Também Pereira do Lago não resistiu a gracejar sobre

5 Ao ter de pagar para ter acesso aos estabelecimentos culturais, queixa-se o autor: “Além do museu, e livraria, unico estabelecimento em Londres aberto *gratis* ao público, e sem trabalho, em todos os mais se paga. Tanta difficuldade e despeza para vêr até aquelles necessários para a instrução, faz que esta fique ao alcance das *libras*, e dos *shillings*, o que não pôde deixar de retardar o progresso geral das luzes, não sendo só em Londres, como grande capital, que isto acontece, mas geralmente em toda a Inglaterra.” Portugal merece-lhe, neste capítulo, elogios, pela “franqueza, com que entre nós, e sem despeza, tudo se franquea para vêr” e pela “hospitalidade que tanto distingue os Portuguezes.” (Lago 346-347)

o grande consumo de bebidas alcoólicas entre os ingleses, naquela que é praticamente a única nota de humor numa narrativa que se apresenta redigida num tom sério. Ao descrever o Pump Room (salão onde se podia beber água mineral) do complexo das águas termais de Bath, comenta: "Tem uma inscrição em Grego, que custa a acreditar, que se escreva em Inglaterra, mas que de certo modo não é seguida, que quer dizer: '*agoa o melhor dos elementos*'." (Lago 472) Estamos, contudo, muito longe da sátira ao alcoolismo feita, por exemplo, por um outro emigrado, Alexandre Herculano, para quem o exílio político foi uma "rocha de dor". (Nemésio 41) Em "De Jersey a Granville (1831)", narrativa de viagem de carácter memorialístico publicada pela primeira vez entre 29 de Abril e 20 de Maio de 1843 na revista *O Panorama*, apresenta um retrato grotesco do inglês tomado pela bebida através de personagens dessa nacionalidade que com o narrador fazem a travessia para França. Numa noite de tempestade, um deles, ao procurar abrigo na câmara que ficava debaixo do tombadilho, despenhou-se do cimo das escadas, produzindo "o som d'um *cash* de cerveja cahindo de vinte pés d'altura." (Herculano 30)

Mas o seu olhar deteve-se sobretudo nas riquezas da Inglaterra, no desenvolvimento do seu comércio, indústria e agricultura, no seu avanço científico e tecnológico, nos estabelecimentos de apoio social, nas obras públicas, nas questões de segurança, no amor pela verdade e a justiça, nas formas de propagação da instrução pública, no bom gosto, nas comodidades, na singularidade dos costumes, no sentido de utilidade, no interesse público e no interesse nacional, no espírito industrioso da nação ("Continuarás a ver, que quasi tudo, que os Inglezes fazem, leva, á maior perfeição e grandeza." Lago 394), no patriotismo do povo ("um Inglez, só vê diante dos olhos Inglaterra, e, para si, é o melhor que pode vêr." Lago 350) e, acima de tudo, na liberdade em que ali se vivia e que permitia tal florescimento. Logo na primeira carta, diz a sua mulher: "Tu hirás observando, que com a liberdade tudo marcha bem, porque a liberdade é uma luz." (Lago 13) Mais adiante, na carta nº 56, de 30 de Outubro de 1830, reforça: "debaixo de um governo livre tudo prospera, e nos paizes escravos, por melhor que seja o clima, parece que até a natureza retrograda."

(Lago 430) Como seria de esperar, não é apenas a liberdade política que lhe merece rasgados elogios, mas também as consequentes liberdades de ideias, de expressão, de imprensa, chamando aos jornais “a sentinela da Inglaterra.” (Lago 349) O asseio, que reconhece como um traço distintivo da Inglaterra quando comparada com outras nações, e que se torna uma obsessão ao longo do relato, tantas são as referências à limpeza que pode testemunhar um pouco por todo o lado, é mesmo associado à liberdade, num curioso paralelismo que estabelece entre asseio de costumes e asseio espiritual: “Este geral aceio é que quem tem viajado, confessa, que só em Inglaterra se encontra: elle está tanto nos habitos de um Inglez, como na sua alma, o amor da liberdade.” (Lago 93-94)

Ao procurar traçar um quadro panorâmico do povo inglês, suas instituições, usos e costumes – um paradigma civilizacional que o autor admira e que, a seus olhos, constitui um modelo a seguir a muitos níveis –, o viajante/observador Pereira do Lago está a imprimir à sua narrativa uma dimensão etnográfica que, como se sabe, é central na escrita de viagem: “The description of peoples, their nature, customs, religion, forms of government, and language, is so embedded in the travel writing produced in Europe after the sixteenth century that one assumes ethnography to be essential to the genre.” (Rubiés 242) Os dados sobre a Inglaterra fornecidos no seu relato, recolhidos em primeira mão, ilustram como a escrita de viagem constitui uma fonte de informação etnográfica relevante, pesem embora as desconfianças que possam ser levantadas quanto à sua fiabilidade. Na verdade, na pluridade de formas que o género pode assumir, encontramos a disponibilização de informação que contribui para a análise esclarecida e sustentada das culturas, ganhando especial importância as obras que são fruto de uma permanência demorada, como observa Carl Thompson: “Certainly this [being a valid source of ethnographic information] seems a fair assessment of the many travel writers over the years who have lived long periods amongst the peoples and landscapes they describe, and who clearly have a deep knowledge of, and a great affinity with, those peoples and landscapes.” (93)

Assim, ganha relevo o relato sobre a Inglaterra de Pereira do Lago, por ser o resultado de uma estada prolongada e por divulgar junto do público leitor português um retrato da sociedade inglesa numa altura em que eram poucas as narrativas de viagem de autoria portuguesa acerca daquele país. Almeida Garrett e Alexandre Herculano, que também viveram o desterro em Inglaterra e deixaram registo de tal experiência, são a este respeito dois casos a salientar, e que podem ser lidos em confronto com Pereira do Lago; mais tarde, seriam dadas à estampa outras obras, nomeadamente *Recordações de Paris e Londres* (1863), de Júlio César Machado (1835-1890), e sobretudo as de Ramalho Ortigão (1836-1915), Eça de Queirós (1845-1900) e Oliveira Martins (1845-1894), atentas às grandes questões políticas, económicas e sociais e às características idiossincráticas do povo inglês.⁶

Estas últimas também foram objecto da atenção de Pereira do Lago e da sua análise, fornecendo o autor um retrato que merece ser citado, pois veicula uma imagem mais equilibrada do que a projectada por outros viajantes portugueses oitocentistas, bem mais críticos e frequentemente satíricos:

É por isso, que ao clima frio de Inglaterra, e á sua atmospherá pesada, que penso, se póde attribuir, geralmente fallando, serem os Inglezes sombrios e tristes, assim como á sua liberdade, e conhecimento da sua força, serem um pouco altivos, e arrogantes; defeito, que a civilização vai diminuindo, que um estrangeiro não póde desculpar, assim como outro quasi geral, de só acharem bom o que é Inglez. Nutrem egoismo nacional, e esse lhe approvo, porque tem patria, e razão de referirem tudo ao interesse della. Na conversa familiar empregam poucas palavras, e nenhuma maneyras affectadas; são francos, generosos, e livres, e uma das suas grandes virtudes públicas, é a firmeza em suas opiniões politicas, e franqueza em as enunciar: isto é, tem caracter. Um Inglez não falla, nem aperta a mão a quem não conhece, ou não lhe foi introduzido, mas quando o faz, não são dois rivaes, que se aborreçam, nem amigos na apparencia, que se abracem. Ninguem é

6 Sobre as visões portuguesas do inglês e da sua ilha, ver Castanheira, vol. II: 1027-1160.

melhor amigo, quando o chega a ser, e então todo a indiferença se torna em urbanidade.

São geralmente crimiados os Inglezes de interesseiros (...). Os Inglezes amam o interesse honesto; sacrificam-lhe o trabalho, não a honra; entra sempre nos seus cálculos de commercio, não nos de amizade; com elle gozam, e valem á desgraça. (Lago 437-438)

Estamos perante uma síntese de muitos dos traços que já antes eram convencionalmente atribuídos aos ingleses e que continuaram a sê-lo muito para além deste período, mas sem serem reduzidos ao traço grosso e exagerado da caricatura. Já antes, na carta nº 55, de 20 de Setembro de 1830, o autor tinha apontado que “a Nação é geralmente (...) triste, e (...) pouco dada a prazeres, a não serem os domesticos”, (Lago 424) descrevendo por isso a vida em família, na tranquilidade e segurança do lar, que os ingleses consideram o seu castelo. À semelhança de outros viajantes, também Pereira do Lago não deixou de falar da estranha monotonia e tédio do domingo inglês, em que o comércio está fechado e todos os entretenimentos são proibidos, quando em outros países é um dia de divertimento e um remédio para a fadiga causada por uma semana de trabalho: qualifica-o como “sombrio e melancolico”, notando que Londres, ao Domingo, adquire um aspecto “quasi sepulcral.” (Lago 422) Apenas as igrejas abrem as suas portas, e as tabernas, onde as classes baixas (o baixo povo “grosseiro e brutal”, como diz a páginas 452) se entregam ao vício da bebida, o que lhe merece um comentário irónico que não é habitual, pois na sua narrativa privilegiam-se os esplendores, e não as misérias, da grande capital inglesa: “eis-aqui a santificação do domingo em Londres; eis-aqui o descanso das classes trabalhadoras.” (Lago 423)

Não faltam igualmente na obra de Pereira do Lago impressões sobre as mulheres inglesas, um tópico recorrente nos relatos de viagem, aliás, onde se fala da sua beleza e elegância, mas também da sua frieza, severidade e melancolia. No caso vertente, tratando-se de cartas endereçadas pelo autor à sua mulher, é de crer que supusesse que o assunto fosse por ela considerado de especial

interesse. Pereira do Lago consagra ao tema parte da carta nº 56, de 30 de Outubro de 1830, começando por sublinhar a sua formosura e encanto: “Se a formosura tivesse patria, a Inglaterra com razão deveria disputa-la (...) devem [as senhoras inglesas] á natureza o serem bellas, e com a altura dar-lhes elegancia. Assim ferem de espanto a vista, e com suas maneiras graves e tímidas, de encanto a alma.” (Lago 453) Passa em seguida à questão da educação, notando que as inglesas aprendem música, dança, desenho e francês, e se interessam pela leitura de livros e jornais; pouco diz sobre a moda, para além de registar que seguem o gosto francês; realça que as senhoras casadas detêm em casa toda a autoridade doméstica; e dá, isso sim, especial ênfase a um costume que representa uma grande diferença entre a Inglaterra e Portugal, a liberdade de que gozam para sair, sozinhas ou acompanhadas, ficando implícito que se trata de uma prática saudável: “Gozam da mais ilimitada liberdade em sair, e passear, o que muito lhes agrada, e lhes é util. O passeio é para as senhoras como o sol para as flores. (...) Todas as senhoras se encontram sozinhas, ou acompanhadas, nas ruas, nas lojas, nos theatros, e nos passeios, do mesmo modo, que os homens, sem que esta frequencia lhes faça perder o respeito, e a consideração.” (Lago 454-455)

Sem se pronunciar sobre o que pensa em relação a tal independência da mulher inglesa, Pereira do Lago, como é seu apanágio, adopta a atitude de observador objectivo e distanciado que colige informação, mas, galanteador, estabelece um paralelismo entre as boas qualidades das senhoras inglesas e as das portuguesas: “Lisonjeo-me, que, a muitos respeitos, se parecem com as senhoras Portuguezas. A semelhança senão é exacta, eu a faço sincero.” (Lago 455)

Este comentário é apenas um dos muitos indícios de que, ao longo de toda a descrição da experiência de emigração em Inglaterra, a pátria, imersa em “terror e escravidão”, (Lago 519) permanece sempre presente em fundo, como contraponto, na narrativa de Pereira do Lago. O escrutínio e o confronto com o Outro inglês, a vivência da diferença geográfica e cultural, força o desterrado a uma reflexão sobre a sua identidade enquanto português, e à adopção de um

ângulo de visão comparativo⁷ em que sobretudo as dissemelhanças se agigantam e conduzem ao elogio da superioridade civilizacional da Inglaterra, com a conseqüente tomada de consciência da inferioridade de Portugal: “Portugal privado de talentos, cabedades, amor pela liberdade, e patriotismo de mais de 50\$000 pessoas, emigrados, presos, e escondidos, o resto gemendo debaixo de uma pesada massa de ferro, que oprimindo todos com o medo do terror, os priva da menor acção, e qualquer espirito que se levante, sucumbe logo.” (Lago 322) Tal ponto de vista hierarquizador deriva, evidentemente, do posicionamento ideológico do viajante Pereira do Lago, o qual determina os assuntos que selecciona como memoráveis para figurarem no seu relato e a sua atitude de admiração pela Inglaterra, que define insistentemente, ao longo da obra, como uma terra de liberdade, o valor que mais preza: “Finalmente o maior e mais poderoso tribunal de Inglaterra, é a opinião pública, *la reine qui fait les rois*, formada pela liberdade de pensar, de fallar, e de escrever, *atributo innato ao homem*, mas que os despotas, com severas leis cuidam prohibir.” (Lago 77)

No outro lado da Mancha, debaixo da “atmosfera fria, pesada, escura e humida” (Lago 425) de Inglaterra onde o Verão raramente chega – “há dois annos, que espero por elle sem o vêr” –, (Lago 436) do ar poluído de Londres, o autor não consegue deixar de se lembrar do delicioso céu ensolarado do seu país natal, insinuando-se nestes momentos uma imagem idílica da pátria. Contudo, ao contrário de outros compatriotas seus que fizeram do clima inglês um dos grandes motivos de sátira à Inglaterra, Pereira do Lago apresenta uma visão bem mais moderada (dando provas de independência de ponto de vista e demarcando-se, assim, da tendência de muitos viajantes para simplesmente corroborarem o *déjà dit*) na qual, ainda assim, se poderá entrever uma evocação saudosista de Portugal: “Sobre o clima de Inglaterra, muito injustamente falla quem só por ter estado em Londres, julga conhecer todo o paiz, ou porque fazendo milhas no coche em um dia, quer ajuizar de annos. Eu vi em diferentes estações

7 Eis um exemplo de comparação: “Tavernas, este nome que soará mal ao teu ouvido, julgando-as pelas de Lisboa, são em Inglaterra, casas decentes, e com aceio, que fornecem comer, e bebidas, e onde se fazem grandes reuniões.” (Lago 372-373)

e logares de Inglaterra, dias também Portuguezes, e não eram excepções." (Lago 435)

É também significativo o reconhecimento de que a distância ensina a apreciar o que se deixou no país natal, como lhe sucedeu quando, ao descrever a sua visita a uma grande praça de Londres, comenta que só então soube avaliar a singular beleza do Terreiro do Paço; ou quando, perante as comodidades da vida inglesa, valoriza as riquezas naturais de Portugal: "Não temos ainda estas vantagens, mas a sorte reparte tudo; gozamos um delicioso clima, que cada vez sei mais apreciar, e que quasi, sem trabalho, nos dá as produções da natureza. Ah! Se um dia conquistarmos a nossa antiga, e roubada liberdade, e que nos mostremos *não descuidados* netos dos antigos Portuguezes, que teremos a invejar nos outros Povos!" (Lago 396-397) Emerge destas palavras precisamente aquele sentimento que V. Viçoso diagnostica no drama dos exilados, "uma paroxística orfanidade, recompensada pelas imagens telúricas ou históricas de uma mítica Pátria de outrora, ou seja, de uma antiga Pátria de liberdade que seria necessário restaurar para que ser português voltasse a ter sentido." (175)

De longe, da "terra classica da liberdade", (Lago 9) olha com sentido muito crítico para o seu país, traduzindo-se esse olhar distanciado em comentários que exprimem uma dolorosa constatação do atraso português e da urgência de lutar por um novo Portugal. Expressões como "nosso atrazado Portugal", "nosso malfadado Portugal", "nossa infeliz patria", "desgraçado Portugal" (Lago 341, 362, 478, 521, 527) sucedem-se ao longo das páginas, à medida que observa a diferença entre a Inglaterra e Portugal, aquela a desenvolver-se e a prosperar sob o signo da liberdade, este decadente e tolhido pela tirania. Particularmente simbólica é a passagem em que descreve a sua visita às ruínas do castelo de Kenilworth e associa a paisagem que contempla ao estado de Portugal: "Eu deixei este lugar, mas que idéas, que impressões deixam as ruínas! Outras me são sempre presentes, as do desgraçado Portugal. Ah! Praza ao Ceo, que um governo esclarecido ahi suceda." (Lago 368) O sonho de uma pátria livre é o ideal que alimenta o emigrado, ou, como diz V. Viçoso, "a esperança

da sua ressurreição futura." (*ibidem*) Não por acaso, ao falar na carta nº 68, com data de 10 de Agosto de 1832, do seu regresso à cidade do Porto integrado no exército libertador (seguir-se-ia o longo cerco feito pelos realistas às tropas liberais de D. Pedro), diz ter encontrado, não "o Porto antigo", mas o seu "cadaver". (Lago 520)

A carta derradeira da narrativa de Pereira do Lago, escrita de Londres, para onde entretanto voltara, com data de 18 de Agosto de 1833, celebra a vitória alcançada sobre os absolutistas no dia 24 do mês anterior, quando as tropas liberais sob o comando do Duque de Terceira (ele próprio um dos exilados em Inglaterra desde 1828) entraram em Lisboa. O autor vê chegar ao fim o seu longo exílio: "Esta é a ultima, que d'aqui te escrevo, depois de passados cinco annos em terras estranhas, com privações, cuidados, e saudades, e se por dever, e com tristeza, então deixei tantos objectos para mim tão charos, hoje por dever, e com satisfação corro a elles." (Lago 540) Pode agora regressar à pátria, que começa a libertar-se do jugo miguelista que tão forte retrocesso causara à implantação do Liberalismo em Portugal, e participar na construção da paz e do progresso: "Cinco mil victimas da honra, e da liberdade já não gemem em Portugal: (...) Milhares de pessoas escondidas gozam já a segurança domestica, e os emigrados a consolação de já o não serem: está em fim nossa patria livre." (Lago 538-539)

Na verdade, seria ainda necessário esperar pela batalha da Asseiceira, travada em 16 de Maio de 1834 e ganha pelas forças leais a D. Pedro, para que se desse a derrota definitiva do seu irmão D. Miguel (que partiu para o exílio) e, conseqüentemente, terminasse a guerra civil entre liberais e absolutistas. Para tal triunfo concorreu o apoio e o auxílio prestados pela Inglaterra – que tardaram em chegar, o que mereceu a crítica de Pereira do Lago – , só abertamente favorável à causa dos liberais portugueses com o novo ministério liberal de Lord Grey (1830-1834), que sucedeu ao governo *tory* de Wellington, e após a abdicação de D. Pedro IV ao trono do Brasil, seguida do seu regresso à Europa em 1831 para lutar pela Carta Constitucional e pelos direitos da sua filha D. Maria.

A título de considerações finais, dir-se-á que o exemplo de Pereira do Lago é bastante ilustrativo do potencial transformador da viagem

ao estrangeiro e de como a construção da identidade se processa dialogicamente através da interação com a diferença. Na senda do empirismo iluminista que vê na viagem um meio privilegiado de aquisição de saber, este emigrado português está convicto do enriquecimento que representa o confronto intercultural: “De cada nação se aprende, todas tem cousas boas, umas mais que outras, porém compararem-se entre si para aproveitar de cada uma o que for melhor, e mais util, é o que deve fazer quem quer melhorar em conhecimentos vantajosos.” (Lago 379)

Sem dúvida que para o autor a Inglaterra constituiu uma grande lição. Toda a admiração de Pereira do Lago pela Inglaterra está condensada no parágrafo que encerra a sua narrativa de viagem:

Adeus Inglaterra, adeus Londres, só quem tem visto outros paizes, te sabe apreciar. Eu vou deixar-te, porém lembrar-me-hei sempre de teus estabelecimentos de sciencia, de filantropia, de caridade; de tuas artes, de tuas máquinas, de tuas manufacturas; de teus monumentos, de teus parques, de teus caminhos; de teus cómodos, de teus aceios, de teus confortos; de tua segurança, de tua grandeza, de tua magnificência, e mais que tudo, da tua liberdade. (Lago 540)

Para este militante liberal, o desenraizamento do exílio, apesar da dor resultante da separação da família e da pátria em 1828, a qual de quando em vez ganha expressão no seu relato mas sempre de forma breve e contida, constituiu um tempo de errância que o desterrado soube aproveitar de forma conscientemente útil como uma oportunidade para se abrir intelectualmente ao Outro, alargar os seus horizontes, adquirir uma preciosa instrução prática. As palavras que emprega para descrever as suas impressões após a visita, em Bath, à casa de “Mr. Sheu” [Thomas Shew (1783-1839)], colecionador de pintura e negociante de arte, onde pôde observar “uma instructiva collecção de modélos dos monumentos, e edificios mais notáveis dos diferentes paizes da Europa, que elle vio”, (Lago 485) constituem na verdade o lema que orientou as suas próprias deambulações pela Europa: “Mr. Sheu não conquistou só milhas; (...) elle viajou e aproveitou.”

(*ibidem*) Homem de espírito prático, com interesses técnicos e científicos, acumulou durante a sua experiência em Inglaterra e nos outros países que visitou, um capital cultural que lhe deu “mundo”: *viajou e aproveitou*. A experiência da alteridade, a interacção com outros espaços geográficos, outras gentes, outros modelos de sociedades organizadas em moldes que gostaria de ver implantados na sua pátria, foi vivida e procurada pelo emigrado com a clara intenção de aprender e adquirir conhecimentos que pudessem vir a ser úteis à regeneração de Portugal. Perto do final da sua longa narrativa de viagem (Carta n.º 68, Porto 10 de Agosto de 1832), o balanço que faz é muito positivo: “Ah! De quanta importancia são as consequencias, que tirei desta experiencia!” (Lago 523)

O tempo de desterro terá sido para Pereira do Lago também um tempo de leitura. A sua obra apresenta-se como o produto de um homem culto, sendo óbvio um certo exibicionismo nas muitas citações de autores franceses, ingleses e sobretudo portugueses que inclui, nomeadamente de Madame de Staël, Voltaire, Oliver Goldsmith, Pope, Correia Garção, Castilho, sobretudo Camões e Filinto Elísio, dois poetas que bem conheceram a dor do exílio, para além dos conhecimentos que mostra possuir sobre a história de Inglaterra. Ao evidenciar deste modo a sua faceta de leitor com múltiplos interesses, Pereira do Lago coloca a sua narrativa em diálogo directo com outros textos, construindo uma rede de intertextualidades que, se por um lado constitui uma forma de promoção da sua imagem enquanto homem ilustrado, por outro possibilita que os seus leitores escutem não apenas a sua voz mas as vozes de outros autores.⁸

Curiosamente, a sua representação textual do contacto com o Outro inglês nunca equaciona os problemas linguísticos que tal situação por certo colocou. Ao longo da obra, o autor vai fazendo

8 A intertextualidade é, aliás, uma marca distintiva da escrita de viagem. Muitos autores colocam os seus textos em diálogo (concordante ou discordante) com outros textos acerca dos mesmos lugares, e é frequente o recurso a citações de, ou alusões a obras que se tornaram autoridades na matéria, como forma de corroboração do que o autor afirma. Esta questão interliga-se com uma outra, em resultado da leitura prévia de textos disponíveis sobre os lugares visitados: a consciência, por parte do viajante, de que outros os precederam no mesmo trajecto ou destino, do que deriva uma ansiedade na busca de uma nova forma de *dizer* aquilo que já foi dito e descrito.

acompanhar as suas descrições de terminologia em inglês,⁹ o que revela uma preocupação de rigor e didactismo, não devendo ser perdido de vista que a inclusão de léxico estrangeiro na escrita de viagem lhe confere *cor local* e, uma vez mais, autentica o narrado. Ao mesmo tempo, sinaliza a referência a algumas realidades que não têm designação na língua portuguesa por corresponderem a uma diferença estrangeira “absoluta”.¹⁰ Na verdade, Pereira do Lago nada diz sobre a sua competência linguística no respeitante à língua inglesa e a obra não tende à reprodução de diálogos travados com naturais do país visitado, nem refere actos de intermediação por via da tradução aquando das suas conversas com os seus amigos ingleses, que nomeia; ainda que seja de supor que, por se ter tratado de uma estada demorada, o viajante tenha adquirido razoáveis conhecimentos do idioma inglês. Susan Bassnett aborda precisamente a dimensão linguística da viagem e chama a atenção para uma das características do género: “Indeed, one of the conventions of travel writing requires readers to suspend disbelief and to accept the veracity of conversations between the traveller and people encountered on a journey, as though such conversations always take place in the traveller’s own language.” (Bassnett 550)

O que assume protagonismo na obra em análise não é o contacto directo com pessoas, mas antes o olhar descritivo e o juízo de valor sobre a vida material, sobretudo, e também sobre os costumes, do que resulta a imagem de que viajar se reduz em grande medida à contemplação visual de um grande e impressionante espectáculo, nomeadamente a Inglaterra da primeira metade do século XIX – o que vai ao encontro do que observa Margaret Topping em “Travel Writing and Visual Culture”: “the reduction of the world to visual

9 Eis alguns exemplos: *hotel, comfortable, lodgings, boarding house, public house, watchmen, sheriff, alderman, stage coach, mail coach, penny coach, work-house, shillings, club, ale, porter, certificate of arrival, common law, universal suffrage, poll-clerk, rotten borough, court, bill, jury, speaker, meeting, exchequer, cricket.*

10 Ao referirem-se ao léxico usado na construção de imagens do Outro, Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux destacam as “palavras não traduzidas, intraduzíveis, pois essas palavras veiculam e significam uma realidade estrangeira absoluta, um elemento de alteridade inalterável.” (Machado e Pageaux 54)

experience may also imply a reduction of the traveller and his/her culture to a spectacle produced by and for the traveller/writer.” (79)

Ao “traduzir” a Inglaterra para o seu público leitor português, pois a escrita de viagem é uma forma de tradução cultural – “In re-presenting other cultures and other natures, then, travel writers ‘translate’ one place into another” (Duncan e Gregory 4) –, Pereira do Lago, na sua anglofilia (na acepção de alguém conhecedor de cultura inglesa e que por ela nutre admiração), visou dar-lhe uma imagem de uma sociedade moderna, desenvolvida, rica, cuja prosperidade só era possível, como repetidamente realça, por o povo ser livre, “a causa mais poderosa, que tem concorrido para a felicidade de Inglaterra.” (Lago 66) Aí reside, acima de tudo, a razão de ser da sua profunda “estima” pela Inglaterra, como a epígrafe do presente ensaio ilustra. Cinco anos de emigração permitiram a Pereira do Lago *ver* os frutos do que é viver em liberdade e certamente reforçaram a sua crença de que os valores e ideais por que lutava, e que o tinham empurrado para um penoso exílio, mereciam o seu sacrifício e o dos seus companheiros de militância liberal. Voltou por fim a Portugal, inevitavelmente mudado; o viajante nunca regressa o mesmo ao ponto de partida.

Obras Citadas

- Anónimo. *As Noites do Barracão. Passadas pelos Emigrados Portuguez em Inglaterra. Em Verso Alexandrino*. Paris: Na Officina de J. P. Aillaud, 1834.
- Adey, Peter, David Bissell, Kevin Hannam, Peter Merriman and Mimi Sheller (eds.) *The Routledge Handbook of Mobilities*. London and New York: Routledge, 2014.
- Alù, Giorgia and Sarah Patricia Hill. “The Travelling Eye: Reading the Visual in Travel Narratives”. *Studies in Travel Writing*, Volume 22, Issue 1: *Travel Writing and the Visual* (2018): 1-15.
- ANTT. Denúncia contra António Bernardino Pereira do Lago, 1791-11-29/1797-06-24. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa. Código de referência: PT/TT/TSO-IL/028/CX1623/proc.16199.

- Bassnett, Susan. "Translation and Travel Writing". *The Cambridge History of Travel Writing*. Edited by Nandini Das and Tim Youngs. Cambridge, UK; New York, USA; Melbourne, Australia; New Delhi, India; Singapore: Cambridge University Press, 2019. 550-564.
- Berger, John. *Ways of Seeing*. London: British Broadcasting Corporation and Penguin Books, 1972.
- Castanheira, Maria Zulmira. *A Grã-Bretanha na Imprensa Periódica do Romantismo Português: Imagens Polimórficas*. 4 Vols. Tese de Doutoramento em Estudos Anglo-Portugueses. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.
- Cronin, Michael. *Across the Lines: Travel, Language, Translation*. Cork, Ireland: Cork University Press, 2000.
- Duncan, James and Derek Gregory (eds.) *Writes of Passage: Reading Travel Writing*. London and New York: Routledge, 1999.
- Fussell, Paul. *Abroad: British Literary Traveling Between the Wars*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1980.
- Herculano, Alexandre. *De Jersey a Granville (1831)*. Verificação do texto por António C. Lucas. Lisboa: Expo 98, 1996.
- Kames, Henry Home, Lord. *Elements of Criticism*. With the Author's Last Corrections and Additions. First American from the Seventh London Edition. Volume I. Boston: Samuel Etheridge, 1796.
- Lago, António Bernardino Pereira do. *Cinco Annos d'Emigração na Inglaterra, na Bélgica, e na França*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1834.
- "LAGO (António Bernardino Pereira do)". *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Volume 14. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, s.d. 555.
- Leask, Nigel. *Curiosity and the Aesthetics of Travel Writing 1770-1840: 'From an Antique Land'*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- Machado, Álvaro Manuel e Daniel-Henri Pageaux. *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. 2ª edição, revista e aumentada. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- Morão, Paula. "Memorialismo". *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Coord. Helena Carvalhão Buescu. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. 315-319.
- Nemésio, Vitorino. *Exilados (1828-1832). História Sentimental e Política do Liberalismo na Emigração*. Lisboa: Livraria Bertrand, s.d. [194-].

- Paquette, Gabriel. *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions. The Luzo-Brazilian World, c. 1770-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- Rubiés, Joan Pau. "Travel Writing and Ethnography". *The Cambridge Companion to Travel Writing*. Edited by Peter Hulme and Tim Youngs. Cambridge, New York, Melbourne, Madrid, Cape Town: Cambridge University Press, 2002. 242-260.
- Santos, Maria de Lourdes Costa Lima dos. *Intelectuais Portugueses da Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa: Presença, 1985.
- Silva, Inocêncio Francisco da. "Antonio Bernardino Pereira do Lago". *Dicionário Bibliographico Portuguez*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, MDCCCLVIII [1858]. 97.
- Tengarrinha, José. *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013.
- Thompson, Carl. *Travel Writing*. London and New York: Routledge, 2011.
- Topping, Margaret. "Travel Writing and Visual Culture." *The Routledge Companion to Travel Writing*. Edited by Carl Thompson. London and New York: Routledge, 2016. 78-88.
- Torgal, Luís Reis e Isabel Nobre Vargues. "Da Revolução à Contra-revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O Exílio Político." *História de Portugal*. Dir. José Mattoso. Quinto Volume: *O Liberalismo (1807-1890)*. Coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque. Lisboa: Círculo de Leitores. 65-87.
- Viçoso, V. "Exílio". *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Coord. Helena Carvalhão Buescu. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. 173-179.
- Viterbo, Francisco de Sousa (Coord.). "Pereira do Lago (Antonio Bernardino)". *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal*. Vol II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904. 254.
- Woodward, Rachel and K. Neil Jenkins. "Soldier." *The Routledge Handbook of Mobilities*. Eds. Peter Adey, David Bissell, Kevin Hannam, Peter Merriman and Mimi Sheller. London and New York: Routledge, 2014. 358-366.

RECENSÕES CRÍTICAS REVIEWS

Malyn Newitt, *The Braganzas. The Rise and Fall of the Ruling Dynasties of Portugal and Brazil, 1640-1910.*
London: Reaktion Books, 2019, 376 pp.
ISBN: 978 1 78914 125 2.

Gabriela Gândara Terenas
(NOVA FCSH/CETAPS)

Autor de mais de vinte obras sobre Portugal e a história colonial portuguesa, Malyn Newitt foi Professor no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros do King's College, Londres, tendo sido o primeiro detentor da cátedra Charles Boxer. A partir do presente número, o Professor Newitt será também membro da Comissão Redactorial da *REAP/JAPS*. De entre a sua vasta produção historiográfica, destaca-se, no âmbito temático das relações luso-britânicas ao tempo do liberalismo (da Revolução de 1820 à Restauração da Carta Constitucional, em 1842), o estudo *Lord Beresford e a Intervenção Britânica em Portugal 1807-1820* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004), bem como os capítulos 9 ("D. João VI: the Merciful") e 10 ("D. Pedro e D. Miguel") da obra aqui em apreço, dedicada à dinastia de Bragança.

Organizada cronologicamente em treze capítulos, desde o reinado de D. João IV até ao do Imperador do Brasil, D. Pedro II, a obra inclui também reflexões iniciais sobre o conceito de monarquia, a ascensão e a queda das dinastias ("The Idea of Monarchy and the Rise and Fall of a Dynastic State"), uma breve história dos reinados anteriores à

Restauração de 1640 (“The Early History of Portuguese Monarchy”) e, ainda, uma visão geral dos traços considerados comuns aos reinados dos Bragança. Nestes três primeiros capítulos devem sublinhar-se alguns aspectos. Desde logo, a intrínseca relação entre a dinastia de Bragança e o Brasil – a descoberta de ouro no final do século XVII, a transferência da Corte e respectiva etiqueta para o Rio de Janeiro, a interferência da Grã-Bretanha, a independência da colónia e a governação dos dois imperadores, D. Pedro I e D. Pedro II –, bem como a conseqüente e algo complexa ligação entre este território situado na América do Sul e Lisboa. No contexto do reconhecimento de traços comuns à dinastia dos Bragança, Newitt assinala o papel desempenhado pelas mulheres (rainhas ou princesas), em grande medida em conseqüência de uma certa fragilidade partilhada pelos homens desta dinastia, exceptuando os filhos de D. João VI, D. Pedro e D. Miguel. De entre os hábitos e costumes perpetuados pelos Bragança, Newitt refere a cerimónia do “beija mão”, as grandes celebrações de cariz religioso (como a procissão do dia de Corpo de Cristo) que contavam sempre com a presença dos monarcas, as grandes festividades associadas aos casamentos régios e as exageradas solenidades e práticas fúnebres realizadas aquando da morte de um membro da família real. Outro aspecto curioso, relaciona-se com o facto de o autor considerar que, embora a historiografia inglesa sobre Portugal assente, em grande medida, nos relatos dos viajantes britânicos ao país, na verdade, os autores franceses dos séculos XVII e XVIII – Blouin, Vertot, Dellon, Lafitau, Clède, Dumouriez, Bombelles ou Raynal – foram muito mais rigorosos nas suas observações sobre os assuntos portugueses, nomeadamente os de cariz político. Tal constatação, não obstante, no entanto, a que o próprio Newitt se basasse nessas fontes britânicas para a escrita desta obra, como se constatará adiante.

Tendo em conta que o presente número da *REAP/JAPS* é dedicado, como já se referiu, às relações luso-britânicas ao tempo do liberalismo (1820-1842), optou-se por analisar, de forma mais aprofundada, os capítulos da obra relativos aos reinados de D. João VI, D. Pedro e D. Miguel. Assim, no 9º capítulo (“D. João VI: The Merciful”), assinala-se, desde logo, o carácter algo frágil de D. João – saúde débil,

indeciso e impreparado para governar – o que teria não só levado o Infante a recusar, de início, o título de Regente, em consequência da doença mental de sua Mãe, D. Maria I, mas também permitido a interferência nefasta e excessiva da Rainha consorte, D. Carlota Joaquina, na política interna do reino, nomeadamente devido ao facto de esta se ter recusado a assinar a Carta Constitucional, tomando o partido de seu filho, D. Miguel. A fragilidade aqui atribuída a D. João VI corresponde a uma imagem durante muito tempo veiculada também pela historiografia portuguesa e cultivada pela memória colectiva da nação, que viram na partida para o Brasil uma “fuga cobarde” e não uma estratégia bem aquilatada para proteger a monarquia lusa, como defendem muitos estudiosos da actualidade. De facto, neste capítulo, Newitt fundamenta-se em autores como Alexandre Herculano, Oliveira Marques e, talvez sobretudo, na biografia inglesa de D. Carlota, da autoria de Marcus Cheke, publicada em 1947.

O conturbado casamento dos cônjuges assume clara importância neste capítulo, nomeadamente no respeitante ao carácter algo excêntrico de D. Carlota e ao facto de o casal viver separado, em residências diferentes (D. Carlota no Palácio de Queluz e na Quinta do Ramalhão e D. João no Convento de Mafra), o que colocou em causa a legitimidade dos últimos três filhos do casal, incluindo, portanto, D. Miguel. Fundamentando-se em fontes como as Memórias da Duquesa de Abrantes, Laura Junot, o relato de viagens de Marianne Baillie e a biografia de Marcus Cheke, Newitt constrói um retrato de D. Carlota muito pouco favorável à Princesa espanhola, correspondendo, portanto, à memória colectiva da nação: uma fisionomia algo bizarra, um comportamento extravagante e promíscuo, a par de uma ambição desmedida que a tornou suspeita de ter mandado assassinar o Marquês de Loulé e de ter contribuído, com D. Miguel, para estabelecer um verdadeiro “reino de terror”, entre 1828 e 1832.

Relativamente à atitude de D. João face às Invasões Francesas, Malyn Newitt assinala a importância da Aliança Luso-Britânica e a dependência de Portugal face à Grã-Bretanha, nomeadamente na defesa do império português, circunstância que dividiu os conselheiros de D. João: o grupo encabeçado pelo Ministro António de

Araújo mostrou-se a favor de uma aliança com a França napoleónica, acreditando que, desta forma, o país poderia desenvolver-se no contexto do projecto europeu de Bonaparte, enquanto o grupo chefiado por Sousa Coutinho preferia a aliança com Inglaterra, que asseguraria a manutenção do império. Esta divisão interna terá promovido a neutralidade de D. João, que, aliás, corresponderia à dificuldade do Regente em tomar decisões. Quando a neutralidade se tornou impossível de manter, devido à iminência de uma invasão, D. João optou pela partida para o Brasil, sob a protecção britânica, em particular da Marinha, sob o comando de *Sir Sydney Smith*, o qual, de acordo com Newitt, viria a desempenhar um papel importante durante a estada da família real no Brasil.

A atribulada e longa travessia do Atlântico terá contribuído, segundo o autor, para que D. João tivesse prolongado a sua estada no Brasil, evitando, até ao limite, empreender a viagem de regresso. Neste contexto, assinala-se, ainda, a forma como Londres tirou partido da mudança da capital portuguesa para o Rio de Janeiro, usufruindo da total abertura dos mercados do Brasil ao comércio britânico.

Relativamente à estada da Corte no Brasil, Newitt sublinha as ambições de D. Carlota Joaquina na América do Sul, nomeadamente o desejo de se tornar Regente das colónias espanholas dessa região do globo, contra D. João que pretendia anexar a região onde hoje se situa o Uruguai. Saliencia também a forma como D. João se adaptou ao novo continente, onde alcançou grande popularidade aquando da sua aclamação como Rei, em consequência da morte de D. Maria I, em 1816, bem assim o modo como transferiu para a nova Corte, os costumes e as tradições dos Bragança.

No âmbito temático do presente número da *REAP/JAPS* afigura-se de crucial importância o ponto dedicado à atitude de D. João VI face à Revolução Liberal (pp.190-193). Desde logo, o Rei, contra a sua vontade pessoal, viu-se obrigado a regressar a Lisboa, deixando D. Pedro como Regente no Brasil. Não obstante o facto de ter assinado a Carta Constitucional, o resto da sua vida ficou marcado por revoluções e contra-revoluções (a Vila Francada, a Abrilada), em grande medida devido à acção conjunta de D. Miguel e de D. Carlota em defesa do absolutismo.

A Rainha, exilada na Quinta do Ramalhão, reuniu os opositores à nova ordem, a antiga nobreza e Clero, influenciando D. Miguel a revoltar-se contra o Pai e os defensores da Carta. No relato destes episódios, Newitt destaca o apoio e a protecção dados pelos britânicos a D. João VI, o qual chegou a refugiar-se no navio Windsor Castle, de onde decretou o exílio de D. Miguel. O autor acaba por concluir que, não obstante o facto de os seus contemporâneos o considerarem um monarca fraco e incapaz de exercer o controlo sobre os acontecimentos, na verdade, D. João tornou-se um governante hábil, que, acima de tudo, conseguiu preservar a herança da dinastia de Bragança.

No ponto dedicado à caracterização dos filhos de D. João e de D. Carlota – D. Maria Teresa, D. António, D. Maria Isabel, D. Pedro, D. Maria Francisca, D. Isabel Maria, D. Miguel, D. Maria da Assunção e D. Ana de Jesus Maria – deve assinalar-se a aliança estabelecida entre as irmãs Maria Teresa e Maria Francisca (esta última casada com o irmão do Rei de Espanha) no apoio dado a D. Miguel, em Portugal, e ao movimento carlista, em Espanha. A derrota dos miguelistas e, depois, dos carlistas, obrigou as duas irmãs Bragança a refugiarem-se primeiro em Inglaterra e, depois, em França. Não obstante, D. Maria Teresa encabeçou as acções dos carlistas no exílio, tendo sido, inclusive, responsável pelo revivalismo deste movimento nos anos setenta.

No capítulo 10, “D. Pedro and D. Miguel”, Melyn Newitt começa por apontar as grandes diferenças de carácter entre os dois irmãos, os quais viriam a protagonizar as duas facções em conflito no período em apreço, liberais *versus* absolutistas. No ponto dedicado à independência do Brasil, o autor refere o apoio da Grã-Bretanha a D. Pedro, bem como a mediação de Sir Charles Stuart e, portanto, de Londres, em todo o processo. Sublinha também o carácter resoluto e intrépido de D. Pedro, por oposição ao Pai, bem como a sua abdicação do trono de Portugal a favor da filha, D. Maria da Glória, futura D. Maria II. Todavia, contrariamente ao que previra, D. Pedro viu-se obrigado a travar uma guerra civil, contra o seu irmão D. Miguel e respectivos apoiantes, para assegurar a posição de D. Maria. Descreve-se, assim, a campanha diplomática levada a cabo por D. Pedro na Europa, nomeadamente em Londres, com o intuito de reunir um exercito capaz de derrotar as forças de

D. Miguel, o que, de facto, conseguiu, em 1833, com a tomada da capital. Nesta luta de irmãos, Newitt reconhece D. Miguel como o grande vilão da história. Depois da aclamação de D. Maria II, em 1834, D. Miguel foi forçado a exilar-se e os episódios funestos e cruéis ocorridos durante o seu reinado criaram uma verdadeira “lenda negra” em torno da sua figura. Segundo Newitt, para a consolidação desta imagem sinistra contribuíram vários relatos, tanto de portugueses como de estrangeiros, embora a historiografia mais recente avance com novos dados, nomeadamente relativos ao número de execuções que se afigura assaz inferior ao que se supunha, pois muitos liberais fugiram do país aquando do início do reinado de D. Miguel. Aliás, por altura das guerras carlistas em Espanha, D. Miguel chegou a ser aclamado rei em Braga, o que também significaria uma certa divisão entre a população lusa. Citando Eça de Queirós e Oliveira Martins, Newitt lembra que, para muitos portugueses, o regresso de D. Miguel era desejado, pois, de certa forma, o Miguelismo transformara-se numa manifestação do Sebastianismo.

A obra encontra-se profusamente ilustrada com excelentes reproduções de gravuras da época e de retratos, a cores, dos monarcas em estudo. De entre estes destacam-se, o retrato de D. João VI, por Jean Philippe Goulu (p.178), a gravura da partida de D. João para o Brasil, da autoria de Francesco Bartolozzi (p.184), o retrato de D. Pedro IV (p.200), a Coroação de D. Pedro I no Rio de Janeiro, em 1822, por Jean-Baptiste Debret (p.203), o retrato da Arquiduquesa Maria Leopoldina, por Domenico Failutti, (p.205) e o de D. Miguel, por Johann Ender (p.217).

O volume inclui ainda uma árvore genealógica da dinastia dos Bragança, um glossário e uma extensa e diversificada bibliografia. Este trabalho integra-se claramente no âmbito da análise dos historiadores anglófonos que se dedicaram a Portugal e, portanto, nos Estudos Anglo-Portugueses, confirmando a importância de se dar continuidade a uma investigação já iniciada, mas longe de finalizada, sobre a posição daqueles historiadores face à política (interna e externa) portuguesa levada cabo ao longo dos séculos e às figuras que escolheram fazer sobressair.

Marcus de la Poer Beresford.
*Marshal William Carr Beresford: The Ablest Man I Have
Yet Seen With the Army.* Newbridge: Irish Academic
Press, 2019, 382 pp.

Rogério Miguel Puga
(NOVA FCSH/CETAPS)

Em 14 de Novembro de 2018, foi apresentada, na Royal Irish Society (Dublin), por Roy Foster, Professor de história e literatura irlandesas da Universidade Queen Mary (Londres), a biografia *Marshal William Carr Beresford: The Ablest Man I Have Yet Seen With the Army*, embora a obra apresente, na ficha técnica, 2019 como data da publicação. Relativamente ao autor, Marcus de la Poer Beresford (n. 1948) é descendente de William Carr Beresford (1768-1854), foi professor de História no Trinity College Dublin e posteriormente advogado nessa cidade até 2010, altura em que se dedicou, de forma mais permanente, ao estudo da história da Irlanda e das guerras napoleónicas, sendo membro da Irish Military History Society, da British Military History Commission, do Trustee of the British Cemetery (Elvas) e da Friends of the Lines of Torres Vedras (<https://fltv.weebly.com>).

A biografia *Marshal William Carr Beresford: The Ablest Man I Have Yet Seen With the Army* é publicada pouco depois das celebrações do bicentenário da Guerra Peninsular e o seu título rentabiliza uma afirmação do Duque de Wellington acerca do herói de origem irlandesa

biografado. O referido estudo apresenta, com base em investigação em vários arquivos britânicos, irlandeses, americanos e portugueses, (viii, xii-xiii) complementada pelos estudos listados na bibliografia final, (350-374) a acção de Beresford no âmbito desse conflito, a sua posterior estada em Portugal e a organização do exército português, pelo que se assume como uma obra de referência essencial no âmbito dos Estudos Anglo-Portugueses. Como recorda Marcus Beresford, “the generals who fought alongside and indeed against Wellington have in most cases been the subject of one or more biographies, yet Marshal William Carr Beresford is noticeable for the absence of any biography of his life, which is curious given that he was Wellington’s right-hand man in the Peninsula, moreover, the man who was responsible for the rebuilding and reform of the Portuguese army”, (xi) havendo já obviamente inúmeros estudos portugueses e ingleses parcelares sobre aspectos específicos da carreira de Beresford, por exemplo os de Samuel E. Vichness (“Marshall of Portugal: the Military Career of William Carr Beresford, 1785-1814.” Tese de Doutoramento. Florida State University, 1976), de Malyn Newitt e Martin Robson (*Lord Beresford e a Intervenção Britânica em Portugal, 1807-1820*. Imprensa de Ciências Sociais, 2004) e de Fernando Dores Costa (“An Odd Alliance: William Beresford and D. João VI, Prince and King of Portugal,” *Journal of the Oxford University History Society* 7, 2009), a par de outros que estabelecem um diálogo interessante com a narrativa de que nos ocupamos, uma vez que qualquer biografia acaba por mitificar o herói biografado e privilegiar leituras que são complementadas por estudos como aqueles de que nos servimos e que foram utilizados por Marcus Beresford.

Com tanto arquivo disperso e tendo Beresford tido uma vida tão plurifacetada, será sempre difícil “grafar” uma figura histórica como ele, tentando a biografia sistematizar informação da mais variada ordem sobre a carreira do militar britânico, que, tal como Gomes Freire, faz parte das histórias e das mitografias portuguesa, britânica e irlandesa. Se Beresford é um herói nacional na Grã-Bretanha – tendo sido, em 1812, descrito pelo Duque de Wellington, com quem serviu a partir de 1808, como “the ablest man I have yet seen in the army,

and the one having the largest views" (Beresford 191) – , é demonizado amiúde em Portugal como mercenário cruel e inimigo dos interesses democráticos do país, recordando-nos que inúmeros heróis são considerados vilões nas comunidades junto das quais exerceram (por vezes abusivamente) o seu poder, frequentemente em prol de interesses pessoais, corporativos e do seu país de origem. Aliás, Marcus Beresford – que caracteriza o Marechal-general como "strict disciplinarian", (6) imagem que ecoa na historiografia e na literatura portuguesas – recorda as simpatias e os jogos políticos britânicos que influenciavam a escrita de histórias de guerras e chama a atenção para a subjectividade e a ideologia dos escritos (autobiográficos) de soldados:

Beresford's career was not without controversy, but that should not have discouraged the biographer given the nature and extent of his achievements. He suffered at the hand of William Napier, who had little good to say about Beresford in his monumental *History of the War in the Peninsula and the South of France*, but the Beresfords were strong supporters of the Tories, whom Napier passionately disliked (...). Sir Charles Oman, in what remains the definitive history of the Peninsular War, did much to redress the balance (...). However, neither of these works deal in any length with Beresford's early career, his rebuilding and reform of the Portuguese army, his active participation in the battles in the Peninsula and France, or his subsequent life in Portugal. (xii)

Os conflitos de poder entre os membros da Regência portuguesa e Beresford, considerado um déspota militar, eram comuns, e a imagem do militar no imaginário colectivo luso é também fruto da opinião negativa sobre os britânicos que se generaliza em Portugal sobretudo após o Ultimato (1890), sendo projectada no militar, enquanto estrangeiro, muita da origem dos males nacionais de então, processo que encontra eco nas historiografias inglesa e portuguesa, nomeadamente em descrições de Portugal como um "barrack state" sob a tutela militar de Beresford, que governava como um "vice-roy" (Gabriel Paquette, *Imperial Portugal in the Age of Revolutions: The*

Luso-Brazilian World, c. 1770–1850. Cambridge University Press, 2013, 91-92). A biografia defende ainda que o militar não teve qualquer envolvimento na

prosecution of the conspirators [Gomes Freire and other ‘traitors’], though he did reportedly interview at least one of the prisoners. He sought to ensure that Gomes Freire enjoyed at least a comfortable imprisonment before and during his trial, though his efforts were on occasions frustrated by the Regency. Apprehending that executions would create martyrs, Beresford sought a deferment of the implementation of the death sentences passed down, in order that they might be confirmed or commuted by King João, but this was refused by the regency, whether through concern for their own authority or otherwise (...) Beresford himself felt that Gomes Freire was a pawn being used by others and later suggested that the executed General had revealed names after his arrest which were suppressed by the regency. (242)

Como é sabido, a aliança anglo-portuguesa, as invasões francesas e a ida da família real para o Brasil deram a Beresford a oportunidade de desempenhar funções relevantes em Lisboa, sendo ainda descrito como “brutal, rude e ignorante”, (Costa 2006, 242) concluindo esse estudo que a avaliação da presença britânica nesse período

polarizou-se tradicionalmente em Portugal entre o reconhecimento do papel de salvadores, pois teriam introduzido no reino a disciplina militar onde imperava aquilo que era diagnosticado como um caos oclocrático, e a sua identificação como “colonizadores informais” de Portugal, aproveitando as grandes dificuldades vividas desde 1808 para imporem um domínio efectivo, Beresford concentrando os ódios da indignação nacionalista. (242)

A contestação popular à liderança de Beresford crescia e, como informam Newitt e Robson, com base no estudo da correspondência do militar anglo-irlandês, ele era um homem sem “imaginação nem ideias, e as suas preocupações, entre as quais se destacava a preservação do exército, eram quase exclusivamente a curto prazo”, (106-107) e se Newitt e Robson referem a “visão tacanha” (104) de Beresford,

Costa descreve as suas “profunda arrogância etnocêntrica (...) [a] protecção dos interesses comerciais ingleses, um padrão de comportamento estereotipado nos territórios ‘coloniais’ (...). A arrogância tutelar dominava o seu comportamento”. (243-244) Beresford estaria consciente do descontentamento crescente contra si e o seu governo militar,¹ que trava implacavelmente até à primeira vitória liberal.

A biografia publicada pela Irish Academic Press assume-se obviamente como um título indispensável para qualquer investigador interessado na carreira de Beresford em Portugal até ao seu regresso à Grã-Bretanha, e segue um fio cronológico desde o nascimento do militar na Irlanda e da sua infância e juventude, passando pelo seu desempenho ao largo do Cabo da Boa Esperança e na América Latina (1706-1807), antes dos seus sucessos em Espanha (1808-1809) e em Portugal (1809-1813), nomeadamente a reforma do exército luso e a defesa do país, com especial relevância para os conflitos do Buçaco, nas Linhas de Torres Vedras e nas margens do Tejo. A biografia ocupa-se também da Batalla de La Albuera, das suas consequências (1811) e de várias outras campanhas militares, da viagem de Beresford ao Brasil e do seu regresso à Grã-Bretanha, em Outubro de 1820, episódio que encerra a biografia, portanto, incompleta. O texto principal é ainda complementado por uma cronologia das guerras da Grã-Bretanha com França (1793-1814) e pelo texto integral da “Definitive Convention for the Evacuation of Portugal by the French Army”. (253-257) Fica, decerto, para uma futura oportunidade um estudo quer sobre a vida de Beresford após o regresso à Grã-Bretanha (por exemplo, como governador de Jersey, 1821-1854), quer sobre o seu regresso a Portugal, em 1827, ou ainda sobre a representação literária e historiográfica do Marechal em Portugal e no Reino Unido, ainda por fazer.

1 O “Panfleto do Conselho Regenerador” (Torre do Tombo, *Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça*, cx. 22, mç. 1, 1817), apreendido em 1817, refere-se a Beresford como o “ridículo Aventureiro” que deseja destruir a indústria e o comércio portugueses como “serviço à sua pátria” britânica. (15) O panfleto consiste num conjunto de textos, entre os quais encontramos um poema de cariz popular intitulado “Espírito Nacional”: “Quem perde Portugal, o Marechal./Quem sanciona as Leis o Rei./Quem são os executores, os Governadores./Para o Marechal hum Punhal. Para o Rei a Lei./Para os Governadores os Executores”. (1817, 204)

Uma outra recensão da nossa autoria, publicada neste número da *Revista de Estudos Anglo-portugueses*, ocupa-se do livro *O Cemitério dos Ingleses, Elvas* (2019), projecto desencadeado pelo Marechal Beresford e pelo General Stewart após solicitarem ao governador de Elvas, o General Francisco de Paula Leite, que o Major-general Daniel Hoghton, morto na Batalha de la Albuera, fosse sepultado nessa cidade, a 40 quilómetros de La Albuera. Esse livro sobre o cemitério complementa, assim, a biografia da autoria de Marcus de la Poer Beresford, que, por sua vez, também assina o capítulo terceiro (“Comando do Exército Português do Marechal William Carr Beresford 1809-1820”) desse outro livro, *O Cemitério dos Ingleses, Elvas*.

**Pedro de Avillez (ed.). *O Cemitério dos Ingleses, Elvas (Elvas: Tales of the British Cemetery)*.
Elvas: Associação dos Amigos do Cemitério dos Ingleses
em Elvas, 2019, 104 pp.**

Rogério Miguel Puga
(NOVA FCSH/CETAPS)

Os cemitérios são locais históricos devido quer aos agentes históricos aí sepultados, quer, como acontece com o Cemitério dos Ingleses de Elvas, aos acontecimentos históricos que lhes dão origem, no caso, a Guerra Peninsular. Em 2019, a Associação dos Amigos do Cemitério dos Ingleses em Elvas, que conta com mais de trezentos membros, publicou *O Cemitério dos Ingleses, Elvas* (volume em inglês: *Elvas. Tales of the British Cemetery*), com a coordenação editorial de Pedro de Avillez, um estudo de síntese sobre o simbólico monumento fúnebre anglo-português em que anualmente se celebram os feitos dos soldados britânicos aí sepultados, mortos durante e após a Guerra Peninsular. Em boa hora se reuniu, sistematizou e ilustrou informação relativa à história do cemitério e aos soldados e seus familiares aí sepultados num estudo que será útil a historiadores e a leitores interessados e até a visitantes do referido monumento, restaurado em 2000.

O cemitério – monumento à Guerra Peninsular, às relações anglo-portuguesas e aos feitos de soldados britânicos em Espanha e Portugal – possui apenas cinco sepulturas de soldados feridos ou falecidos

na Batalha de La Albuera (16-05-1811), nos três cercos de Badajoz (Daniel Hoghton, Daniel White, James Ward Oliver), bem como posteriormente (Major William Nicholas Bull e a mulher, Caroline Bull).¹ Um sobrinho de Beresford, morto no cerco de Ciudad Rodrigo, estará sepultado nas imediações da Pousada de Almeida.

A introdução da obra é assinada pela Presidente Honorária da Liga dos Amigos do Cemitério Inglês, trisneta do primeiro Duque de Wellington e irmã do nono Duque de Wellington, *Lady Jane Wellesley*. (5) Nick Hallidie assina o primeiro capítulo de apresentação geral do cemitério, da Capela de São João de Corujeira e da associação que publica o livro profusamente ilustrado, (9-13) e João Fiuza Albuquerque Cabral da Silveira ocupa-se da história da referida capela e da sua relação com o cemitério. (14-19) Marcus de la Poer Beresford, autor da biografia de William Carr Beresford (*Marshal William Carr Beresford: The Ablest Man I Have Yet Seen With the Army*, 2018), que também recenseamos neste número da *Revista de Estudos Anglo-Portugueses/Journal of Anglo-Portuguese Studies*, assina o terceiro capítulo, intitulado “Comando do Exército Português do Marechal William Carr Beresford 1809-1820”. (20-31) Vários capítulos biográficos ocupam-se dos soldados sepultados no cemitério, a saber “Major-General Daniel Hoghton”, (32-39) “Tenente Coronel James Ward Oliver” (40-49) e “Tenente Coronel Daniel White”, (50-53) da autoria de Nick Hallidie, aos quais se seguem o capítulo sexto (“A Batalha de Albuera”, 54-61) e sétimo (“Os Cercos de Badajoz”, 62-69), ambos assinados por Nick Lipscombe. Luís Afonso Limpo Piriz estuda “Uma Memória da Estada de Wellington em Elvas”, (70-75) e Nick Hallidie escreve o capítulo décimo, sobre “O Cerco de Campo Maior em 1811” (76-81) e o décimo-primeiro, dedicado ao “Major William Bull e Mrs Caroline Bull”, (82-97) militar que se reformou em Portugal e que, tal como a sua mulher, está sepultado no cemitério, como já referimos. O último estudo biográfico, da autoria de Martin Reynolds,

1 Nick Hallidie informa que William Bull “decidiu reformar-se em Portugal e escolheu a pequena vila encantadora de Monforte a cerca de trinta quilómetros de Elvas (...). Ali faleceu a 14 de fevereiro de 1859 e foi enterrado no Cemitério dos Ingleses em Elvas. Caroline morreu 13 anos mais tarde a 28 de junho de 1863. Foi necessária uma autorização especial das autoridades militares para permitir que ela fosse enterrada no mesmo cemitério. Ambas as sepulturas estão marcadas com pedras de mármore”. (86)

apresenta-nos “Uma Pequena Biografia de Victor Reynolds em Estremoz”, (88-93) a curiosa história de um “anglo-alentejano” que também foi homenageado no cemitério pelos seus serviços, durante a Segunda Guerra Mundial, pela causa dos Aliados. Pedro de Avillez assina os penúltimo e último capítulos, “Portugal e Grã-Bretanha a História de uma Muito Antiga Aliança” (94-101) e “A Praça Forte de Elvas e o Cemitério dos Ingleses”, (102-104) no qual conclui:

Durante a Guerra Peninsular a cidade fortificada de Elvas teve um importante papel quando Portugal foi ameaçado com as invasões francesas. Elvas foi usada como base logística e de apoio a dois cercos sem sucesso à fortaleza vizinha de Badajoz, e de um dramático e cruel assalto com sucesso dessa praça em 1812. Frequentemente ameaçada por forças napoleónicas, o respeito pelo arrojado conceito defensivo de Elvas, e pelas suas bem construídas fortalezas de apoio, desencorajou o marechal Soult, que ocupava Badajoz e os territórios vizinhos do sudoeste da Espanha, de intentar o ataque desta praça estratégica (...). Elvas foi uma importante base avançada para as operações ofensivas das forças Anglo-Portuguesas contra os exércitos Napoleónicos que ocupavam os territórios vizinhos de Espanha, assim como para os aliados Espanhóis que frequentemente se acolheram à sua proteção (...) funcionou também generosamente (...) como refúgio para convalescença de soldados dos três exércitos aliados. Edifícios históricos circundantes e uma Igreja centenária são hoje o cenário dignificante de um Cemitério bem cuidado onde repousam bravos combatentes Britânicos, Cemitério que também é Testemunho dos seis séculos e meio da Aliança Luso-Britânica e dos soldados dos dois países que combateram juntos a agressão napoleónica pela defesa da liberdade e do bem-estar dos seus países. (104)

O oportuno volume coordenado por Pedro de Avillez contextualiza a fundação e o valor simbólico de um dos mais antigos cemitérios (militares) ingleses da Península Ibérica, espaço anglo-ibérico que faz parte da memória colectiva de Elvas e de várias famílias britânicas e que pode ser visitado nessa urbe e revisitado e apreciado de forma mais informada através do estudo ilustrado de que nos ocupámos.

Cláudia Pazos Alonso. *Francisca Wood and Nineteenth-Century Periodical Culture. Pressing for Change*. Oxford: Legenda, 2020.

Teresa Pinto Coelho
(NOVA FCSH/IHC)

Marginalizada, embora não totalmente desconhecida e estudada em Portugal, Francisca de Assis Martins Wood, constitui o tema do livro de Cláudia Pazos Alonso *Francisca Wood and Nineteenth-Century Periodical Culture. Pressing for Change*,¹ o primeiro a ser publicado sobre esta interventiva anglo-portuguesa que, inspirada por movimentos europeus e norte-americanos, defendeu, contra ventos e marés, os direitos das mulheres nos anos 60 de Oitocentos.

O estudo tem como *corpus* duas revistas² semanais concebidas e dirigidas por Wood: *A Voz Feminina*, publicada entre 5 de Janeiro de 1868 e 27 de Junho de 1869, e o periódico que lhe deu continuidade, *O Progresso* (4 de Julho-26 de Dezembro de 1869), contabilizando as duas publicações um total de 102 números ininterruptos.

1 Cláudia Pazos Alonso é Associate Professor of Portuguese and Gender Studies na Faculty of Medieval and Modern Languages da Universidade de Oxford e Fellow de Wadham College. Agradecemos-lhe a oferta da obra.

2 Não discutiremos aqui a problemática e debatida classificação “revista” / “jornal” referindo-nos sempre a estes periódicos como revistas, embora os respectivos títulos incluam a denominação “jornal”.

Na sua exaustiva e pioneira tese de doutoramento publicada em 2005, já Ana Costa Lopes³ havia conferido especial atenção a esta inovadora figura (assim, como ao seu marido inglês, William Thorold Wood), a quem dedicou muitas páginas demonstrando a importância da actividade jornalística de Wood no vasto conjunto por si estudado de mulheres portuguesas do século XIX que utilizaram a imprensa para obter a visibilidade que outros meios não lhes concediam.

Cláudia Pazos Alonso vai noutra direcção propondo-se enquadrar Francisca Wood num contexto transnacional (que, embora referido brevemente por Ana Costa Lopes, não constituía o propósito do seu estudo) e divulgando-a em língua inglesa, após haver constatado que a acção da jornalista tem vindo a ser ignorada em estudos estrangeiros sobre a história das mulheres europeias. Mas, Pazos Alonso vai mesmo mais longe celebrando Wood como um exemplo da primeira vaga de feminismo na Europa.

O primeiro capítulo do livro revela-nos surpreendentes dados biográficos até então totalmente desconhecidos sobre os Wood e os seus familiares. Seguimos a reconstrução da vida deste casal em Inglaterra através de uma pesquisa detectivesca conduzida maioritariamente por fontes digitais que inclui, entre outros, registos paroquiais, cadernos eleitorais, censos, inventários e testamentos.

O leitor interessado poderá seguir os avanços e recuos desta investigação minuciosamente descrita. Até agora, era conhecido que Francisca Wood havia vivido em Portugal até aos 14 anos, como consta em *A Voz Feminina*, indo depois viver para Inglaterra, não se sabe exactamente porquê. A pesquisa realizada desvenda não só as datas de nascimento e morte de Francisca (1802-1900), informação recolhida na lápide do túmulo do casal, sepultado (como seria muito provável) no Cemitério dos Ingleses, mas também as de William (1816-1888), que casaram em Londres em 17 de Julho de 1852 após terem vivido juntos, assim como muitos pormenores acerca da vida do casal em Inglaterra até se terem mudado para Portugal, crê-se que em 1858. Este fio temporal é

3 Ana Maria Costa Lopes. *Imagens da Mulher na Imprensa Feminina de Oitocentos. Percursos de Modernidade*. Lisboa: Quimera, 2005. Agradeço à autora a oferta do livro logo no ano de publicação.

essencial para se perceber o conteúdo do livro, ou seja, até que ponto Francisca terá sido influenciada pelo contexto político-cultural inglês e como este se encontra subjacente ao ideário de *A Voz Feminina* e de *O Progresso*. É o caso, por exemplo, da *Great Reform Bill*, de 1832, da abolição da escravatura em 1833, ou de movimentações femininas e publicações como o artigo anónimo “The Enfranchisement of Woman”, de Harriet Taylor Mill, dado à estampa na *Westminster Review* em 1851 e atribuído a John Stuart Mill.

A conclusão que extraímos enquanto leitores deste estudo é que Francisca regressa a Portugal imbuída de valores vitorianos, não dos comuns valores burgueses que geralmente atribuímos à sociedade vitoriana, mas de outros mais liberais, até mais radicais. Atesta-o, por exemplo, também o facto de haver visitado a prisão de Newgate na companhia de uma das primeiras defensoras de reformas nos estabelecimentos prisionais, Elizabeth Fry, ou de o casal se relacionar com pensadores como Robert Owen.

Este capítulo inicial é também importante por nos fornecer interessantes dados até agora desconhecidos sobre William Wood. Não se conhece o motivo que ditou a vinda dos Wood para Portugal, sobretudo, o que teria levado um homem inglês de classe alta, educado e culto deixar o seu país. Ana Costa Lopes havia avançado que o marido de Francisca já tinha parentes em Portugal, nomeadamente no Porto, que Julius Wood, seu familiar, foi pastor no Funchal, onde fundou a primeira comunidade protestante, e ainda que William era primo do bispo de Rochester.⁴ A assim ser, diria que seria de investigar as comunidades britânicas em Portugal, sobretudo, a do Porto (creio que seria a mais provável), como as de Lisboa e da Madeira no sentido de encontrar mais documentação. A mesma autora levanta a hipótese de a mudança de residência ter origem em motivos religiosos, nomeadamente a divulgação do Protestantismo. Quanto a Cláudia Pazos Alonso, pensa que o pai de Francisca, Narciso Martins, poderá ter ido para Inglaterra devido a razões comerciais.

4 Ana Maria Costa Lopes. “Religião e Género como Formas de Discriminação no Século XIX”. *Gaudium Sciendi*, 2 de Julho de 2012: 51.

Quando em Lisboa, os Wood abrem uma escola na Rua de São Domingos à Lapa, onde, entre outras matérias, ensinam Francês, Inglês e Português. Pelo que Cláudia Pazos Alonso nos revela, William Wood tinha estudado e Francisca fora professora de línguas em Inglaterra, o que me levou a pensar que talvez se tivessem conhecido numa instituição de ensino inglesa, ou mesmo já houvessem tido uma escola deles nesse país. Será que a morada londrina registada no censo de 1851, o qual revela que co-habitavam a sede dessa escola, tal como acontecia em Lisboa? Na capital portuguesa, o estabelecimento dos Wood leccionava também música, paixão partilhada pelos dois, mas que, no caso de William, era levada mais a sério pois, além de leccionar já em Inglaterra, ele próprio compunha.

Traçados alguns dos antecedentes e o contexto familiar, histórico e cultural que moldaram o pensamento dos Wood, o capítulo 2 delinea a paisagem cultural com que Francisca se depara quando do regresso ao Portugal da Regeneração, especialmente no que diz respeito à presença das mulheres na imprensa, evidenciando como as portuguesas de classe média não estavam ausentes do periodismo.

O critério escolhido foi seleccionar quatro figuras femininas: Ana Plácido, um dos poucos nomes proeminentes na época e muito estudada, duas mulheres conhecidas dos especialistas (basta ver a Bibliografia para nos apercebermos do que sobre elas tem sido escrito nos últimos anos) – Antónia Pusich e a portuense Maria Peregrina de Sousa – e uma personagem praticamente ignorada (nem se sabe quando faleceu), Josephina Neuville.

Foi a nova informação sobre Neuville que me surpreendeu e me parece aliciante. A autora analisa as suas *Memórias da Minha Vida: Recordações das Minhas Viagens* publicadas em 1864. Porém, mas fascinante ainda, estabelece interessantíssimos e inéditos paralelos entre a obra e *Os Maias*. Parece-me plausível a hipótese de Eça conhecer o livro de Neuville, tendo em conta, como Cláudia Pazos Alonso revela, que foi recensado logo em 1864 na *Gazeta de Portugal*, revista onde Eça se estrearia dois anos depois. Seja como for, as sobreposições entre o romance queirosiano e o texto de Neuville são muitas e absolutamente fascinantes. Para criar *suspense*, convido o leitor a descobri-las.

Após estes capítulos de índole contextual, são examinados mais detalhadamente os conteúdos de *A Voz Feminina* e de *O Progresso*. Começa-se por apresentar os periódicos, a editora/directora dos mesmos e o leque de colaboradoras / colaboradores para depois se centrar a análise na importância dos editais na crítica às ideias vigentes no Portugal da época. Finalmente, tenta-se reconstruir a rede transnacional em que Francisca Wood e as suas publicações se inserem.

Entre as muitas colaboradoras, Cláudia Pazos Alonso selecciona, como Wood, Guiomar Torresão, Maria Angélica de Andrade e Emília da Maia, já conhecidas do público, e as “novatas”: Anne Marie Caron, Lília Torres e Sofia Nesbitt Cunha, que se estreariam no periódico. De notar que Torresão, que contribuiria para *A Voz Feminina* durante 19 meses, sairia do corpo editorial da revista e em 1870 fundaria, como é conhecido, o *Almanaque das Senhoras* aproveitando contactos e colaboradores da revista de Wood (que nunca participaria no *Almanaque*) e anexando ao seu projecto figuras masculinas de renome como Castilho, Júlio Dinis, Bulhão Pato, Pinheiro Chagas (ou mesmo Eça...).

Ao longo do estudo menciona-se várias vezes a necessidade de as mulheres se associarem aos homens no mundo editorial jornalístico e literário e / ou de adoptarem estratégias masculinas (Torresão, Maria Amália Vaz de Carvalho, que recusaria o convite de Wood para escrever em *A Voz Feminina* alegando que era essa uma actividade para homens) para vingarem nesse universo marcadamente masculino e conservador. Teriam medo de manchar a sua reputação com o alinhamento num periódico que exprimia ideias não convencionais, incompreendidas, impensáveis e inexoravelmente atacadas numa sociedade conservadora e afastada dos movimentos europeus de que raramente chegavam notícias – ou, se chegavam, não eram lidas por uma população cujo índice de analfabetismo era muito elevado –, que não proporcionava às mulheres uma educação adequada reduzindo-as a seres amorfos e atemorizados, impedindo-as de pensar por si próprias e, como afirma peremptoria e provocatoriamente Wood, as enclausurava espiritual e intelectualmente nos ditames incontestados da Igreja Católica. Como se poderá calcular, não seria impunemente que fazia

circular estas ideias e será aí que reside o interesse desta figura pioneira que só poderá ser entendida dado o singular percurso que a levava a Inglaterra onde a designada *Woman Question* era debatida e a legislação consagrava muitas das transformações exigidas.

Os editoriais de Francisca, assinados ou não, listados no Anexo 2, são essenciais para se compreender os seus princípios pouco ortodoxos e compreensivelmente estranhos aos olhos da larga maioria da sociedade portuguesa dos anos 60. Como é conhecido, o editorial é um artigo fundamental num periódico para se conhecer a sua orientação. Wood utiliza-o para inculcar ideias identificadas pelos estudiosos dos movimentos femininos da Europa de então: as relações de género, a educação feminina, os direitos políticos das mulheres, nomeadamente o direito ao voto e o denominado *social purity movement*. Wood pugna por estes ideais, muitas vezes, provocatoriamente. Registe-se o ataque a uma sociedade patriarcal estimulada pela Igreja Católica. Será de notar, ao longo do século XIX, a existência em Portugal de uma movimentação contra os Protestantes, o que explica, em parte, a feroz acção do Marquês de Valada contra *A Voz Feminina* nas páginas do *Bem Público* acusando-a de pertencer à Maçonaria, hipótese que tem sido considerada, já que era o caso do seu sobrinho, Clarimundo Martins. Francisca não se intimida e responde denunciando o controlo que o Jesuitismo exerce sobre a mulher.

Poderemos surpreender-nos com a veemência da sua escrita mas, se, como referido anteriormente, os Wood poderiam ter vindo para Portugal com objectivos religiosos, então, diria que *A Voz Feminina* e *O Progresso* são mais do que porta-vozes do ideário feminista da época.

Wood defende também vigorosamente uma educação diferente para as mulheres portuguesas comparando o que se pratica em Portugal com o que se regista noutros países. De facto, e não só no respeitante a esta temática, é constante o traçar de paralelos com outras nações com o objectivo de legitimar as suas posições, principalmente com a Inglaterra, que conhece bem. O modelo inglês é frequentemente invocado, igualmente no que diz respeito aos direitos políticos das mulheres e às profissões que exercem, vedadas às portuguesas. Portugal é visto como um país atrasado e a jornalista não se coíbe de

desfiar um novelo de diatribes que lhe custariam caro. Acabaria por ter de encerrar *A Voz Feminina* e editar, com o marido, *O Progresso* para poder continuar a publicar. Paradoxal, para quem havia criticado a dependência feminina, mas perfeitamente entendível esta opção, no contexto da época.

Para reforçar e, sobretudo, potenciar o debate sobre as questões polémicas que aborda, adopta também como estratégia editorial a carta aberta dirigida a homens influentes. É o caso das cartas ao Papa Pio IX e ao dirigente republicano espanhol Emílio Castelar. Dois temas se destacam: a educação das mulheres e o direito ao voto. Na sequência das medidas tomadas pelo Ministro da Educação francês, o Papa havia-se pronunciado contra o franquear dos cursos académicos às mulheres. Quanto a Castelar, é enaltecido enquanto campeão da defesa da liberdade e, por extensão, capaz de compreender as reivindicações políticas femininas. A este respeito, Francisca cita o exemplo de homens e mulheres ingleses tendo, decerto, em mente o facto de John Stuart Mill haver apresentado ao Parlamento uma petição a favor do sufrágio feminino.

O último capítulo deste estudo é um dos mais interessantes coroadando o propósito de identificar Francisca Wood com ideias e movimentos transnacionais. A autora reconstrói uma rede de figuras, europeias e outras, defensoras dos direitos femininos, na qual insere Wood demonstrando que, se era uma voz praticamente isolada em Portugal, não o era se colocada num contexto mais amplo situado para além das estreitas fronteiras culturais e políticas lusas.

Nessa rede de contactos incluem-se Marie Goegg, feminista Suiça, que terá recebido notícia de Wood por Lydia Becker, secretária do *Manchester Suffrage Committee*, e André Léo, activista francesa. Porém, *A Voz Feminina* evidencia que Francisca terá tido notícia do que ocorria nos Estados Unidos, o que é revelado por uma carta aberta escrita por William a Theodore Stanton do jornal americano *The Revolution*. Stanton era filho da activista Elizabeth Caddy Stanton, uma das editoras do mesmo jornal que havia anunciado a criação de *A Voz Feminina* em 1868 reproduzindo o artigo da prestigiada revista *The Athenaeum*. Entre outras revelações, Pazos Alonso adianta também que poderia ter

havido contacto, ainda que indirecto, com Charles Wentworth Dilke, cuja família era proprietária deste periódico. Ficamos paralelamente a conhecer alguns dos títulos de jornais ingleses que os Wood consultavam ou, pelo menos, citavam, assim como de periódicos italianos, americanos, suíços, apercebendo-nos da vasta teia (que, provavelmente, ainda irá ser ampliada com investigação futura) de contactos que o casal terá desenvolvido e das leituras que terão empreendido para se manterem actualizados. Se, em Inglaterra, Francisca Wood havia bebido de inovações políticas e culturais que para sempre a marcariam, o esforço para continuar actualizada em Portugal deverá ter sido enorme.

O *Progresso* terminaria, mas a sua co-editora permaneceria activa durante algum tempo para depois sair inexplicavelmente de cena não sendo possível, até ao momento, saber para onde foi (regressaria a Inglaterra?) e a que se dedicou. O falecimento do marido deve ter constituído um grande golpe não apenas pessoal, mas no sentido de sobreviver à hegemonia da *camaraderie* masculina no mundo editorial e noutros. Porém, o que sabemos dela é já suficiente para percebermos até que ponto foi inovadora e porque terá incomodado muita gente.

De acordo com o critério estabelecido por Pazos Alonso, para trás ficaram outras áreas culturais de intervenção de Wood, compreensivelmente não incluídas no *corpus* deste estudo. É o caso de *Maria Severn*, romance que conheceria serialização incompleta nas duas revistas, mas integralmente publicado em livro, em dois volumes, pela Tipografia da *Voz Feminina*. A existência deste romance já era anteriormente conhecida, mas não a sua versão completa, que Pazos Alonso descobre na Biblioteca Municipal do Porto e a que dedicaria um interessante artigo relacionando-o com alguns autores da literatura inglesa da época.⁵

Outra documentação não considerada é, precisamente, a que diz respeito à mencionada Tipografia, que imprimia os periódicos e de

5 Cláudia Pazos Alonso. "A Newly Discovered Novel and Its Transnational Author: *Maria Severn* by Francisca Wood". *Portuguese Studies*, vol. 32, 1. 2016: 48-61.

que os Wood eram proprietários. Inicialmente (15 de Novembro de 1868-29 de Junho de 1869) denominada Tipografia da *Voz Feminina*, passaria a chamar-se Tipografia Luso-Britânica, o que lhe conferiria um carácter mais internacional. Vigoraria até 1877 tendo impresso mais de 90 títulos, como consta do Anexo I que Pazos Alonso inclui. Mereceria, por si só, um estudo.

Fica também de fora a vertente da tradução. Entre as obras impressas na Tipografia, encontramos, por exemplo, a tradução de *A Christmas Carol* e de *Armada*, em 1873. Contudo, o mais interessante e surpreendente é a hipótese levantada por Pazos Alonso que Francisca Wood possa ter sido a tradutora anónima de *Jane Eyre*, publicado durante seis anos (1876-1882), sob o título *Joana Eyre*, em *O Zoofilo* (1877-1882), revista quinzenal patrocinada pela recentemente criada Sociedade Portuguesa para a Protecção de Animais (1875) e impressa na Tipografia. Os Wood eram membros da Sociedade, o que se relaciona com o facto de Francisca também haver utilizado os seus periódicos para denunciar (inovadoramente em Portugal) a crueldade contra os animais, ainda antes da criação da mesma. A tradução foi deixada incompleta. Porém, a comprovar-se que foi ela que a levou a cabo, esta será, juntamente com a comparação do livro de Neuville com *Os Maias*, a revelação das revelações, num estudo muito bem conseguido, pleno de nova pesquisa (vejam-se as copiosas notas e a Bibliografia) a juntar à já anteriormente efectuada sobre esta interessante figura.

Na verdade, além das já referidas, as temáticas de investigação que podem vir a ser abordadas são muitas, como, ainda a título de exemplo, as colaboradoras anglo-portuguesas de Wood, um estudo detalhado dos 102 números dos dois periódicos e a indexação dos mesmos.

Dado o que já nos foi revelado por este trabalho que cruza estudos de imprensa, de género, transnacionais e da história das ideias, ficamos, sobretudo, à espera de mais sobre *Maria Severn* e a tradução de *Jane Eyre*.

ABSTRACTS

Eurico Dias, “British Symbiosis and Influences in the Portuguese Periodical Press (1808-1826)”

The Portuguese periodical press progressively adopted a somewhat belligerent spirit after the French Invasions of the early 19th century and throughout the period of English military occupation of the Portuguese territory, which in essence, tended to follow the political initiatives of the Portuguese exiles and emigrants in other countries, or the so called ‘first emigration’ in England, whose influences remain deeply understudied. In this setting, absolutist and liberal periodical publications will gradually assert themselves as political weapons, which in turn stimulated the patriotic cause of independence through the valorisation of their national History. The news discourses themselves would experience widespread change, and the political emphasis of acceptance and/or repudiation of foreign interference would be discussed in almost all Portuguese periodical newspapers after 1807. The growing conceptual and ideological gap between the ‘old Absolutist Portugal’ and the emergence of the Liberalism movements, will also be a determining factor and catalyst for the future political insurgencies planned by the exiles of the so called ‘second emigration’ movements – both in England and mainland Europe –, throughout the first quarter of the 19th century until the Evoramonte Convention (1834).

Marcus de la Poer Beresford, “Marshal William Carr Beresford and the Return to Portugal of the Portuguese Royal Family (1814-1830)”

The objective of the paper is to throw light on this passage of history following the conclusion of the Peninsular War. In particular it looks at the relationship between Marshal William Carr Beresford and Dom João (later King João VI), the events leading up to the liberal revolution of 1820 in Portugal, and the turmoil in that country over the following decade. The paper challenges the view that Beresford was the dictator who ruled Portugal from 1814 to 1820, and suggests the relationship was more complex. It suggests that Beresford sought to safeguard the Kingdom of Portugal and the Algarves for the Portuguese crown by encouraging the return of the royal family from Brazil. He strove to maintain the security of the Kingdom against foreign intervention and internal disruption. While he enjoyed a good relationship with Dom João, the latter was clearly guided by many advisers, with the result that Beresford’s advice was not universally adopted. He never had, nor sought, absolute power for himself, but was a keen supporter of the monarchy. The paper is one designed to provoke further exploration and discussion. It does not pretend to offer final answers.

Rogério Miguel Puga, “Beresford’s Negative Mythification and the Caranavalesque Representation of Anglo-Portuguese Interests in Sttau Monteiro’s Historical Play *Felizmente Há Luar!* (1961)”

This article deals with the negative representation of William Carr Beresford (1768-1854) and the carnivalization of Anglo-Portuguese interests in nineteenth-century Portugal in Sttau Monteiro’s historical and allegorical play *Felizmente Há Luar!* (1961) through the analysis of the English hero’s (de)mythification and several political and cultural self- and hetero-stereotypes in Portuguese literature.

Gabriela Gândara Terenas, “‘Never a Saint’: Dona Carlota Joaquina, the Leading Figure in Episodes from the Portuguese Civil War, as told in a British Historical Novel”

By constructing a narrative which is parallel to History itself, historical novels often succeed in making the fictionalised version better known to readers than the one in history books, as I demonstrated in the book *Entre a História e a Ficção: as Invasões Francesas em Narrativas Portuguesas e Britânicas* (2012). Picking up the thread of this earlier work, which offered examples of how figures from the Peninsular War were romanticised in Portuguese and British works of fiction, the present article looks at the process of recreation of a controversial figure from the same period, who was not included in the referred book. Dona Carlota Joaquina (1755-1830), a Queen who is not remembered favourably in the nation’s collective memory, appears as the leading figure in a British historical novel written by F.W. Kenyon which relates episodes which took place in the aftermath of the Liberal Revolution of 1820.

Rui Moura, “Tomás Guilherme Stubbs (1776-1844), Oficial do Exército Português de 1800 a 1844”

Tomás Guilherme Stubbs was born in England, named as Thomas William Stubbs, and having joined the British Army as a young officer saw action against the French revolutionary republic in the last decade of the 1700s, in the Mediterranean. His Regiment was sent in a deployment to Portugal in 1797, an event that transformed his life. The paper challenges the view that English officers were in the Portuguese Army only in the period of the Peninsular War and during Beresford’s tenure as Chief of the Army, and that the Civil War was merely an internal affair without foreign involvement. It proves that foreign-born officers were in the Portuguese Service before the arrival of Beresford and after his departure, and that the political positions

of the European monarchies impacted the Portuguese Civil War. The paper is designed to provoke further research and discussion, it does not pretend to offer a definite Memoir.

Maria Zulmira Castanheira, “Exílio e Escrita de Viagem ao Tempo do Liberalismo – A Experiência do Brigadeiro António Bernardino Pereira do Lago em Inglaterra: Ver e Aproveitar”

As a result of D. Miguel’s return to Portugal and his accession as absolute king in 1828, a severe setback in the process of implanting Liberalism in the country, many Portuguese with liberal ideas were forced to flee into exile abroad. Despite the hardships they endured, such an experience proved of great cultural importance, as it meant contact with other peoples and cultures, a broadening of mental horizons. António Bernardino Pereira do Lago (1777-1847), a military engineer endowed with great intellectual curiosity, was one of those Portuguese who had to leave home and family to escape Miguelite terror, having recorded in a body of work comprising letters addressed to his wife his impressions of five years of wandering through several European countries. This article analyses the representation of England in *Cinco Annos d’Emigração na Inglaterra, na Belgica, e na França* (1834), focusing in particular on the way Pereira do Lago deliberately saw in his political exile an opportunity to educate himself and to acquire useful knowledge. For this liberal activist, his compulsory removal from Portugal was a time of accumulation of cultural capital. His interaction with the English reality allowed him above all to observe first-hand the fruits and benefits of what it was to live in freedom, the value he most cherished and for which he fought, at great personal sacrifice. As the author says in one of his letters, a traveller should take advantage of his/her travels to learn about the diversity of the world: he certainly profited from what he saw.

BIOGRAPHICAL NOTES

Eurico Dias is an Assistant Professor with Aggregation at ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (Lisbon), and senior researcher at ICPOL – Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (Lisbon). Corresponding Academic at APH – Academia Portuguesa da História. Author and coordinator of several academic works, winner with “Honorable Mentions” of the *Prémio Grémio Literário* 2010 and 2012, among numerous other scientific and literary articles.

Gabriela Gândara Terenas is an Associate Professor with Aggregation in Languages, Literatures and Cultures (special area Studies of Culture/Anglo-Portuguese Studies) at the Faculty of Social Sciences and the Humanities, Universidade Nova de Lisboa, where she coordinates the Masters Degree in Translation. She has taught several first-degree courses, postgraduate, masters and PhD seminars, in a number of areas, including Anglo-Portuguese Literary and Cultural Studies, Cultural Theory, Translation Studies, History of England, English Literature and Culture and North-American Literature and Culture. She has supervised several masters and doctoral theses in Anglo-Portuguese Studies, Translation and English and North-American Studies. Her special area of interest is Anglo-Portuguese Studies, a field in which she has published more than thirty studies.

Marcus de la Poer Beresford read history at Trinity College Dublin before qualifying as a lawyer. He retired from legal practice in 2010 in order to return to his first love, history. Marcus's earlier research and postgraduate thesis focused on Ireland in the eighteenth century, and the Irish diaspora in Europe. In recent years he has written and lectured extensively on the Napoleonic Wars, with particular reference to the Iberian Peninsula, and the involvement of Irishmen in those wars. His publications include *'Marshal William Carr Beresford "the ablest man I have yet seen with the army"'* (Irish Academic Press, 2019) and most recently 'The Peninsular Romance of Lieutenant Waldron Kelly and Ana Ludovina de Aguilar' in *The Irish Sword*, Vol. XXXII (2020) No 129. Marcus lives in Ireland. A frequent visitor to Portugal, he is Chairman of the Trustees of the Friends of the British Cemetery, Elvas (Amigos do Cemitério dos Ingleses em Elvas). He is a distant relative of Marshal William Carr Beresford who married Louisa de la Poer Beresford, the sister of Marcus's great-great grandfather. For further information please see www.marcusdelapoerberesford.ie

Maria Zulmira Castanheira is Assistant Professor in the Department of Modern Languages, Cultures and Literatures at Universidade Nova de Lisboa, Portugal, where she teaches English Literature, Translation Studies and Anglo-Portuguese Studies and coordinates the Undergraduate Programme in Translation. She is also a researcher at CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, Portugal), where she coordinates the "Anglo-Portuguese Studies" research area. She holds an MA and a PhD in Anglo-Portuguese Studies. Her research concentrates mainly on 18th, 19th and 20th century Anglo-Portuguese historical, literary and cultural relations. She has written extensively on British travel writing on Portugal and on the reception of British culture in the periodical press of Portuguese Romanticism.

BIOGRAPHICAL NOTES

Miguel Alarcão has a BA in Portuguese and English Studies (1981), MA in Anglo-Portuguese Studies (1986) and PhD in English Culture (1996), awarded by NOVA University, Lisbon, where he holds the post of Associate Professor. Director of the Central Library (2001-09) and Co-coordinator of the Faculty's earliest research group on Medieval Studies (1999-2004). Colloquial Assistant in Portuguese at the University of Birmingham (Late 1980s). He has published two books, five co-editions and c. 60 articles in Festschriften, proceedings and academic journals on English/British Culture(s), Medieval English Studies and Anglo-Portuguese Studies.

Rogério Miguel Puga has a PhD in Anglo-Portuguese Studies and he is an Associate Professor at NOVA FCSH. His research interests are: Contemporary English Literature, Travel Writing, Anglo-Portuguese Studies and Post-Colonial Studies.

Rui Moura is a retired Major General of the Portuguese Army. He had a career in both operational and staff positions, with several overseas deployments, and was a teacher at the Army and Armed Forces War Colleges. In 2008, whilst commanding Regimento de Infantaria 14, in Viseu, he researched and wrote the Regimental History and, since then, he has written and lectured extensively on Military History and on the Napoleonic Wars, both in Portugal and the UK. His publications include several biographies, namely of lieutenant-colonel James Ward Oliver and general Pamplona Corte Real, Count of Subserra. He is an associated member of the *Portuguese Military Review*, the Sociedade de Geografia de Lisboa, the British Historical Society of Portugal, and is Vice-President of the Friends of the British Cemetery, Elvas (Amigos do Cemitério dos Ingleses em Elvas). Some of his papers can be found at <https://independent.academia.edu/RuiMoura2>

Teresa Pinto Coelho is Full Professor and Chair at the Universidade Nova de Lisboa where she teaches Victorian Literature, Anglo-Portuguese literary, cultural and colonial relations and Postcolonial Literature. She obtained her DPhil from the University Oxford in 1994 and was Director of the Instituto Camões Centre for Portuguese Studies of the University of Oxford and Supernumerary Fellow of St. John's College from 2004 to 2007. She has published several books on historical, diplomatic and cultural relations between Portugal and the United Kingdom mainly in the late nineteenth century. Her latest book, *Eça de Queirós and the Victorian Press*, was published by Boydell & Brewer in 2014. Her latest article is: 'Robinsonaden in the Feminine? J. M. Coetzee's *Foe* and Muriel Spark's *Robinson*', in *Reading Coetzee's Women*, edited by Sue Kossew and Melinda Harvey (Switzerland: Palgrave Macmillan), 2019, pp. 129-147 ([https:// doi.org/10.1007/978-3-030-19777-3](https://doi.org/10.1007/978-3-030-19777-3)).

Publication Ethics and Publication Malpractice

The editor of the journal is responsible for deciding which of the articles submitted to the journal should be published. The editor may be guided by the policies of the journal's editorial board and constrained by such legal requirements as shall then be in force regarding libel, copyright infringement and plagiarism. The editor may confer with other editors or reviewers in making this decision. The editor will at any time evaluate manuscripts for their intellectual content without regard to race, gender, sexual orientation, religious belief, ethnic origin, citizenship, or political philosophy of the authors. The editor and any editorial staff must not disclose any information about a submitted manuscript to anyone other than the corresponding author, reviewers, potential reviewers, other editorial advisers, and the publisher, as appropriate. Unpublished materials disclosed in a submitted manuscript must not be used in an editor's own research without the express written consent of the author.

Peer review assists the editor in making editorial decisions and through the editorial communications with the author may also assist the author in improving the paper. Any selected referee who feels unqualified to review the research reported in a manuscript or knows that its prompt review will be impossible should notify the editor and excuse himself from the review process. Any manuscripts received for review must be treated as confidential documents. They must not be shown to or discussed with others except as authorized by the editor. Reviews should be conducted objectively. Personal criticism of the author is inappropriate. Referees should express their views clearly with

supporting arguments. Reviewers should identify relevant published work that has not been cited by the authors. Any statement that an observation, derivation, or argument had been previously reported should be accompanied by the relevant citation. A reviewer should also call to the editor's attention any substantial similarity or overlap between the manuscript under consideration and any other published paper of which they have personal knowledge. Privileged information or ideas obtained through peer review must be kept confidential and not used for personal advantage. Reviewers should not consider manuscripts in which they have conflicts of interest resulting from competitive, collaborative, or other relationships or connections with any of the authors, companies, or institutions connected to the papers.

The authors should ensure that they have written entirely original works, and if the authors have used the work and/or words of others that this has been appropriately cited or quoted. An author should not in general publish manuscripts describing essentially the same research in more than one journal or primary publication. Submitting the same manuscript to more than one journal concurrently constitutes unethical publishing behavior and is unacceptable. Proper acknowledgment of the work of others must always be given. Authors should cite publications that have been influential in determining the nature of the reported work. Authorship should be limited to those who have made a significant contribution to the conception, design, execution, or interpretation of the reported study. All those who have made significant contributions should be listed as co-authors. Where there are others who have participated in certain substantive aspects of the research project, they should be acknowledged or listed as contributors. The corresponding author should ensure that all appropriate co-authors and no inappropriate co-authors are included on the paper, and that all co-authors have seen and approved the final version of the paper and have agreed to its submission for publication. All authors should disclose in their manuscript any financial or other substantive conflict of interest that might be construed to influence the results or interpretation of their manuscript. All sources of financial support for the project should be disclosed.

When an author discovers a significant error or inaccuracy in his/her own published work, it is the author's obligation to promptly notify the journal editor or publisher and cooperate with the editor to retract or correct the paper.



FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

ISSN 0871-6820



9 770871 682292

Financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto: UIDB/04097/2020